NAS BORDAS DA IMAGEM, NA CENA VIVA DA CIDADE:
crianças e suas práticas brincantes do cais à maré

Juliana Salles de Siqueira
São Paulo
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Juliana Salles de Siqueira

NAS BORDAS DA IMAGEM, NA CENA VIVA DA CIDADE: crianças e suas práticas brincantes do cais à maré

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação. Linha de pesquisa: Cultura e Educação.
Orientadora: Profª Drª Soraia Chung Saura.

[VERSÃO CORRIGIDA]

SÃO PAULO
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Sb

Siqueira, Juliana Salles de
Nas bordas da imagem, na cena viva da cidade - crianças e suas práticas brincantes do cais à maré / Juliana Salles de Siqueira; orientadora Soraia Chung Saura. -- São Paulo, 2021.
282 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2021.

1. brincar. 2. cidade. 3. fotografia. 4. crianças. 5. estudos da infância. I. Saura, Soraia Chung, orient. II. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: Juliana Salles de Siqueira
Título: Nas bordas da imagem, na cena viva da cidade: crianças e suas práticas brincantes do cais à maré

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora.
Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Aprovada em: _____/_____/_____.

Banca examinadora

_____

Orientadora, Profª Drª Soraia Chung Saura, USP

_____

Profª Drª Anna Karina Castanheira Bartolomeu, UFMG

_____

Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos, UFOP

_____

Profª Drª Elni Elisa Willms, UFMT

_____

Profª Drª Patricia Dias Prado, USP

Janus

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 48135 - 6604686 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Juliana Salles de Siqueira no Programa: Educação, do(a) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Aos 23 dias do mês de agosto de 2021, no(a) meet.google.com/bwk-jgeo-qda realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Juliana Salles de Siqueira, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Nas bordas da imagem, na cena viva da cidade - crianças e suas práticas brincantes do cais à maré"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Soraia Chung Saura	Presidente	EEFE - USP	aprovada
Patricia Dias Prado	Titular	FE - USP	aprovada
Elni Elisa Willms	Titular	UFMT - Externo	aprovada
Anna Karina Castanheira Bartolomeu	Titular	UFMG - Externo	aprovada
Erisvaldo Pereira dos Santos	Titular	UFOP - Externo	aprovada

Resultado Final: aprovada

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca considera a aluna aprovada com louvor, destacando as contribuições metodológicas e diálogo interáreas, inovadoras para os campos de assunto que aborda, recomendando o trabalho para publicação, total e parcial do trabalho para sua difusão científica.

Eu, Ricardo Dias Sacco _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 23 dias do mês de agosto de 2021.

/p
Patricia Dias Prado

/p
Elni Elisa Willms

/p
Anna Karina Castanheira Bartolomeu

/p
Erisvaldo Pereira dos Santos

Soraia Chung Saura
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 16 de setembro de 2021 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutora em Educação obtido no Programa Educação - Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

São Paulo, 16 de setembro de 2021
Homologada na 5a. sessão ordinária da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP

Profa. Dra. Carla Biancha Angelucci
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação da USP

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que possibilitaram a realização deste estudo. Nesse relembrar para agradecer, a memória percorre momentos de diferentes qualidades.

Sou grata,

em primeiro lugar, aos meu pais, Nilton e Cida, pelo que me transmitem com a sua existência e por todo o incentivo. À minha irmã, Leticia. À minha prima Alline. À minha avó, Maria de Lourdes, raiz, em memória e saudade. Ao Felipe, pela parceria e compreensão presentes em tantos momentos da pesquisa.

Ao Ryhan, ao Sérgio, ao Deoclécio, ao Richard, à Ketelyn, ao Davi, à Lorena, à Rafaela, ao Nathan, ao Vitor, ao Tamerson, ao Riquelmi, à Kathleen, à Giovana, à Pietra, ao Isaque, ao Ruan, à Kyara, à Ruane, à Kauany, ao Davi Lucas, à Maria Alice, ao Rodrigo, ao Alexander e a todas as meninas e meninos que me legaram imagens internas de resistência ao, simples e intensamente, brincarem. Pelas conversas e por sua acolhida e compreensão do que poderia ser fazer uma pesquisa com eles e elas, de perto e de longe. No Ilhéu Alto, em que as possibilidades de encantamento abertas pela câmera fotográfica foram marcantes, agradeço especialmente aquelas e aqueles que investiram cada qual nos retratos de seus amigos e amigas, permitindo-me também fazer registros. Às mães, avós e demais pessoas vinculadas às crianças, pelas conversas e abertura, meu muito obrigada.

À Karen Duek, pelo apoio, leituras e traduções para o inglês; à Eunice Okuyama, pelo incentivo e amizade na companhia de literaturas do bem viver, de Montaigne a Merleau-Ponty; ao Everton Andrade, amigo e leitor requisitado nos percalços e na música; ao querido Marcelo Rossler; ao Filipe Barrocas, pelas conversas entre a Praça da República e a Av. Ipiranga; aos outros amigos que contribuíram e estiveram presentes de diferentes modos nessa trajetória: Leandro Lopes, Sueli do Carmo, José Carlos Silvério (Rone), Juliana Marta Rodrigues, Thiago Lima, Felipe Lima, Glaucia Destro, Prema Goet, Roberta Consort, Glauber Tanaka, Janaina Meneses, Paulo Cé-

sar, Telma Lázaro (que dançou o começo deste texto!), Ednaldo André, Marcus Vinicius Borges e Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. Aos queridos Aline Vieira, Thiago Verta Eiras, Paula Santos, Ana Carolina Valdeger, Alice Morais e Robson Ferreira, pela presença de longa data.

À Michelle Bittencourt, pela escuta e poesia. Ao Jimmy Daijiro, por suas agulhas hábeis de acupuntura que me acolheram. À Marjorie Carvalho, professora, pelo tapete perto do meu.

À Fernanda Luz, pela cessão de suas imagens a estas reflexões e pela mediação com outros fotógrafos, cujas imagens constituem este trabalho, como Alberto Marques, a quem também agradeço. Ao fotógrafo Yan Boechat. Ao Maykon Santos, pela caminhada, ombro a ombro, no Rádio Clube. Igualmente à minha prima Jéssica Siqueira, que comigo andou pelo seu bairro. Ao Victor Martins, que depois de uma conversa de almoço, lembrou-se noutros momentos de minha pesquisa, apontando para imagens do Diário do Litoral. À Flavia Ocaranza, pelo carinho e diagramação.

Aos colegas de pós-graduação, especialmente aos do grupo Pula!, Sirlene Giannotti, Eric Ito e Barbara Muglia, pela possibilidade de descobrir outra FEUSP. À Telma de Azevedo, pelas conversas nos gramados da Universidade de São Paulo e pelas compreensões do fazer pesquisa. À Bruna Patricia da Silva, de quem fui ledora antes de obter a bolsa de estudos – com ela me reaproximei de leituras filosóficas e de uma universidade com sentido.

À professora Soraia Chung Saura, pelas palavras otimistas que impulsionaram a conclusão desse trabalho a partir de novos diálogos. Às professoras que fizeram parte de minha banca de qualificação, Ana Lúcia Goulart de Farias e Marcia Gobbi. Também, e especialmente, à Anna Karina Bartolomeu, por suas contribuições desde a jornada do mestrado. Ao Erisvaldo Pereira dos Santos, por ser professor que entusiasma a caminhada com contribuições vivas fundamentais, desde minha graduação. Sou grata à professora Rosa Iavelberg, que me recebeu com generosidade para a realização do PAE (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino). Também ao professor Heitor Frúgoli Jr., que, desde o seu campo de trabalho, se disponibilizou a uma leitura crítica, pontual, de parte deste estudo.

Aos que participaram de minha trajetória acadêmica em outros tempos e, indiretamente, mas não de forma menos intensa, participam também desta realização – professores do IFAC e ICHS/UFOP, bem como do DCS/UFMG (especialmente ao Carlos Magno Mendonça, e também ao André Brasil e César Guimarães).

Às funcionárias/aos funcionários das bibliotecas pelas quais passei, especialmente às/aos da Biblioteca Nacional e da biblioteca da FEUSP, e também do Museu da Cidade de São Paulo (João de Pontes Jr., que me recebeu no acervo fotográfico no começo de 2019), da Hemeroteca Mário de Andrade/São Paulo, da Hemeroteca Roldão Mendes Rosa/Santos e da FAMS (muito especialmente aos pesquisadores do setor iconográfico, Mary Carmen e Marcelo Mathias). À Arminda Augusto, editora-chefe de A Tribuna, e também ao Rogélio Gonçalves Santana e ao Gaspar Zaffini, que atenderam prontamente às necessidades da pesquisa no acervo fotográfico do jornal. À Raquel Cuellar, por sua disponibilidade em esclarecer minhas dúvidas quanto ao trabalho do Serviço Especializado de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes da Asspe. À Aline Rezende, pela conversa sobre sua pesquisa de mestrado com crianças moradoras da Vila Gilda. À Andrea Ribeiro Gomes, pela disponibilização de sua tese e dissertação. Ao mestre Kabeça, do Instituto Arte no Dique, pelas conversas e pelas aulas de percussão, que fizeram das minhas idas à Vila Gilda, mais felizes. À Lila, ao Sandro, à Roberta e às demais educadoras/educadores do Arte no Dique, que me receberam sempre que por lá apareci, por seu trabalho da mais alta relevância. Ao Mariano, treinador do Dínamo, pelos diálogos durante os jogos de futebol do Ilhéu Alto.

À CAPES, pelo financiamento e oportunidade do estudo e, consequentemente, pela possibilidade de melhor conhecer a cidade em que nasci pelas imagens e pelo rastro das crianças.

RESUMO

Este estudo aborda a aparição e as "apercebenças" (Didi-Huberman, 2018) do brincar de meninas e meninos no espaço livre público de Santos, no litoral de São Paulo. Ao seguir os rastros e acompanhar as derivas das crianças a partir de fotografias e percursos de observação por ruas, praças e becos nas margens do Estuário, depara-se com um brincar "a céu aberto" (Ingold, 2018a) que provoca a pensar as contradições e os possíveis da cidade. Os percursos se dão em trechos do centro histórico e nos bairros do Ilhéu Alto e do Rádio Clube, onde se caminha pelo complexo de palafitas ali existente – a Vila Gilda. Em todos os trajetos, pelas imagens e na cena viva, chama a atenção a busca das crianças pela água – sejam as do canal estuarino (da maré) ou as das lagoinhas do Mangue Seco. O trabalho vem tratar de certas práticas brincantes como resistência humana e humanizadora, voltando-se para as criações do corpo-a-corpo pelos que brincam em ambiente urbano atravessados por uma "condição politicamente induzida de maximização da precariedade" (Butler, 2019: 46). O material apresentado consiste em um "itinerário formativo" que reúne a literatura percorrida na lida com a pesquisa, seguido de dois exercícios reflexivos e transdisciplinares, feitos na articulação de textos e em montagem com imagens coletadas em acervos e realizadas por fotógrafas/os, pela pesquisadora ou por crianças colaboradoras da pesquisa. Mobilizada pelas fotografias e pelos encontros, a pesquisadora considera a repercussão de certas práticas brincantes como um chamado a conhecer os constrangimentos e as formas de experimentação da vida urbana vividas pelos mais novos, e não só. Como resultado, observando-se a insistência e a resistência de um brincar implicado nos territórios do vivido, se permanece diante da questão: que sonhos de cidade e possibilidades de experiência urbana mantêm-se em latência nessas imagens do brincar?

Palavras-chave: brincar; cidade; fotografia; crianças; infâncias; estudos da infância

ABSTRACT

This study addresses the presence and "glimpses" (Didi-Huberman, 2018) of playing in public open spaces by girls and boys in the city of Santos, on the coast of the state of São Paulo, Brazil. Following their tracks and acompaigning their drifts with photographs and observations through the streets, squares or alleys in the vicinity of the banks of the Estuary, we face playing taking place "in the open" (Ingold, 2018a). The encounter provokes thoughts of the contradictions of the city and of what is possible in and by it. The routes take place through sections of the historical center and in the neighborhoods of Ilhéu Alto and Rádio Clube, where we walk in the complex of stilts there – the favela of Vila Gilda. In all routes, through images and in the live scene, one's attention is captured by children's search for water – whether in the estuary canal (in *maré*), or in the litlle lakes of Mangue Seco. The work looks at certain playful practices as human and humanizing resistance, turning to the embodied creations lived in an urban environment by those who play while crossed by a "politically induced condition of maximized precariousness" (Butler, 2019: 46). The material presented consists of a "formative itinerary" that gathers the literature covered during the research, followed by two reflective and transdisciplinary exercises, done in the articulation of texts and in montage with images collected in archives and made by photographers, by the researcher or by collaborating children. Mobilized by these photographs and encounters, the researcher considers the repercussions of certain playful practices as a call to know the constraints and ways of experiencing urban life by the youngest of us, and not only. As a result, observing the insistence and the resistance of playing implied in the territories of what is lived, the question lingers: what dreams of the city and possibilities of urban experience remain latent in these images of playing?

Keywords: play; city; photography; children; childhoods; childhood studies

SUMÁRIO

16 ÍNDICE DAS IMAGENS

20 ABERTURA

30 MEMORIAL

FORMAS DE PESQUISAR, DE SAIR À RUA E DE VOLTAR PARA CASA 31; PERCURSOS, PERCALÇOS, PERAMBULAÇÕES 37; A PESQUISA, POR ONDE PASSO 40; NÃO CONHECIMENTO, DE LUGAR A LUGAR 42; A PRESENÇA DO BRINCAR NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DURANTE A PANDEMIA 45.

54 ITINERÁRIO FORMATIVO

1. CAMINHANDO ENTRE TEXTOS E IMAGENS PARA COMPREENDER O QUE CHAMAMOS POR "INFÂNCIA" E "CRIANÇA" 55
2. EM BUSCA DO ESPAÇO PÚBLICO SEM MUROS E SEM CATRACAS 65
   2.1. O parque como espaço para infâncias, seu caráter paradoxal 65
   2.2. Breve apontamento sobre Santos 77
3. POÉTICAS ESPACIAIS E PRÁTICAS BRINCANTES 89
4. MENINAS E MENINOS QUE TRILHAM A CIDADE 92
5. EM TORNO DAS IMAGENS (FOTOGRÁFICAS) 101
6. IMAGEM E IMAGINAÇÃO 109

114 DO CAIS À MARÉ: ADMIRAÇÃO E APERCEBENÇAS NA DERIVA PELAS IMAGENS, PELA CIDADE

1. PRIMEIRO PERCURSO 115
   1.1. Puxando os fios da trama: um mergulho no chafariz da praça da República, em Santos 115
   1.2. Errância 121
   1.3. Sobre meninos e chafarizes 128
   1.4. "Soterraram o chafariz!" Para onde foram as crianças? 131
   1.5. Cais 137
   1.6. Adentrando o labirinto 149
   1.7. Perigo! 160
   1.8. 14 anos 170
   1.9. Nas alturas dos trapiches, na velocidade dos modais 170
   1.10. Repetição, aparições efêmeras? 174
   1.11. Políticas públicas e poéticas públicas 177

2. SEGUNDO PERCURSO 182
   2.1. Deslocamentos 182
   2.2. Ponto final: praça Jerônimo La Terza 193
   2.3. Na maré 195
   2.4. Contrastes 201
   2.5. Subindo o morro: breve descrição de algumas brincadeiras do Ilhéu Alto 204
   2.6. Machucar-se, emocionar-se 208
   2.7. Observar, ser observada 211
   2.8. "Vida boa, vida ruim" 216
   2.9. É perigoso brincar na rua? 221
   2.10. Brincar nos becos 225

234 PONTO DE CHEGADA

254 REFERÊNCIAS

274 ANEXOS

ÍNDICE DAS IMAGENS

Capa: Crianças brincam no chafariz em frente à Alfândega, no centro histórico de Santos. Juliana Salles de Siqueira, 2007/2008.
Após resumo: "Meninos nadam na Lagoinha do Mangue Seco". Fotografia de Juliana Salles de Siqueira, 2.11.2020.
1. (p. 33) Visada dos casarões do Valongo, "Após o incêndio de 1985 e anterior ao incêndio de 1992 (ainda aparece um dos blocos)". Autoria desconhecida. Acervo FAMS.
2. (p. 35) Tias, tio e pai no Morro do Ilhéu. Acervo pessoal de Rubeneide Siqueira Costa.
3. (p. 47) "Crianças se arriscam pulando dentro de canal na Zona Noroeste de Santos". André Souza, 2014. Disponível em http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/02/criancas-se-arriscam-pulando-dentro-de-canal-na-zona-noroeste-de-santos.html. Último acesso em 8.10.2020.
4. (p. 78 e 79) Parque Infantil Olívia Fernandes. Imagens que podem ser encontradas no acervo da FAMS sob o registro 03923 à 03927.
5. (p. 81.) Fotografia presente em impresso da administração do então prefeito nomeado, general Clóvis Bandeira Brasil, editado no ano de 1973 e disponível em http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos311d.htm. Último acesso em 24.03.2020.
6. (p. 82) Idem, ibidem.
7. (p. 83) Parque na Areia Branca. Autoria desconhecida. Acervo FAMS.
8. (p. 94) A imagem foi primeiramente vista no acervo do IEB-USP, onde pôde ser encontrada no fundo de Fernando de Azevedo, na forma de recorte, sob o registro FA-SFA-A3/97-8,261. Foi consultada também no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional, que disponibiliza os exemplares da Gazeta de Notícias. Posteriormente, tomei conhecimento de sua presença no trabalho de Sônia Camara (2010).
9. (Envelope) Crianças brincam no chafariz em frente à Alfândega, no centro histórico de Santos. Juliana Salles de Siqueira, 2007.

10. (p. 126) "Se crime não tem idade, por que punição teria?". Registro de adesivo em comércio localizado à rua Quinze de Novembro, 20, em Santos. Juliana Salles de Siqueira, 2018.
11. (p. 129) "Menino na praça da Sé". Fotografia de Rosa Gauditano, 1984.
12. (p. 133–6) "Nas costas da alfândega", percurso das crianças. Juliana Salles de Siqueira, 24.02.2017.
13. (p. 143) Fotografia de Militão de Azevedo. Imagem do acervo do Museu Paulista, intitulada "Porto da Alfândega", sob o registro 1-16904-0000-0000. Reprodução por Hélio Nobre/ José Rosael.
14. (p. 148) "Crianças se refrescam". Fotografia de Paulo Freitas, 2010. Disponível em paulofjfoto.wordpress.com/2011/01/13/chafariz-da-alfandega/ Último acesso em 02.12.2018.
15. (p. 151) "Vista parcial da praça da República em 1906". In: Waldheim, Sophia Pretzel. Album do Centenário, 1939, p. 71. Acervo FAMS.
16. (p. 159) "O edifício da Alfandega em 1910". In: Waldheim, Sophia Pretzel. Album do centenário, 1939, p. 87. Acervo FAMS.
17. (p. 160) Na rua Itororó, arredores da Praça da República, no mesmo ano de 1910. Autoria desconhecida. Acervo FAMS.
18. (p. 163) "Praça Rui Barbosa (na época, o Largo do Rosário) à direita; ao centro a Rua Frei Gaspar. Ao fundo, o Monte Serrat. À esquerda o prédio dos Correios. No centro da rua, policial orientador de trânsito controlando o semáforo manual (inaugurado em 1930) e um bonde da linha expressa X (que circulava nos momentos de maior demanda, como neste caso, cerca de 12h00). No meio da rua, um menino jornaleiro." Descrição que acompanha a imagem do acervo da FAMS. Autoria desconhecida, s/d (estima-se anos 1930).
19. (p. 165) "À esquerda, o Palacete da família Aranha, na esquina da Av. Conselheiro Nébias com Rua General Câmara". Autoria desconhecida, década de 1900. Acervo FAMS.
20. (p. 169) "Vista atual da praça da República". In: Waldheim, Sophia Pretzel. Album do Centenário, 1939, p. 78. Acervo FAMS.
21. (p. 173) "Vista parcial do antigo Largo do Rosario, mostrando

as demolições procedidas para converte-lo na atual praça Ruy Barbosa – destaca-se, à direita, a velha igreja do Rosario, demolida posteriormente para construção, no mesmo local, da óra [sic] existente". In: Waldheim, Sophia Pretzel. Album do Centenário, 1939, p. 29. Acervo FAMS.

22. (p. 174) Diário do Litoral. Edição nº 5124, ano XIV, terça-feira, 22 de outubro de 2013. Acompanhada da seguinte legenda: "Calor de primavera – grupo de garotos se refresca em fonte em frente à Alfândega, na tarde quente de ontem, no Centro de Santos. Termômetros chegaram a marcar 37º". Fotografia de Matheus Tagé.

23. (p. 175) Diário do Litoral. Edição nº 5099, ano XIV, sexta-feira, 27 de setembro de 2013. Com a legenda: "Crianças se refrescam no canal do estuário, ontem à tarde". Ambas as imagens anteriores foram publicadas na seção "Imagem do dia". Fotografia de Luiz Torres.

24. (p. 181) "Soterraram o chafariz!" Fotografia de Juliana Salles de Siqueira, em 25.07.2018.

25. (p. 185) Acervo fotográfico do Jornal A Tribuna. Pasta Santos – Bairros – Zona Noroeste. Envelope 62.190. Assunto: Vila Gilda. 14 de abril de 1992. Pose 3. Fotografia de Anésio Borges.

26. (p. 192) Fotografia de Alberto Marques publicada em A Tribuna, 21 de fevereiro de 2005.

27. (p. 194) "Meninas brincado de pega-pega alto, na Praça Jerônimo La Terza". Fotografia de Juliana Salles de Siqueira, em 06.02.2020.

28. (p. 196) "Mergulho no Rio dos Bugres, no Marruquinho". Fotografia de Juliana Salles de Siqueira, 29.01.2020.

29. (p. 203.) "Meninos nadam na Lagoinha do Mangue Seco". Fotografia de Juliana Salles de Siqueira, 2.11.2020.

30. (p. 216) Acervo fotográfico do Jornal A Tribuna. Pasta Santos/Chuvas. Envelope 83.291. Assunto: Zona Noroeste/garotos surfando no campo de futebol (...). 10 de janeiro de 1998. Pose 37. Fotografia de Mingo Duarte.

31. (p. 217–8) "Chuvas – Na Zona Noroeste, crianças 'surfam' nas poças com pranchas improvisadas". In: A Tribuna. Santos, sexta-feira, 29 de março de 1991. Ano XCVIII, no 4, p. 1. Pasta Santos – bairros – Zona Noroeste. Envelope 57.602 Assunto: Zona Noroeste: Canal Jardim Radio Club/Surf no asfalto. 28 de março de 1991. Pose 9. Fotografia de Roberto Konda.

32. (p. 229–230) Meninos brincam de sinuca. Fotografias de Fernanda Luz, acervo pessoal da fotógrafa. 2004.

33. (p. 231) Pipa no beco. Fotografia de Fernanda Luz, acervo pessoal da fotógrafa. 2004.

34. (p. 231) Acervo fotográfico do Jornal A Tribuna. Pasta Santos – Bairros – Zona Noroeste. Envelope 55.006. Assunto: Vila Telma – maré cheia (Zona Noroeste). 03 de setembro de 1990. Pose 29. Fotografia de Arnaldo Giaxa.

35. (p. 232–233) Meninos correm pelos becos. Fotografias de Fernanda Luz, acervo pessoal da fotógrafa. 2004.

36. (p. 246) "Um navio estacionado na porta de casa". Fotografias de Yan Boechat. Disponíveis em <https://medium.com/yanboechat/um-favela-dentro-do-maior-porto-da-america-latina-b7693673ec2f. Último acesso em 03.06.2021>.

37. (p. 248) Fundo Jornal da Orla, Zona Noroeste, Dique da Vila Gilda, 76. Acervo FAMS. Autoria e data desconhecidas.

38. (p. 249) Fotografia de Araquém Alcântara. In: Alcântara, Araquém & Romanini, Vinicius. *Projeto Dique*. Santos: Cidade de Santos, 1993. s/p.

39. (p. 252) Uma tarde de setembro de 2020 na lagoinha do Mangue Seco. Fotografias de Ryhan Jimmy.

40. (p. 253) Uma tarde de setembro de 2020 na lagoinha do Mangue Seco. Fotografias de Kathleen Callegari da Silva.

Imagem final: (p. 283)No pátio dos caminhões, ao lado das lagoinhas. Fotografia de Juliana Salles de Siqueira, 2.11.2020.

ABERTURA

"A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso a cidade é o lugar da educação e da reeducação."

Milton Santos em *Metrópole: a força dos fracos é seu tempo lento*, de 1993 (2013: 79)

Quando ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, apresentei o projeto de pesquisa intitulado "Sonho e infância na imaginação do espaço comum: as praças-parques como lugar de reinvenção da cidade e de formação de crianças". O projeto era pensado desde 2015, mas apenas em 2017, no ano seguinte ao golpe parlamentar vivido no Brasil, ele foi iniciado. Estávamos atônitos, e continuamos assombrados. À época, interessada em investigar certos espaços materializados em diferentes cidades e concebidos por artistas e arquitetos com vistas a crianças, perguntava-me sobre as perspectivas de infância, educação e cidade que algumas de suas proposições dariam a ver. Em uma primeira aproximação ingênua, estranhava os elementos caracterizadores das praças-parques, com seus balanços, gangorras, escorregadores ou tanques de areia, me perguntando sobre a criação e a conservação dessas formas, a convocar certos movimentos e a se tornarem, desde finais do século XIX (Cf. Niemeyer, 2002), espaços reconhecíveis do brincar nas paisagens das cidades, tidos como apropriados às necessidades corporais infantis em contextos urbanizados (Nelson, 1913; Miranda, 1938; Trachsel & Ledermann, 1959). Nesse momento, já percebia que os parques traziam questões que extrapolavam uma tipologia arquitetônica, e que as diferentes proposições ao longo do século XX evidenciavam especificidades em lidar com crianças em contexto de penúria ou risco quando elas passavam a ser tratadas como um "problema urbano".

Distanciei-me do desenho desses espaços à medida que fui interrogada pela incursão de certas meninas e meninos em lugares não previstos à sua inscrição brincante. Essa interrogação foi disparada pelo reencontro fortuito com uma série de fotografias realizadas por volta de 2007, o qual originou o texto apresentado no item 1 do tópico intitulado "Admiração e apercebenças na deriva pelas imagens, pela cidade". Tal item seria, portanto, um bom ponto para iniciar a leitura do material que ora se apresenta, o ponto em que ele de fato começou, embora apareça apenas ao final da organização proposta. A

partir das indagações lançadas por simples imagens desfocadas de crianças nadando no chafariz da Praça da República, em Santos, retornei a esta praça com outro olhar para a presença de meninas e meninos por ali, surpreendendo-me, e me lancei para outras imagens de arquivo deste mesmo perímetro urbano, as quais me permitiram ver as aparições dos mais novos na contextura urbana, seguindo os seus rastros nesse trecho da cidade em diferentes tempos. Dessa forma, junto às leituras que marcaram meu ingresso na FEUSP (das quais destacam-se Frangella, 2009; Gregori, 2000; Milito e Silva, 1994), orientei minhas reflexões desde um ponto de vista do rastro das crianças (em diferenciação às proposições a elas devotadas), de seus gestos, invenções e usos do espaço livre público[1] – com especial interesse para aquilo que viria a chamar de *poéticas espaciais* e *práticas brincantes.* Tais termos estão incorporados ao longo do texto e faço uma pausa para esclarecê-los no item 4 do "Itinerário formativo".

Ao concentrar minhas caminhadas em Santos, no litoral de São Paulo, me deparei com intensas desigualdades localizadas e tracei trajetos no centro histórico e na Zona Noroeste do município (Rádio Clube e Ilhéu Alto), áreas conhecidas por problemas habitacionais de longa data, cortiços e favelas. Santos ostenta superlativos: é aquela onde está o maior jardim linear de praia do mundo, o maior porto da América Latina e, também, a maior favela de palafitas do Brasil, a Vila Gilda (nos domínios do bairro Rádio Clube, cuja extensão é visível do Morro do Ilhéu). Enquanto os investimentos de todo tipo se voltam para a orla, a cidade-espetáculo mantém-se de

1 Para uma definição de espaço livre público, cf. Queiroga, 2014. "O sistema de espaços livres públicos constitui o principal subsistema de espaços livres voltados à esfera de vida pública (geral e política), notadamente os bens de uso comum do povo. Na urbanização contemporânea brasileira, empreendimentos privados de grandes proporções por vezes assumem o papel de provimento de espaços livres formalmente qualificados, no entanto, via de regra, apresentam acessibilidade muito reduzida e altamente controlada, enfraquecendo a esfera de vida pública geral, sobretudo na escala de vizinhança. Tais empreendimentos vêm se realizando não apenas nas grandes metrópoles, mas também em cidades médias. (...)" (Ibidem: 113)

costas para o seu estuário e rios, cuja paisagem conforma os trajetos mencionados e nos marca.

Em 2020, quando a pandemia do novo coronavírus alcançou o Brasil, agravada por uma política de saúde pública pífia, por muitos identificada como genocida[2], eu realizava um segundo exercício de observação em Santos, desta vez já no sentido da Zona Noroeste. Circulava pela Vila Gilda, onde a precariedade das moradias e o diminuto espaço dos barracos eram apenas um dos fatores que dificultavam a realização do isolamento social. Somando-se o fato de a escola e os outros espaços de assistência voltados às crianças estarem fechados, os espaços livres públicos – as ruas, as praças, os becos – foram ainda mais procurados por algumas meninas e meninos.

Nossas observações aconteceram com crianças cuja "condição politicamente induzida de maximização da precariedade" (Butler, 2019: 46) é flagrante e acreditamos que o desvelamento da redistribuição desigual das violências e vulnerabilidades não deve desconsiderar ou eclipsar suas práticas e poéticas, que nos mostram com vigor as contradições da cidade e abrem possibilidades de reimaginá-la extravasando as experiências urbanas que se restringem a deslocamentos utilitários ou ao lazer "administrado"[3].

Nos trajetos traçados, elegemos situações e imagens que jogam com a nossa imaginação[4] acerca da experimentação do próprio espaço público, compreendido aqui como o sentido profundo da cidade, onde os conflitos se apresentam e a cidadania se realiza e se torna realizável (Carlos, 2007). Do centro histórico à Zona Noroeste e, especificamente, às áreas de palafitas, este sentido se aprofunda ou se agudiza, levando-nos a

2 Alcançando um número de 500 mil mortos em todo o Brasil em junho de 2021, ou seja, 15% a mais do número total da população moradora da cidade de Santos.
3 Utilizamos "administrado" no sentido empregado por Koschelny (2016).
4 Para Didi-Huberman "não há imagem sem imaginação" (2012). Para Bachelard: "[a imaginação] é sobretudo a faculdade de libertar-nos das imagens primeiras, de mudar as imagens. Se não há mudança de imagens, união inesperada de imagens, não há imaginação, não há *ação imaginante*" (2001: 1)

pensar, por exemplo, na imbricação entre o brincar e o "direito à cidade" (Lefebvre, 1991 [1968]). Este, inclui e avança no entendimento dos direitos fundamentais ligados à ocupação do espaço urbano, como o próprio direito à moradia, tratando da criação e usufruto pleno da vida urbana, incluindo aí a festa, as brechas, a dimensão estética constituinte do cotidiano.

...Festa, brechas, dimensão estética constituinte do cotidiano: nisso se implica fortemente o brincar. Como expressão estética e criadora de relações e de lugares, como prática de fazimento e elaboração do mundo, trata-se de uma atividade em que a concentração do corpo, em sua potência para a ação imaginante e transformadora, volta-se para a fruição e a convivência generativa da vida humana. Liga-se, assim, intimamente, também à saúde, individual e coletiva, donde acreditamos que a presença de práticas brincantes nos espaços livres públicos, sobretudo quando originadas da vontade de reunião dos brincantes, pode ser indício de vivacidade comunitária, vitalizando os lugares e as relações com grande potência terapêutica – para quem brinca, para quem testemunha o brincar, para quem se "apercebe" do mesmo.

Acreditamos que a aparição das práticas brincantes pelas ruas, praças e becos, e o que ela nos provoca, suas "apercebenças", podem nos levar a novas sensibilidades de onde e como vivemos. Com o termo apercebenças, queremos nos referir a uma mobilização da atenção que acontece quando um fenômeno nos "captura" de passagem. A palavra é uma tradução possível para *aperçues*, feita por Guilherme Ivo (com revisão técnica de Etienne Samain) para o livro de ensaios "Imagens-ocasiões", de Georges Didi-Huberman. Segundo o autor francês, "digo 'apercebença' quando aquilo que me aparece deixa, antes de desaparecer, algo assim como o arrasto de uma questão, de uma memória ou de um desejo. É algo assim que dura um pouco mais de tempo que a própria aparição (...)." (Didi-Huberman, 2018, 35).

Ao olharmos para as fotografias ou caminharmos pela cidade com especial interesse pelos gestos de meninas e meninos, fomos provocadas pelo próprio sentido ético de imaginar

a vida em sua vivibilidade conservadora da potência de viver – algo que não se encerra na história, mas nela se abre – quando os encontros nos mostraram formas de resistir, criar e fruir (n) os lugares. Percorrendo imagens de arquivos históricos[5] e também imagens contemporâneas de arquivos pessoal e midiático, nosso material de pensamento foi se formando, e o que estava disperso foi reunido e aproximado pela figuração das crianças. Caminhamos pelos lugares de tomada das imagens. Nas caminhadas, novas imagens foram produzidas, levando a outros movimentos, da rua aos arquivos, e vice-versa.

Os percursos realizados, as indagações abertas e algumas das imagens selecionadas são apresentados ao longo da segunda parte do estudo, seu núcleo, identificada pelo título "Admiração e apercebenças na deriva pelas imagens, pela cidade". É nessa parte que damos a ver o modo como nos exercitamos e nos implicamos com o fenômeno do brincar, ou seja, que expressamos nossas apercebenças das práticas de crianças encontradas ao longo de caminhadas e por imagens. Anteriormente, na parte do "Itinerário formativo", apresentamos um conjunto de leituras sobre os assuntos que cruzam o estudo e o fundamentam, lançando também algumas hipóteses ou perguntas que nos acompanharam ao longo do período de nossa formação. Retornamos diversas vezes a esses textos do "Itinerário", reeditando excertos ao passo que íamos para a rua. Isso faz deles um material de estudo com vários atalhos. As hipóteses e perguntas não foram necessariamente respondidas, mas alimentadas, de forma que consistem em enquadramentos que podem instigar o olhar que se volta para a presença das crianças nas cidades.

Embora por vezes efêmera e intangível, a presença de crianças nas cidades é passível de investigação em/com fotografias, algumas das quais compõem o material de pensamento desta pesquisa. Pendurando-se em um poste, sendo pingente

5 Sobretudo os arquivos da Fundação Arquivo e Memória de Santos e do jornal A Tribuna, da mesma cidade.

no bonde ou mergulhando num pequeno lago aberto pela chuva, as imagens apontam para práticas brincantes e poéticas de espaço que expressam modos de lançar-se material e simbolicamente na cidade, fazendo-a. Olhar para essas ocupações e incursões no espaço livre público nos permite rastrear algo dos lugares que meninas e meninos, nas conflagrações dos marcadores de diferença de seu tempo, têm procurado e sido permitidos, atravessando gerações e provocando-nos à reflexão.

O ato das crianças, que nas imagens resta, é visto aos nossos olhos como atitude estética de quem subverte espaços ou neles se implica com o intuito de brincar, fruir, aventurar-se, criando-os e modificando temporariamente as regras de seu uso ou sua destinação prevista. Tal atitude estética é enfatizada como resistência ao passo que lida com situações as mais adversas em seu acontecimento, que se dá por vezes em condições precárias, envolvendo, inclusive, sua presença no atual contexto pandêmico.

Parte-se da premissa de que crianças, devido também ao seu recente ingresso no mundo, são capazes de produzir nele estranhamento e acontecimentos improváveis, potentes para a desnaturalização de certas formas que constituem o estar na cidade de seus contemporâneos. Ao se lançarem em lugares imprevistos ou tidos como impróprios, lançando também suas questões, verbal ou corporalmente, não tomam o mundo como um dado e, desta feita, as relações em que se enredam podem se tornar intensivas para a observação das dinâmicas culturais constituintes do fazimento das cidades, sobretudo quando endereçamos a elas um olhar atento às possibilidades de recriação do mundo e não apenas de sua reprodução.[6] Estamos de acordo com

6 A leitura de Flávia Pires (2010) conflui com este trecho. Ao retomar Margareth Mead e apresentar-nos à formulação de Tim Ingold de que "o corpo se constitui à medida da vivência cultural" (2010: 153), Pires afirma que a cultura, em sendo dinâmica, "não está localizad[a] em lugar algum, mas pode ser pesquisad[a] nas relações entre as pessoas. As crianças não apenas são ensinadas pelos adultos, como também ensinam aos adultos e aos seus pares. No entanto, ser criança comporta uma ambiguidade que ao pesquisador torna seu objeto ainda mais fascinante. (...) Elas tudo questionam, não tomam o mundo como dado. Por isso, observando as crianças é mais fácil observar a cultura em ação, o processo de "tornar-se" cotidiano (...)" (2010: 152)

Ciro de Carvalho Becker Leite, quando este diz que "as crianças abrem espaços de crítica e criação, através dos nossos encontros possíveis com aquilo que excede a sua representação" (2016: 22).

Com o passar dos meses, circulando nos espaços livres públicos atenta às práticas brincantes e poéticas espaciais de meninas e meninos, os contatos tornaram-se não apenas triviais, como conversas urbanas corriqueiras, mas também passíveis, por minha reiteração em seus lugares do brincar, de ampliação de diálogo e de diferentes metodologias para "seguir a conversa". Nesses percursos trilhados, as imagens produzidas despertaram também, nos meninos e meninas, o desejo pelo uso do equipamento fotográfico, como foi o caso do Ihéu Alto. Na Vila Gilda, as crianças estiveram interessadas em meu caderno de anotações, no qual desenharam, levando-me a voltar depois, ao Areião, com giz, tintas e papéis maiores.

Nesta "abertura" para o texto que se apresenta, cabe ainda fazer algumas menções importantes. No que tange ao uso das imagens e as implicações éticas daí decorrentes, decidiu-se pela utilização de fotografias de acervo e priorizou-se as já publicadas em jornais. Quanto as feitas por nós ou pelas crianças colaboradoras da pesquisa, foram mantidas aquelas imagens em velocidade baixa, com enquadramento ou em condição de luz nos quais o reconhecimento das personagens não se faz claro, preservando assim suas identidades. Embora as crianças tenham estabelecido conosco relação de confiança e colaboração, conhecendo, sendo informadas e contribuindo com a pesquisa, esta foi a opção que nos restou dada a finalização do trabalho em meio aos agravamentos da pandemia, o que trouxe dificuldades em retornar aos locais para conversar com as mesmas e com as/os adultas/os sobre formalidades indispensáveis. Isso também foi dificultado pelo contexto de nossa mobilidade e fluxos que, algumas vezes, não permitiram acesso a todas as/os responsáveis ou mesmo reencontros entre nós (sobretudo na Vila Gilda).

Embora a câmera fotográfica estivesse presente como mediadora relacional em algumas ocasiões (com ênfase no

Ilhéu Alto), gerando conversas com as crianças sobre a operação do equipamento (uma câmera reflex monoobjetiva digital), nosso contato se deu de modo a facilitar a experiência de produzir imagens com um aparelho a elas incomum e interessante, priorizando a qualidade relacional e experimental dos encontros em diferenciação à captação de uma "boa imagem" no seu sentido eminentemente formal.

No Ilhéu, as imagens produzidas, reveladas e levadas posteriormente em papel aos meninos e meninas, em encontros esperados, consistiram majoritariamente em retratos e registros dos jogos de futebol do Dínamo. Juntos também fizemos algumas fotografias nos percursos pela trilha do morro em direção aos laguinhos do Mangue Seco. A utilização do conjunto de imagens conduziria a outros percursos de montagem, mas sua incorporação se mostrou inviável tanto devido às formalidades da pesquisa quanto às dificuldades de continuarmos nos encontrando para melhor definir como se daria tal incorporação. Ainda assim, tudo o que ficou no fora-de-campo desse texto-montagem é constituinte do que o possibilitou e incide nele.

No que diz respeito à identificação das meninas e meninos pelos seus nomes próprios, à exceção da autoria das imagens, os substituímos por novos, alguns dos quais com a sua participação na criação desses nomes fictícios: é o caso de Cabuloso, Bryan e Anarie.

Nesse estudo optamos na maior parte de sua escrita pela segunda pessoa do plural. Isso de forma alguma diz respeito à remissão a um plural majestático, com pretensão neutra ou universalizante, mas antes se vincula ao reconhecimento de que essa pesquisa se realizou rodeada por textos, pessoas, colaboradoras/es inscritas/os nessa escrita plural, ainda que enunciada a partir do ponto singular em que se assume a responsabilidade pelo dito e a tentativa de pensar por si mesma, revisitando temas que vêm sendo trabalhados por diversas pesquisadoras e pesquisadores, com o intento de deixar uma pequena contribuição marcada existencialmente por provocações testemunhadas e vivenciadas.

MEMORIAL

"Não nos banhamos duas vezes no mesmo rio, porque, já em sua profundidade, o ser humano tem o destino da água que corre."

Bachelard (2018: 7)

FORMAS DE PESQUISAR, DE SAIR À RUA E DE VOLTAR PRA CASA

Nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas.

Bachelard (s/d: 23)

— Isso, possivelmente, forma parte de uma espécie de pedagogia; não se deve entregar ao leitor uma "história" perfeitamente transparente.
— A pedagogia e o gosto pelo Labirinto?
— Sim, uma prova iniciática ao mesmo tempo.

Eliade em conversa com Claude Henri-Rouquet (1987: s/p)

Foi em um pequeno apartamento do centro de São Paulo, em um prédio com tantos inquilinos chineses que os bilhetes dos elevadores eram bilíngues, que parte dessa pesquisa foi escrita. Ao abrir a porta de casa, à qual me acostumei a chamar de "aquário" – devido às suas amplas janelas voltadas para outras janelas, com pouca incidência de luz –, recorrentemente me dirigia à rua Santa Efigênia, fosse para seguir em direção à estação São Bento ou para dar um pulo na padaria. Travessia cotidiana, lá, por diversas vezes numa única passagem, ouvia a pergunta: "Qual é a sua pesquisa hoje?". Os vendedores de eletrônicos por certo não poderiam imaginar o modo como essa simples questão de seu ofício repercutiria em mim, no constante trabalho de redefinição da pesquisa, já que os estudos e as caminhadas me desviavam, dia a dia, das possibilidades de realização de um "projeto" conforme o inicialmente submetido para o meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo.

As presenças, que eu buscava e me capturavam, convocavam certo modo de aproximação das aparições singulares

de meninas e meninos que, vez ou outra, pareciam rir das condições previstas da pesquisa, esgarçando horizontes... Presenças brincantes e efêmeras que despontavam em lugares nem sempre previsíveis, implicando-nos em outras "apercebenças" ao sermos capturadas por elas. De que formas as crianças apareciam na cena urbana e inventavam a cidade com suas práticas brincantes, em espaços tão hostis à sua presença, e não só à delas, mas também à dos adultos, na maior parte desatentos de sua capacidade brincante? E, diante da pandemia, quais lugares e brincares persistiam nas áreas que vieram a compor nossos percursos?

"Qual é a sua pesquisa, hoje?", ecoava mais e mais, gerando perguntas em espiral...

Acompanha esse movimento uma necessidade de desescolarizar a pesquisa, liberá-la da carteira para outras posições da cervical ou da lombar, abandonar o "pensamento sentado" (Baitello Jr., 2012)... Como construir para si um corpo ativo na pesquisa, e a pesquisa nas trocas vivas do corpo-a-corpo? Ao rastrear presenças brincantes de meninas e meninos na cidade de Santos, procurando por suas *poéticas espaciais* a suspender o tempo-espaço produtivista do centro urbano, continuo me perguntando sobre como presentificar no texto essa abertura, dos becos da cidade à escritura. Para o corpo que busca compreender e escreve, e que se transforma com o conhecer, nem sempre os caminhos são vivificantes, e experimenta-se também em angústia ao entrar em temas mais árduos ou em lugares que carregam marcas de sofrimento, estigma ou escassez. Assim, também o estudo por vezes abisma, e coloca o conhecimento diante duma questão fundamental: pode este contribuir ao bem-viver? Sem utilitarismo: ao que se presta? Sem pedagogismo: como torná-lo partilhável? Questões postas em diversos tempos também por amigas/os e autores aqui arrolados na ânsia do fazer da pesquisa, vida, e da vida, pesquisa.

Nessa aproximação entre a vida e a pesquisa há a busca por desalojar estereótipos formadores, ampliar a formação, e

levar outras vidas-imagens ao projeto de pesquisa inicial, que se mostrou insuficiente. Pois foi nas errâncias de um projeto primeiro que fui remetida à minha cidade natal, num desvio pelo encontro com velhas fotografias numa caixa, em um momento que a pesquisa ainda não contava com o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). Este encontro, no estágio em que eu me havia com o tema das infâncias pelas cidades, inaugurou outra perspectiva, atenta às práticas das crianças em detrimento das proposições a elas devotadas, e me fez adentrar em territórios mais íntimos a mim: ruas, lugares e relações que faziam parte de uma paisagem que eu havia deixado para trás desde a minha graduação, quando me mudei para Minas Gerais. Era então a ocasião de retomar a minha cidade natal e algumas paisagens específicas que me habitavam – a bacia do mercado, de onde pegava a catraia para visitar minha vó em Vicente de Carvalho; o centro, que tanto fiz questão de levar amigos para conhecer, durante a minha adolescência; os antigos casarões e suas ruínas, depois transformados em Museu como ficções memoriosas a despeito das histórias locais...

[1]

AUTORIA DESCONHECIDA. ACERVO FAMS.

Este foi também um encontro com uma cidade marcada pelas histórias e memórias daqueles que me eram próximos, familiares e amigas/os. Foi se abrindo, assim, uma espécie de cartografia que me aproximava ainda mais de algumas situações e lugares para os quais me interessava olhar, criando camadas de afetos e sentidos. Meu pai me contava sobre sua própria experiência do brincar na cidade quando pequeno, dividindo comigo suas aventuras de menino no manguezal do Rádio Clube, quando ainda não havia por lá a Vila Gilda como imensa favela sobre palafitas, a acomodar hoje milhares de famílias de trabalhadoras e trabalhadores.[7] Em uma imagem, se vê minha vó, pai e tios sobre embarcação no Rio dos Bugres ou, como ainda dizem, rio dos Bagres. Os caranguejos, ele me conta, eram muitos à sua época, e os meninos se reuniam para ir "catá-los". Reuniam-se os irmãos para brincar também no morro do Ilhéu, como na foto 2. Comia-se muito caranguejo na casa de dona Adorívia, minha avó paterna, que criou seus sete filhos no mais das vezes sozinha, enquanto meu avô, exímio mestre de obras, viajava a trabalho, construindo edificações por toda parte, levando todos à Brasília, onde foi ser candango.

7 Segundo dados presentes em Fabiano e Muniz (2010), em 2007 eram 6 mil famílias a residir na Vila Gilda. Assim como a origem da família de meu pai, que migrou para Santos no começo dos anos 1960, segundo Gomes e Ghoubar, "a origem dos moradores da área da Favela do Dique é, quase em sua maioria, descendente ou migrante do estado de Pernambuco, caracterizando uma forte ligação com a cultura nordestina em todos os seus aspectos" (2004, s/p). Gomes já havia incorporado este dado em sua dissertação de mestrado: "Segundo pesquisa fornecida pela Cohab-St, 90% dos moradores da Favela do Dique de Vila Gilda são provenientes do Nordeste brasileiro, sendo que do total 60% vieram do estado de Pernambuco." (2000, s/p)

[2]

AUTORIA DESCONHECIDA.

O cais, que me fascinava desde menina com seus sons, buzinas de navios, gruas, lâmpadas amarelas, o qual mais tarde pude percorrer de bicicleta pela av. Perimetral na contramão do fluxo masculino que leva os homens ao trabalho portuário, fazia pensar no meu avô materno. Carvoeiro, e depois maquinista, pilotando as locomotivas viu no cais o fazimento de boa parte da sua vida, transmitindo aos seus filhos o valor do trabalho como forma de construção de uma vida digna, a despeito de quaisquer dificuldades. Enquanto isso, minha avó materna, raiz primeira que partiu no meio deste meu processo de formação, tocava o lar em muitas jornadas, contribuindo financeiramente com o seu trabalho como empregada doméstica, lavadora, passadeira, costureira e, por fim, dona de casa. Com ela, descobri o apreço pela literatura: na sua casa de Vicente de Carvalho, ela me contava, antes de dormir, suas incríveis histórias embaixo do mosquiteiro, às quais voltávamos repetidamente e sempre de "novo". Ali me falava também sobre sua paixão pelos livros: quando muito jovem, já em Santos, trabalhava na casa de dona Dulcinda do Rio de Janeiro. Devia ser por volta de 1938. Ela corria pra deixar tudo bem limpo: areava as panelas, quarava as roupas e encerava o chão, como de costume. Tinha bastante experiência nisso, pois fazia desde os seus 8 anos. Mas era na casa da tal de dona Dulcinda que ela batia

seus recordes em velocidade. Corria para acabar o serviço mais cedo porque, assim, podia se esconder no escritório. Lá, subia a escada e escalava a parede de livros em busca de algum romance de título inspirador. Aconchegada no tapete, chegava a hora mais esperada do seu dia.

Essas e outras memórias compunham minha vivência e imaginário da cidade, marcados pelos meus percursos para visitar minhas tias ou pegando a catraia na Bacia do Mercado, como já dito, indo visitar os meus avós maternos. Devido a esses e outros deslocamentos, e a certa sensação de saber a cidade com o corpo – distâncias, números, trajetos de ônibus –, eu julgava conhecer bem a cidade em que cresci. Seguindo os encontros e acasos da pesquisa, contudo, me voltei de forma diferente para esse território múltiplo, repensando também os lugares que constituíram minha própria experiência do brincar na rua – experiência esta que esteve ligada às visitas às casas de minhas tias, principalmente Neide e Tânia, no Saboó e no Rádio Clube, na zona Noroeste de Santos, ou às praças próximas de casa, no outro extremo da cidade, para onde ia na companhia de meu pai.

Ao ingressar nos arquivos e rastrear imagens, fui levada a uma série de indagações: primeiro, sobre os modos de ocupação por meninos e meninas do centro histórico de Santos: as imagens levando à certa *poética espacial* na cidade, e vice-versa. Houve, nessas buscas e idas-e-vindas que se completam no ato de escrever, a tentativa de uma espécie de "restituição": um modo de mostrar o que de mais importante foi encontrado ao circundar o tema das incursões lúdicas/estéticas de meninos e meninas pelo centro e zona noroeste. Restituição no sentido de fazer circular novamente, de "devolver" as imagens dessas *poéticas* com as quais me deparei. Nas palavras de Didi-Huberman: "É preciso instituir os restos: tomar nas instituições o que elas não querem mostrar – o rebotalho, o refugo, as imagens esquecidas ou censuradas – para torná-las a quem de direito, quer dizer, ao 'público', à comunidade, aos cidadãos" (Didi-Huberman, 2015: 206).

Assim, ao partir das imagens de crianças e jovens mergulhando no chafariz ou da observação de seus altos mergulhos em área interditada aos cidadãos, somos devolvidas/os a imagens e à possibilidade de imaginação de uma cidade que se quer praticada, vivenciada, sentida ou percebida na sua riqueza sensorial e provocativa. Ao percorrer as áreas de palafitas, ficou-nos ainda mais evidente a resistência caracterizadora de certas práticas brincantes, adentrando espaços em sua "vontade de anatomia" (Bachelard, 2019: 8). No movimento de acompanhar certas crianças pela cidade e nas imagens, ao passo que fui cercada de questões estruturais, vitais e históricas acerca da formação do espaço urbano público no Brasil, da rua, com suas lógicas de segregação, expulsão e criminalização, me encontrei com um imaginário incomum, gestos de meninos e meninas a desvelar outra imaginação da cidade em seu cotidiano.

Instantes, sobrevivências dos que um dia foram identificados por "fujões", "vadios", "menores", "de rua", conforme o vocabulário estigmatizante encontrado em documentos do início do século XX, em jornais, estudos, ou, hoje, no senso comum do "homem simples" (Martins, 2008) a repetir velhos bordões. Essas sobrevivências nos levaram a buscar a depuração de um olhar pesquisador devotado a certas incursões de crianças, a aguardar suas aparições e buscar por uma visibilidade fora dos espectros da carência, da delinquência e do abandono (termos apresentados por Gregori, 2000; Veiga, 1999).

PERCURSOS, PERCALÇOS, PERAMBULAÇÃO

> É preciso estar ocioso para falar sobre a imaginação vadia.
>
> Bachelard (2008: 27)

Em março de 2018, fiz um percurso para descobrir as razões da intervenção em um equipamento urbano do centro histórico de Santos, intervenção esta que impedia a apropriação histórica e brincante feita por gerações de meninas e meninos das imediações.[8] Embora pudesse parecer uma intervenção corriqueira e necessária, decorativa ou "protetiva", posto que o espaço não é consensualmente visto como adequado à brincadeira, cheguei à prefeitura para saber o que de fato havia motivado o poder público a fazer uma modificação num dado chafariz. Apresentando-me como pesquisadora, minha presença curiosa, de difícil decifração, levou a engenheira que me recebeu para falar dos projetos previstos para o centro histórico, bem como da obra realizada no dito chafariz, a perguntar: "você trabalha?"

Esta pergunta, no contexto em que estávamos, não dizia respeito a uma indagação interessada, mas a um julgamento que, por fim, guardava a pergunta "você não tem mais nada a fazer?" O tempo e o fazer da pesquisa, que à certa altura contou com financiamento, permitiu, assim, que eu (assim como outros colegas na mesma situação) ocupasse uma espécie de limbo, nem trabalhadora nem desempregada, passível de experimentar um tempo ocioso fundamental para elaborar e buscar outras leituras de mundo, capaz de me demorar em assuntos e imagens para os quais os relógios de ponto muitas vezes não permitem olhar, experimentar ou indagar.

Diante do material coletado em encontros geradores de observações vivenciais, no arquivo da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), no acervo fotográfico do jornal A Tribuna, na hemeroteca Roldão Mendes Rosa e bibliotecas, foi surgindo, pouco a pouco, na deriva da pesquisa, uma série de desconhecidos: gestos, palavras, imagens nas entrelinhas e "rebotalhos" a sacudir minha própria perspectiva de "infância" e "criança", cuja desconstrução demandou não apenas a leitura ou citação de clássicos (Ariès, 1986 [1962]), mas o exame de minha própria formação e de seu lastro na interação com outras crianças, fazendo, assim, do estudo a afirmação da possibilidade de outras práticas relacionais presentes.

8 Como se verá adiante, na segunda parte deste material.

Da auto-observação às alteridades descobertas e vice-versa, surgia a questão: como fazer da pesquisa também uma "devolução" (op. cit.) de outras imagens, como aquela de dezenas de meninos e meninas ocupando o plenário do Senado no II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 1989, numa abertura histórica sem precedentes, acontecimento de uma democracia que ainda não nos aconteceu, também em sua promessa de justiça social? Ou outra, ínfima, a despontar de forma disruptiva num cotidiano de vizinhança, em alguma esquina ou depois de um dia de chuva, pela noite, na simples presença de uma menina com seus patins, fruindo um espaço pouco permeável? Promessas – de cidadania e de cidades brincantes em pequenos gestos abridores de outras potências presentes, presenças possíveis...

O material aqui reunido é uma tentativa de organizar uma trajetória, uma "perambulação", no sentido que Tim Ingold (2018a) aponta: o conhecimento é forjado "não pelo ajuste dos dados da observação dentro dos compartimentos de uma classificação recebida, mas por meio de histórias de peregrinação" (2018a: 229), "no movimento de lugar a lugar" (2018a: 228). Nesse sentido, as caminhadas que deram em ruas sem saída não foram menos importantes: as tentativas de pesquisar, por exemplo, no acervo do Museu do Porto, indo presencialmente e enviando e-mail formal sem que obtivesse resposta; a busca por plantas e documentação que indicassem as modificações feitas em "espaços para a infância" de Santos, tal qual a praça André Rebouças, busca realizada primeiramente na Prodesan[9], o que rendeu uma conversa sobre a remoção de sua mapoteca nos anos 1980 e a escuta de perspectivas conflituosas da política local, indicando-a como responsável pela não existência de documentação de interesse público que pudesse ser acessada... E, por fim e não somente, o encontro com do-

9 Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A .

cumentação parcial, sempre mediado, no Arquivo Intermediário da FAMS. Caminhadas que indicavam também as dificuldades de acesso à informação pública e como a pesquisa em ciências humanas é recebida pelos departamentos de interesse público.

A PESQUISA, POR ONDE PASSO

> E nossa tarefa, muito mais simples, consistirá em mostrar a alegria das imagens que superam a realidade.
>
> Bachelard (2008: 21)

Escrever passa a acompanhar o pensar que anda e se co-move com as imagens e nos lugares nos quais se vive enquanto se pesquisa – à princípio, o centro histórico de Santos, onde pude, além de circular com certa constância, frequentar diariamente por seis meses, por ter ali alugado uma uma sala, de maio a novembro de 2018. Pensando a pesquisa como processo formativo de quem a escreve: como perscrutar sua história nas próprias memórias ao perguntar-se pelas origens de seu tema e perceber multiplicadas as entradas nesse labirinto, nessa iniciação? Qual entrada tomar para narrar? Há também uma espécie de pedagogia do labirinto (cf. Ingold, 2015) na escrita desse material, que quer se oferecer a quem o ler em aberturas, camadas de associação entre palavras e imagens cuja significação não estaria dada de antemão, mas disponível a partir das entradas escolhidas por quem se dispuser a percorrer o texto, no seu caminhar. O labirinto é um espaço e uma imagem que convoca memórias com sua capacidade associativa/dissociativa e um corpo exploratório; suas passagens internas permitem um perder-se que, no caminhar, faz

encontrar seus caminhos de novo e mais uma vez, em tópicos/*topoi* diversos correlacionados.

Em um pequeno ensaio, Olgária Matos (1992) escreve sobre um filósofo que nos interessa: "Quando Benjamin fala que a história é labirinto, como a cidade é labiríntica, significa ser necessário aprendermos a nos desfazer de uma racionalidade analítica de controle, de revisão estrita dos acontecimentos, pois a dedução tem como principal rival os acasos da história, a indeterminação inesperada que cria os labirintos, bifurcações onde nada é indício de boa direção" (Matos, 1992: 154). Nem boa nem má direção, essa direção possível em nossa iniciação. Benjamin, para quem "perder-se em uma cidade requeria toda uma instrução", parece-nos sugerir, com a imagem-experiência do labirinto, algo que diz respeito a um andar exploratório no qual o enigma e o mistério são os mestres, uma vez que estamos no reino das possibilidades, onde a dedução com suas premissas de conhecimento anteriormente existentes não pode servir à nossa instrução. Desta forma, parece-me que esta instrução requerida ao movimento de perder-se na cidade diz respeito não só ao modo como o corpo é convocado a se lançar nos espaços, descobrindo-os e descobrindo-se, mas a certa configuração temporal marcada pelos acasos, encontros, pequenas epifanias no acontecer-se nos lugares – tempo também da "observação desendereçada" (Simões, 2008; Pétonnet, 2008) que serve como inspiração à pesquisa, ainda que esta não se conforme ao campo da antropologia. Seria possível entrar no texto como andamos na cidade?

Escapando às fronteiras escolares da educação formal para pensar o território mais alargado da cidade como espaço formativo onde os mais novos são recebidos ou restringidos ao chegarem ao mundo, constatar a primeira impressão de raridade da aparição brincante de meninas e meninos nos faz pensar em como tem sido construído o espaço livre público. As crianças apontam outras possibilidades de cidade, sendo de nosso interesse compor com esse visível. Ao olharmos para essas imagens

tomando-as agora como índice (diferentemente de meras ilustrações) e também em sua capacidade de nos solicitar afecção e fabulação (Brasil, 2006: 93), as fotografias tornam-se disparadoras para reflexão, aberturas no texto. À imagem do labirinto e da dimensão acontecimental que ele abre ao nos enredarmos em seu interior corresponde um corpo que se lança experimentalmente no indeterminado, corpo aqui revelado pela qualidade da experiência e dos gestos que observamos nas práticas de algumas meninas e meninos em suas incursões urbanas. Corresponde também o movimento exploratório da pesquisa, realizada com os encontros insurgentes.

NÃO CONHECIMENTO, DE LUGAR A LUGAR

> Os modos pelos quais ignoramos alguma coisa são igualmente e talvez mais importantes que os modos pelos quais a conhecemos. (...) É possível, aliás, que seja realmente o modo como conseguimos ignorar que define a categoria daquilo que conseguimos conhecer e que a articulação de uma zona de não conhecimento seja a condição – e, ao mesmo tempo, a pedra de toque – de todo o nosso saber. (...) Articular uma zona de não conhecimento não significa, de fato, simplesmente não saber, não se trata somente de uma falta ou de um defeito. Significa, pelo contrário, mantermo-nos na exata relação com uma ignorância, deixar que um desconhecimento guie e acompanhe os nossos gestos, que um mutismo responda limpidamente pelas nossas palavras. É possível (...) que a zona de não conhecimento nada contenha propriamente de especial, que, se pudéssemos olhá-la por dentro, conseguiríamos ver somente (...) o aceno intratável de uma menina que nos convida para brincar.
>
> Agamben (2014: 165-7)

> É preciso então que o saber se acompanhe de um igual esquecimento do saber. O não-saber não é uma ignorância, mas um ato difícil de superação do conhecimento.
>
> Bachelard (s/d: 16)

> Contentemo-nos em admitir que as imagens veiculam, muito a miúdo, algo assim como um *não-saber*. Mas o não-saber não é para o saber o que a escuridão é para a luz plena. O não-saber se imagina, se pensa e se escreve. Ele vira, então, outra coisa que não o "nada" do simples desconhecimento ou da simples escuridão: ele vira a noite que tremula, na qual fracos *lampejos* passam e nos maravilham na escuridão, e nos tornam desejantes de revê-los. Como quando os vagalumes fazem uma noite de verão dançar, por exemplo.
>
> Didi-Huberman (2018: 23)

Sou levada a pensar em uma aproximação específica com o termo "infância". Embora dedique, no tópico 1, uma digressão tributária à sociologia e à história das infâncias, gostaria de levar a palavra "infância" para frequentar outras paragens conceituais. Isso porque, acredito, há algo que informa silenciosamente o interesse em olhar para certas práticas espaciais de meninos e meninas em contexto urbano. A inventividade dessas práticas, sua frequentação e provocação por lugares costumeiramente não habitados por outros citadinos, nos lega poéticas espaciais que nos possibilitam acessar "reser-

vas de entusiasmo que nos ajudam a acreditar no mundo, a amar o mundo, a criar o nosso mundo" (Bachelard, 1988: 119). Acionam e fazem reverberar possibilidades de cidade que também nos concernem.

Tomando de empréstimo e seguindo as palavras de Walter Kohan, "não me refiro, claro está, apenas a uma etapa cronológica da vida humana, mas antes que qualquer outra coisa, a essa condição que nos habita – às vezes de forma mais perceptível, às vezes quase imperceptível – desde que habitamos o mundo. Essa condição que, também devemos dizê-lo desde o começo, não nos abandona, mesmo na forma do silêncio ou de uma presença imperceptível, até que abandonamos o mundo." (2015: 217) A infância, disparatada da idade cronológica, como forma de experimentação sensível do tempo, como o acontecimento de uma interrupção ou alteração radical em relação ao fluxo costumeiro das coisas (Lyotard apud Kohan, 2015: 224), torna-se uma instância[10] disponível em diversas circunstâncias da vida. Nesse sentido, buscamos ampliar também o pensamento sobre como essa força de criação, não circunscrita ao recorte etário, mas com os recém-chegados estabelecendo uma relação íntima, se apresenta. Pensar a partir de certo recorte etário muitas vezes nos fez ver como este próprio recorte significou em diferentes tempos um olhar de classe, excludente e discriminatório, jogando com certos constrangimentos históricos a definir a quem, afinal, caberia a categoria "criança" (sobre os 14 anos, cf. o item "Cais"). Abrem-se, nessas vidas por vezes negadas em suas infâncias estendidas no tempo, outros corpos e imaginários possíveis, não circunscritos hegemonicamente nas lógicas de uma infância docilizada ou idealizada. No contato com essas presenças pela cidade, podemos reimaginar nossas próprias imagens da infância e do brincar, fazendo-nos repensar sensivelmente sobre

10 No dicionário: "característica do que é iminente, do que está prestes a acontecer, iminência" (Houaiss, 2004: 1626)

as infâncias que (nos) habitam: "lendo outras infâncias, minha infância se enriquece" (Bachelard, 1988: 117) .

A PRESENÇA DO BRINCAR NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DURANTE A PANDEMIA

> Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história.
>
> Krenak (2019: 13)

Agora muitos estão de máscara. À vista, a expressão dos rostos se obstaculiza por um invólucro, a palavra é abafada pelo tecido, o correto distanciamento entre um e outro corpo é condição para a manutenção da vida, frágil. Estar em sua própria casa, durante os períodos de quarentena, é a recomendação. Contudo, as especificidades do viver essa condição, tão desiguais, fazem com que nem para todos a casa mantenha-se como um lugar que "abrigue o devaneio, proteja o sonhador, permita sonhar em paz" (cf. Bachelard, s/d: 23). Quando comecei a travar contato com crianças frequentadoras do Arte no Dique[11], muitas delas moradoras da Vila Gilda, uma forte chuva atingiu a Baixada Santista fazendo várias vítimas e, depois, chegou a pandemia. A aproximação, inicial, se interrompeu, e a pesquisa precisou "sentar-se". Quando retomei esse contato já estávamos no sexto mês vivendo na presença do coronavírus e o Arte no Dique mantinha suas atividades remotamente.

11 Importante projeto que existe como organização social desde 2004, desenvolvendo diversas atividades artísticas e educacionais com crianças residentes em localidades próximas às suas instalações, no Rádio Clube, sobretudo aquelas da Vila Gilda, em toda a extensão da favela de palafitas.

Sabemos que o modo de experienciar esta crise sanitária é extremamente mais difícil para os que vivem em casas de madeirite, com um ou dois cômodos, sem saneamento, nas palafitas, como é o caso das crianças das quais buscávamos uma aproximação. A crise sanitária, ali, é bastante anterior à pandemia. Atrela-se à questão habitacional a dificuldade de manutenção das atividades econômicas, quando muitos de seus responsáveis sustentam-se como trabalhadores informais. Manter-se em isolamento torna-se muito mais difícil e, em especial, para as crianças, os desafios são vários. Contudo, não foi sem surpresa que no dia 13 de abril, enquanto eu cumpria o isolamento, chegou-me um vídeo amador, em que crianças e jovens apareciam mergulhando no canal da Jovino de Melo, no Bom Retiro, bairro limiar ao Rádio Clube, onde localiza-se a Vila Gilda, na zona noroeste de Santos.[12] Dia de calor e maré cheia, os saltos que não raro são dados ali, se atualizam e furam a quarentena sobre a qual muito se falava.[13] Na Vila Telma[14], os bailes funk não pararam, sendo noticiado o do

12 A gravação amadora pode ser acessada em https://www.youtube.com/watch?v=Y65SYFafK3Q. Último acesso em 21.05.2020.

13 No mês de março, resoluções determinam o fechamento de escolas, interdição da praia, fechamento parcial do comércio, suspensão de autorização para eventos particulares, quarentena na região e outras medidas, conforme pode-se ver em https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/esclarecimentos-sobre-as-medidas-de-prevencao-a-covid-19-em-santos#decreto2003. Último acesso 14.09.2020.

14 Vila Telma e Mangue Seco são denominações de comunidades no interior da Vila Gilda, que identificam trechos da extensa área ocupada nas margens e no leito do rio dos Bugres. Gomes identifica 6 subdivisões feitas por moradores e indica a razão de suas denominações: "1- Mangue Seco: denominação escolhida pelos moradores em função da novela Tieta da Rede Globo; 2- Vila Telma II: homenagem à ex-prefeita Telma de Souza; 3- Caminho São Sebastião: homenagem ao Sr. Sebastião, famoso benzedeiro do caminho; 4- Caminho São José: denominação escolhida em função dos 4 Josés moradores do caminho, sendo um deles, dono da venda; 5- Caminho da União: denominação dada por unir os caminhos vizinhos; 6- Caminho da Divisa: denominação dada em função de ser esse o último dos caminhos, já na divisa com o município de São Vicente" (2000: s/p).

[3]

André Souza

dia 19.10.2020, reunindo, conforme a matéria, "milhares de pessoas", num momento em que Santos acabara de entrar na "fase verde".[15]

Conforme fui me aproximando dos bairros Rádio Clube e Ilhéu Alto[16], pude perceber a singular relação que meninas e meninos estabelecem com as águas da região. Durante a pandemia, não foi diferente. Quais implicações se apresentam ao se pensar o espaço livre público nesse momento em que os privilégios garantem o confinamento para uns em diferenciação a outros, alguns mantendo-se em circulação intensa (indepen-

15 "Fase verde" foi o nome dado pelo poder público para anunciar a possibilidade de reabertura de diversos equipamentos culturais e pontos comerciais, como parte do programa de retomada de atividades econômicas. Dois meses depois já retornaríamos para a "fase amarela". Muitas idas e vindas de "fases" foram vividas ao longo da pandemia, que viu a fase roxa ser anunciada na região em março de 2021, quando os leitos em hospitais atingiram a sua máxima ocupação. Sobre o baile, cf. https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/10/19/milhares-de-pessoas-se-aglomeram-em-mega-baile-funk-no-litoral-de-sp.ghtml. Último acesso, 23.11.2020.

16 Em 2011 o Ilhéu Alto ganha estatuto de bairro e se separa do Bom Retiro.

dentemente de seus privilégios)? Tão logo o coronavírus se apresentou como fator inarredável de nossa realidade, pensadores de diferentes países se debruçaram sobre questões envolvendo as mudanças sofridas pelo mundo na atual conjuntura (a exemplo de Butler, 2020; Federici, 2020; Krenak, 2020; Rancière, 2020; Sousa Santos, 2020, dentre outros), buscando, por vezes, apontar para caminhos do *esperançar*[17], que envolveriam uma reviravolta nas estruturas erigidas pelo capitalismo tardio, evidenciando que as trabalhadoras e trabalhadores, e não o capital, são aquelas/es que mantêm o funcionamento de um sistema que se mostra operante e cosmologicamente insustentável. Seria, de outra forma, a hora de vivenciar um tempo não produtivo, um tempo distendido, capaz de ser vivido com sentido diante da eminência da morte, física e simbólica, que cerca a todos.

Ainda assim, ao passo que testemunhamos a continuidade da pandemia e a reprodução das desigualdades e ausência de asseguramento de direitos básicos que possibilitassem a realização do distanciamento social indistintamente, ganhou força a perspectiva de autores como Achille Mbembe e suas considerações estendidas da necropolítica no sentido da reflexão de um impedimento ao "direito universal à respiração" (2020). Para o filósofo camaronês, esses tempos são marcados por uma intensificação da "desigual redistribuição das vulnerabilidades", algo que Judith Butler já mencionava em seu "Quadros de Guerra" ao falar da *condição precária* como "condição politicamente induzida que negaria uma igual exposição através da distribuição radicalmente desigual da riqueza e das maneiras diferenciais de expor determinadas populações, conceitualizadas de um ponto de vista racial e nacional, a uma maior violência" (2019: 50). A pandemia viria a intensificar sobremaneira os contextos nos quais as populações periféricas resistem à negação dos direitos que tornam uma vida, vivível.

17 Termo de Paulo Freire (1981: 97).

Muitos parecem concordar que o acontecimento do novo coronavírus e suas implicações definem o surgimento de outra época, sendo o próprio marco do início do século XXI, a exemplo de Schwartz e Almeida.[18] A nova configuração, sob o risco de estar com grupos de pessoas em espaços fechados, poderá, segundo alguns, nos levar à maior ocupação dos espaços a céu aberto com distanciamento físico, nos fazendo pensar em outras experiências históricas referenciais ou passíveis de cotejamento no caso da educação, tais quais a experiência dos parques infantis e das escolas ao ar livre.[19] Nesse cenário alarmante, contudo, adentrando a zona Noroeste, zona noroeste, foi possível observar que os modos do estar nas ruas anteriores à pandemia não cediam à "nova configuração", somando-se as dificuldades próprias dos contextos vividos, com a interrupção do calendário letivo.[20] Em junho de 2020, o bairro Rádio Clube era mencionado como o terceiro de Santos com maior índice de contaminação.[21]

18 Dentre outras ocasiões, a antropóloga e historiadora Lilia Schwarz afirmou em entrevista que o surgimento do Covid-19 marcaria o início do século XXI. Na mesma direção apontou o professor Rogério de Almeida. Cf. https://jornal.usp.br/artigos/covid-19-o-nascimento-de-um-novo-seculo-e-os-laboratorios-sociais/. Último acesso 22/07/2020 e https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/04/o-seculo-21-comeca-nesta-pandemia-analisa-a-historiadora-lilia-schwarcz. Último acesso 21/07/2020.

19 Assim diz Diana Vidal. https://jornal.usp.br/artigos/open-air-schools-ecoles-de-plein-air-escolas-ao-ar-livre/ Último acesso em 11.09.2020.

20 Em entrevista concedida em 01.12.2020 pela coordenação do Serviço Especializado de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes da ONG Asppe – Pesquisa, Prevenção e Educação (organização responsável, em parceria com a prefeitura de Santos, pela questão do trabalho infantil na cidade), foi relatado que a suspensão das aulas levaram ao menos a duas consequências notáveis: o aumento de crianças trabalhando nas ruas, devido à necessidade de auxiliar seus responsáveis com a economia doméstica, mantida na maioria dos casos por trabalhos informais prejudicados em sua realização no contexto pandêmico; e aos relatos, pelas próprias crianças, de que não iriam voltar para escola, sinalizando para um futuro aumento de evasão após a experiência da suspensão das aulas neste contexto.

21 De acordo com https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/maior-favela-de-palafitas-do-brasil-enfrenta-pandemia-incendio-e-enchentes.shtml, último acesso em 02.11.2020.

A situação, que envolveria um impedimento em relação à sociabilidade anteriormente possível, nos faz dimensionar a importância da experiência a céu aberto – que não apenas um dia fruímos sem tantos protocolos, mas que efetivamente nos constitui, que nos "forma" como homens e mulheres, meninos e meninas, na materialidade provocadora dos espaços (cf. Bachelard, s/d: 50). As reflexões aqui presentes, em que buscamos por práticas brincantes, foram impactadas pela presença incisiva de crianças em ruas, praças e becos, com os quais se relacionavam com intimidade, indicando o que viemos a chamar por poéticas espaciais, a despeito do contexto adverso à sua presença. Diante e durante a pandemia, as formas do brincar em que o toque, o empurrão, os mergulhos, o acarinhar, a confrontação e a aproximação física com elementos materiais vários se fazem presentes, seguiram consistindo na condição do brincar mesmo.

Se agora fazemos a vez dos "mais velhos", tomando o lugar daqueles que antes narravam sobre a periculosidade ou inapropriação do brincar nas vias públicas do começo do século XX (conforme veremos), poderíamos dizer que a afirmação da inapropriação do brincar nas ruas no contexto pandêmico tem sido de várias formas burlada pelas crianças, por diferentes razões. Se em um primeiro momento partimos de uma observação crítica ao "facto da modernidade ter confinado às crianças ao espaço privado, ao cuidado da família e ao apoio de instituições sociais – asilos, infantários, creches, reformatórios, asilos de menores, orfanatos – cujo impulso eugenista inicial se caracteriza exactamente por retirar da esfera pública os cidadãos mais jovens" (Sarmento, 2008: 4), hoje, somos convocados a ocupar o espaço doméstico e a repensar as formas de aproximação social, implicando em novas recomendações acerca de nossa forma de fricção com o mundo.

Em meio às novas necessidades de confinamento, as crianças presenciam mudanças singulares, pois muitas das instituições que antes as recebiam, se fecharam, alterando uma sociabilidade costumeira. Contudo, para boa parcela de meninas e meninos que vive em cidades como Santos nos bairros que pesquisamos, a frequência do brincar pelas ruas, praças, campinhos e, especialmente, nas águas, manteve-se intensiva, como dito. Por certo, esta presença acontece atravessada pelas condições socioeconômicas em que vivem tais crianças, intensificadas pelo período da pandemia e por uma política que poderíamos, sem recuo, chamar também de necropolítica (Mbembe, op. cit.), a qual não assegura as possibilidades de realização de quarentenas ou isolamento social em um contexto em que a moradia digna não está garantida. Foi nesse contexto de tantas complicações que viemos a observar "esa región lúdicra que invade la existência, empezado por la divagación, el sueño o la ensoñación, la convivialidade, la fiesta y las innumerables especulaciones de lo imaginário" (Duvignaud, 1997 [1980]: 25).

Na mitologia iorubá, conta-se que os pequenos orixás gêmeos, Ibejis, viviam para se divertir e brincar, tocando seus tambores mágicos, presentes de sua mãe adotiva, Iemanjá. Quando a Morte, Icu, começou a comer todos os seres humanos, colocando armadilhas por todo lado, capturando-os indiscriminadamente, muitos se juntaram para dar cabo de suas arapucas, e foram se reunir os mais experientes sacerdotes, adivinhos, curandeiros. Discutiam formas de impedir a Morte de pegar todos. Contudo, embora reunidos os mais sábios e experientes feiticeiros, ninguém pôde desmontar as arapucas de Icu, continuando esta a capturar os humanos e a fazê-los morrer antes de seu tempo. Foi então que os Ibejis armaram um plano para impedir Icu.

Eles seguiram pela trilha perigosa das armadilhas da Morte, um à frente e outro sempre atrás, entocado no mato, acompanhando escondido o irmão. Eles tocavam seus tambores mágicos e, quando Icu ouviu o som tão habilidosamente percutido, ficou maravilhada. Não quis, assim, que o Ibeji morresse e logo o avisou da armadilha. Icu estava mesmo fascinada pelo som que se espalhava pela trilha, e o menino tocava seu

tambor sem parar. Quando este se cansou, passou o instrumento ao outro irmão que, sorrateiramente o pegou e iniciou sua performance, sem que a Morte assim percebesse. Revezando o tambor entre um irmão e outro, o som continuava a embalar a dança de Icu sem interrupção, sem cessar. Passado tempo suficiente para cansar Icu, que dançava e dançava no ritmo irresistível dos tambores mágicos dos Ibejis, ela pediu para que o menino parasse de tocar, pois precisava descansar.

Os Ibejis, no entanto, continuaram tocando, sem atender ao pedido de Icu, que implorava o término da música para enfim descansar do seu bailado. Os meninos, sabendo que Icu não teria escolha, lhes propuseram um pacto: pausariam a música desde que a Morte retirasse todas as arapucas que havia espalhado. Os gêmeos, assim, brincando com seus tambores, venceram Icu.[22]

Extravasando o mito, vemos as crianças do Morro do Ilhéu e da Vila Gilda driblarem, em tempos pandêmicos, ainda maiores adversidades do que aquelas que já compunham seu cotidiano marcado pela escassez material e privação de direitos – como o direito à habitação, à saúde e à cidade, especialmente no caso da Vila Gilda. Seu brincar insurge a nós como resistência em tempos duros que impactam diretamente nos corpos e ameaçam vidas. Teremos conseguido, ao fim, contar algumas destas histórias?

22 Parafraseamos aqui a mitologia dos Ibejis tal qual escrita em "Mitologia dos Orixás", de Reginaldo Prandi, 2001: 375. Chamamos a atenção para a presença deste mito nas reflexões de Nogueira em "O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva" (2019), que nos ajuda a pensar "a infância como um modo de ser extraordinário".

ITINERÁRIO FORMATIVO

"Intercâmbios, leituras e confrontos que formam as suas condições de possibilidade, cada estudo é um espelho de cem faces (neste espaço os outros estão sempre aparecendo), mas um espelho partido e anamórfico (os outros aí se fragmentam e se alteram)."

Certeau (1996: 110)

1. CAMINHANDO ENTRE TEXTOS PARA COMPREENDER O QUE CHAMAMOS POR "INFÂNCIA" E "CRIANÇA"

Traçar um panorama das investigações brasileiras que contribuíram para pensar a relação de crianças (em suas singularidades e marcadores de diferença constituintes) com as cidades (especialmente com as que passaram por maior urbanização e funcionalização de seus espaços), leva-nos a alguns textos formadores importantes, produzidos sobretudo a partir do final dos anos 1980. Estes foram os anos que fomentaram a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, testemunhando diversas conversações públicas acerca das infâncias e do "direito à infância" – incluindo também discussões sobre o direito ao brincar como direito à liberdade (artigo 16, inciso IV). Nesse momento, insurge nos campos da sociologia, da antropologia e da história um olhar interessado em refletir sobre o tratamento dispensado a crianças em diferentes contextos socioculturais e temporais no Brasil. Também na arquitetura, com o estudo pioneiro de Mayumi Souza Lima (1979; 1989), viu-se uma preocupação não apenas com a relação específica que crianças entreteciam com/no urbano, com seus modos de ver e estar, mas também com a emergência de uma plataforma de estudos que levasse em conta as crianças como colaboradoras ou coautoras dos trabalhos projetuais arquitetônicos a elas endereçados.

O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, emblematicamente presente no ECA, veio a impulsionar debates importantes tanto pelo enfrentamento de práticas de violência na relação intergeracional difusa, quanto diante da potência de sua participação, ativação ou incursão na própria dinâmica das cidades. Atualmente, tal reconhecimento vem também ao encontro da necessidade de mediar e combater discursos autoritários, deflagradores de uma mentalidade ainda presente entre nós e com expressão política ampliada – a partir da qual se defende, por exemplo, o próprio descarte do ECA e o encar-

ceramento de certas crianças, com redução da maioridade penal, como via de repressão à violência.[23] Este foi o tom das manifestações do atual presidente da república do Brasil, eleito em 2018, segundo o qual o ECA deveria ser "rasgado" e "jogado na latrina"[24]. Tal proferimento mostra a importância desse documento, gestado durante a nossa curta abertura democrática, e a contemporaneidade do percurso que o originou, cabendo ainda operar uma passagem compreensiva fundamental, em que crianças, em sua diversidade e alteridade, tenham sua agência considerada em face de suas oportunidades e recente ingresso no mundo – consideração consciente de que sua formação e cuidado, conforme previstos também pela Constituição de 1988, caberiam o zelo pelo Estado, pela família e pela sociedade como um todo.

Algumas imagens nos permitem vislumbrar a efervescência dessas questões, abrindo em nós novos questionamentos a partir do que incitam e dão a conhecer. É o caso daquelas produzidas pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.[25] Um vídeo feito em decorrência do II Encontro Nacional do MNMMR, em 1989, mostra-se a nós como uma imagem-potência da abertura vivida no período. Centenas de meninos e meninas pobres ocupam a plenária do Senado Federal e nos fazem entrever o debate acerca dos "direitos e deveres" de crianças no Brasil de então. A existência de grupos de extermínio – no bojo do qual o posterior episódio da chacina da Candelária, em 1993, no Rio de Janeiro, pode ser visto como expoente –, é uma das questões citadas em depoimento de um menino, alertando os espectadores com a pungente consciência de sua própria vulnerabilidade (8' 49"): a única coisa que eu quero nesse mundo é que destruam o esquadrão da morte".[26]

23 Cf. imagem 10 deste material. p. 126.
24 Fala proferida em 23/08/2018, que pode ser lida e ouvida em algumas plataformas, facilmente localizável em mídias digitais. Cf. https://www.agazeta.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-deve-ser-jogado-na-latrina-0818. Último acesso em 11.09.2020.
25 Tal movimento se destacou no trabalho com crianças pelas ruas de diferentes cidades, tendo se formado em 1982, conflagrando o que viria a ser chamado por "educação social de rua" (cf. o relevante texto de Oliveira, 2007).

Numa escala ampliada, extravasando as fronteiras do Brasil e pensando sua inserção no movimento internacional mais amplo, esse período coincide com aquele que José Sarmento menciona como sendo o de uma "transição paradigmática" (2013: 37-8), no qual as crianças insurgem como cidadãs "à sua medida", e cuja expressão formal se remeteria à Convenção sobre os Direitos das Crianças, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989.[27] Ao tratar de tal transição, Natália Fernandes fala no surgimento do "paradigma da criança participativa", em diferenciação ao da "criança dependente" e da "criança emancipada", afirmando tal paradigma como aquele que "recupera a interdependência do exercício de direitos, considerando que os direitos de proteção e participação não são incompatíveis" (2005: 42).

Obras como as de Ligia Costa Leite (1991; 1998), Claudia Milito e Hélio Silva (1994), Cynthia Greive Veiga e Faria Filho (1999) ou Maria Filomena Gregori (2000) levam a pensar que tratar do tema da presença de crianças no espaço livre público no Brasil é passar pela história da rua como lugar onde a cidadania se mostra em suas (im)possibilidades. Percorrer esses textos é passar também pela construção de um personagem, o "menino de rua", e pelas histórias da institucionalização da infância, bem como pelas práticas higienistas que marcaram o republicanismo de fins do XIX e começo do século XX, período

26 Recomendamos veementemente a apreciação do vídeo, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_VPL6-hSJbY&t=713s. Último acesso 11.12.2019. O mesmo pode ser aberto através do QR Code na página anterior.
27 Documento elaborado no encalço de discussões internacionais anteriores, como a Declaração do Direito das Crianças da ONU, de 1959. É nesta Convenção de 1989 que se "estabelece o limite da infância nos 18 anos e adoptamos este marco referencial como o arbítrio mais consensual para a definição dos limites da infância, sem prejuízo da consideração da existência de vários subgrupos etários, como categorias sócias (e não apenas psicológicas) no interior da infância" (Sarmento, 2008: 8).

formador de algumas ideias e projetos modernizantes de cidade que redundam até hoje.[28] Ligia Costa Leite afirma que os meninos que despontam na cena urbana do Rio de Janeiro dos anos 1980 são "guerrilheiros urbanos" (1991: 58), "herdeiros de Zumbi dos Palmares", remontando às condições de resistência que marcam, desde um passado escravagista, a aparição de formas culturais e existenciais inconformes à uma organização voltada ao assujeitamento na cidade.

A literatura percorrida deixa entrever que afirma e é informada por categorias e categorizações expressivas de certas urgências de seu tempo. Considerando as especificidades de seus campos e fontes, pode-se mencionar as seguintes categorizações encontradas: criança abandonada ou infância abandonada (Adorno, 1993; Marcílio, 1999); criança carente (Passetti, 2000); menino de rua (Milito e Silva, 1994; Frangella, 1996; Leite, 1998; Gregori, 2000); crianças trabalhadoras (Moura, 1999) e não-criança/não-infância (Martins, 1993; Marchi, 2007; Teixeira, 2007). Ao longo da pesquisa realizada, imagens de infâncias minoritárias serão retomadas, fazendo *repercutir* (Bachelard, s/d) parte dessa importante literatura de formação nos exercícios do olhar para a experiência corporificada a céu aberto de crianças.

Partindo do contexto de produção inicialmente delineado, marcado por referências de distintos campos, são muitas as possibilidades de traçar percursos de leitura, texto a texto, ao fazer convergir diferentes perspectivas que refletem sobre crianças, brincar, cidade, relacionalmente. Ao pensar em meninos e meninas na sua relação com os espaços livres públicos contemporaneamente, fui lançada tanto a um conjunto de textos formadores como também a imagens de outros tempos, rastreadas em arquivos, que levaram a pensar a cidade como lugar de convivência e disputas, onde as tensões relativas aos hábitos e modos de viver, com suas especificidades estéticas e

28 Sobre o tema do higienismo e infâncias no Brasil, cito a leitura do trabalho muito importante de Sidney Aguilar Filho (2011).

éticas, se presentificam. Ao passo que é notável a menor presença de crianças e o apagamento de práticas brincantes nos centros urbanos das cidades em que vivi e pesquisei, especialmente em Santos, mas também em São Paulo, ao ingressar nos acervos da Fundação Arquivo e Memória de Santos (e também no do Museu da Cidade de São Paulo), pude observar que as fotografias do começo do século XX revelavam a circulação de meninas e (sobretudo) meninos pelas ruas e praças de seus núcleos históricos e adjacências.

Para enxergar esta circulação foi necessário um olhar específico, a rastrear com a lupa as imagens, tornando, assim, visível a presença de diversos meninos e meninas nos planos abertos das cidades, muitas vezes fazendo biscates e posando à distância para os fotógrafos que buscavam registrar a modernização e o cotidiano da vida citadina. Nesse período das primeiras décadas do século XX, essas crianças passam a ser vistas como um "problema urbano" (cf. Veiga & Faria, 1999) e suas formas de sociabilidade e lazer, que também encontravam expressão pelas vias públicas (cf. Santos, 2015), passam a ser alvo de controle por diferentes autoridades locais. Nesse processo, identifico a importância de compreender como uma sociedade tem se formado na recusa do gesto do jogo e do brincar nas vias públicas, a céu aberto, classificando-o em diferentes tempos históricos como "vadiagem".[29]

Nas observações realizadas, tanto *in situ* quanto em arquivos, evidenciou-se que experiências únicas da cidade, próprias a certos usos brincantes, se abrem a uma "densidade histórica" – para usar as palavras de Fraya Frehse (2016b) –, na qual se vê reverberar modos de estar, fruir e educar que se relacionam com processos mais longos ou remotos da conformação das cidades e de seus códigos de civilidade. Ainda que não possamos negligenciar mudanças radicais na experiência das cidades, marcadas pelos rápidos deslocamentos e relações me-

29 Sobre vadiagem, cf. Teixeira et al, 2016.

diadas por dispositivos eletrônicos, identificamos nas práticas brincantes para as quais olhamos uma longa duração (tanto no olhar social a elas dispensado, quanto em suas *poéticas*). Marco Antonio Cabral dos Santos, em um importante artigo que compõe a coletânea "História das crianças no Brasil" (2000 [1999]), fala das mudanças em relação às práticas lúdicas infantis no contexto urbano do período republicano – o qual consideramos um marcador importante para a compreensão da experimentação e dos olhares que temos ainda hoje para o brincar nos espaços livres públicos.

Compreendendo, na esteira de Walter Benjamin, que "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'" (Benjamin, 1987 [1940]: 229), pensamos que este "choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos" (Santos, op. cit) continua a se dar sob diferentes formas, colocando em jogo imaginários e práticas distintas de convívio e de ocupação das vias públicas. Certas aparições brincantes, passíveis de testemunho em algumas imagens e nos caminhos trilhados pela pesquisa, consistiriam, como buscaremos argumentar, em *aberturas imaginativas* nas quais as poéticas espaciais de crianças conflagram possibilidades existenciais e perceptivas frente ao tempo-espaço produtivo da cidade que se financeirizou – onde os cidadãos, cada vez mais, são subsumidos a consumidores. De outra maneira, há também o brincar que se mostra em parte como *repetição*, respondendo a certas expectativas previstas pelas normas de civilidade, demarcadas em grande parte pelos adultos que desenham o espaço para o seu acontecimento, a partir de certa noção de infância e de criança que acompanha pertencimentos de classe, gênero, etnia, etc.

Estudos sociológicos e históricos contribuíram fortemente para compreender os processos que levaram à restrição do brincar nas cidades e à formação de certas imagens que passaram a ser veiculadas à presença de crianças pelas ruas, com especial ajuda das mídias coetâneas, ligando-as ao perigo e à

periculosidade. Esse processo, que se intensifica a partir do século XIX, implicou na perseguição de muitas crianças que tiveram no espaço livre público um lugar constituinte do fazimento de seus modos de vida, culturas e técnicas corporais.

Para mencionar, de início, parte da bibliografia que fundamentou o percurso aqui esboçado, cito três coletâneas que são marcos para a tematização proposta: "O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil", coordenada por José de Souza Martins (1993 [1991]); "História da criança no Brasil", organizada por Mary del Priore (1999 [1992]) e "História social da infância no Brasil", organizada por Marcos Cezar de Freitas (2006 [1996]).

Em artigo que abre a coletânea organizada por Freitas, Miriam Lifchitz Moreira Leite apresenta uma "montagem" (2006: 27) com textos de viajantes do século XIX em que é possível ver diferentes percepções sobre a situação de crianças no espaço público e doméstico, apresentando os sentimentos ligados à infância dados a ver na escrita de autores que estiveram de passagem pelo Brasil, e que notaram o modo de vida de crianças de distintas camadas sociais. Nesta proposta de montagem empreendida por Miriam Moreira Leite observa-se uma continuidade da perspectiva afirmada desde os anos 1960 com os estudos de Ariès (1986 [1962]), a saber, de que "a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção social e histórica" (Ibidem, 21). Nesse sentido, fazendo um trânsito entre campos, poderíamos dizer que a historiadora se aproxima de afirmações de Bourdieu, para quem cabe "lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias. (...) De fato, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades" (1983: 112).

Seguindo com Moreira Leite, olhar para a presença de infâncias nesses relatos consistiria também em localizar as normatizações culturais que marcaram distinções estabelecidas entre adultos e crianças.[30] Revela-se, nesse processo, que

30 Um dos relatos coletados por Moreira Leite exemplifica, através do olhar estrangeiro, as diferenças culturais definidoras de quais sujeitos eram vistos como crianças: "No Brasil não existem

seres humanos de pouca idade foram alijados desta segunda categoria, uma vez que junto ao estabelecimento de marcadores etários convencionados, que definiriam os tempos da infância e a passagem de um estágio a outro da vida, foram associadas diversas características, incluindo aí as morais (a ingenuidade, por exemplo), tidas como inatas ou características à determinada faixa etária. Já no século XX, observando a diferenciação entre "crianças" e "não-crianças", aqueles que outrora foram abandonados, assim como aqueles que incorreram em infrações, sendo detidos, passaram a ser nomeados pela alcunha "menor" (em diferenciação à criança), palavra esta que "nunca designa filhos de camadas médias e altas e tem conotações negativas desqualificantes" (Idem, ibidem).

Abrindo as páginas de outra coletânea, nos trabalhos reunidos em "O massacre dos inocentes", busca-se visibilizar as "crianças sem infância", como sinaliza o subtítulo do livro, e remetendo os artigos ao amplo e diverso campo de investigação que se organizava a partir de um interesse de pesquisa então pouco comum ou minoritário nas ciências humanas, devotado ao olhar para a criança. Deste conjunto, destaco o texto de Sérgio Adorno sobre "a experiência precoce da punição", pois nele se observa a apresentação de um debate que diversos estudiosos da infância no Brasil (a exemplo de Leite, 1991, 1998; Santos, 2006; Passetti, 2000; Rizzini, 2007) não deixaram de sublinhar: a ampla utilização do termo "menor" para desqualificar crianças que tiveram suas infâncias pauperizadas em meio urbano e que circulariam pelas ruas das cidades em diferentes períodos.

Em seu artigo, Sérgio Adorno analisa as memórias daqueles que, encarcerados e cumprindo pena sentenciada pela

crianças no sentido inglês. A menor menina usa colares e pulseiras e meninos de 8 anos fumam cigarros. Encontrei um bando de meninos voltando da escola, uma tarde. Um pequeno de aparentemente sete anos tirou do bolso um maço de cigarros e ofereceu a um de cada vez. Ninguém demonstrou qualquer desaprovação de um menino tão pequeno estar fumando. A linguagem desses meninos é terrível, embora eu precise admitir que, como os cocheiros de Londres, não percebem que estão usando expressões chulas." (Edgecumbe apud Leite, 2006: 39 [1886]).

justiça em estabelecimentos penitenciários, "foram algum dia criança" (1993: 186), confrontando, assim, as construções estigmatizantes que rondam o "menor" em suas tentativas de enfrentamento de situações de uma "socialização incompleta", conforme nomeia o autor a partir de seus referenciais (Ibidem: 192).[31] Grifamos o que Adorno nos revela sobre as memórias dos pesquisados em relação à escola:

> ... não há firmes convicções a propósito da utilidade da escola. Esta é vista de forma negativa pela imposição de um aprendizado estranho ao seu universo cultural, pelo sequestro do tempo que seria dedicado ao lúdico, às brincadeiras e aos folguedos, pela vigilância atroz que exacerba sentimentos de rebeldia e de desobediência às suas normas. (1993: 198)

O excerto indica-nos a dificuldade das instituições em acolher um universo cultural marcado pela ludicidade, presente em diferentes infâncias. Pode ser aproximado, também, das palavras de Marco Antonio dos Santos, quando situa historicamente o processo de criminalização de certas incursões lúdicas pelas cidades. No Brasil, diversos dispositivos jurídicos, como o Código de Menores, datado de 12 de outubro de 1927, continuamente criminalizaram filhos e filhas da classe trabalhadora e camadas populares, dando a ver noções de criança e de família que funcionaram como mecanismos de exclusão de cidada-

31 Adorno faz uso da expressão para referir-se à experiência de crianças que precocemente foram levadas a buscar formas de subsistência material no universo do trabalho, transformando-se em apoio financeiro para suas famílias, numa inversão esperada de uma relação de proteção: "é como se a família fosse socializada pela criança, e não o seu contrário" (Idem, ibidem). Embora estudos, sobretudo no campo da antropologia, refutem a tese da "socialização" para referir-se ao processo formativo de crianças (Cohn, 2013; Saraiva, 2014), apontando para o fato de que o termo tende a ocultar os modos como as crianças constituem-se integralmente, no presente de sua existência, como elaboradoras e criadoras nas/das relações culturais entre pares e com adultos – não podendo ser subsumidas a um "devir" –, ressaltamos que o termo utilizado por Adorno busca denunciar as condições coetâneas de existência de crianças que foram duplamente penalizadas, uma vez sentenciadas em decorrência de suas experiências de desamparo no bojo de suas famílias e na cidade. Sua discussão insere-se nos termos do "direito à infância". Para uma crítica à noção de socialização e à sua patente visão linear do processo de desenvolvimento, cf. Corsaro (2011 [1997]: 31).

nia em decorrência de fatores socioeconômicos, étnico-raciais, comportamentais, dentre outros, que separaram "crianças" de "não-crianças", "crianças" de "menores", etc (Cf. Marchi, 2007). Em 1979, conforme nos esclarece Roberto da Silva, a atualização do Código de Menores

> permitiu a criação de instituições, orientou o recrutamento e a formação de recursos humanos e suscitou a adoção de práticas institucionais que, sob a égide do Estado, resultou na criminalização de crianças órfãs e abandonadas colocadas sob seus cuidados, retro-alimentando um sistema penitenciário que é a ponta mais visível de um aparato jurídico-policial e administrativo que opera preferencialmente junto aos segmentos mais pobres da população. (2001:3)

Leituras oriundas da sociologia da infância (Sarmento, 2013; Corsaro, 2011; Qvortrup, 2002, entre outras) contribuíram para avançar na compreensão de que sob o termo "infância" costumeiramente se escondem valores excludentes, a idealizar o que seja "criança" a partir de um conjunto de características afirmadas como inatas, negadoras das construções e realidades próprias a meninos e meninas que crescem em suas possibilidades do existir e do sonhar. Definições universalizantes, que não escapam, por exemplo, aos marcadores valorativos de classe social ou distinção social de gênero, acabaram por operar historicamente nas discriminações que viemos mencionando. Tais concepções universalizantes contribuíram também para fazer dos espaços livres públicos lugares inadequados às infâncias e às crianças, reafirmados o espaço doméstico e o escolar como os adequados. Se, por um lado, a extensiva institucionalização das infâncias e o controle dos corpos de crianças nas ruas se justificaram historicamente como proteção às infâncias em face da violência urbana, restringiu-se de tal modo a convivência diversa, intergeracional e entre pares na cidade, que foi promovido o esvaziamento da imaginação e da realização de um espaço livre público no qual

as diferenças e o encontro com a alteridade infantil fosse não só possível como vivificante.

Pensar sobre o apagamento do brincar no espaço livre público poderia também ser uma forma de refletir sobre o alijamento do brincar e do jogo, de certo prazer do condividir vida e do sonhar lugares no mundo adultocentrado constituinte de nosso presente histórico?[32] Seria, de outra maneira, uma forma de olhar para as sobrevivências, para os gestos brincantes que insistem em irromper no cotidiano, quando assim estamos atentos à sua percepção?

2. EM BUSCA DO ESPAÇO PÚBLICO SEM MUROS E SEM CATRACAS

2.1. O parque como espaço para infâncias, seu caráter paradoxal

> Nos encontramos frente a construciones fundamentales donde el niño aprende a relacionarse con la ciudad y el resto de la sociedade y, por ello, pese a sus evidentes buenas intenciones, no podemos desconocer el valor y el sentido que tienen el donde y el como se deseñan estos espacios. Podrán ser comunes pero no son cualquiera.
>
> Stutzin (2015: 39)

32 "O adultocentrismo é um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultos/as no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância, tomando este momento da vida apenas uma passagem, um vir a ser, em que aprendemos a nos relacionar e a nos integrar à sociedade. Como afirma Kohan (Chiapperini, 2006, p.11): "sempre sabemos a priori o que as crianças deverão ser, o modo como deverão viver, a forma mais correta do seu pensamento". A infância,

Andando por diferentes cidades é possível encontrar indícios de espaços destinados especificamente às crianças na paisagem construída. Se deixarmos de lado as escolas de educação infantil, talvez cheguemos aos parques com seus balanços, escorregadores, gangorras; brinquedos que, em seu conjunto, conformam uma tipologia arquitetônica que remonta ao século XIX (Cf. Niemeyer, 2002; Kuhlmann Jr, 2019). Não raro, são eles tomados como reconhecíveis e apropriados ao brincar na paisagem urbana. Em muitos lugares é possível que os encontremos enferrujados ou convivendo ao lado de equipamentos de ginástica para adultos, que hoje se disseminam marcando um espaço de entendimento sobre o "corpo saudável", espaço cuja apropriação pelos mais novos pode diferir. A esta altura de nosso texto, apresentamos uma digressão, lacunar e aos saltos, sobre os parques (ou praças-parques) em diferentes e díspares contextos, o que, acredito, nos ajuda a pensar de que modo a existência de crianças na cidade provocou certas proposições de parque.

Balanços, escorregadores, gangorras... Por que esses brinquedos são passíveis de encontro em toda parte do mundo, convocando certos gestos?[33] Seriam os gestos e movimentos convocados, inatos às descobertas corporais d"aqueles que recém chegam" (Arendt, 2005)? Segundo certa perspectiva, na natureza as crianças realizariam os movimentos que lhe seriam próprios: escalar, pular, correr, girar, escorregar, etc.; com materiais básicos e fundamentais dispostos diferentemente: água, areia, lama, madeira, pedra... Tanto esses movimentos quanto estes materiais corresponderiam às necessidades corporais e simbólicas das crianças e, no espaço do parque, deveriam ser atendidas ou oferecidas. Em "Spielplatz und Gemeinschaftszentrum", publicado na década de 1950, Trachsel e Ledermann citam alguns elementos considerados fundamentais na constituição dos parques para crianças, a exemplo da água e da areia, aos quais vinculam tanto a "fantasia inata" do universo infantil quanto as necessidades físicas e experimentais de crianças. Os parques responderiam às necessidades de meninos e meninas que, em contexto urbano, quando alijados do contato com certos elementos da natureza, poderiam então brincar "adequadamente" (Cf. Trachsel & Ledermann, 1959).

Em texto pioneiro de 1937 (1941), Nicanor Miranda recapitulava uma história dos parques para crianças, remetendo suas origens às ideias de Fröbel e às condições político-sociais na Alemanha do pós-guerra Franco-prussiana.[34] Seria a partir daí que, segundo o autor, assistiu-se à proliferação dos parques em

na perspectiva adultocêntrica, é somente um período de transição e aquisição dos elementos simbólicos presentes na sociedade, tendo a criança, assim, uma condição de ser menor, ser inferior, lugar que lhe é dado pelo grupo dominante correspondente: os adultos e as adultas. Para Qvortrup (2011), esta condição, dita menor, perpassa todas as crianças que vivenciam a infância ocidental, estabelecendo-se como uma forma estrutural e conceitualmente comparável com o conceito de classe, no sentido da definição das características pelas quais os membros, por assim dizer da infância, estão organizados, e pela posição que ocupam em relação a outros grupos sociais, mais dominantes." (Faria & Santiago, 2016: 850-1)

33 Embora os parques enquanto tipologia arquitetônica remontem ao século XIX, balanços e gangorras, por exemplo, são objetos bem mais remotos. Em cerâmicas da Grécia antiga pode-se ver representações de balanços, como no caso da peça pertencente ao Archäologisches Nationalmuseum (440 a.C.), disponível em https://arachne.uni-koeln.de/arachne/index.php?view[layout]=objekt_item&search[constraints][objekt][searchSeriennummer]=141232, último acesso em 03.07.2020. Há pinturas do século XVII, de diferentes partes do mundo, em que também se vê o objeto: como as encontradas no sul da Índia, pertencentes ao acervo do British Museum (https://www.britishmuseum.org/collection/object/A_1999-1202-0-2-13; https://www.britishmuseum.org/collection/object/A_1920-0917-0-308-1 e https://www.britishmuseum.org/collection/object/A_1999-1202-0-1-1, último acesso em 03.07.2020). Entre as representações do século XVIII, destacamos o quadro de Jean-Baptiste Le Prince, The seesaw, da coleção do Museu de Arte de Birmingham (disponível em https://www.artsbma.org/collection/the-seesaw/, último acesso em 03.07.2020) e a obra de Francisco José de Goya y Lucientes, da coleção do Philadelphia Museum of Art (https://www.philamuseum.org/collections/permanent/69930.html, último acesso em 03.07.2020).

34 O sociólogo Brougère (2002) afirma que a associação moderna entre jogo e educação, em que pesa o "potencial desenvolvimentista e educativo" atribuído ao jogo, se enraíza no pensamento romântico e em textos como os de Jean-Paul Richter, de E. T. A. Hoffmann e, posterior e fundamentalmente, de Friedrich Fröbel. Trata-se de um pensamento baseado na exaltação da criança, que permitiria o surgimento de outro olhar para o jogo. Afirma ainda Brougère: "Vários autores, pretendendo analisar a atividade lúdica para demonstrar seu papel educativo e desenvolvimentista, levam em consideração apenas as práticas pré-escolares ou parentais, que acrescentam uma intenção educativa e direcionam profundamente a atividade. Assim, a criança é submetida às escolhas que o adulto faz para a sua idade ou para uma instituição. Quando a criança dispõe de autonomia e domina uma atividade lúdica voltada para o divertimento, podemos efetivamente debater sobre o real interesse educativo envolvido." (Ibidem: 7).

vários países – na Dinamarca, Holanda, Hungria, França, Estados Unidos e outros. Seu alcance transnacional e global não excluiria os contornos específicos desta "instituição" em cada localidade, dados os fatores envolvidos na sua criação. Do texto de Miranda depreende-se um aspecto de grande importância, enfatizado pelo uso da palavra "instituição": o parque infantil "brasileiro" não se subsumiria às suas instalações materiais. Ainda nas palavras do autor, que fora responsável, em São Paulo, pela Seção dos Parques Infantis desde a década de 1930, "o que lhe dá êxito é, acima de tudo, a organização de seus variados e múltiplos serviços" (1941: 19). A especificidade dos parques infantis paulistanos, que serviria de disparadora para outras experiências de parques no interior e litoral paulista, ligava-se fortemente à essa preocupação com o chamado "serviço organizado".[35]

Roy Kozlovsky (2007) faz apontamentos importantes sobre os parques, que nos interessam especialmente. Kozlovsky afirma que a história das praças/parques para crianças é marcada por uma "contradição irresoluta": se por um lado a modernidade conceituou o brincar como algo prazeroso, espontâneo e livre, numa valorização da experiência autônoma e subjetiva; por outro, as sociedades modernas passaram a racionalizar e formatar o brincar para fazer avançar objetivos sociais, educacionais e políticos. Diz ainda o autor:

> Assim os playgrounds são em grande medida sobre censurar e restringir certas brincadeiras/tipos de jogos julgando-os indesejados e expulsando-os de lugares considerados perigosos ou degenerados, como as ruas. Esta contradição está incorporada à Declaração dos Direitos da Criança de 1959, que consagrou o brincar como um direito universal e individual e, ao mesmo tempo, o definiu como um instrumento de política social (...) (Kozlovsky, 2007: 171, tradução minha)

Deflagra-se essa espécie de contradição na perspectiva esboçada por Miranda, no texto em que tratávamos inicialmente. Em determinado momento de sua escrita, Miranda dá a ver uma compreensão da rua como o lugar inapropriado de antemão à presença infantil.[36] A rua é afirmada, no bojo do pensamento de

35 Tal serviço se delinearia a partir de uma perspectiva multidisciplinar: na formação de seus profissionais destacou-se a participação da antropóloga Dina Levi-Strauss, que ofereceu o I curso de etnografia do qual participariam estudantes da ESP e da USP, futuros instrutores dos parques, nomeados "investigadores sociais"; do urbanista Anhaia Melo, prefeito de São Paulo por um curto período e que viria a fundar a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e de Fernando de Azevedo e Mário de Andrade. Esta formação multidisciplinar também marcou as atividades promovidas para/com as crianças. A educação, o higienismo, as artes e o lazer ativo estavam fortemente imbricados tanto na formação do corpo de profissionais engajados na elaboração do projeto quanto nos aspectos concernentes às atividades promovidas nestes espaços, que contavam também com serviços de saúde.

36 Esta visão da cidade e, mais especificamente, das ruas, associada a um imaginário do perigo e da "corrupção do caráter", de inadequação aos mais jovens, é comum em relatos de época de diferentes países. Em "Children of the city" (1985), o historiador David Nasaw afirma que as crianças cresceriam sem ar, luz e espaços adequados nas cidades (no caso, as estadunidenses), mas que, quando comparadas com meninos e meninas trabalhadores de minas e plantações em zonas rurais, ainda poderiam ser vistas como privilegiadas: "the children of the city did not wither and die in the urban air but were able to carve out social space of their own. They converted streets, stoops, sidewalks, alleyways, and the city´s wasteland into their playgrounds" (1985: s/p). Nasaw ainda destaca, citando alguns casos coletados, que a presença de adultos nas ruas não significava necessariamente perigo ou impedimento para os mais novos, alguns deles assegurando sua proteção: "the presence os adults in the street – and in the tenements overhead – protected the children at play. There was always someone within shouting distance should trouble appear" (Ibidem: s/p) No acervo do Museu do Café, em Santos, pudemos ver imagens de crianças trabalhadoras em plantações de café no interior paulistano, no começo do século XX. Quanto a Santos, para o mesmo período, pudemos encontrar na FAMS fotografias em que meninos insurgem trabalhando na construção civil. Destacamos também as imagens da película realizada pela Cia Docas de Santos na década de 1920, restaurada pela Cinemateca de São Paulo, na qual vemos meninos saindo das chamadas "oficinas", em horário de almoço, além de trabalhando na carga e descarga (destacamos 13'05", 13'21", 18'18", 52"45', dentre outros momentos). Quanto ao comentário do historiador estadunidense, retemos também a sua afirmação de que as crianças em ambiente urbano possuíam maior mobilidade na fruição dos espaços citadinos sem a supervisão de adultos: "The children of early twentieth-century city were blessed or cursed (...) with more unstructured and unsupervised free time than generations that precede or followed them. Unlike their nineteenth-century predecessors, they did not have to work all day alongside adults in factory, shop, mine, or mill. Unlike their mid-twentieth-century counterparts, they did not spend their afternoons, weekends, and summers in umpired and regulated Little League, scouting, after-school, and summer camp programs. The children of the street were, in true, watched like Hawks in school anda t home, but out os school and out of home, they were on their own or, to be more precise, immersed in a Community defined by the absence of adults" (Ibidem, s/p). Uma versão do filme da Cia das Docas no formato VHS pode ser consultada no Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

seu tempo, como o lugar propício à vadiagem e à criminalidade, lugar de incitamento de "instintos anti-sociais". Cito-o:

> A atração da rua é a comprovação mais evidente da necessidade imperiosa que a criança sente de satisfazer o instinto de jogar. A criança não procura a rua, procura o espaço, a área de jogo, os companheiros que a ajudem a preencher o desejo irreprimível de jogar. Mas a rua – a não ser que seja uma especial ("play street") e que não existe no Brasil – não pode ser meio propício. A vivificação dos instintos anti-sociais e a ausência de controle e observação do comportamento da criança transformariam a rua em geradora de pequenos delinquentes. E eis a sociedade diante do problema da criminalidade juvenil, um dos que mais preocupam sociólogos, educadores e higienistas mentaes. (Miranda, 1941: 79)

Tal trecho também é passível de aproximação das palavras que iniciam livro "A alma encantadora das ruas", publicado em 1908, por João do Rio:

> A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem dos gnomos e dos silfos das florestas, tipo proteiforme, feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes e risos de navalha, o prodígio de uma criança mais sabida e cética que os velhos de setenta invernos, mas cuja ingenuidade é perpétua, voz que dá apelido fatal aos potentados e nunca teve preocupações, criatura que pede como se fosse natural pedir, aclama sem interesse, e pode rir, francamente, depois de ter conhecido todos os males da cidade, poeira d´ouro que se faz lama e torna a ser poeira – a rua criou o garoto! (Rio, 1995 [1908]: 5)

Se para Miranda a rua não configura espaço de sociabilidade desejável às crianças, conformando antes o lugar dos chamados "instintos anti-sociais", João do Rio, por sua vez, também deixa transbordar em sua literatura a rua como lugar de formação que viria a quebrar com as representações e experiências esperadas da infância, fazendo da criança "mais sabida e

cética que os velhos de setenta invernos". O sociólogo Roberto Damatta chama a atenção para o binômio casa/rua que, segundo sua perspectiva, forma um par estrutural e uma oposição básica na gramática social brasileira. Acompanhando o sociólogo, poderíamos dizer que o universo da rua, como eixo da vida pública, foi constantemente enfeixado pelo universo da casa, com as concepções moralizantes e classistas que marcam o processo histórico brasileiro (Damatta, 1997, passim).[37]

A relação entre os parques/praças para crianças e a evitação de sua circulação nas grandes vias, associada à prevenção da "delinquência juvenil", é observável em diferentes contextos, extrapolando o brasileiro enfeixado por Miranda ou aquele que antevemos na escrita de João do Rio, quando este menciona que "a rua criou o garoto". Gomes e Elizalde (2011) destacam que os playgrounds norte-americanos, tributários da experiência dos jardins de infância alemães desde finais do século XIX, desenvolveram-se a partir de uma concepção de recreação dirigida

> vista como uma estratégia educativa essencial para promover, sutilmente, o controle social. Nesse processo, foi amplamente difundida a ideia de que a recreação poderia preencher, racionalmente, o tempo vago ou ocioso com atividades consideradas úteis e saudáveis do ponto de vista físico, higiênico, moral e social. Com isto, a recreação foi considerada essencial para a formação de valores, hábitos e atitudes a serem consolidados, moralmente válidos e educativamente úteis para o progresso das sociedades modernas. Em um primeiro momento, o desenvolvimento de eventos, políticas, programas e projetos recreativos foi, e muitas vezes ainda continua sendo, direcionado principalmente aos grupos sociais em situação de risco ou de vulnerabilidade social, procurando a redução de conflitos sociais e da delinquência, a manutenção da paz e da harmonia social, assim como a ocupação positiva e produtiva do tempo ocioso. (2011: 68)

37 Cf. Frehse (2013), para uma abordagem panorâmica da "rua" na produção antropológica e sociológica no Brasil.

Ainda no contexto europeu, em 1946, a arquiteta inglesa Lady Allen of Hurtwood publicava um pequeno texto no qual tecia elogios à experiência dos "parques infantis de lixo", levado a cabo na Dinamarca e idealizados por Sørensen. O texto, em seu título, indagava: "Por que não utilizar de tal forma nossas áreas bombardeadas?" De início, a inglesa Hurtwood afirma que a mortalidade e a delinquência juvenil devem-se em parte ao modo pouco imaginativo pelo qual as autoridades locais enfrentavam a necessidade do jogo criativo (2014: 75 [1946]), e segue:

> Las condiciones de vida actuales, sobre todo em los entornos urbanos, suelen privar a los niños de lugares donde jugar. Conviene fomentar el deseo de aventura e exploración, pero casi todas las aventuras resultam inoportunas y peligrosas em las ciudades, porque las calles y las aceras suelen ser los únicos espacios donde los niños pueden jugar. [...] Lo máximo que es capaz de hacer el engeniero municipal es allanar el terreno, recubrirlo de asfalto y equiparlo com costosos columpios y tobonages. Su paraíso es um lugar de absoluto aburrimiento para los niños, por lo que no es de extrañar que éstos prefieran los escombros y desechos de las zonas bombardeadas, o los peligros y emociones de la carretera (Idem, ibidem)

Embora o contexto do pós-guerra em que escreve Hurtwood seja bastante distinto do vivido no Brasil, o interesse pela experiência dinamarquesa dá o que pensar. Aquilo que teria se constituído como um "espaço de jogo experimental de caráter revolucionário do distrito de Emdrup", segundo as palavras da arquiteta, se tratava de um terreno retangular situado abaixo do nível do solo circundante, que desde o começo fora construído por crianças através de seu jogo. Os materiais utilizados eram terra, pedra, ladrilho, ferro, argila, água, tábuas, barris de gasolina vazios, carretéis e carros abandonados. Aos poucos as crianças foram construindo as "obras", até que, ao cabo de seis meses, já tinham um lugar desenhado. A partir de assembleias, com mediação de um educador, suas atividades transcorriam com o principal público, nomeado pela autora como as "crianças difíceis". As construções chegavam a 14 metros de altura e "el juego es tan intenso que brillan por su ausencia de dos ruidos, los chillidos y las peleas de los espacios de juego anódinos, porque las oportunidades lúdicas son tan amplias que los ninños non necesitan plearse" (Ibidem: 77)

Ainda que a experiência do parque de lixo não escape às problematizações postas por Koslovsky em texto anteriormente citado e, nesse sentido, ao escopo dos parques infantis numa perspectiva mais ampla, chamamos a atenção para as diferentes experiências dentro dessa "tipologia urbana" (Niemeyer, 2002) voltando o olhar para experiências históricas que enriquecem o olhar contemporâneo para os espaços destinados às crianças e aos modos como, desde outros tempos e espaços, as buscas de meninas e meninos e suas práticas brincantes muitas vezes foram vistas pelos adultos como inadequadas ou perigosas, levando projetistas e educadores a trabalharem na elaboração de espaços educadores, mediadores de um conjunto de valores e atitudes consideradas desejáveis para determinada geração.

Pode-se afirmar que a rua, no processo de urbanização e, depois, metropolização, constituiu-se na intensificação das desigualdades na cidade, ligadas também a um pós-abolição que não promoveu uma política de alteridade em que importassem negras e negros, a redistribuição de terras e a reprodução de uma vida vivível, mantendo os privilégios de homens brancos. Intensificando as dificuldades de sobrevivência, no começo do século XX, além de negar certos lugares sociais aos libertos, algumas profissões são proibidas, levando à exclusão de postos de trabalho em centros urbanos (Jacino, 2012). Crianças trabalhadoras que desenvolviam atividades nas ruas, sobretudo como jornaleiros ou engraxates, passam a ser perseguidas e detidas, ampliando esse tipo de procedimento quando da instauração de juizado especializado e criação do Código de Menores. Assim, nos jornais que consultamos (A Tribuna, Jornal da Manhã e Estado de São Paulo), era comum a divulgação de detenção de meninos e, em menor número, meninas, que aguardam seus responsáveis

no Juizado de Menores por terem sido pegos desenvolvendo atividades do engraxar ou do entregar jornais, por exemplo.[38] Pode-se dizer a partir daí que o combate ao trabalho infantil nos centros urbanos se deu em grande medida pela repressão e olhar criminalizador sobre as próprias crianças pobres.[39]

Tendo em vista este cenário, e especialmente o final da década de 1930, quando surgem os parques infantis paulistanos como "lazer organizado", é também sobre o direito à infância que falamos – sobre a possibilidade de crianças receberem atendimento especializado, distante das ocupações de trabalho então usuais. É nesse sentido que aponta a pesquisa precursora de Ana Lúcia Goulart de Faria (1993; 1999): uma vez voltado às crianças filhas de trabalhadoras e trabalhadores, o parque infantil promovia assistência e abertura necessárias para o bem-estar desses meninos e meninas, que poderiam ser acompanhados por especialistas enquanto seus pais se ocupavam do sustento familiar. Por outro lado, Dalben (2016), ao tratar desse mesmo período, também observa que é nesse contexto de urbanização e industrialização que se dá o surgimento de clubes e parques infantis, ao passo que "as brincadeiras ao ar livre, realizadas nas ruas e várzeas, começariam a ser condenadas e, em certa medida, substituídas por recreações tidas como lícitas e úteis, agora realizadas no interior de clubes e ginásios" (2016: 95).

Pensando, assim, o percurso tomado pelos parques infantis, que em seu processo de institucionalização foram escolarizados, alguns tendo o seu potencial de "logradouro público" suprimido, resta-nos, ainda, a pergunta, informada por

38 Conforme nos mostra Santos, o ofício de engraxate já havia sido "proibido no início dos anos mil e novecentos para benefício dos salões e cadeiras de engraxate que pululavam na cidade. Apesar da restrição legal e da repressão terem se intensificado, os meninos continuaram infringindo a lei, burlando o fisco e concorrendo com os lustradores oficiais fixados em salões e cadeiras" (2015:13).
39 Lansky (2012) também salienta que "a percepção de inadequação dos espaços públicos à apropriação das crianças está associada a grupos pertencentes às camadas médias e altas da população urbana moradora de grandes cidades, não partilhada por segmentos populares e moradores de cidades menores" (2012: 13).

novas discussões: como compreender infâncias em seu direito à cidade (Lefebvre, 1991)? Algumas experiências, quando colocadas em uma espécie de vizinhança com as estratégias de institucionalização dadas no Brasil, levam-nos a pensar em outras possibilidades, não como "exemplares", mas como "exemplos": "por um lado, todo o exemplo é tratado, de fato, como um caso particular real, por outro, reconhece-se que não pode valer na sua particularidade. Nem particular nem universal, o exemplo é um objeto singular que, digamos assim, se dá a ver como tal, mostra sua singularidade." (Agamben, 1993: 14).

Em um texto intitulado "Play streets: women, children and the problem of urban trafic, 1930-1970", Krista Cowman (2017) recupera o trabalho de Colin Ward (1979 [1977]) que, ao trazer imagens do brincar nas ruas do pós Segunda Grande Guerra, observou que as imagens de fotógrafos como Bill Brandt, Roger Mayne e Nigel Henderson, expressavam alegria, embora quando publicadas tenham sido associadas à privação. Acrescenta a autora: "no entanto, sua consequente reprodução nas capas de memórias de infância urbana do pós-guerra destinadas para um mercado de nostalgia popular confirma a leitura otimista de Ward. Histórias populares da infância pós-guerra são igualmente positivas sobre o brincar na rua" (2017: 234).[40]

Cowman afirma que na década de 1930, para o contexto da Inglaterra, a presença de veículos automotores pelas ruas levou a uma divisão de opiniões acerca das implicações que o carro trazia para os usos e apropriações das vias. Os constantes acidentes, sobretudo os que envolviam crianças, levaram alguns a considerar os carros como indesejáveis e problemáticos para os lugares de sociabilidade dos bairros, enquanto outros os viam como essenciais para o funcionamento da cidade que se modernizava (Idem, ibidem). Apoiada em trabalhos como os de Catriona Beaumont, Cowman observa que o envolvimento de mulheres em lutas pela

40 Essa espécie de ambiguidade gerada entre as palavras e as imagens poderá ser vista também no tópico subsequente de nosso texto.

manutenção de lugares de sociabilidade de trabalhadoras e trabalhadores pode ser visto como parte de uma história do feminismo comunitário, presente numa política de gênero do cotidiano. O estudo de Cowman aponta para a importância dessas mulheres que, no contexto de proliferação dos carros e também de culpabilização das mães pelos acidentes envolvendo meninas e meninos, protagonizaram a reivindicação pelas chamadas *play streets* – ruas que eram fechadas e destinadas especificamente para o brincar.

Iniciativas como essa se disseminaram na Inglaterra da década de 1930[41] inspiradas no modelo nova iorquino dos anos 1920 e levaram a amplas conquistas com amparo de políticas locais e nacionais.[42] Conforme alerta a autora, "a despeito das abordagens anteriores para a segurança infantil, as ruas de brincar partiam do pressuposto de que as crianças da cidade tinham o direito de brincar nas ruas onde viviam e que os carros, e não as crianças, eram o principal problema." (Ibidem: 241).[43]

Para o caso brasileiro e, especificamente, paulista, vimos que a resposta à presença de crianças nas ruas e sua percepção como um problema urbano se deu predominantemente a partir de um projeto de institucionalização, a princípio no campo da educação não-formal e mais colada a uma perspectiva do que viria a ser a assistência social, o que não tardou a se transformar com a necessidade de uma escolarização cada vez mais precoce. Hoje, os parques que nos interessam olhar são aqueles que sobrevivem na paisagem urbana com seu mobiliário específico e centenário, consistindo em lugares de convivência e sociabilidade nos bairros onde se apresentam, lugares ligados a certas práticas brincantes que dialogam com equipamentos desenhados previamente e que se diferenciam sobremaneira dos propósitos das escolas de educação infantil.

41 "In 1929 Salford, 'the most densely populated area' outside London, became the first city in England to use these powers to introduce play streets along the New York lines." (Ibidem, 242)
42 "When Salford Watch Committee sanctioned the closure of forty-eight streets to traffic in July, the first, Clementson Street, was soon 'filled with children'.69 A further thirty-two streets were added in May 1930 with twenty-two more in November, halving the number of child fatalities in road accidents by September 1931.70 Initial closures were voluntary, but the 1933 Salford Corporation Act enabled compulsory closure." (Ibidem: 242)
43 Tradução nossa. Aproximamos esse trecho daquele que desdobramos na página 26 deste documento, para o caso brasileiro: "Nesse período das primeiras décadas do século XX, essas crianças passam a ser vistas como um "problema urbano" (cf. Veiga & Faria, 1999) e suas formas de sociabilidade e lazer, que também encontravam expressão pelas vias públicas (cf. Santos, 2015), passam a ser alvo de controle por diferentes autoridades locais"

2.2. Breve apontamento sobre Santos

Embora os parques – "campos de jogos", em uma de suas traduções históricas a partir da palavra em língua inglesa[44] – tenham sido afirmados como "logradouros públicos" desde pelo menos os anos 1920[45], seu processo de institucionalização e posterior ênfase no lazer organizado viriam a modificar, com o passar dos anos, sua própria abertura arquitetônica para as vias públicas, levantando seus baixos muros, que antes possibilitavam uma dinamização com a rua e o olhar dos passantes, obstaculizando o acesso ao seu interior. O muro alto, como observa Mayumi Lima em seu contexto de pesquisa nos anos 1970, "desestimula a atenção para o mundo exterior, permitindo melhor controle disciplinar" (Lima, 1979:74). Podemos dizer que uma dupla via faz aumentar os muros ao longo dos anos: a da interdição do elemento externo, passante que pode ser associado ao perigo; e a da necessidade de controle e disciplinarização dos corpos das crianças.

Os muros baixos e os amplos espaços com pouca área construída nos chamam a atenção nas imagens de alguns parques infantis santistas, como é o caso do Olívia Fernandes, cujas

44 A tradução literal de "playground" é uma das nomeações da primeira metade do século XX para esses espaços de lazer. Kuhllmann Jr (2019) faz menção às diferentes nomeações dos anos 1930, mostrando também diferentes concepções que as informam, tais quais a apropriação do estrangeirismo playgrounds, as praças de recreio, o campo de jogos, etc.
45 Sobre os parques como "logradouros públicos", encontramos referências em fontes como a Folha da Manhã (cf. Anno III, n. 866, 11 de outubro de 1927, s/p). Cf, ademais, Kuhlmann op. cit. e Dalben, 2009.

fotos remontam à década de 1940. As imagens que encontramos, embora algumas com enquadramento pouco preciso, fazem remontar às fotografias de B. J. Duarte, quando este fotografava os parques infantis paulistas em suas atividades cotidianas (Cf. Fernandes Junior et al, 2007). O Olívia Fernandes, hoje escola de educação infantil, se encontra na praça coronel Fernando Prestes, à certa altura da av. Afonso Pena, entre os bairros Embaré e Macuco. Embora o seu endereço, hoje, continue a constar como praça, a área circular é toda ocupada pela escola, cercada de muro e grade, não permitindo a circulação de pedestres. Nas fotografias dos anos 1940 podemos ver que a cerca de madeira, que separa a rua do espaço do parque, possui pequena estatura, possibilitando que adultos ou mesmo outras crianças testemunhem as atividades realizadas em seu amplo espaço interior. Essa presença visível do brincar se estende ainda mais quando notamos também a altura dos brinquedos construídos, tais quais o trepa-trepa e os balanços, que alcançavam, conforme identificamos pelas imagens, altura rara entre aqueles brinquedos destinados às crianças na paisagem urbana contemporânea. Toda uma discussão sobre medo e segurança ou as habilidades desejáveis a serem adquiridas nessa interação com este tipo de mobiliário reside aí.

[4]

AUTORIA DESCONHECIDA. ACERVO FAMS.

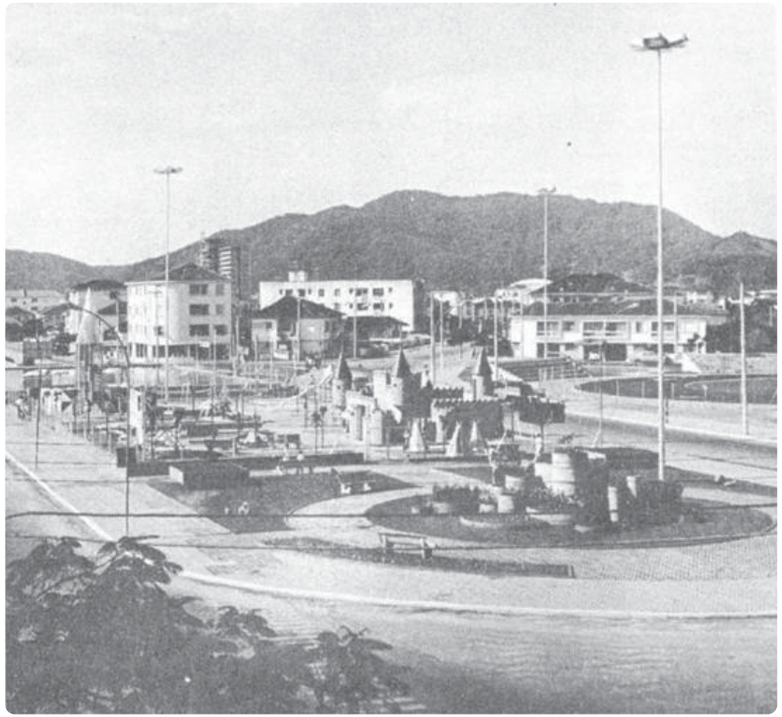
Essas alturas remontam-nos à memória de alguns parques disponíveis em Santos para gerações a partir dos anos 1970 e seguindo até meados dos 1990, quando sofrem algumas modificações, começando a tomar a forma de centros poliesportivos. O parque Rebouças, na Ponta da Praia, no qual brinquei como outros da geração 1980, é um exemplo interessante e duradouro, que permite observar as modificações em sua estrutura acompanhando novos entendimentos, inclusive políticos, do que fossem os espaços para infância e as necessidades infantis. De caráter distinto do parque Olívia Fernandes, dados os diferentes contextos de surgimento, o seu funcionamento esteve ligado à livre circulação e brincar de crianças, sem atividades dirigidas. Embora o desenho da praça e sua nomeação remontem à década de 1950[46], foi durante o período militar, em 1968, que foi encaminhado à prefeitura, via Prodesan[47], o ante-projeto de urbanização da praça que, em julho de 1970, seria referido como o "maior conjunto de atrações infanto-juvenis do município".[48]

A imagem que vemos ao lado mostra uma visada ampla da extensa praça, que parece ainda maior no contexto de ocupação do período, em que os prédios baixos, relativamente espaçados em comparação ao atual contexto de urbanização de edifícios e condomínios altos, ganham a paisagem.[49] O castelo aparece como protagonista e sua centralidade convida o olhar a adentrar esse espaço. Por termos ali brincado, conhecendo seus equipamentos, ficamos a procurar pelos longuíssimos e altos escorregadores, o maior de todos à esquerda, com o topo

46 Processo número 16036/57-32 de 14/08/1957. Arquivo Intermediário da FAMS.
47 A Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A (Prodesan) é uma "empresa de economia mista, que atua com a Prefeitura Municipal de Santos nas ações de desenvolvimento e progresso da cidade de Santos" desde 1965, diz a apresentação em seu site. Disponível em http://www.prodesan.com.br. Último acesso em 21.03.2020.
48 Processo número 16606/70-16 da referida data. Arquivo Intermediário da FAMS.
49 Fotografia presente em impresso da administração do então prefeito nomeado, general Clóvis Bandeira Brasil, editado no ano de 1973 e disponível em http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos311d.htm. Último acesso em 24.03.2020.

aproximando-se da forma dos cones das torres do castelo, dessa vez representando um foguete, cuja altura ultrapassa todas as outras, disputando a visibilidade com os prédios e apenas perdendo em tamanho para os postes de iluminação.

[5]



AUTORIA DESCONHECIDA.

Nossa memória vem ao encalço da imagem numa outra fotografia, e permite a identificação não só do escorregador que brincamos, mas também do labirinto octogonal num mesmo plano, uma ponte (em que se vê duas crianças debaixo, à sua sombra) e, ao fundo, a estrutura de escorregadores, além da grande pista circular de aeromodelismo. No horizonte, vemos os prédios da área da orla, destacando-se em sua modernidade em

relação às construções de dois e quatro andares dos arredores da praça. As duas crianças, sozinhas no quadro, convocam o olhar para uma cena sem movimento, onde o parque parece existir apenas para elas, nessa interação com seu tempo próprio.

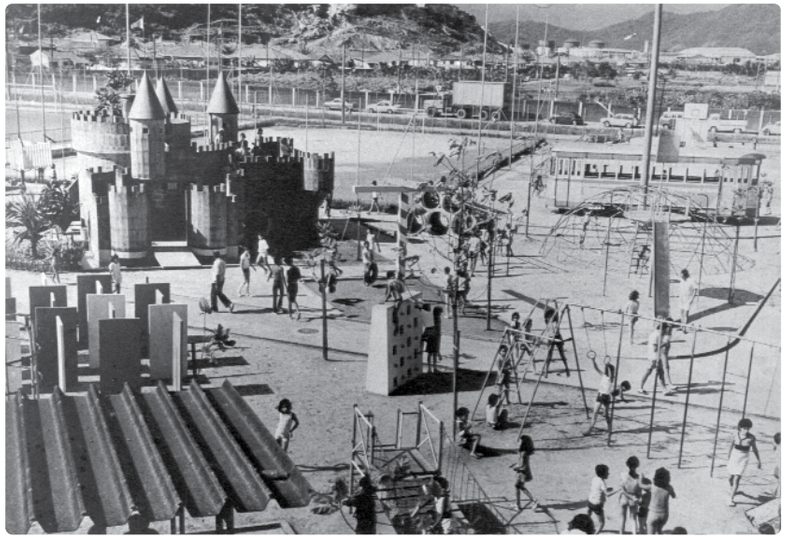
[6]

AUTORIA DESCONHECIDA.

A pouca movimentação da praça no momento desses instantâneos difere de outra imagem que encontramos no acervo da FAMS. Trata-se da fotografia de um parque da Zona Noroeste, conforme legenda atribuída no arquivo à imagem, o qual pudemos confirmar, com respaldo no acervo fotográfico de A Tribuna, que se localizava no bairro Areia Branca.[50]

50 Hoje, Santa Maria. Na publicação de 1973 reproduzida no site citado em nota anterior, há menção da construção de um centro recreativo na Zona Noroeste.

[7]



AUTORIA DESCONHECIDA. ACERVO FAMS.

A imagem evidencia a existência de uma estrutura muito similar àquela vista anteriormente, com um castelo se não igual, bastante semelhante ao anterior. A ponte, sob a qual anteriormente víamos duas crianças, a observamos aqui num primeiro plano. O espaço, repleto de crianças nas mais diversas ocupações, apresenta também um labirinto, de longas paredes verticais, que projeta sua sombra sobre o chão, e a luz do sol a pino grafa a película fotográfica. Embora se veja alguns adultos, percebe-se o relativo distanciamento dos mesmos em relação às crianças, que se reúnem em grupos ou se entretêm com os equipamentos sozinhas, aventurando-se nessa ampla área.

A semelhança das duas praças apresentadas pelas imagens, a reincidência do castelo e de alguns equipamentos, fazem pensar sobre a reprodução da própria ideia do que seja um espaço para a infância à época, ainda que em diferentes lugares da cidade (ou mesmo em diferentes cidades), o que, embora pudesse nos levar a supor a existência de diferentes crianças e contextos, com suas singularidades, não teria impli-

cado significativamente na diferenciação do espaço. Todavia, destacamos a presença, na praça Rebouças, de pistas de aeromodelismo, ferreomodelismo e autoroma – presença a indicar aspectos socioeconômicos daqueles que teriam brinquedos a levar à praça, bem como uma modernidade afirmada pela presença miniaturizada dos modais.

Atualmente, em lugar dos parques, há centros poliesportivos. No M. Nascimento, na Zona Noroeste, visto na última fotografia, suprimiu-se as antigas instalações dos brinquedos dando lugar a um grande prédio com atividades esportivas diversas, contando com quadras e piscina. O mesmo processo de muramento do espaço livre público para construção de um centro poliesportivo arquitetonicamente fechado pôde ser visto na Ponta da Praia, com a instalação de catracas, diferenciando-se daquele no que diz respeito à manutenção do espaço do parque, sucateado e sem os antigos brinquedos, apenas com a manutenção do castelo e labirinto. De acordo com plantas que encontramos no arquivo intermediário da FAMS, as mudanças dos parques em direção à instalação de centros poliesportivos se deram a partir do final da década de 1990.

Lefebvre é categórico ao afirmar que "o espaço especializado é um espaço morto"[51] por ser preenchido por apenas uma atividade em certo momento, sendo esta atividade "repetida ela mesma". Na década de 1960, Jane Jacobs rechaçava as premissas do urbanismo moderno e afirmava que a rua viva e a vivacidade do espaço urbano estavam intimamente ligados ao uso diversificado das vias. Em "Os usos dos parques de bairro", Jacobs escreve sobre o caso das cidades norte-americanas:

> Os parques de bairro ou espaços similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisam da dádiva da vida e da aprovação conferida à eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou não os usam e os condenam ao fracasso (2018: 97)

Há aí, pois, uma confrontação à premissa de que áreas livres, parques, playgrounds e vazios urbanos seriam benéficos por si mesmos: "eles nada significam se forem divorciados de seus usos reais, concretos, e, portanto, nada significam se divorciados das influências concretas – boas ou más – dos bairros e dos usos que o afetam" (Ibidem, 121).[52] Seguindo essa perspectiva, os parques genéricos, "para crianças", de que tratamos, corresponderiam pouco à diversidade dos públicos e dos locais de sua instalação. Pensando numa escala internacional, podemos ver nuances nessa "tipologia", observando que os parques receberam diferentes práticas e compreensões, conforme tratamos em outra oportunidade (Siqueira, 2017). Ainda assim, sobrevêm a repetição de certos equipamentos e desenhos.

Miranda, ainda, em texto anteriormente mencionado, fala das *play streets* como ações ainda não pensadas no Brasil até pelo menos os anos 1940, quando escreve. Seria essa uma possibilidade comunitária possível para o contexto brasileiro, que assegurasse as formas tradicionais de ocupação das vias pelas classes trabalhadoras?[53] Estaríamos, ainda, diante do para-

51 Em entrevista realizada por Michel Régnier, em 1972. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg&t=1328s. Último acesso em 12.08.2020.

52 Sobre Jane Jacobs, Rodrigo Pérez de Arce Antoncic diz: "Reaccionando frente a los efectos de la renovación urbana a gran escala, y contando con suficiente perspectiva para evaluar sus efectos, Jane Jacobs fue quien mejor articuló em el discurso especializado los sutiles usos de la calle tradicional. Tras su aparente desorden, el espacio gregario obedecia, según ella, a um orden complejo, "compuesto de movimento y cambio" que, si bien era "vida y no arte [...] podría ser considerada como la forma artística de la ciudad". Su esencia radicaba em "el uso intrincado de las veredas". Su diagnóstico condenaba las lógicas de renovación urbana – entonces dominantes – que estabelecían "áreas de recreación" al interior de los nuevos conjuntos mientras desmantelaban los usos de la calle tradicional: "uma plataforma especializada, desde la cual jugar, passar el tempo y formarse uma opinión acerca del mundo". A su juicio, el juego debía coexistir com el ejetreo". (2014: 82)

53 Passado tanto tempo, hoje vemos, no contexto de São Paulo, as chamadas "ruas para brincar". A partir de um contato feito com a prefeitura, via solicitação realizada por moradores, pode-se

doxo mencionado por Kozlovsky, em que a regulação do espaço do brincar visa de certa forma a conformação dos corpos a uma "adequação" no espaço público?

Diante da regulação dos espaços do brincar e de sua tipificação, estudiosos da infância em contextos urbanos, tais quais Tonucci (2019), propõem a criança como parâmetro para a cidade, recusando tais espaços especializados, e compreendendo que a ótica da administração pública deve ser modificada para que as crianças (e os demais cidadãos) não percam os espaços citadinos. Uma vez que a especialização é aqui vista sobretudo como uma *perda*, a perda da rua e dos espaços com sentido público para esse segmento, o pedagogo afirma que uma cidade que pensa a criança, pensa uma cidade para todxs em sua acessibilidade, segurança e fruição.

Cabe frisar que no caso dos parques e praças da Zona Noroeste de Santos, a despeito do pouco diálogo com as especificidades locais, foi notória sua ampla ocupação por crianças e suas famílias, indicando a importância local desses lugares de sociabilidade e lazer, nem sempre em bom estado de conservação, mas desejados. Isso se mostrou em conversas com crianças do Ilhéu Alto e dos Caminhos (da Capela, São Sebastião e São José), que em algumas situações mencionaram que queriam ir ao parquinho ou serem frequentadoras do Jardim Botânico; algumas delas, residentes da Vila Gilda, já próximas do Caminho da Capela, citaram a frequentação da "pracinha do Bombeiro", como é conhecida a praça Bruno Barbosa. Quando a rua está acessível às crianças, como se vê ao caminhar por esses bairros, o espaço desenhado, qualificado, parece ganhar uma importância singular e não consistir em uma "perda" – muito pelo contrário, aponta para uma vitalidade diversa dos lugares.

Nesse sentido, cabe ainda mencionar que o parque infantil presente no Jardim Botânico se mostrou muito prezado por crianças do Ilhéu Alto[54], que o acessam sozinhas ou acompanhadas de adultos, descendo o morro e as ruas até o alcançar. As crianças exploram suas trilhas, fonte, brinquedos. No dia 2.11.2020 pude ir com um grupo de 4 crianças ao Jardim Botânico, encontrando outras, vizinhas no Ilhéu Alto, no próprio Jardim. Muitos brinquedos eram subvertidos em suas recomendações, como o caso do "balanço acessível", onde grupos de até 9 crianças, tomando velocidade no balanço, aventuravam-se no equipamento recomendado para 2. Um aspecto interessante de notar neste parque é como se atribui ao brincar, por parte dos projetistas, finalidades que extrapolam o brincar mesmo. Os brinquedos deste parque possuem todos uma identificação, com placas nas quais se vê um nome atribuído e as funções que cada brinquedo desempenharia para as habilidades das crianças:

> Balanço acessível
>
> Brinquedo desenvolvido para estimular a socialização, o desenvolvimento socioemocional, físico, motor, promovendo a inclusão entre as crianças, o equilíbrio, consciência humana e corporal.
>
> Advertências: Este brinquedo foi projetado para ser usado por até 2 crianças, com 1 assento para criança com mobilidade e 1 espaço para criança

pleitear o fechamento das ruas para que crianças brinquem aos domingos. Ações similares são visíveis também no centro da cidade, após muitas disputas, como no Minhocão. Em Santos, vê-se uma proposta menos comunitária e mais dirigida, chamada também por "ruas de lazer", em que alguns instrutores protagonizam junto a crianças atividades de iniciação ao esporte e outras brincadeiras, com material cedido pela prefeitura em local mapeado pela mesma. Cidades do interior, como Jundiaí, também conformaram um projeto, as "ruas de brincar", que parte das solicitações comunitárias, ficando a prefeitura responsável pelo fechamento das ruas com restrição dos veículos aos domingos e cessão de alguns materiais (jogos de xadrez com peças de grande estatura, cordas e outros brinquedos). Conforme nos esclarece Uemori (2020), "em 2018, Jundiaí, tornou-se o primeiro município do Estado de São Paulo e o segundo no Brasil a integrar a Rede Latino-Americana do Projeto Cidade das Crianças, tendo como referências as cidades de Fano (Itália) e de Rosário (Argentina)".

54 Crianças da Vila Gilda também o citaram, destacando as trilhas e os animais que já encontraram no "Horto", nome pelo qual o Jardim Botânico é popularmente identificado, devido à sua antiga nomeação. Anotações do dia 16.11.2020.

com cadeira de rodas, com rampa de acesso e cinta de travamento.
Não cruze a rota do balanço em movimento.
Peças metálicas podem estar quentes em dias ensolarados.
Altura mínima 95 cm.
Altura máxima 150 cm.
Peso máximo por pessoa 55 kg.
Crianças de 3 a 14 anos podem usar esse brinquedo, mas sempre devem estar supervisionadas por um adulto.

Painel caleidoscópio
Através dos estímulos visuais, o brinquedo oferece a oportunidade de desenvolver a autoestima, a autopercepção, atenção, percepção de movimentos de outras crianças, estimulando e fortalecendo a socialização.
Advertências: Abrigo em forma de triângulo suspenso por colunas de tronco de eucalipto, com três painéis de espelhos refletindo de forma infinita.
Peças metálicas podem estar quentes em dias ensolarados.
Altura mínima 73 cm.
Altura máxima 148 cm.
Crianças de 1 a 12 anos podem usar esse brinquedo, mas sempre devem estar supervisionadas por um adulto.

Mola Girassol
Brinquedo pensado para fortalecer o desenvolvimento do equilíbrio e controle do corpo da criança, por meio dos movimentos multilaterais que a peça proporciona.
Advertências: Assento em forma de flor com base de pneus. Este brinquedo foi projetado para ser usado por 2 crianças sempre sentadas.
Peças metálicas podem estar quentes em dias ensolarados.
Altura mínima 73 cm.
Altura máxima 160 cm.
Peso máximo 55 kg.
Crianças de 1 a 14 anos podem usar este brinquedo, mas sempre devem estar supervisionadas por um adulto.

Estamos de acordo com Pereira e Carvalho (2003) quando dizem que um dos grandes equívocos que as instituições educacionais cometem e, por extensão, certo discurso pedagógico, é a forma como se tem assimilado o brincar como atividade relevante à medida que é tomado como "instrumento de aprendizagem, estruturando-o, regrando-o, delimitando seus espaços e até horários em função de supostos objetivos pedagógicos" (Ibidem: 119). As autoras tomam a espontaneidade como essência do brincar, espontaneidade tanto do tempo quanto da ação que são colocados em jogo no seu acontecimento. As indicações e recomendações vistas nos brinquedos acabam por passar ao largo das crianças, que os utilizam de acordo com seus desejos não vislumbrados pelos projetistas, como mostra o caso do balanço acessível. Para enxergar as potências do brincar no existir das crianças (e não só), bem como no próprio fazimento democrático da cidade, seria preciso que repensássemos sua valoração a partir de aberturas não utilitárias.

3. POÉTICAS ESPACIAIS E PRÁTICAS BRINCANTES

O espaço habitado transcende o espaço geométrico.
Bachelard (1972: 49)

"Brincar na rua" é inquietar as certezas geométricas,
exagerar a percepção da imagem e afrontar o perigo.
Joana Fonseca Maia (2012)

Brincar torna-se o arquétipo de toda atividade
cultural que, como a arte, não se limita a uma
relação simples com o real.
Gilles Brougère (1998)

> Sabemos hoje, assim, que as crianças brincam
> espontaneamente do que querem, mas,
> principalmente, elas brincam do que precisam.
>
> Soraia Chung Saura (2020)

Alguns consideram que o brincar *é* (Machado, 1998: 19) e não se orienta a uma finalidade apriorística ou finalística a não ser o próprio brincar. Desta forma, alguns também observam que a poesia, em sua escritura, não condiria com as práticas brincantes, já que estas "deriva[m] [de] seu fascinante atrativo, o de uma arte efêmera sem finalidade nem obra, uma arte sem *Poiesis*" (Antoncic, 2014: 81). Contudo fazemos uso do termo *poéticas espaciais*, aproximando-o de práticas brincantes, para nos referir às práticas de deriva e do brincar de crianças que incursionam em certos espaços da cidade.

O termo *poéticas espaciais* faz ressoar o título do livro de Gaston Bachelard, "Poéticas do espaço" (s/d [1957]). Nele, o autor faz o gesto de abordar as formas como os lugares, sobretudo os acolhedores – as casas, as conchas, os ninhos –, recorrem e provocam a imaginação criadora, levando poetas os mais diversos a criarem imagens que nos alcançam e repercutem em nossas próprias imagens internas, constituindo-nos em nosso universo singular.[55] Com suas reflexões sobre a *imaginação material*, pensando a resistência e a provocação que o espaço em sua materialidade convoca à poesia, Bachelard nos chama a atenção a pensar justamente na materialidade provocadora dos espaços e na sua participação na formação de imagens e na "irradiação de ondas de imaginação" (Ibidem: 42), nas quais

55 Frisamos a especificidade desse termo no vocabulário de Bachelard: "As ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência." (s/d: 13)

o espaço habitado, esse não-eu, protege-nos ou reforça nossa coragem, alcança-nos em sua materialidade simbólica. O filósofo, contudo, fala com as imagens literárias e, assim, traz à tona a poética do espaço que recorre aos poetas, esses que lapidam e criam com as palavras. Aqui, de certa forma, tomamos Bachelard como inspiração à medida que buscamos também considerar o modo como o espaço provoca interações e poéticas criadas por meninos e meninas em suas derivas pelo espaço público, que se dão a ver por meio de suas próprias aparições.

Haveria no brincar essa lapidação com as coisas do mundo, essa esteira de um gesto de invenção, uma imaginação criadora provocadora e provocada pelas mais diversas materialidades (e, aqui, muito especialmente, nos debruçamos sobre as águas e suas provocações no calor, quando o suor do corpo, água nossa, busca banhar-se)? Embora considerando aspectos da imaginação material da qual nos diz Gaston Bachelard, lançamos mão da palavra *poéticas* ao modo como apresentada por Michel de Certeau: do grego *poiein*, criar, inventar, gerar, ela se faz astuciosa, dispersa e se "insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível" (Certeau, 1996: 39). O processo sensível ligado ao prazer do divertimento, uma poética espacial como contraponto a um espaço geométrico, nos leva a pensar que há aí uma forte dimensão criadora ao passo que "não é [apenas] uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessita de aprendizagem" (Brougère, 1998: s/p). Essa aprendizagem, acreditamos, marca as práticas brincantes das crianças que observamos, reincidindo sobre os lugares do brincar, que por vezes se repetem por gerações, ou mesmo naquilo que atravessa e constitui suas práticas, como seus próprios diálogos, marcados pelos contextos socioculturais nos quais estão inscritas.

Ao observar mais de perto tais práticas brincantes e a circulação de meninas e meninos que encontramos no centro, nas áreas de palafitas ou no Ilhéu Alto, passamos a aproximar a mencionada dimensão criadora e astuciosa de suas poéticas

espaciais e práticas brincantes, ligadas às provocações materiais do mundo, ao da "significação social", que envolve a dinâmica da relação entre pares, e também o olhar social para tal, diante das imagens convocadas por sua aparição na cena pública. Entre palavras e palavrões, afetos e representações de dinâmicas de violência, aspectos socioculturais conformadores de uma realidade específica recorrem nas brincadeiras e, por vezes, as caracterizam, embora na duração do brincar pareça haver a possibilidade de subversão dessa realidade mesma pela suspensão performativa e festiva capaz de operar aproximações e distanciamentos com a realidade que se vive. Seguindo as palavras de Brougère, se "a experiência cotidiana, sob suas formas mais usuais, mas também nos seus episódios singulares, aparece como um espaço de formação do indivíduo ao longo de toda a sua vida." (2002: 13), ela se imbrica nas práticas brincantes com efeito. Compreendemos, pois, que há uma complexidade no brincar que entrecruza diferentes dimensões da vida das crianças com as quais travamos contato ou observamos, implicando também em diferentes formas públicas de aparição e de apercebenças de suas práticas brincantes.

4. MENINAS E MENINOS QUE TRILHAM A CIDADE

> Mas o que a educação não sabe fazer, a imaginação realiza seja como for.
>
> Bachelard (2019: 8)

> Mais voici que, pas à pas, les traces configurées au gré des préocupations ordinaires mettent la ville em état de décomposition et sapent les fondements de la représentation qu´on em donne habituellement. Une imprévisible force s´affirme: "qui défie les calculs". Et la nature de

> ce bouleversement vient de nous apparaître: le temps vécu invalide les régles de l´espace rationnellement composé.
>
> Jean-François Augoyard (2007: 135)

> Quem recusaria hoje ver na imagem o instrumento de um poder sobre os corpos e os espíritos?
>
> Marie-José Mondzain (2009: 11)

Ainda que com as circunscrições e a tipificação dos espaços destinados ao brincar em diferentes tempos – acompanhadas ao longo do século XX do processo ambíguo de retirada das crianças das ruas, ocasionando também na sua privação do espaço público com uma incipiente escolarização e política de assistência (cf. Rizzini, 2007) –, observamos que as práticas brincantes insurgiram pelas ruas e praças, resistindo em seus acontecimentos e aparições a céu aberto. Quais os significados possíveis dessa presença para diferentes grupos sociais? Uma breve reflexão nos é trazida por uma imagem com sua legenda, encontrada na Gazeta de Notícias, em 17/03/1928.[56]

Na fotografia, cuja visibilidade é prejudicada pela qualidade de sua reprodução no jornal, podemos ver cinco crianças. Aparentemente, seguindo as pistas do vestuário, são todos meninos. Todos parecem descalços, vestem bermudas ou calça, alguns deles suspensório, um traja chapéu. No primeiro plano, um dos meninos olha para a câmera, enquanto os outros, mais atrás, focam seu olhar para um mesmo ponto no gramado, possivelmente direcionado a algum objeto que manuseiam, o qual,

56 A imagem foi primeiramente vista no acervo do IEB-USP, onde pôde ser encontrada no fundo de Fernando de Azevedo, na forma de recorte, sob o registro FA-SFA-A3/97-8,261. Foi consultada também no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional, que disponibiliza os exemplares da Gazeta de Notícias. Posteriormente, tomei conhecimento de sua presença no trabalho de Sônia Camara (2010), que será mencionado mais adiante.

enquanto espectadores, não conseguimos identificar. Os meninos estão reunidos em um canteiro que acompanha a faixa central de pedestres entre duas pistas de carros. À esquerda da imagem se vê claramente um carro em movimento e mais dois, se ali detivermos o olhar entre as árvores que seguem a linha da pista. À direita pode-se supor outro veículo ao fundo, embora sem muita clareza visual.

[8]

AUTORIA DESCONHECIDA.

Dois meninos estão de pé, enquanto outros dois permanecem de joelhos e um sentado, interagindo a partir de algo que não conseguimos decifrar. Poderíamos supor que estão brincando, mas nada na imagem nos leva a ancorar com convicção a suposição – embora estejam aparentemente concentrados, algo comum quando se brinca. O menino que fita a câmera lança ao fotógrafo um olhar direto, não esboçando sorriso, antes aparenta uma seriedade, sendo o único que dá a ver inteiramente o seu rosto, enquanto os outros estão de costas na cena. Pelo semblante do menino no primeiro plano, talvez surpreendido pela câmera, e a posição dos outros em relação ao fotógrafo, a imagem nos leva a pensar que este não estabeleceu um contato prévio com as crianças, captando a cena à meia distância, sem seu prévio conhecimento. As linhas formadas pelas guias das calçadas, somadas à rua propriamente, dirigem-se a um ponto no horizonte do espectador, que acaba por se deparar com um poste com placa ou luminária, que ao centro ganha destaque, em branco.

Na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, no dia 17/03/1928, a imagem descrita é apresentada na capa da edição e segue acompanhada da seguinte legenda: “Flagrante aspecto da infancia abandonada: – divertem-se, jogando e pervertendo o espírito com a preguiça e a falta de moral”. Com a legenda, o olhar retorna à imagem em nova condição, atribuindo juízos ao gesto brincante dos meninos. Avançando na leitura do artigo intitulado “Em prol da educação da infancia e da mocidade no Brasil: a acção do Estado na obra de assistência e protecção aos menores”, encontramos as seguintes palavras:

> Devido á lamentável repercussão que produz na vida da sociedade o desleixo na educação infantil, é justo que o Estado intervenha na questão, muito embora pareça ella ser, radicalmente, um caso de moral domestica. O Estado, protegendo o menor material ou moralmente, prepara os elementos sociaes, que mais tarde virão ao scenario publico. A consciencia dessa necessidade, felizmente, já domina o Brasil. Possuímos o Juizo de Menores, a quem incumbe pôr em pratica o Co-

digo de Menores e vela pela proteção á infância abandonada e delinquente. O Conselho de Assistencia e Protecção aos Menores é outra instituição oficial, filiada ao Ministerio do Interior e da Justiça, que o prestigia e subvenciona.

Retomamos aqui o contexto do Código de Menores, mencionado no tópico 1 do "itinerário formativo" deste material. Consideramos que sua aplicação é de relevante importância para a compreensão dos modos como a brincadeira e o gesto brincante foram excluídos das vidas públicas do Brasil a partir da moralização dos hábitos do estar e viver o espaço livre das classes populares. Trabalhos como os de Alvarez (1989) mostraram que a associação da pobreza e da desorganização familiar à criminalidade no que diz respeito à formação da categoria do "menor" se mostrou presente nos discursos correntes de nossa sociedade e também em alguns estudos desdobrados a partir da década de 1970 sobre o tema. Sua pesquisa indica a descontinuidade entre pobreza, desorganização familiar e criminalidade, inquirindo sobre como essa relação, não óbvia, passou a marcar o debate jurídico, repercutindo de forma enviesada na criminalização e na compreensão das ações de crianças e jovens das camadas populares.

O Código de Menores apresenta mudanças em relação à legislação anterior, com a inibição de instituições como a roda dos expostos vigentes desde o período colonial[57], e com a criação da centralidade do poder de decisão do juiz de menores sobre a trajetória de crianças e jovens. A certa altura do Código, no artigo 28, crianças são tipificadas de acordo com as categorias da vadiagem, mendicância e libertinagem, sendo os *vadios* os *menores* que:

57 "O fato das primeiras "rodas" terem sido instaladas em Salvador e no Rio de Janeiro vem confirmar o seu caráter urbano, uma vez que, até o século XVIII, apenas essas duas localidades mereciam verdadeiramente o nome de cidade, enquanto as outras permaneciam na condição mais próxima de grandes aldeias, dominadas pelo particularismo de "homens-bons" com os interesses voltados para suas grandes propriedades rurais, sem real preocupação com os problemas públicos (...)" (Mesgravis, apud Alvarez, 1989: 36)

a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos;
b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida. (Brasil, 1927, art. 28)

Mais adiante, no artigo 61, encontramos:

Si menores de idade inferior a 18 annos forem achados vadiando ou mendigando, serão apprehedidos e apresentados a autoridade judicial, a qual poderá:
I. Si a vadiagem ou mendicidade não fôr habitual:
a) reprehende-los e os entregar as pessoas que os tinham sob sua guarda, intimando estas a velar melhor por elles;
b) confia-los até a idade de 18 annos a uma pessoa idonea, uma sociedade em uma instituição de caridade ou de ensino publico ou privada.
II. Si a vadiagem ou mendicidade fôr habitual interna-los até a maioridade em escola de preservação.

Paragrapho único. Entende-se que o menor vadio ou mendigo habitual quando aprehendido em estado de vadiagem ou mendicidade mais de duas vezes. (Idem, art. 61)

Observa-se nestes trechos que o estar ou vagar pelo logradouro público em contraposição à ocupação útil, o trabalho, reafirma certo imaginário e universo simbólico ligados ao espaço livre público. A formação de um espaço citadino burguês lega ainda mais à rua o lugar dos desclassificados, assim como da chamada criança desvalida, abandonada ou delinquente, estabelecendo uma espécie de paradigma perceptivo

da rua e de certa infância, reiterado pelos jornais. No que diz respeito aos anos 1920, ao pesquisar pela palavra "brincar" nas páginas de um impresso como o santista A Tribuna, encontramos o verbo associado à rua e ao espaço público quando se trata de notas que frisam o perigo (de mordidas de cachorro à violência cometida por transeuntes contra meninos e meninas) ou acidentes decorrentes do comportamento de crianças (nomeado por vezes de "traquinagem", envolvendo atropelamentos, queda de muros, queimaduras, dentre outros).[58]

Assim, a rua, lugar de violência e perigo, é reiterada enquanto tal, devendo-se retirar as crianças dela tanto num sentido protetivo quanto preventivo ou corretivo, evitando comportamentos ou ações que as colocariam em risco – fossem os físicos, pelo brincar espontâneo, ou os "morais", dados os tipos circulantes no espaço público. A compreendida boa educação exige o afastamento das crianças do espaço livre público, com vistas à sua "preservação moral". Camara (2012) afirma que

> Tomar a rua como espaço de liberdade, de brincadeiras e de sobrevivência constituía-se como prática naturalizada aos setores populares que, num esforço de resistência e de indisciplina à ordem instituída buscaram preservar como bem demonstrou Barbosa [Orestes Barbosa em Bambambã (1923)], os seus costumes associados às tradições de organização e participação da vida cotidiana. Vários comportamentos, tais como as brincadeiras de rua, a traquinagem, a mendicância, a vadiagem, as atividades ambulantes [...] foram indicadas e acionadas como formas de incriminar as crianças pobres, mas também como dispositivo de sua exclusão do espaço escolar e dos conhecimentos identificados como apropriados às camadas populares. (Ibidem: 58-9)

Alvarez (1989) ainda menciona a relação observável nessa época entre novas estratégias institucionais e o controle social das populações urbanas: "A filantropia do 'civilismo

58 A palavra também se liga às festividades do carnaval.

cristão' das elites e a medicina social deram-se as mãos para inaugurar um corte decisivo para com o passado da assistência social aos 'desafortunados', incentivando a introdução e prática de novas concepções pedagógico-sanitárias. (Abreu & Castro, 1987, pp.101- 102)" (Alvares, op. cit). A educação para o trabalho ganha força nesse contexto e se intensifica quando da mudança de legislação no período da ditadura cívico-militar, algo que se modificará legalmente apenas com o ECA, quando há uma transição paradigmática em que as crianças passam a ser vistas como sujeitos de direito e participação. Nesta legislação, finalmente, o direito à liberdade, compreendendo o direito de "ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários" é assegurado a meninos e meninas, bem como "participar da vida política" e "brincar, praticar esportes e divertir-se" (Brasil, 1990, art. 16), algo não tematizado nas legislações anteriores.[59]

A imagem aqui citada, associada à sua legenda, abre-se a nós em linhas de força (cf. Bartolomeu, 2008) com as quais o texto joga um eixo semântico forte, escoltando a imagem e fazendo ver certo sentido na presença dessas crianças no espaço público. Na confluência de imagem e texto, vê-se a produção de um corpo inadequado. Indica uma leitura de época que se transpõe como transparência da imagem, nos levando hoje a compreender dinâmicas coevas de apreensão dos gestos nas quais as crianças e suas práticas brincantes, quando presentes nas ruas, são rapidamente enredadas, constituindo um imaginário de infância e de rua associado ao perigo, à delinquência, outrora à imoralidade, e assim por diante. A narrativa produz a imagem e antecede as "práticas sociais no sentido de abrir um campo para elas" (Certeau, 1984: 125 apud Caldeira 2011: 27).

59 Cabe sublinhar que embora o ECA seja um importante documento consolidado, ainda é alvo de disputas e ameaças. Assim, por exemplo, o direito de ir e vir de crianças e adolescentes foi restringido pela lei 13.812 de 16 de março de 2019, aumentando para 16 anos o limite de idade daqueles que podem viajar ou se afastar dos limites metropolitanos de sua residência desacompanhados dos pais ou responsáveis, necessitando para tal autorização judicial. Anteriormente, este limite era de 12 anos (art. 83 do ECA).

Embora hoje estejamos distantes do vocabulário em voga no período e o presenciar crianças a brincar nas vias públicas já não seja necessário sinônimo de seu alijamento institucional, dado um momento que testemunhamos ampliação significativa de sua institucionalização, podemos dizer que ainda se vê vigorar um imaginário sobre a rua ligada ao descuido, à violência, ao indesejável (sobretudo quando se trata de infâncias). Caldeira afirma que "a fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações" (Ibidem, op. cit), podendo, assim, assumir um papel conservador e segregador no que diz respeito às possibilidades de vivência e fruição do espaço público, oferecendo um "código simplificado para se lidar com outras mudanças sociais" (Ibidem: 35).

A imagem em associação à legenda lega pouca mobilidade ao espectador, que é previsto em sua adesão espetacular aos sentidos atribuídos. Não considerado em sua mobilidade, o espectador pode aderir a uma urgência moralizadora que produz uma imagem de sofrimento ou de abandono associada às crianças vistas, ou, dito de outra forma, o sofrimento ou o abandono produzidos ou amplificados visam à sensibilização e ao ajuizamento moralizante do espectador. Somos postos, assim, diante das dinâmicas do ver e do fazer ver, dos vãos entre a imagem e as palavras, marcados por um olhar mediador historicamente situado. Se seguirmos olhando para essa fotografia, contudo, quais outros futuros possíveis ou latentes se insinuam?

5. EM TORNO DAS IMAGENS (FOTOGRÁFICAS)

Desde o seu surgimento, a fotografia foi acompanhada por discussões e um debate acirrado acerca de sua referencialidade. Ao longo do século XX, essas discussões acarretaram em perspectivas distintas e por vezes frontais acerca da especificidade

desse tipo de imagem técnica. Nas últimas décadas, em face de uma ambiência reflexiva marcada pelas contribuições do pós-estruturalismo e de uma crescente descrença quanto ao vocabulário mobilizado por aqueles que se dedicaram à ontologia da fotografia – objetividade, neutralidade, documento, referência, testemunho –, muitos estudos se voltaram para a afirmação de sua ação transformadora, quase autotélica (Rouillé, 2009), e de sua potência para construir a mentira, produzir o esquivo, conduzir ao erro (Fontcuberta, 1997, 2012). Concomitantemente, uma série de fotógrafos passaram a acolher, no interior de suas produções, a confrontação com os velhos valores do dispositivo, jogando com a crença depositada nas imagens por parte dos espectadores – a exemplo da produção de Joan Fontcuberta, importante referência no debate acadêmico contemporâneo.

Como é característico nessas suas reflexões teóricas, o autor procura desestabilizar as certezas ou pretensões realistas oriundas do processo de reprodução mecânica de imagens para afirmar, em última instância, que os sentidos e a probidade conferidos à fotografia estão sujeitos a descontextualizações e usos diversos que impossibilitam a noção de que "a fotografia é prova de algo, o suporte de uma evidência" (1996: 13). Apenas a ancoragem em um contexto cultural e operacionalmente circunscrito poderia coordenar suas possibilidades de significação. Desta feita, Fontcuberta compreende o vínculo entre fotografia e memória na medida em que ambas estão marcadas pelo signo da morte, ambas contando com um inevitável apagamento das situações referenciais que buscam preservar:

> A fotografia estetiza e coisifica, transforma a natureza em troféu, como o caçador quando se gaba de uma peça. Porém, como assinala Celeste Olalquiaga, ao invés de caçador, o fotógrafo não mata o corpo, senão a vida das coisas. Só deixa a carcaça, o envoltório, o contorno morfológico para compor uma *natura morta*. Através do visor, qualquer pedaço de mundo transfigura-se necessariamente em *natura morta:* um retalho de natureza quieta e inerte. Não é possível outro gênero para a fotografia. Porque o

princípio básico tanto da memória quanto da fotografia é o de que as coisas têm que morrer de forma ordenada para viver para sempre. (1996: 15)

Com a pretensão de levar a cabo o seu criticismo pautado no tributo à dúvida, Fontcuberta faz a opção de argumentar a partir de opostos (documento/ficção, memória/esquecimento) e não faz concessões sobre a conciliação dos termos, restringindo-os aos termos da convenção.[60] De outra maneira, poderíamos indicar que implicados em qualquer exercício da memória estão não apenas esquecimentos e silêncios insinuados por experiências, mas também aberturas ao futuro. Essa consideração, à distância do estabelecimento de equivalências entre a atividade de memoração e a de ficcionalização, implicaria em problematizações e distintas apreensões sobre os modos como se dispõem as temporalidades quando tratamos da memória e também da fotografia (cf. Lissovsky, 2008).

Essas problematizações não soam de somenos importância na medida em que o atrelamento entre fotografias e memória se faz, no mais das vezes, de forma a estabelecer um vínculo entre ambas em função de uma suposta qualidade compartilhada: a de salvaguardar o passado através das marcas por ele deixadas (não sem artimanhas e ambiguidades). Philippe Dubois falaria da fotografia como uma máquina de memória (1993: 316). Roland Barthes, por sua vez, se referia em *A câmara clara* (1984) às fotografias como uma espécie de ressurreição, acionadoras de uma memória involuntária. Neste caso, não tanto objeto de rememoração do passado, as fotografias colocariam em evidência a aderência do referente, provocando nos espectadores a constatação de que algo de fato existiu. Mais do que a reconstituição do abolido, tratava-se do princípio de atestação como uma ressurgência inesperada do próprio referente.

60 Isso se dá também em função das questões oferecidas pelos objetos em que o autor se debruça, bem como pelo seu próprio projeto artístico.

Se para Fontcuberta a capacidade atestatória da fotografia apenas pode ser assegurada nos termos ilusórios da crença, sua perspectiva reconhecidamente cética encerra qualquer possibilidade de escrutínio dos sentidos das imagens pautado em sua possibilidade testemunhal. Ao observar que tal possibilidade apenas pode ser certificada do ponto de vista da "crença" e afirmar que "um espírito razoavelmente cético impele-nos a pensar que crer na fotografia como testemunho de alguma coisa implica, em primeiro lugar, precisamente isso, crer, ter fé" (Ibidem), a perspectiva de Fontcuberta se orienta para categorizar as fotografias como objetos não só ambíguos, mas passivos diante das circunstâncias de seu uso. Não oferecendo obstáculos para divergentes apropriações, se caracterizariam pela maneira "cómo la usa el fotógrafo, a qué intenciones sirve. Lo importante, en suma, es el control ejercido por el fotógrafo para imponer una dirección ética a su mentira. El buen fotógrafo es el que *miente bien la verdad"* (1997:15). Seu argumento se desenvolve, dessa maneira, em função do diagnóstico da existência da querela entre "céticos" e "fanáticos", conforme nomeação do próprio autor, posicionando-se entre aqueles.

Em *O que vemos, o que nos olha* (1998), Didi-Huberman realiza uma detida discussão sobre as implicações de duas modalidades do ver e apreciar imagens. Traça, então, quais seriam as pressuposições teóricas e experienciais dos que se orientam pelo paradigma da *crença* e dos que assumem aquele da *tautologia*. Por tautologia compreende-se a experiência do ver marcada pela recusa à latência dos objetos e pela afirmação de que a imagem "é o que se vê". Nesse lugar, poderíamos localizar o próprio ceticismo de Fontcuberta – que poderia beirar o cinismo, conforme reconhecidamente apresentado em seu *O beijo de Judas* – já que o que está posto pelo autor é algo como um obstáculo à temporalidade do próprio objeto, concluída a passibilidade das fotografias diante dos constructos discursivos que as acompanham. Dessa maneira, qualquer visada sobre tais imagens tendo em vista sua potência documental passa a ser observada criticamente e apontada como questão de fé, de crença ignorante do

fato de "toda fotografia ser uma ficção que se apresenta como verdadeira" (Fontcuberta, 1997, passim).

Didi-Huberman caracteriza o modo de ver da crença como aquele que atribui sentidos à imagem na procura do que está além da imagem mesma. Haveria, destarte, a necessidade de investigar algo da ordem do invisível para se chegar ao visível. De um extremo a outro, da tautologia à crença, o dilema do visível e o ato de ver são restringidos ora ao jogo das evidências envolvidas na percepção do real, ora à apoderação visual a partir de um "dom visual" (1998: 77). Segundo o filósofo, à parte da tautologia e da crença, para o caso das obras de arte, estas deveriam ser compreendidas a partir da "cisão do ver" que empreendem. Cisão entre "o que vemos e o que nos olha". Para o filósofo francês é o entremeio provocado pelas imagens, com sua capacidade de ativar uma operação "fendida, inquieta, agitada, aberta", que é o ver, afere às mesmas seu poder de experiência e deve ser, o próprio entremeio, mote de interesse do investigador. Tomo aqui este ponto também como modo de me implicar e estar implicada com as imagens que compõe esta investigação.

> Os pensamentos binários, os pensamentos do dilema são portanto incapazes de perceber seja o que for da economia visual como tal. Não há que escolher *entre* o que vemos (com sua consequência exclusiva num discurso que o fixa, a saber: tautologia) e o que nos olha (com seu embargo exclusivo no discurso que o fixa, a saber: a crença). Há apenas que se inquietar como *entre*. Há apenas que tentar dialetizar, ou seja, tentar pensar a oscilação contraditória em seu movimento de diástole e sístole (...) a partir de seu ponto central, que é seu ponto de inquietude, de suspensão, de entremeio. (Ibidem: 77)

Didi-Huberman fala em imagens dialéticas e em discursos dialetizadores das imagens. O termo dialética, esclarece o filósofo, é retomado sem a pressuposição teleológica da síntese entre contrários (tal qual pressuporia um uso tributário das reflexões hegelianas), mas com a finalidade de evidenciar uma

latência crítica e tensionadora própria a imagens hábeis a produzir objetos-questão: a imagem dialética é aquela capaz de oferecer uma *forma*ção de valor crítico. "Uma imagem em crise, uma imagem que critica a imagem – capaz portanto de um efeito, de uma eficácia teóricos" (Ibidem: 172). Esse efeito teórico leva a cabo um olhar que se volta para a imagem não com o intuito de escrevê-la, mas de constituí-la. Esse trabalho crítico devém da própria possibilidade aberta pelo encontro com certas imagens, em que presente, passado e futuro se reconfiguram. Tal reconfiguração se realiza uma vez que as temporalidades contraditórias e descontínuas constituintes da imagem se encontram não apenas referidas a um contexto de produção conveniente ao seu produtor e ao seu tempo, mas passam por diversas operações críticas em momentos históricos específicos, as quais colocam em evidência um trabalho de escavação constantemente feito nas circunstâncias em que se interroga as imagens.

As imagens dialéticas se desdobram em um trabalho crítico da memória, pois implicam em "uma aproximação sempre dialética da relação das coisas passadas a seu lugar, ou seja, como a aproximação mesma de seu *ter-lugar*" (Ibidem: 174). Em um ato de escavação, aquele que investe sobre as imagens coloca em relação o memorizado e o seu lugar de emergência. A aproximação com o objeto imagético se faz ao passo que pensamos ter reencontrado elos imanentes entre sentido e forma; no entanto, esse objeto é necessariamente memorizado através de um processo em que "fomos obrigados, para 'ter' o objeto, a virar pelo avesso o solo originário desse objeto, seu lugar agora aberto, visível, mas desfigurado pelo fato mesmo de pôr-se a descoberto" (Ibidem: 176). Se essa espécie de enunciação sobre o objeto, sobre o testemunho, não se faz possível sem uma perda, decorrente inclusive dos impedimentos de apreensão completa do lugar de engendramento de sua possibilidade de existência, esse domínio é apenas parcialmente assegurado por um exercício anacrônico de aproximação.

> E a imagem dialética seria a imagem de memória positivamente produzida a partir dessa situação anacrônica, seria como que sua figura de *presente reminiscente*. Criticando o que ela tem (o objeto memorizado como representação acessível), visando o processo mesmo da perda que produziu o que ela não tem (a sedimentação histórica do próprio objeto), o pensamento dialético apreenderá doravante o *conflito* mesmo do solo aberto e o objeto exumado. Nem devoção positivista ao objeto, nem nostalgia metafísica do solo imemorial, o pensamento dialético não mais buscará reproduzir o passado, representá-lo: num único lance, o *produzirá*, emitindo uma imagem como se emite um lance de dados. (Idem, ibidem)

Essa ligeira apresentação da noção de imagem dialética, que Didi-Huberman recupera de Walter Benjamin para reintroduzir uma discussão no interior da historiografia da arte, nos traz contribuições para pensar os procedimentos adotados na construção textual do material ora apresentado e as questões abertas diante das imagens encontradas. Se a montagem, ainda na trilha de Didi-Huberman, coloca em evidência "os anacronismos, os encontros de temporalidades contraditórias que afetam cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa, cada gesto" (2011, s/p), parece pertinente afirmar que o texto ao lidar com as imagens implica-se em um pensamento dialético em sua tentativa de conciliar uma espécie de compromisso com tais imagens e com o campo que acionam – não apenas naquilo que elas poderiam preservar de um "isto foi", como diria Barthes, bem como às vidas que ela apela – mas também às possíveis combinações e confrontações presentes, prenhes de propósitos reflexivos no acontecimento contemporâneo das imagens mesmas.

Isto não exclui, assim, a possibilidade de dialogar com a asserção do valor testemunhal, atestatório e designativo da fotografia, expressa desde Bazin na década de 1940, que repercutiu fortemente nas reflexões de Barthes (1984), Dubois (1993), Sontag (1983) e Krauss (2010). Estes, ao matizarem a sua hipótese da gênese automática e do realismo dela decorrente, desenvolveram mais detidamente as indicações bazinianas sobre as relações entre

imagem mediada pela câmera e a circunstância da tomada. Ramos (1998) realiza uma espécie de defesa de Bazin ao retomar seus ensaios publicados em diversos periódicos e observar a uniformização à qual o pensamento do crítico foi submetido. Tal uniformização se daria em função do acesso precário à produção do autor, cuja leitura de "Ontologia da imagem fotográfica" (1983) se tornou decisiva, e limitadora, na recepção das proposições sobre as potencialidades da imagem fotográfica a partir de uma ontologia.

Ramos esclarece que "o conceito [de ontologia] deve ser entendido na amplitude mais ampla [sic] da *situação de tomada* (*prise de vue*)" (Ibidem, p. 4). Ao fazer remissão à gênese automática da imagem, esta ontologia buscaria evidenciar a dimensão da presença e da circunstância da tomada que se tornam traço, "impressão digital", no processo de mediação pela câmera. Para Bazin, "longe de designar uma objetividade fechada em si, a ontologia irá apontar para a relação do espectador com a circunstância da gênese da imagem (a tomada)" (op. cit.). Esse ponto de vista relevaria que o próprio "saber social" definiria a fruição espectorial dessas tecnoimagens, na medida em que está marcada pelo aspecto da *presença* e das potencialidades indiciais que caracterizariam essa experiência mediada.[61]

Na contramão desse modelo, estudiosos com diferentes formações e propósitos, tais quais Vilém Flusser, Jean Baudrillard, Arlindo Machado ou André Rouillé e Mario Costa, produziram críticas importantes direcionadas à predominante caracterização da fotografia como índice. Tais críticas, algumas das quais poderíamos localizar entre aquelas tributárias da vertente classificada por Dubois de "construtivista", tornaram-se fundamentais para a

61 Por experiência mediada compreendemos os modos como os dispositivos são articulados como mediadores simbólicos de narração e instituição do real, a partir de uma série de "estruturas cognitivas, quadros normativos, marcas de discriminação e critérios de avaliação, modos de apreensão do tempo, regras de escolha, modos de representação e esquemas de ação" e também como acionam os componentes da experiência estética e vão ao encontro da experiência do espectador. Esse ponto de vista está explicitado em Leal & Guimarães (2008).

reavaliação dos pressupostos teóricos que davam o tom do debate e possibilitaram a sedimentação de diferentes lugares teóricos.

Diante desse cenário brevemente resgatado, desdobra-se o olhar para as fotografias compositórias deste estudo. Embora nos precedam discussões mais delongadas acerca do papel da autoria na feitura e fabulação das tecnoimagens, de suas possibilidades criativas, sobretudo em contextos digitais; sem desconsiderar que as fotografias ganham novos sentidos nos lugares/arquivos em que residem e se dão a ver; etc; estamos ainda diante da pergunta: que tipo de questões as imagens podem nos endereçar quando as colocamos como objetos do pensamento e do pesquisar? Que caminhos apontam ao passo que as encontramos, as produzimos e somos remetidos novamente aos textos para encontrar novas possibilidades do ver, do espanto e do maravilhamento com as coisas que estudamos e vivemos, em sua capacidade de impregnação e convocação de outros olhares?

Pensando sobre a presença de infâncias no contexto urbano em diferentes tempos, as imagens foram nos endereçando perguntas e levando a buscar formas de aproximação de questões insabidas e previamente não formuladas. No contato das imagens com os textos lidos, na montagem de sua aparição no texto deste estudo, naquilo que incitaram de escrita, buscou-se na operação de "montagem" a formulação de um conhecimento possível. Este modo de nos indagar e de pensar com as imagens quer enfatizar as lacunas, as relações possíveis, as reflexões provocadas, sublinhando que "toda imagem traz um problema ético, uma vez que uma imagem é necessariamente uma relação" (Migliorin & Pipano, 2019: 125).

> Se a imagem é necessariamente uma relação é justamente porque não temos acesso à coisa mesma e, por isso, a imagem se faz necessária. Nos limites desse acesso, na impossibilidade de um acesso total, a imagem é sempre semelhança e dessemelhança. Mais do que lacunar, mais do que propriamente uma falta, a imagem tem em si uma dimensão excedente. Ao introduzir uma máquina tecnosubjetiva, um transbordamento para enunciações coletivas, aparatos, instituições, linguagens, a imagem está sempre à frente ou atrás do mundo. Nesse espaço de vacância, de continuidade e quebra, incompletude ou excesso entre mundo/imagem, as escolhas e as relações se efetivam tocadas pelo visível e pelos atores discursivos e não discursivos que afetam a imagem. (Idem, ibidem)

6. IMAGEM E IMAGINAÇÃO

> Não vem nossa dificuldade a nos orientar de que uma só imagem é capaz, justamente, de início, de reunir tudo isso e de dever ser entendida ao mesmo tempo como documento e como objeto de sonho, como obra e objeto de passagem, como monumento e objeto de montagem, como não saber e objeto de ciência?
>
> Didi-Huberman (2012: 209)

Se para Barthes a fotografia dá a ver o irrepetível[62], para Agamben, as imagens fotográficas colocam em evidência tanto a historicidade do que/quem se posiciona diante da objetiva, em decorrência de sua noema indicial, quanto dão a ver a "natureza escatológica do gesto", condensando-o e relançando, infinitamente, a possibilidade de "recapitular uma existência". De outra maneira, poderíamos voltar-nos a uma

62 "O que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Nela, o acontecimento jamais se sobrepassa para outra coisa: ela reduz sempre o corpus de que tenho necessidade ao corpo que vejo; ela é o Particular absoluto, a Contingência soberana, fosca e um tanto boba, o Tal (tal foto, e não a Foto), em suma a Tique, a Ocasião, o Encontro, o Real, em sua expressão infatigável. Para designar a realidade, o budismo diz sunya, o vazio; mas melhor ainda: tathata, o fato de ser tal, de ser assim, de ser isso; tat quer dizer em sânscrito *isso* e levaria a pensar no gesto da criancinha que designa alguma coisa com o dedo e diz: Ta, Da, Ça!" (1984: 13)

legibilidade ligada ao gesto nas imagens fotográficas também atrelando-as às "chaves icônicas de sua compreensão" (Picado, 2005: 17). A figuração icônica das ações mobilizaria toda uma gramática corporal envolvendo os gestos, marcando o tom expressivo ou dramático das pessoas fotografadas e promovendo uma orientação compreensiva para o espectador. Tratar-se-ia, assim, de "uma possível legibilidade da imagem, que não pode ser, por seu turno, confundida com o dado de sua gênese empírica" (Ibidem, 2006: 162). A habilidade de convocação do gesto, decorrente também dos mecanismos de rendição da fotografia, conviveria, assim, com a sua fabricação e configuração imagética.

Desse modo, ainda que se considere que a imagem por contato "designa um objeto ou um ser particular no que ele tem de absolutamente individual" (Dubois, 2009: 72); há de se considerar que nas imagens fotográficas opera-se um jogo específico entre o apontamento de uma existência e a modulação de um campo visível próprio a certo regime de visualização e representação. A incompletude e a precariedade do relato que parte do signo fotográfico, operando nas tensões entre os modos de apreensão dos elementos formais da fotografia (com seus códigos e gêneros estabelecidos, etc) e o singular das existências enfeixadas pela câmera, lançam-nos neste jogo aberto pelo dispositivo, em que a busca pelo apontamento de uma existência histórica torna-se inesgotável ou apenas sondável pelo relato. Nesse sentido ainda parece apontar Agamben quando afirma a relação secreta entre o gesto e a fotografia (2007: 28), a ambos escapando a identidade daquele que está em ato/cena, ao mesmo tempo em que este, nessa espécie de vazio, se singulariza.

Dito isto, ao buscarmos nas fotografias a sua dimensão indicial, indicadora das presenças infantis na contextura urbana e de suas específicas incursões, não o fazemos totalmente coladas à perspectiva barthesiana do "referente que adere" (Barthes, 1984), conforme anteriormente buscou-se apontar. A procura pelos indícios das crianças na cidade a partir do

encontro com essas imagens é realizada com especial atenção à fotografia na complexidade das mediações e temporalidades que ela instaura enquanto dispositivo técnico e imagem física, mas, também, enquanto possibilidade de abertura imaginativa. Numa certa direção, indagamo-nos sobre como a fotografia passa a "subtrair a realidade dos corpos ao nosso olhar, diluindo-a em imagem" (Belting, 2010: 142). Seguimos um pouco mais na companhia do historiador alemão Hans Belting:

> La analogia entre cuerpo e imagen, que la fotografia elevó a la categoria de índice del cuerpo (Charles S. Peirce), se basaba no sólo en la confianza en la realidad del cuerpo, sino también en la creencia de que es capaz de representar el cuerpo real del ser humano, aquele en el que encarna. En consecuencia, la pregunta actual es si el cuerpo evade cualquier analogia en imagen, o si es intercambiado por imágenes en las que se puede negar a sí mismo. Ambas formulaciones son indício de que se há desatado una crisis entre el cuerpo y la imagen: la crisis de la referencia. La crisis puede mostrarse en el hecho de que no existen ya imágenes que puedan ser aceptables, o bien en que ya sólo e existen imágenes que apartan de nuestra mirada la realidade del cuerpo y la disuelven en imágenes (Belting, 2010: 135)[63]

Pensando que as imagens operam em certos regimes de verdade dos quais os meios de comunicação se valem, bem como constroem legibilidades para os corpos a partir de sua veiculação e disseminação, fato que as tornam constituintes da

63 Na tradução da edição portuguesa: "A analogia entre corpo e imagem, que a fotografia elevou à categoria de "índex" do corpo (no sentido de Charles S. Peirce), baseava-se na confiança da realidade do corpo e ainda na crença de que o corpo real pode representar o homem, que ele encarna. Por isso, hoje, a questão será se o corpo se subtrai a toda analogia na imagem ou se é trocado por imagens, nas quais pode negar a si mesmo. Ambas as alternativas significam que irrompeu uma crise entre corpo e imagem, a crise da referência. Ela mostra-se no facto de já não haver imagens aceitáveis, ou de só haver imagens que subtraem a realidade dos corpos ao nosso olhar, diluindo-a em imagem." (Belting, 2010: 142)

memória coletiva e ativadoras de relações na cidade, perguntamo-nos sobre a necessidade de pensar acerca das imagens de meninas e meninos que incursionam em certos territórios ludicamente. As imagens do "menor" e do "menino de rua" (como categorias social e historicamente construídas) podem insurgir, como no primeiro exercício do olhar apresentado na segunda parte desse escrito, nos levando a pensar nas imagens que, extravasadas em sua dimensão icônica, vivemos, bem como na vida que se ampliaria ao imaginarmos outras imagens em respeito às singularidades que somos. Para que possamos "viver de pessoas, feitas de corpos e vínculos", a despeito de uma "infinita 'serial imagery', uma sequência infindável de imagens sempre idênticas" (Baitello Jr, 2005, s/p).

Bachelard nos instiga a pensar a imaginação não apenas como atividade que ativa as imagens mesmas, mas como a instância que prepara os nossos sentidos, põe em estímulo os nossos sentidos. Diz Quillet: "Imaginar as coisas não é evidentemente o único contacto que o homem pode estabelecer com elas. Ele se veria antes diante da impotência de imaginá-las, se não tivesse com elas nenhum contato" (Quillet, 1977: 115). A imaginação se apresenta também como "presença material imediata da coisa conhecida pelo corpo" (Ibidem: 79).

Para nós, que estamos a lidar com fotografias e com a montagem entre imagens e textos que possam também implicar o leitor ou leitora nas aparições e apercebenças do brincar de crianças, em sua legitimidade e beleza, a imaginação implicada nesse exercício nos coloca numa relação específica com o tempo, pois "é na montagem que os vestígios do passado são manejados e atualizados, promovendo ressonâncias e colisões, com atenção às tramas sensíveis formadas pelas coisas." (Bartolomeu, 2016: 96). Se ainda estamos tratando de vestígios do passado, é de equivalente importância afirmar que a imaginação "em suas ações vivas, nos desliga ao mesmo tempo do passado e da realidade. Aponta para o futuro" (Bachelard op cit Oliveira Jr, 2008: 1238). Assim, "estar presente na imagem

no minuto da imagem" (Bachelard, s/d: 5), como nos alerta o filósofo, convoca-nos a uma atenção de ordem inaugural, pois algo de novo faz reverberar naquele que com a imagem se depara como primeira vez. Essa capacidade de nos capturar para o novo, gerando apercebenças, leva-nos também a repensar um conjunto de imagens formadoras, reimaginando cidades em um estado de atenção para o brincar como constituinte das justiças e direitos que asseguram que as vidas sejam vivíveis. Para que estejamos atentos ao instante da imagem em que as práticas brincantes e as poéticas espaciais de meninas e meninos, sabidos de seus territórios, nos legam.

DO CAIS À MARÉ: ADMIRAÇÃO E APERCEBENÇAS NA DERIVA PELAS IMAGENS, PELA CIDADE

"... substituir diante do mundo a percepção pela admiração. Admirar para receber os valores daquilo que se percebe."

Bachelard (1988: 113)

1. PRIMEIRO PERCURSO

1.1. Puxando os fios da trama: um mergulho no chafariz da praça da república, em Santos

Nosso belo dever é imaginar que há um labirinto e um fio.

Jorge Luis Borges em *O fio da fábula* (1999)

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. (...) Essa arte aprendi tardiamente; ela tornou real o sonho cujos labirintos nos mata-borrões de meus cadernos foram os primeiros vestígios. Não, não os primeiros, pois houve antes um labirinto que sobreviveu a eles (...).

Walter Benjamin *em Infância em Berlim por volta de 1900* (1994)

Puxando os fios da trama, os autores primeiramente indicam que o menino que temos como imagem não é um menino real, mas um personagem que se fragmenta e se dissolve no meio urbano, como os demais personagens que nele habitam.

Simone Frangella *em O menino e a rua: vozes urbanas* (1998)

Se você chegar à cidade de Santos vindo de São Paulo, à sua esquerda logo avistará contêineres à margem da linha do trem, dando pistas da existência do cais. Do outro lado, terá se passado o Cemitério da Filosofia (que os santistas conhecem mais

por cemitério do Saboó) e, sempre seguindo, sentido centro, uns dois quilômetros avante, alcançará a praça dos Andradas – destino daqueles que descem na rodoviária. Não saberíamos precisar desde quando, mas em 12 de maio de 2018 todos poderiam ver que o chafariz, que ocupa o lugar de um antigo lago aberto na paisagem do século XIX, está vazio e com uma cerca de ferro ao redor, pintada de verde, talvez para ferir menos a vista que se ocupa dos arbustos, impedindo o acesso a qualquer um que queira se aproximar do espaço limítrofe de seu interior. Às duas da tarde deste sábado, as pessoas atravessam a praça e margeiam o chafariz como um lugar estrito de passagem, exceto três – um homem e duas mulheres – que conversam sobre um pano vermelho, esticado ao chão, num raro gesto de intimidade e sociabilidade no logradouro público.

Próximo dali é preciso pouco para chegar à rua Quinze de Novembro, via que nos leva a certa história econômica do Brasil do café, incrustada nas edificações e em seus símbolos que resistem nas cascas das fachadas como estacionamentos de carro. Outros casarões, decrépitos, exibem-se com placas de aluga-se e vende-se. O mar, escondido na área do cais, atrás da linha do trem, pode ser imaginado se os nossos olhos de pedestre alcançam o estuário pela rua Riachuelo, avistando as gruas atrás do armazém 3. Se a água não se faz presente ao olhar, os mais atentos talvez possam sentir um cheiro ou uma textura da maresia na pele, ainda que as máquinas e o barulho constante dos caminhões pareçam suspender a possibilidade dessa sensibilidade mesma. O mar, ali, é porto, e tem acesso restrito.

Tendo já passado pela estátua do corretor de café e pelo prédio da Bolsa, chegamos à praça Barão do Rio Branco e, na sequência, à praça da República, que é onde por ora pausamos e encontramos outro chafariz, de menores dimensões e maior profundidade. Foi ali, há aproximadamente uma década – entre 2007 e 2008 –, que um grupo de cerca de oito crianças (dentre essas, duas meninas) foi visto mergulhando e brincando na fonte de frente para o prédio austero e cinza, que

[9]

Juliana Siqueira

controla a chegada e saída de mercadorias. Trata-se do prédio da Alfândega, cuja atual edificação remonta ao ano de 1934. Tal situação acontecera durante um dia de final de semana, e, sendo assim, em um dia silencioso e de pouco movimento, contrastante com a dinâmica eminentemente comercial que a área assume de segunda à sexta-feira, quando muitos transeuntes têm crachás pendurados ao pescoço. Deste dia, restaram algumas fotografias malfeitas por alguém que manuseava uma velha câmera e andava apenas por andar e olhar.

Nessas imagens precárias, desfocadas, pode-se notar que a profundidade do chafariz é suficientemente alta para as crianças – que supomos ter entre 8 e 12 anos – mergulharem e saltarem inventando diferentes maneiras de lançar seus corpos à brincadeira na água. Em uma das fotografias, as meninas podem ser vistas com os braços na beira, cruzados, encaixados confortavelmente nesse lugar. A fotógrafa caminhante, com sua câmera analógica, afirmou que as crianças pareciam ser amigas, chamavam-se por seus nomes e estavam à vontade umas com as outras, desafiando-se em mergulhos e acrobacias em um espaço que devia-lhes ser bem conhecido, haja vista como se movimentavam e subiam em seus níveis com desenvoltura.

Se alguns, tal qual a fotógrafa caminhante, podem ver nessas imagens a expressão de uma vivência lúdica e genuína da cidade, para outros a presença dessas crianças com seus modos de ocupar o espaço público à procura de recursos que a cidade apresente à sua experiência parece indicar um incômodo de raízes mais fundas acerca do estabelecimento do que seja a boa educação e as possibilidades de fruição sensível do território (em disputa) da cidade. Dez anos após a tomada dessas imagens, a fotógrafa caminhante, que aqui escreve, retornou à praça da República, encontrando ali não mais um chafariz com seus esguichos, mas um espaço ajardinado, com um coqueiro no meio, em lugar da água. Ao olhar para o intervalo entre as duas imagens, a de um chafariz ocupado pelo gesto do brincar e a do monumento ajardinado, nos perguntamos sobre os sen-

tidos dessa modificação e sobre o que ela nos revela acerca das dinâmicas de ocupação de certos espaços.

Iniciei, então, uma busca por documento que indicasse a data em que o chafariz deixou de existir enquanto tal, bem como sinalizasse mais claramente os motivos da intervenção na praça da República, posto que se trata de área contemplada por política de proteção municipal do Condepasa (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos). Procurei alguns setores ligados à prefeitura: o arquivo intermediário da Fundação Arquivo e Memória de Santos, passando depois pela Secretaria de Infraestrutura e Edificações, em um caminho de indicações em espiral, de um lugar a outro, com a sugestão de nomes de pessoas que poderiam prestar informações sobre a data da intervenção no chafariz. Sabia apenas que a alteração teria acontecido entre 2007, data das primeiras fotografias, e 2017, ocasião do segundo encontro com o espaço modificado. No percurso da busca, os funcionários consultados iam acionando, de memória, o nome de pessoas que poderiam ter conhecimento ou acompanhado a intervenção na área, sem que pudesse ser observada a existência de um procedimento protocolar/regular estabelecido no serviço público para a realização de alterações de tal tipo em bens locais. Conversei, assim, com a engenheira do Departamento de Planejamento de Obras e com funcionários da sub-prefeitura da região do centro histórico que, embora trabalhando junto à gestão municipal por oito anos ou mais, em prédio bastante próximo à praça, não tinham mais do que indicações de outros funcionários a nos dar. Desta feita, interrompi a procura na Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESERP).

Foi em uma rápida conversa na instalação provisória da Seserp, acessada pelo estacionamento da Secretaria de Educação, que um dos funcionários consultados chegou à conclusão de que a data mais provável da modificação teria sido 2016, quando havia ali "um pessoal de rua, que [o] usava para tomar banho".[64] De lá saí com esse relato e mais um bilhete com o

nome de um engenheiro que, conforme acreditava o informante, teria sido responsável pelos cuidados daquela região durante o referido ano e que havia se deslocado para atuar junto à CET.

1.2. Errância

Simone Miziara Frangella em seu "Corpos urbanos errantes" mostra-nos como o cotidiano das cidades é marcado por diversas interdições territoriais, realizadas tanto pelo poder público quanto pela iniciativa de particulares, operando segregações, expulsões e outras violências simbólicas direcionadas àqueles que são tomados como abjetos, vagabundos, inadequados. No contexto específico de sua pesquisa, ao tratar do que chamou por "arquitetura antimendigo", Frangella menciona algumas "tecnologias de expulsão" que ganharam maior expressividade a partir dos anos 1990 por parte da sociedade civil, incluindo aí a colocação de grades em torno de árvores como forma de impedimento de que moradores de rua dormissem ou urinassem nos locais; a aplicação de óleo queimado em calçadas e portas de estabelecimentos, inviabilizando pela sujeira os pernoites; a obliteração das marquises nos prédios e a presença de chuveiros na frente, de modo a molhar periodicamente o chão durante a noite, com a mesma finalidade do óleo (Frangella, 2009: 65).

Embora as crianças, para as quais olhamos anteriormente nas fotografias, não se enquadrem nas categorias "mendigo" ou "pessoal de rua", conforme usadas pela antropóloga ou pelo "informante", é curioso que, em certa medida, elas se aproximem das imagens que circulam e mediam relações na cidade levando a estas categorizações. Isso poderia se dar pelo fato de elas acionarem um campo imagético ligado àqueles que fazem um uso subversivo do espaço público, colocando-se, as-

64 Entrevista de abril de 2018.

sim, em uma horizontalidade em relação a outras personagens que, na rua, promovem sociabilidades e interações não-previstas no tempo-espaço homogeneizado dos centros urbanos. Ao retornar o olhar para as fotografias, identificamos o menino de cueca, mas, também, a menina com a parte de cima de seu biquíni, nos levando a pensar que algumas crianças teriam planejado aquela passagem/mergulho num lugar que lhes pertencia em um sentido singular. Suas práticas brincantes anunciam especificidades na relação com o espaço urbano, especificidades estas não disponíveis para quem internalizou um modelo de cidade especular.

A regulação e a constrição das dinâmicas de circulação de pessoas nas ruas, sobretudo daquelas que provocam, com seus gestos e movimentos de corpo, deslocamentos na racionalidade urbanística, consistem em tentativas de assegurar o funcionamento de um conjunto de normativas estabelecedoras dos limites e usos do público e do privado na vida cotidiana das cidades. Se o espaço público poderia ser definido como aquele em que todos podem, por direito, circular, evidencia-se nele uma série de mecanismos de distinção e exclusão territorial, marcando acessibilidades e possibilidades de ocupação distintas a depender de pertencimentos de raça, classe, gênero, geração, etc. O espaço público e, em especial, a rua, faz-se em ritmos específicos a marcar certos comportamentos corporais sob a lógica do trabalho e de sua jornada coletiva, com os horários de fluxo comum (Cf. Lefebvre 1991 [1968]: 24); os trânsitos a definir a necessidade de um constante deslocamento, apressado; a intensificação do ir-e-vir a fazer da rua o espaço da passagem efêmera, do corpo ocupado e contraído em contraste com o da casa, onde se autoriza a íntima descontração. Fraya Frehse observa que a passagem regular e impessoal pelo logradouro se tornou o "padrão de comportamento corporal que passou a ser socialmente valorizado, como signo de civilidade, nas ruas e praças" (Frehse, 2016a: 141).

Historicamente, a cidade, como lugar de convivência e disputas, revela-se em tensões relativas a hábitos e modos de viver, com suas especificidades estéticas e éticas que se presentificam, constituindo-a. Nesse sentido, marcamos a importância de compreender as mudanças e permanências anunciadas no século XIX pós-abolição, conflagradas com a fundação da República, quando se vê a eminência de novas formas de organização do trabalho e de controle social que buscaram impulsionar a perspectiva do trabalho dignificante em contraste com o trabalho degradante em uma sociedade de raiz escravocrata, dando assim novo tom moral a partir do qual discriminou-se, em um contingente populacional recém-liberto e lançado à própria sorte, os que tinham ofício dos que viviam de biscates; trabalhadores de não-trabalhadores. A proletarização dos contingentes populacionais e a opção pela mão-de-obra imigrante marcaram fortemente as possibilidades de vivência da infância pauperizada no Brasil, algo que reverbera nas vidas e nas imagens (físicas e mentais) que constituem hoje o espaço urbano brasileiro e a cidadania. Ao falar sobre/com aqueles que ocupam as ruas sob outras lógicas e propósitos, e também sobre/com aqueles para os quais a relação casa/rua apresenta configurações diversas, podemos vislumbrar outras cidades latentes à contrapelo da cidade que se financeirizou.

Observar o movimento de crianças no território urbano, especialmente daquelas que não estão onde "deveriam" (instituições, núcleo familiar) ou estão onde "não devem" com seus gestos brincantes, nos faz indagar sobre os lugares dos quais algumas delas se apropriam ao passo que seus gestos são recorrentemente apagados e interditados na contextura urbana, com diferentes justificativas, ao longo dos tempos. Esse apagamento *aparece* no caso do chafariz da praça da República, onde as crianças vivem uma piscina temporária, provocando com seu gesto um intervalo ou suspensão lúdica no espaço monumentalizado, feito para o ver – espaço vizinho à grande estátua do colonizador Brás Cubas, em que é possível

ler os seguintes dizeres: beatus qui intelligit super egenum et pauperem.[65]

Para os discursos institucionais e midiáticos da passagem do século XIX para o XX, no decurso das expansões das cidades brasileiras, a rua significou, como já dito, o espaço de risco e da possível "corrupção" de crianças em direção à ociosidade e criminalidade. Sua presença no mundo do trabalho, comum sob formas degradantes, não raramente era convocada como modo de dar forma ao "comportamento irrequieto dos menores" por meio da sua inserção em ambiente de "amparo moral". Discutia-se sobre as atividades adequadas ao comportamento desejável das crianças. O criminologista Noé Azevedo, em 1920, discorria sobre a inadequação de algumas profissões, sobretudo aquelas que se davam na contextura da cidade, como o caso do vendedor de jornais: "Subir nos veículos, saltar com agilidade, disputar o freguês aos companheiros, tudo serve de diversão. Entretanto (...) os trabalhos feitos na rua são os que fornecem a mais avultada porcentagem de delinquentes (...)" (apud Rago, 1985: 123).[66]

Ao travar contato com a literatura produzida no período, bem como com estudos acerca das raízes das políticas públicas para a infância no Brasil (Leite, 1998; Marcílio, 2006), vemos que a infância pobre cujas relações de solidariedade e afeto nem sempre se fizeram nos limites das relações familiares em um modelo nuclear patriarcal foi, recorrentemente, enfeixada por uma espécie de fantasmagoria, a partir da qual as crianças foram vistas não pelo que eram na singularidade de suas existências, mas pela imagem do Outro, estereotipada naquilo que elas poderiam se tornar: futuros delinquentes, vagabundos, ociosos. Conforme nos mostra Rizzini, isso não se daria apenas no Brasil, embora aqui tenha ganhado contornos muito específicos, mas caracterizou uma preocupação comum

65 Tradução à qual chegamos: "bem-aventurado é aquele que considera o pobre".
66 Cf. imagens [15], [16] e [18] deste material.

em diferentes partes do mundo com o avanço do capitalismo industrial (Rizzini, 2007, passim). Este espectro da criminalidade e da ociosidade seguem a marcar fortemente, em sua presença negativa e negadora, o ambiente formativo de muitas crianças, conformando também a educação de seu comportamento corporal em lugares sociais partilhados.

No período da República Velha, vemos um olhar normalizador e normatizador se institucionalizando com as discussões que informaram diferentes setores da sociedade brasileira no tocante à questão das crianças e adolescentes órfãos, abandonados ou caracterizados como delinquentes. A experiência da/na rua, abrindo a possibilidade de vivências marginais e desviantes para os padrões da sociedade que se buscava afirmar, bem como antevistas pela sobrevivência em contextos adversos, passa a gerar, em diversas esferas, dos jornais aos debates jurídicos, "uma clara resistência em aceitar e conviver com um tipo de infância e adolescência que se distancia drasticamente de um imaginário que se presume consistente" (Moura, 1999:4). A certo imaginário da infância soma-se o imaginário da rua suscitado no processo de metropolização brasileiro.

Na dinâmica das interações e das cisões territoriais que observamos em cidades como Santos, o século XIX permanece latente em muitos aspectos. Nos rastros materiais da cidade é possível se deparar com o retorno de questões exaustivamente debatidas noutros momentos por aqueles que pensaram a questão da infância pauperizada nas cidades, como a questão da criminalidade infanto-juvenil e o incômodo diante da presença de uma criança, sozinha ou acompanhada de seus pares, no espaço público. Face à cultura do medo gerada no cenário de disparidades socioeconômicas, uma das questões debatidas por mais de um século por juristas e pela sociedade civil é a da possível incursão de crianças na criminalidade urbana e suas formas de punição.

Nesse sentido, cabe sublinhar que a Proclamação da República veio acompanhada da imediata criação da Escola

Correcional Quinze de Novembro, em 1899. Viu-se, depois, formalizações jurídicas voltadas às crianças abandonadas e/ou infratoras com o Código de Menores, de 1927, e mesmo antes, com os primeiros projetos legislativos de 1902.[67] O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, emblematicamente presente no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, importante documento elaborado no encalço de discussões mundiais anteriores como a Declaração do Direito das Crianças da ONU, de 1959, segue sendo ameaçado, comumente defendendo-se o encarceramento de crianças, conforme insinua o adesivo que encontramos na fachada de um comércio, disposto num cruzamento da rua XV de Novembro, no centro de Santos.

[10]

Juliana Siqueira

67 Para uma cronologia das políticas de proteção à infância e outras questões legais, acompanhadas dos termos para referir-se à criança circulante nas ruas, cf. "A razão dos invencíveis: o rompimento da ordem, 1554-1994", de Leite (1998).

Margareth Rago indica que foi a "preocupação policial de luta contra a vagabundagem e a pequena criminalidade urbana [que] esteve na origem da criação das instituições de sequestro da infância" (Rago, op. cit: 122). A historiadora refere-se às instituições filantrópicas e assistenciais que deram o tom das práticas de proteção à infância no país na passagem do século XIX para o XX, contribuindo fortemente para a formação de um olhar sobre a criança pobre no Brasil que se estende, em parte, até a atualidade. Na lida com os estereótipos que rondam a formação imaginária do "menino de rua", quando nos deparamos com um conjunto de imagens de crianças em chafarizes, podemos rapidamente ver, na recepção de nosso próprio senso comum, como o acionamento desta personagem se dá pela legibilidade de certos gestos e pela incursão e experimentação do corpo em espaços não-autorizados. Dessa forma, acreditamos que essa personagem, ao ser tomada como o próprio menino, "que se fragmenta e se dissolve em meio urbano" (Frangella, 1998), torna este um emaranhado de representações, mediações e clichês imagéticos que balizam julgamentos e compõem estigmas sociais envolvendo os modos de experimentação de seu corpo, de seu gesto e de seus lugares de circulação e relação na cidade.

Procuraremos pensar, assim, à margem de uma "infância inventada" em uma perspectiva homogeneizadora adultocêntrica com fortes marcadores estigmatizantes, e no sentido de uma "infância que inventa", nos rastros dos movimentos das próprias crianças que procuramos em imagens, nas entrelinhas de fontes e leituras consultadas, bem como em nossas andanças por certos trechos da cidade. As fotografias apresentadas reverberam outras tantas imagens de crianças em chafarizes e suscitam nossas indagações sobre infâncias e espaço livre público.

1.3. Sobre meninos e chafarizes

Em um artigo no qual revisita aspectos de sua pesquisa feita na década de 1990, Maria Filomena Gregori (2016) retoma a noção de "viração", segundo a qual buscou nomear as dinâmicas próprias da vida e dos modos de relacionar-se de meninas e meninos que, dispondo de escassos recursos materiais e oriundos de contextos familiares caracterizados por processos de ruptura e esgarçamento dos vínculos simbólicos e afetivos, vão construindo e praticando suas vidas nas ruas. Segundo a autora, é preciso compreender a "circulação" dos meninos entre instituições de apoio, família e rua; bem como suas táticas de sobrevivência – a própria "viração" –, a partir das quais conseguem lidar, no jogo das interações, com as dificuldades que enfrentam para obter aquilo de que necessitam para viver – abrigo, comida, afeto, drogas ou outras coisas cuja imaginação sociológica talvez não toque. Uma das imagens que acompanha este artigo mais recente de Gregori é uma fotografia de Rosa Gauditano, intitulada "Menino na fonte da praça da Sé", datada de 1980.

Nela, o menino surge vitorioso sobre a fonte, com a cidade em tons de cinza ao fundo, como se afirmasse não a sua força (embora seu corpo nos pareça mesmo forte), mas alguma astúcia alegre, um convite talvez a alguém, nós, que estamos à sua frente, pois, se a sua mão esquerda está sobre a coxa, outra, suspensa, acima da altura da cabeça, faz um gesto, inclina o punho, como quem chama outros a adentrar na água. Trata-se de um menino negro que traja apenas a cueca e faz a sua pose imponente sobre a fonte. Esta parece uma grande cascata de intenso fluxo, apresentado pela obturação mais lenta da fotógrafa, como se pudesse lavar, ou já tivesse lavado, a cidade toda que se insinua ao fundo, sob a neblina dos pingos suspensos e dispersos que formam uma camada cinza difusa. Na cidade também estamos, observadores, à frente, para onde o menino se dirige.

Estranhando as relações imediatas que levariam a vincular o menino que brinca na fonte à identificação do "meni-

[11] Rosa Gauditano

no de rua" (tal qual a legenda anuncia), nos perguntamos sobre quais elementos levam de um ao outro, da singularidade à categorização. Aspectos ligados às relações raciais e à situação da tomada seriam propulsores, dada a marca de um passado colonial que recorrentemente se renova nas imagens e nas interações sociais a partir das quais os clichês psíquicos se atualizam. Olhando para as imagens num extracampo dos "espectros da carência, da delinquência e do abandono", contudo, podemos ver que elas nos mostram uma específica incursão na cidade com o gesto do brincar, derivando daí uma possível reflexão sobre a interdição de certo corpo e suas 'técnicas', com suas maneiras sensíveis e experimentais do estar na rua.

O chafariz aparece-nos de forma emblemática, inclusive no acionamento dos mencionados espectros comumente associados ao menino, tanto pela probabilidade de sua experiência concreta quanto pela economia imagética acionada pela presença icônica dos elementos enquadrados (criança-chafariz--metrópole). Diante disso e contudo, sublinhamos o fato de que, ao ativar o chafariz, subvertendo o seu caráter ornamental, as crianças podem levar a atenção para outras possibilidades de experienciar corporalmente a cidade e fruir suas construções. A sua aparição/presença, neste contexto, também faz pensar nas mudanças pelas quais alguns equipamentos urbanos passaram: o caráter ornamental do chafariz podendo contrastar com os usos anteriores voltados ao abastecimento e usufruto da água potável, recurso fundamental à vida humana. A mudança de um uso originário, acompanhada de uma série de medidas reguladoras que passaram a marcar os centros urbanos sobretudo a partir do século XIX, viria restringir também a memória social de uma função utilitária associada às fontes e chafarizes. A tomada tátil da fonte faz do menino, assim, um subversivo ante o decorativo, pois reivindica com seu gesto outro uso (que gostaríamos de chamar aqui de um *uso originário*), não bem-visto dado à integração do monumento num projeto urbanístico que o associa ao embelezamento ordenado do logradouro público.

Nas imagens, a presença icônica do vestuário das personagens – cuecas, apenas, ou as bermudas molhadas, como no caso da fotografia na sequência –, somada ao modo como o seu gesto figura na cena, rompendo com uma interação entre espaço e corpo tida como adequada frente aos códigos naturalizados, também criam camadas de associação ao que convencionou-se chamar por "menino de rua". Na busca pela água e por uma inscrição brincante na cidade, os chafarizes surgem e ressurgem nas imagens de "meninos errantes" como lugares buscados pelas crianças. A fotografia de Gauditano aparece em outro estudo fundamental, anterior aos de Gregori. Trata-se do livro "A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola da tia Ciata", de Ligia Costa Leite (1991). A imagem de Gauditano abre o livro de Leite, tornando-se, assim, pela sua recitação nesses dois textos, uma chave imagética importante para nós, a esticar o fio de nossa trama.

1.4. "Soterraram o chafariz!" Para onde foram as crianças?

> Brincando, as crianças permutam seus pensamentos, sonham com determinado assunto, concedem a si poderes dos quais ainda não dispõem na vida real. Assim expressam a essência de suas opiniões como um autor faz em seu livro.
>
> Janusz Korczak em *Como amar uma criança* (1997)

> Através de suas narrativas errantes [...] é possível apreender o espaço urbano de outra forma, partindo do princípio de que os errantes questionam o planejamento e a construção dos espaços urbanos de forma crítica.
>
> Paola Jacques *em Elogio aos errantes* (2012: 30)

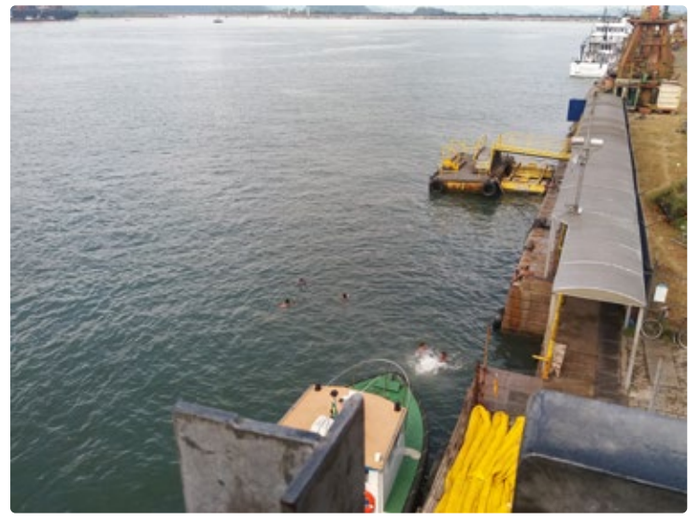
Ao me deparar em 2017 com o chafariz soterrado, dei uma volta pelas imediações da Alfândega. Deslocando-me pela lateral esquerda do prédio, subi as escadas da ponte que permite atravessar a Avenida Perimetral dando acesso às barcas para o Itapema. Lá em cima, parei por alguns minutos, observando os barcos irem e virem. Pouco tempo se passou até que um menino, apressado, ficasse ali no seu entorno por alguns instantes, observando lá de cima o lado oposto ao das barcas, com certa agitação, como se procurasse por algo. Após a observação panorâmica, o menino desceu correndo da ponte, e, lá de cima, fiquei a observá-lo: ele ia em direção à cerca que impede o acesso ao estuário, olhando para os lados como se verificasse algo, a possibilidade de alguma presença. Dirigiu-se para um vão e, de lado, com jeito, atravessou a barreira do armazém e subiu com facilidade até a margem de pedra, onde algumas embarcações do porto atracam. Ali pausou. Olhou, novamente, para um lado e para outro. Nesse momento, perguntei-me o que havia de querer o menino. E foi com surpresa que descobri, quando, de repente, num salto, ele se lançou num mergulho ao mar. "Nossa!"

Fiquei por ali, vendo o menino nadar. Em pouco tempo, chegaram mais dois garotos. E, depois, três. Os dois grupos fizeram o mesmo trajeto: subiam pela ponte, avistavam quem estava ao redor, falavam alto algumas palavras se comunicando com quem já tinha pulado no mar e seguiam, correndo naquela direção – para saltar e se juntar aos primeiros. Eles mergulhavam e subiam no muro repetidamente, como num torneio de saltos. Quando uma pequena embarcação verde se aproximou para estacionar, um deles falou mais alto, advertindo o "capitão": "Cuidado! A gente tá mergulhando!". O menino não esperou resposta e logo saltou, sem se assegurar da recepção de sua advertência quanto ao movimento do veículo.

A embarcação ocupou seu espaço e os seis meninos seguiram sua prática de saltos, braçadas e conversas, agora um pouco mais recuados. À distância do meu olhar possível, panorâmico, fiz uma imagem para não esquecer o que os meninos

faziam lembrar: que o porto, ali, é mar.[68] Atravessei de volta a ponte, rumo à praça da República, enquanto os meninos seguiam, nas suas costas, saltando.

[12]



Juliana Siqueira

68 Retomamos, em contraponto, a assertiva apresentada à página 116 deste escrito: "O mar, ali, é porto, e tem acesso restrito."

[12]

Juliana Siqueira

1.5. Cais

A área santista que abrange o cais é conhecida por ser predominantemente masculina, com circulação intensa de trabalhadores e tráfego de veículos ligados à dinâmica portuária. Ao longo de seus aproximados treze quilômetros de extensão, são poucos os trechos em que se vê residências, mantendo as habitações certo recuo em relação à Avenida Perimetral. A ciclovia, que se estende pelo trecho ao longo da linha do trem, é usada sobretudo por aqueles que trabalham na região, sendo um lugar de poucas interações face-a-face e consistindo, para a maior parte da população não-ciclista, em um caminho de rápidas passagens em transporte público ou particular, quando se quer chegar de algum ponto da região das praias à área central. Ao longo da avenida, pode-se ver lateralmente os armazéns, avistando gruas, contêineres e construções de alumínio. Certos cheiros parecem existir apenas ali, como o das redondezas do terminal de açúcar. A paisagem, sobretudo de noite, carrega uma atmosfera específica dada à baixa iluminação das lâmpadas amarelas e ao esvaziamento de pessoas circulantes.

Maria Izilda de Matos, ao traçar uma história do porto do café, afirma que "a cidade volta as costas para o porto"[69] ao passo que a orla se generaliza, sobretudo nos anos 1940, como espaço de "beleza, sensualidade e prazer" (Matos, 2004: 25). Este movimento de afastamento do cais inicia-se paulatinamente com o desdobramento do projeto higiênico-sanitarista de Saturnino de Brito, que impulsiona o novo eixo urbano da cidade. Uma nova conformação urbana se dá a partir da implementação dos canais e da formação dos jardins da orla marítima, levando, no começo do século XX, à modificação da própria imagem da cidade, antes vista e vivida como insalubre pelo marco das grandes epidemias, com os altos índices de óbitos

69 Perspectiva também presente em Lanna: "O porto cresceu fechando-se para a cidade" (1996: 59).

decorrentes da cólera e da febre amarela, dentre outras moléstias.[70] Em 1907, quando da inauguração do primeiro canal, esta realidade começa a se modificar, atrelando Santos e seu balneário ao lazer, ao veraneio e a outras práticas relacionais com a natureza. "Vemos, dessa forma, uma distinção também simbólica entre o balneário e o estuário, que ganhará diferentes contornos no decurso da vida da cidade."[71]

Se a partir dos anos 1900 a orla passa a reconfigurar o eixo urbano da cidade, tornando-se o espaço preferencial do lazer e modificando a imagem da cidade mesma, o cais também passa por processos de ampliação e modernização ao longo do século XX, sendo marcado pelas relações de trabalho e associação que ali se dão. Concomitantemente às transformações urbanísticas, acontecem as grandes greves, como a de 1905, coordenada pela Internacional União Operária, de orientação anarcossocialista, dentre outras tantas que irão, no chegar da década de 1930, legar ao porto de Santos a alcunha de "Moscou Brasileira" e "Porto Vermelho", devido à combatividade do movimento de estivadores e sindicatos.[72]

Embora deslocados os olhares da população para o horizonte oposto ao estuário e mantendo, assim, a cidade "de costas para o porto", é inegável que as atividades portuárias seguem trazendo implicações para os ritmos vividos na/da cidade. Desde a sua integração na rota comerciária internacional como local-chave de escoamento de produtos de exportação, sobretudo do café – o chamado "ouro verde" –, mas também como ponto de chegada de trabalhadores imigrantes de vários locais do mundo para provimento de mão-de-obra, o porto, com sua ampliação e seus modos de administração dados a partir de 1888, foi definidor da experiência de cidade daqueles que viviam na região. Neste período se iniciou um processo de ampliação e administração portuárias que legaria ao grupo de Cândido Grafée e Eduardo Guinle o domínio da região pelos próximos 90 anos, após concorrência aberta pelo governo imperial.[73] Gitahy (1986), Honorato (1996) e Vieira (2012) enfatizam que os interesses econômicos de exploração do porto, com o processo de racionalização de seu funcionamento e proletarização dos trabalhadores, seriam definidores de um novo modo de experimentar o tempo, tanto pela necessidade de aumentar a velocidade de embarque e diminuir a estocagem dos produtos quanto pelo estabelecimento de horários de acordar, fazer as refeições, descansar e circular pelas ruas pautados pela lógica de trabalho estabelecida pela companhia. O grupo, que ainda no século XIX viria a se constituir como a Companhia Docas de Santos, impulsionaria uma série de mudanças de hábitos dos citadinos, com papel relevante nas transformações urbanas e vivenciais (espaço-temporais) da cidade.

> Despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível trata-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta. (Santos, 2013: 78)

70 Sobre os canais, esclarece Maria Izilda de Matos: "O projeto se propunha "reparador absoluto das dificuldades", ele apresentava toda uma complexidade: um sistema de separação do esgoto das águas pluviais; um moderno sistema de esgoto projetava o esgotamento dos despejos pelo sistema de estações elevatórias acrescido da construção de uma grande ponte pênsil para levar as tubulações de esgoto e lançá-los ao mar; o enxugamento da planície e correção dos rios por meio da drenagem superficial composta de oito canais (mais um), de mar a mar, que aproveitando a força das marés possibilitava a limpeza evitando as águas estagnadas e as inundações." (Matos, 2004, p. 12)

71 Algo que levaria, como nos mostra Dalben, à instauração em Santos das colônias de férias do Departamento de Educação Física da cidade de São Paulo, nos anos 1930, "voltada para os alunos débeis da rede de ensino paulista, uma educação física fortificante" (Dalben, 2009: 108).Nicanor Miranda, responsável pela direção dos Parques Infantis paulistanos durante a gestão de Mário de Andrade, participa da implementação dessas colônias em Santos.

72 Cuja repressão recrudesce nos anos Vargas, momento em que o porto passa a ser considerado área de segurança nacional (Alves, 2007: 58).

73 Em 1888 os Gafrée e Guinle obtêm a concessão de construção e exploração da área do cais por 39 anos. Em 1890, sob o nome de "Obras de Melhoramentos do Porto de Santos", o grupo se amplia. Em 1892, com maior capital, estrutura-se como sociedade anônima, a Companhia Docas de Santos, tendo seu domínio expandido pelo governo federal pelos próximos 90 anos (isto é, até 1982).

Luiz de Pinedo Quinto Jr. (2003), ao falar mais genericamente do processo de urbanização no Brasil, frisa sua diferenciação em relação às transformações intra-urbanas das cidades européias ou norte-americanas dos novecentos sobretudo em razão da adaptação do caso brasileiro ao modelo agro-exportador: "a cidade, locus da produção, não era o ponto central da lógica de transformação da cidade capitalista, mas o transporte e a circulação de mercadorias para o complexo exportador agrícola" (2003: 189). Tendo como prioridade o funcionamento desse complexo, as mudanças urbanas assumem o caráter de facilitar as operações atreladas às demandas de transporte e comércio, no caso do porto, prevalecendo estas em relação às necessidades da população local. Ao olharmos para o caso de Santos, vemos que as administrações públicas, tanto no Império quanto na República, legaram à iniciativa privada, por concessão, a realização de serviços públicos, de transporte à energia elétrica, priorizando, em uma legislação urbana marcada justamente pela política de concessões, as infra-estruturas de saneamento e circulação tendo em vista o seu funcionamento no complexo agro-exportador.

Essa característica marcaria fortemente os modos de articulação do público e do privado no fazimento do urbano, pois, embora a questão sanitária, por exemplo, fosse urgente à saúde da população santista no final do século XIX, é notável que, pelo modo como conduzida, não esteve menos ligada às necessidades da população do que à regulação das condições de higiene necessárias para o não prejuízo das atividades portuárias e circulação das mercadorias que por ali chegavam e saíam. O modo como o controle das práticas no espaço comum citadino era feito pelo Código de Posturas, de origem colonial, mostra-nos uma desvinculação do poder de polícia do Estado em relação às lógicas próprias da população e de seus específicos interesses e necessidades de cidade, conflagrando os desafios "formativos" que os higienistas encontrariam à época.

Marina Tucunduca Vieira, em sua pesquisa sobre o "asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade" (2012), ao tratar dos três códigos de posturas aprovados em 1883, 1895 e 1897, afirma que os mesmos teriam se constituído em "instrumento de educação informal da população" (2012: 50). A autora cita, especificamente, artigos dos códigos que tratam de práticas correntes na cidade em relação às fontes, chafarizes e tanques, nos quais se previa a aplicação de multa para aqueles que insistissem em fazer uso desses equipamentos para banhar-se ou lavar roupas. Vieira cita os artigos 78 e 91 do Código de Posturas de 1883 e também os 199 e 200 do Código de 1897[74], relevando uma preocupação da administração local com o lançamento de "corpos imundos ou nocivos" nas águas públicas em um momento de "domicilização" dessas práticas no contexto da intervenção sanitária que viria em resposta as epidemias que assolavam a região e incidiam também na movimentação comercial do porto.

As crianças, embora não as tenhamos encontrado nessa história, podem ter suas presenças vistas em algumas imagens que sobrevivem nos arquivos e em trabalhos de fotógrafos que percorreram a cidade ao longo dos tempos.[75] Dentre as imagens mais remotas com as quais nos deparamos, anteriores

74 De 1883: "Art. 78. É prohibida a lavagem de roupa nas praças, fontes, chafarizes e tanques da cidade, salvo nos locaes determinados pela camara. As roupas de doentes de moléstias contagiosas, serão conduzidas em caixões fechados, e lavadas fora da cidade. Os infractores da primeira parte deste artigo incorrerão em multa de cinco mil réis e os da segunda na de trinta mil réis." e "Art. 91. Aquelles que se banharem nas fontes publicas ou n´ellas e nos encanamentos de agua destinado ao abastecimento publico, lançarem corpos imundos ou nocivos, ocorrerão na multa de trinta mil réis.". De 1897: "Art. 199 É prohibida a lavagem de roupas nas ruas, praças, fontes, chafarizes e tanques da cidade, salvo nos locaes designados pelo Intendente Municipal." e "Art. 200 Aquelle que se banhar nas fontes publicas, damnificar ou lançar objetos imundos ou nocivos nas fontes, tanques, reservatórios e aqueductos de onde sahem ou por onde passam as aguas destinados ao abastecimento publico ou particular, incorrerá na multa de 50$000." apud Vieira, 2012: 32.

75 O mais conhecido, ao qual se atribui muitas fotografias de finais do século XIX e primeiros anos de XX, é o português José Marques Pereira – sendo muitas vezes problemática e incerta a questão das atribuições. Maurício Lôbo investigou a produção do fotógrafo (2004). Nos anos 1920 e 30 destaca-se a fotógrafa nascida no Rio de Janeiro, Sophia Pretzel Waldheim, que estabeleceu seu estúdio em Santos, mudando-se, depois, para São Paulo. Wadlheim produziu algumas das imagens da cidade para as quais olhamos e que constituem o "Album do centenário, 1839 – 1939", objeto-fundador do próprio acervo da FAMS. A pesquisa realizada por Carla Jacques Ibrahim (2005) busca recuperar a trajetória da fotógrafa, tendo sido a única que localizamos sobre Waldheim.

ao período de ampliação do cais e das obras dos canais de Saturnino, definidores do traçado urbano santista até os dias de hoje, há uma que nos interessa especialmente, de Militão de Azevedo.

Trata-se de uma fotografia datada de 1865, feita pelo fotógrafo carioca que ficaria conhecido sobretudo por seu trabalho de documentação fotográfica de São Paulo em fins do século XIX. À época (1864–1865), Militão de Azevedo realizava algumas vistas da cidade de Santos. Na que mostramos, evidencia-se a paisagem anterior à inauguração do primeiro trecho do cais. Segundo pesquisa iconográfica realizada por Barbosa (Azevedo, 2004), vemos nesta fotografia um dos nove pontilhões de madeira que se distribuíam pelo porto e serviam para o acesso usual dos navios que ali atracavam. Sobre esta estrutura degradada, parcialmente em ruína, avistamos três crianças, três meninos negros. Eles não estão de todo sozinhos na cena, pois, além da presença à distância do próprio fotógrafo, para quem posam, há um homem negro, adulto, na margem esquerda da foto. Este, que também olha em direção ao fotógrafo, está, contudo, em outro nível, sob a ponte, com os pés na areia. A maré, mais baixa, permite que ele permaneça debaixo da estrutura molhando apenas os pés, com suas calças suspensas até a altura dos joelhos. Os meninos, que se distribuem na metade enquadrada da ponte a avançar para o mar, dirigem-se ao fotógrafo, e dois deles levantam o braço com o punho semi-cerrado.

Ao nos voltarmos para o contexto histórico de tomada da imagem, pensamos no eixo formador da cidade (Valongo-Quartéis) que, embora já atrelado à comercialização do café, consolidado como produto a movimentar a cena portuária por décadas adiante, consiste também no núcleo habitacional da vila, que tem sua expressão comercial ampliada a partir da década de 1870 no momento em que se dá a inauguração da ferrovia que liga Santos a Jundiaí, passando por São Paulo, pela São Paulo Railway. Em uma economia imperial monocultura voltada à exportação e sob base escravagista, o princípio do "partus sequitur ventrem", *o que nasce segue o útero* (Mattoso,

[13]

Militão Augusto de Azevedo. Acervo do Museu Paulista.

1988: 53; Ferreira, 2018: 50), marca o destino de meninos e meninas negras e, após a proibição do tráfico com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, a reprodução e a filiação da população escravizada vincula-se a um novo sentido social: não apenas de manutenção do trabalho forçado, mas de sua própria continuidade como sistema, adensando, assim, a compreensão da realidade social que pesa sobre a experiência infantil dos meninos que vemos na fotografia.[76]

Contudo, as personagens da fotografia de Militão de Azevedo nos interpelam sob o signo da resistência: o modo como a pose e o gesto das crianças nos chega, anacronicamente, levam a um cruzamento de iconografias de luta social pelo erguer dos braços, remetendo-nos, na vizinhança que aqui estabelecemos entre algumas imagens, também à astúcia alegre do menino da fotografia de Gauditano. O modo como os meninos constróem sua auto-mise-en-scène, voltando-se para o fotógrafo com seus braços suspensos no ar, legam-nos de alguma forma um furo, uma brecha, uma rasura, lastro brincante em um cotidiano marcado por violências.[77] Contrastam com os corpos de outras personagens fotografadas pelas ruas, que alinham-se, ajeitam-se, encenam-se com mais formalidade quando diante da câmera – objeto tecnológico raro na cena urbana do século XIX.

Se há outras vistas de Santos feitas por Militão em que as crianças figuram, essa nos interessa especialmente pois nos indica também que as crianças, ao longo dos tempos, em dife-

76 Para uma reflexão sobre a vida de crianças negras escravizadas, cf., dentre outros da autora, o estudo pioneiro de Maria Lúcia Mott, publicado ainda na década de 1970 (1979).

77 A noção de auto-mise-èn-scene é mobilizada por Comolli em "Ver e poder: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário" (2008) para tratar do jogo fundante entre quem filma e quem é filmado. O corpo, o olhar e o desejo daqueles que estão diante da câmera, os filmados, com seus "gestos aprendidos, reflexos adquiridos, posturas assimiladas", com-forma a imagem, intervêm e participa de seu fazimento. Embora o autor fale especificamente sobre o cinema, gostaríamos de trazer esta noção para pensar a fotografia e as especificidades de sua relação mediada. Roland Barthes tangencia em "A câmara clara" (1984), quando diz: "Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a "posar", fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem" (1984: 22)

rentes configurações assumidas pela cidade, fizeram dessa área onde se estabeleceu a Alfândega um lugar de uma sociabilidade não subsumida à dos adultos de seu pertencimento social. É desse mesmo trecho do porto as fotografias que mostramos no início dessa apresentação. As imagens, assim, são tomadas aqui como indício que nos aponta algo que outras fontes também nos sinalizam: que esse local foi procurado pelos pequenos em diferentes momentos históricos, indicando possibilidades de nosso trabalho com a hipótese que avultamos, qual seja: a de que grupos constituídos por crianças procuraram esse lugar para suas atividades brincantes, fazendo desse espaço, para utilizar os termos de Florestan Fernandes de forma livre, parte de seu "patrimônio lúdico" (Fernandes, 2004 [1944]: 116).

A partir do reencontro com imagens reveladoras de usos por crianças de espaços não previstos (ou não destinados) às mesmas, em um momento histórico no qual a infância passa a ser institucionalizada, nos voltamos sobre essas ocupações efêmeras como indicadoras de seus modos e desejos do estar na cidade. Quando percorremos uma bibliografia que trata do processo de modernização dos centros urbanos no Brasil, com ênfase nas mudanças morfológicas trazidas pelo capitalismo industrial de fins de século XIX, somos colocadas diante de um processo histórico vivo e aberto, que, embora não contínuo e multifacetado, com diferenças regionais e marcadores experienciais, dentre outros, de classe e de gênero, intenta linearizar uma série de vivências urbanas de crianças a partir da crescente definição dos seus espaços, que passa a se atrelar a instituições para seu atendimento a partir do chamado "complexo médico-jurídico-assistencial" (Rizzini, 2007).

Conforme nos aponta Marco Antonio dos Santos (2000), a República que se instaura na passagem do século XIX para o XX no Brasil criava diversos problemas sociais a combater, resultantes da irrupção urbano-industrial e da intensificação da pauperização que caminhavam ao lado do esforço de contensão dos modos de vida das classes populares. As novas dinâmicas instauradas do lazer e do trabalho aceitáveis pelo discurso oficial, moldadas em torno do protagonismo do imigrante em oposição ao nacional, incidiria sobre a vida dos "menores":

> "os novos padrões de convívio impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio. As brincadeiras, os jogos, as "lutas", as diabruras e as formas marginais de sobrevivência daqueles garotos tornaram-se passíveis de punição oficial. Os meninos das ruas tornaram-se "meninos de rua". (Ibidem: 229)

Embora não possamos deixar de sublinhar as especificidades, descontinuidades e transformações espaço-temporais na formação das cidades e das infâncias, inquietam-nos os modos como algumas crianças, ao longo do processo de urbanização, inscreveram-se e continuam a se inscrever no contrafluxo de um espaço-corpo hegemônico na modernização das cidades brasileiras, inventando, assim, cidades não visíveis e invisibilizadas por outros citadinos. A "densidade histórica" (Frehse, 2016b) que se dá a ver em algumas imagens e gestos, faz-nos pensar também sobre a sobrevivência destes e sobre os lugares de sua aparição e apercebenças.

[14]

Paulo Freitas

1.6. Adentrando o labirinto

Ver certas crianças, ver os modos de sua ocupação na cidade, observar seus gestos. Para estranhar, para perceber os espaços a que foram limitadas e permitidas ou aqueles que buscaram ocupar, por desejo, escassez e/ou condições de acessibilidade. Mas, também, para pensar os limites circunscritos à experiência de adultos que, nas especificidades de sua geração, se conforma à cidade que se naturaliza em suas formas de fruição sensível e se fecha em suas (im)possibilidades lúdicas. Nesse sentido, estamos de acordo com o antropólogo Lawrence Hirshfeld, quando este diz que "estudar as crianças, suas formas culturais singulares e sua arquitetura conceitual única traz, paradoxalmente, percepções significativas sobre a natureza da experiência cultural dos próprios adultos" (2016, p. 173). Pois, se a observação dos gestos das crianças, materializados nas imagens para as quais olhamos, indiciam suas singulares incursões na cidade; torna-se patente, ao buscar por sua inscrição brincante, uma reflexão sobre as perdas simbólicas e lúdicas que os adultos de diferentes contextos socioculturais incorrem ao naturalizar os processos civilizatórios e os hábitos constituintes da experiência urbana.

Quando nos deparamos, em 2018, com a restrição ou mesmo com os riscos dos espaços de circulação de crianças de diferentes perfis socioeconômicos, com a sua aparente parca presença e participação na vida pública, bem como com a escassez ou precariedade dos espaços a elas devotados – que não aqueles de sua institucionalização –, nos voltamos a pensar como sua atuação tem se dado em contextos citadinos de exclusão, bem como nos modos como têm mostrado, ao longo de nossa formação histórica, cultural e intergeracional, possibilidades de cidades muitas vezes interditas e não vistas. Ao pausar especificamente na Praça da República, em Santos, nos arredores da Alfândega, fazemos uma deriva pelas fotografias deste perímetro urbano, encontradas no acervo da Fundação

Arquivo e Memória de Santos, acreditando que este movimento, atento a diferentes configurações espaço-temporais, pode nos ser revelador de algumas dinâmicas infantis dadas neste território em diferentes períodos históricos.

Na fotografia atribuída a José Marques Pereira e datada de 1906, vemos o largo em ângulo aberto, antes de ganhar novo desenho com a demolição da Matriz e a colocação do monumento a Brás Cubas, colonizador eleito como símbolo da nova praça republicana. A posição do fotógrafo, em altura que lhe permite uma visada panorâmica, abre um campo de visão privilegiado do conjunto arquitetônico e das pessoas que ali transitam. O espaço retratado está ocupado por homens, mulheres, crianças e animais condutores de veículos de tração. As crianças estão dispersas na paisagem e podem ser vistas carregando tabuleiros sobre a cabeça, comunicando-se entre pares, a andar em diversas direções. Ao passo que examinamos a imagem com lupa, podemos inferir que nesta posição o fotógrafo não só vê como se dá a ver, na medida em que notamos que alguns personagens que figuram no quadro, como o menino de braços cruzados, parecem lançar seu olhar na direção do equipamento, fitando-o. Enquanto algumas crianças parecem estar apenas com seus pares, outras seguem acompanhadas de adultos e algumas, ainda, sozinhas. Aparentemente. Ao aproximarmos nosso olhar, com lupa ou zoom, descobrimos o que à primeira vista não estava plenamente perceptível: as crianças estão na paisagem, são muitas, em diferentes ações, situações, gestos e expressões.

Usar o zoom, a lupa, olhar de perto. Fazer este exame do mínimo foi fundamental para que identificássemos as crianças, cuja presença, à primeira vista, devido às dimensões físicas da fotografia, poderia ter passado desapercebida. É notável que a maior parte das crianças que identificamos na imagem, circulando pela praça movimentada em pequenas atividades comerciais, sejam negras. A situação da criança negra é envolvida por marcos e especificidades jurídicas importantes,

[15]

José Marques Pereira. Acervo FAMS.

como a lei do Ventre Livre, de 1871, que dão o que pensar sobre o modo como as elites estiveram a definir as possibilidades de vida dessa população e as condições que meninos e meninas encontrariam para a manutenção de suas vidas quando deixam de significar a própria sobrevivência do regime escravocrata, após interrupção do tráfico, para se tornarem os anunciadores das próximas gerações de homens negros livres.[78] Estudos que tratam da história da infância negra no Brasil após 1871 apontam que, à parte a própria recusa da condição de ingênuo[79], muitos proprietários de escravos, que tinham a possibilidade de escolher entre fazer uso do trabalho das crianças após seus oito anos ou trocá-las por títulos do governo, escolheram usar o seu trabalho por ser a via que demandava menos ação, muitas vezes alugando-as a terceiros – terceirizando-as (Cf. Ramos, 2008, que, por sua vez, cita Conrad).[80]

78 Pensar o campo de significação aberto pela conflagração do sentimento da infância e da recepção das crianças no contexto escravista implica-nos em considerar a existência de diferentes cosmovisões a constituírem a vida de meninos e meninas, bem como a história que sobre eles fazemos. Destacamos, por ora, o seguinte excerto de Mary del Priore, a falar sobre a criança negra em contexto familiar de ancestralidade nagô: "O lugar mesmo dos pequenos dentro da sociedade era de ordem ontológica. A criança era uma porta entre o presente e o passado, personificado nos ancestrais. Muitas recebiam, para além de um nome cristão, aquele de um animal e de um orixá. Ao nascer, seus pais plantavam uma árvore, símbolo de seu futuro vigor e força. A passagem para o mundo adulto realizava-se através da circuncisão de meninos aos 12 ou 13 anos. No Brasil, tais ritos eram festejados nas festas de Quicumbi, nas quais, os "mometos", circuncidados com taquaras, bailavam e dançavam antes de passar, com os convivas, a um banquete." (2012: 244)

79 Categoria daquele nascido de ventre escravizado e, contudo, livre após 1971.

80 "Dos 7 para os 8 anos até os 12 anos de idade, os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz. No entanto, na parte de Direito Civil, o Código Filipino, mantido em vigor durante todo o século XIX, fixava a maioridade aos 12 anos para as meninas, e aos 14 anos para os meninos. Porém, a Lei de 28 de Setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), ao colocar em poder e sob a autoridade dos senhores os filhos de escravos nascidos ingênuos, obriga tais senhores a "crial-os e tratal-os" até a idade de oito anos completos. "Chegando o filho de escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600$000 réis ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos" (Mattoso, 1988, p.42)." (Ramos, 2008:126) Conforme nos mostra Teixeira (2007), por parte do Estado se esperava que os proprietários optassem de fato pela manutenção de ingênuos, uma vez que as instituições e recursos eram insuficientes para atender às demandas de indenização de senhores e de encaminhamento das crianças. Seu requerimento resultaria, assim, no colapso da organização financeira e burocrática do governo (2007: 93-4).

Embora as crianças que vemos nas imagens de 1906 não tenham acompanhado este processo, nascidas num contexto de afirmação do trabalho livre, faz-se importante nota-lo para pensarmos a experiência da geração anterior, imediata à sua, pensando que as relações de filiação, e as intergeracionais de modo mais alargado, expressam mentalidades constituintes da vida dos vindouros ou do modo como são recebidos. Na década de 1980, Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) mencionava que:

> A Lei do Ventre Livre tem sido tratada em geral pela historiografia como apenas mais uma manobra parlamentar que aquietava os ânimos abolicionistas e ao mesmo tempo garantia a força de trabalho escrava, visto que os senhores podiam contar com o trabalho compulsório dos ingênuos até os vinte e um anos de idade. Embora isto seja certo, penso que esta lei deve também ser considerada sob um outro aspecto, precisamente este [...] que diz respeito às mudanças de atitudes psicossociais no cotidiano de dominantes e dominados. (Azevedo, 1987: 116)[81]

Ao tratar das conversações em voga no século XIX sobre a questão do futuro do negro no pós-abolição, a autora escrutina as bases racistas da política imigrantista que se implementaria com a justificativa de suprimento de mão-de-obra inexistente no país. Ao mostrar-nos um amplo debate entre as elites intelectuais favoráveis à abolição, Azevedo nos dá elementos para pensar que a premissa racista culpabilizadora do negro como elemento responsável pelo atraso e estagnação produtiva do país, supostamente afeito à vagabundagem e à resignação por suas características étnicas e biológicas, amparou o discurso das elites em favor de uma suposta racionalização do trabalho por elas defendida,

81 Azevedo marca um posicionamento diferente, por exemplo, do de Mott (1979), para quem "vista à luz da condição da criança escrava, na primeira metade do século XIX, pode-se afirmar que, apesar da aura de benevolência e humanidade que cerca a Lei do Ventre Livre, ela não foi fruto de uma modificação na maneira da sociedade encarar o escravo e sua família mas foi, antes, uma herdeira direta dos quatro séculos de escravidão. A pouca importância que a sociedade dava à família escrava está consubstanciada no corpo da própria lei." (Ibidem: 66).

algo que ganhou contornos de caráter cientificista com o tom do positivismo do período (Cf. Azevedo, 1987: 77-79). Essa racionalização do trabalho, na base racista que ganhou diferentes tons nos discursos de abolicionistas como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, seria possível com a chegada de certos grupos estrangeiros, entendidos como "raças" preparadas para a missão civilizacional a construir o Brasil e os novos brasileiros.

Racismo, abolicionismo e imigrantismo estiveram, assim, bastante associados na conflagração de uma via conciliadora entre proprietários e destituídos concebida pelas elites, prezando pela velha base monocultora em contato com as exigências que o capitalismo industrial apresentava. No que diz respeito à questão urbana, diz ainda a autora que "nestas suas tentativas sempre renovadas de manter o controle institucional sobre o movimento das ruas, os abolicionistas perseguiam o mesmo objetivo a que eles se tinham proposto desde o início, ou seja, reordenar o social a partir das próprias condições sociais vigentes [...]" (Ibidem: 89)

Observar as especificidades que imprimem-se na experiência de meninas e meninos negros no Brasil em diferentes momentos, considerando-se o imaginário das elites, torna-se importante para pensar de que modo se construiria a infância e o sentimento de infância quando ligados a esses, bem como para considerar os por quês de sua maior presença neste quadro, com suas ocupações, conflagrando imagens físicas e mentais legadas pelo violento processo histórico constituinte da formação do espaço urbano brasileiro, aqui pensado desde esta praça da República, em Santos. Em um importante artigo intitulado "Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX", Abramowicz, Silveira, Jovino e Simião (2011) discorrem sobre a presença de meninos e meninas negras em fotografias do período referido, afirmando que seu processo de invisibilização, contrastante com sua considerável população, evidenciar-se-ia pela "falta de sinais de infância e pela proximidade do trabalho" (Ibidem: 286).

A proximidade do trabalho não seria, contudo, exclusividade de crianças negras. Crianças brancas imigrantes, como é possível ver em diversas imagens com as quais cruzei nessa pesquisa iconográfica, bem como referenciado em trabalhos historiográficos dos quais destacaria os realizados por Moura (2018), estiveram envolvidas no trabalho fabril, em lavouras, na construção civil, em pequenos ofícios – como os de jornaleiros ou engraxates –, entre outros. Há, contudo, uma dimensão racial que parece caracterizar certas ocupações e informar perseguições policialescas que, sobretudo a partir dos anos 1920, passam a prender meninos que se encontram em ocupações e pequenos ofícios em meio urbano.[82]

Abramowicz et al (op. cit.) discorrem sobre o fato de, ao perscrutarem imagens garimpadas em arquivos de diferentes cidades, terem localizado poucas fotografias em que figuravam crianças negras. À tal ausência associam um " 'efeito de raridade' [...] no sentido de que foram poucas imagens produzidas sobre as crianças neste período". Desta forma, continuam: "ao invés de tentarmos sair ou nos desviar da raridade fomos à procura dessa "lei de pobreza" (Orlandi, 1987), ou seja, há raras imagens e, desta forma, este é o dado verificado: as crianças foram raramente retratadas neste período nas regiões pesquisadas." (Ibidem: 269).

Ao buscarmos pelas crianças nas imagens do acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos, pudemos localizá-las sobretudo nos planos abertos da cidade, em quadros nos quais, ainda que não figurassem como tema central, as crianças

82 Em nossas pesquisas nos jornais paulistanos O Estado de São Paulo e Folha da Manhã, identificamos no período anterior imediato à aprovação do Código de Menores, em 1927, notas recorrentes mormente intituladas "Menores aprehendidos" ou "Juizo de Menores", seguindo-se a elas notícias de apreensão de diversas crianças por trabalharem em meio urbano, algumas vezes apontadas pela cor de sua pele ou nacionalidade – engraxates e jornaleiros, sobretudo, mas também vendedores de meias e de "modinhas", e marmiteiros, em sua maioria imigrantes, conforme deduzível dos sobrenomes. Alguns parecem ganhar segundo nome, como, por exemplo, Antonio "Segura", engraxate de 12 anos que, em 1 de setembro de 1927, numa quinta-feira, aparecia listado entre os apreendidos (Folha da Manhã, "O trabalho dos menores regulamentado", Anno III, n. 826, p. 2).

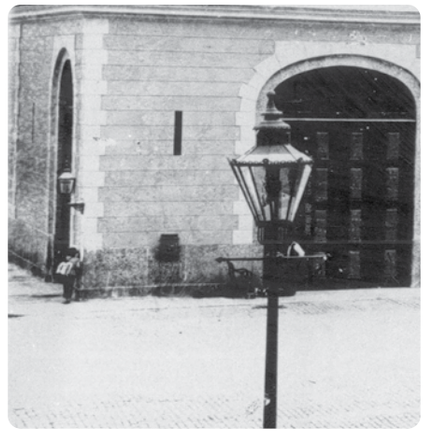
insurgem na paisagem enquadrada, pelas bordas ou diminutas na dispersão do ir-e-vir dos citadinos. Dessa forma, se pudéssemos afirmar que certas crianças "foram raramente retratadas", não poderíamos deixar de considerar ao menos três pontos: (1) que o retrato, embora sido popularizado já no século XIX com os chamados *carte-de-visite* em cidades brasileiras tais Santos, consistia em gênero destinado aos memoráveis que podiam por ele pagar ou àqueles que, nos estúdios fotográficos, tornavam-se objeto do olhar de certos fotógrafos, conformando os modos de sua aparição[83]; (2) que neste período também se dá o retrato de identificação como tecnologia construída pelo aparato disciplinar, gênero fotográfico que cria legibilidade e circunscreve o aparecimento imagético de certas vidas, onde algumas crianças aí figuram[84]; e (3) que, considerando-se o anteriormente apontado, não mencionando as chamadas "fotografias de rua", há uma aparição fascinante de certas vidas nas imagens que acontece nas fotografias de vistas das cidades, nas quais a figura humana ocupa planos mais distantes e que, para encontrá-la nesse olhar panorâmico, sobretudo as crianças, é preciso olhar mais de perto. Suspeitamos que nestas, "a lei de pobreza" é desobedecida, uma vez que os ângulos abertos, agora acessados com lupa, deixam ver o que "escapa à lei".

Em contraste com a última imagem que mostramos, vemos neste caso a praça em um dia pouco movimentado, possivelmente de 1910[85]. A fotografia, estimada em poucos anos após a anteriormente mencionada, mostra a passagem do tempo no calçamento: os paralelepípedos substituíram os antigos pés-de-moleque. Em uma primeira "varredura" na imagem, ampliando-a ou aproximando os olhos, é possível identificar pessoas dispersas e em duplas, atravessando a praça ou, paradas, à frente

83 Cf. "Negros no estúdio fotográfico", de Koutsoukos (2010).
84 Cf. Bartolomeu (2016). Para alguns retratos de identificação de crianças, cf. Veiga e Faria Filho (1999).
85 Data estimada que acompanha a imagem no acervo da FAMS.

da Alfândega. O edifício predomina como o grande personagem revelado pelo enquadramento. O enquadramento, como operação fundante da fotografia no sentido de corte, faz do prédio o retratado, estático ao nosso olhar, tornando as pessoas secundárias na paisagem. Se localizamos ao menos 10 delas – contando as que escapam ao quadro na margem inferior –, percorrendo a imagem com a lupa identificamos um menino negro esgueirando-se na fachada direita da edificação, na lateral esquerda do quadro. Ele carrega à tira colo o que pressupomos serem jornais. Sua pose, como a de quem se esconde ou olha de soslaio alguma coisa, procurando-a com cautela, pode nos levar a devanear sobre o que faz o menino ali. Entretanto, gostaríamos de reter apenas a observação de que a imagem, ao afirmar a monumentalidade do edifício que contrasta com a pequenez das pessoas em seus movimentos cotidianos, deixa escapar para nós, seus espectadores, esse menino, só, em algum instante suspenso nesse tempo cotidiano depurado pela câmera. O que espia o menino?

[16] José Marques Pereira. Acervo FAMS.



[17] Autoria Desconhecida. Acervo FAMS.

Se a estatura e a mobilidade dos mais novos podem os colocar em contato maior com o chão – mãos, pés, olhar –, ao nos aproximarmos desse seu ponto de vista, a rua se mostra com obstáculos mais altos, declives maiores, irregularidades no calçamento propícias à observação do acúmulo de pequenas vidas nos vãos dos paralelepípedos. Os prédios, já monumentais na escala dos adultos, parecem ainda mais imponentes no encontro com as pequenas mãos do menino jornaleiro na sua fachada (foto "16"). Nas duas últimas imagens pode-se ver a independência de movimento das crianças em relação ao corpo

dos adultos. O gesto, "investigativo", procura por algo. A rua, através dele, poderia se mostrar a nós como lugar aberto de curiosidade e descoberta.

Em fontes posteriores, no final dos anos 1920, poderemos ver diversas notas veiculadas em um jornal local, A Tribuna[86], donde se depreende a vigilância no estar das crianças na cidade de diferentes maneiras, a depender de seu pertencimento social. As notas anunciam também atropelamentos e perigos, relatam os resultados da presença de veículos automotores que modificam mais efetivamente os modos de circulação na via pública.

> Atropelamento
> Com guia da policia foi medicado, hontem, na Santa Casa, o menor Oswaldo Faria, de 4 annos, residente á rua Christiano Ottoni, que apresentava um ferimento no rosto por ter sido atropelado, em frente á sua residencia.
> O conductor do vehiculo, verificado o desastre, continuou na sua marcha, deixando, por isso, de ser tomado o numero do mesmo. A policia registrou o facto. (A Tribuna. Anno XXXIV, n. 216, 30 de outubro de 1927, p. 8)

> Os automóveis – os atropelamentos de hontem
> Na rua Lucas Fortunato, hontem, ás 20 horas, o menor Irineu Alonso, de 4 annos, foi atropelado e ferido pelo automóvel n. 1.038, recebendo varios ferimentos.
> Aquelle menor, que reside áquela mesma rua n. 48, foi recolhido á Santa Casa, tendo a policia sciencia do facto. (A Tribuna, ano XXXII, n. 325, 21 de fevereiro de 1926, p. 4)

Aos perigos do carro, que passam a ser alertados junto a uma preocupação com a regulação para o trânsito, somam-se os atropelamentos de carroças e bondes, ganhando espaço,

86 Jornal de maior circulação na Baixada Santista até os dias de hoje.

dentre as notas cotidianas, também casos de São Paulo. O de Eurimo, de 9 anos, é um deles.

> São Paulo – atropelado por uma carroça
> S. Paulo, 4 – Foi medicado na Assistencia o menor Eurimo, filho de Victorio Esparopau, de 9 annos, brasileiro, escolar, residente a rua Vicente de Carvalho n. 72, que, hoje, ás 14 horas, foi atropelado por uma carroça, na rua acima mencionada.
> O menor recebeu forte contusão no ventre. (A Tribuna. Anno XXXII, n. 279, 5 de janeiro de 1926, p. 1)

As carroças convivem com os bondes de tração animal, eletrificados em São Paulo a partir de 1900.[87] Em Santos, 9 anos depois, o primeiro bonde elétrico ganha a paisagem.[88] O automóvel traz modificações consideráveis na circulação das crianças na cidade. Se vemos nas imagens o corpo das crianças disposto em maiores distâncias daquele dos adultos quando copresentes com os veículos de tração animal, em uma sugestiva independência nesse circular/estar *espaçado*, o bonde e os carros motorizados passam a formalizar a calçada e a rua, o pedestre e o veículo, outras atenções de circulação – donde poderíamos supor a justificativa para que as mãos dadas se tornassem mais comuns ou necessárias nessa relação distal corpo-a-corpo, entre crianças e adultos. Nos anos 1930, o semáforo ganha a paisagem junto com o guarda de trânsito, protagonistas da fotografia [18] juntamente com o bonde e o menino jornaleiro, este cujo corpo "corre solto" pela rua-imagem – caso a reconfigurar nossa afirmação anterior.

87 A São Paulo Light, empresa canadense, ganharia concessão para implementação das linhas de bonde na capital, travando embates com as empresas da Guinle & Co, que exerciam monopólio no cais de Santos. Cf. Saes, 2009.
88 "The City of Santos Improvements & Co. Ltd. ou "a City" como ficou conhecida na cidade a empresa canadense, chegou em Santos em 1881 para administrar os serviços públicos de abastecimento de água, iluminação a gás e transporte de passageiros e cargas sobre trilhos, encampados da antiga Cia. Melhoramentos de Santos. A Cia. encerrou suas atividades em 1967 quando já oferecia serviços em várias cidades da Baixada Santista." (Lôbo, 2004: 72)

[18]

Autoria Desconhecida. Acervo FAMS.

O bonde de tração animal tenciona nosso olhar noutra fotografia em que vemos crianças à direita e à esquerda, na esquina da avenida Conselheiro Nébias com a rua General Câmara, no núcleo histórico de Santos. O modal ocupa o centro do quadro. As linhas oblíquas que o meio-fio desenha conduzem o olhar para o meio de transporte que indica a possibilidade de alcançar pontos mais afastados da cidade. As crianças estão dispersas no quadro: no primeiro plano um menino semideitado, colado à água que se acumula ao meio-fio, pés descalços e sujos, cabisbaixo. Avançando o olhar à direita, num segundo plano, vemos um grupo de cinco crianças; uma delas sentada na calçada, com o rosto escondido pelo vestido de uma das meninas de pé; duas trajam um cobertor em volta de seus ombros. Algumas estão calçadas, outras descalças. Ao percorrer a reprodução da imagem em alta resolução, podemos identificar que uma delas olha para o fotógrafo, enquanto outra parece dirigir o seu olhar para o menino em primeiro plano. Do outro lado da rua, perpendicularmente, vemos um menino acompanhado de um grupo de jovens. Ele traja boina, uma camisa de mangas compridas, calças e tem os pés calçados. Se atravessarmos a rua de novo, veremos outro menino, também negro, descalço, mais ao fundo, conversando com uma pessoa à frente do armazém à direita. Na construção da fotografia, o bonde, tendo já cruzado as esquinas, deixa para trás o ponto de vista do fotógrafo, que ali aciona seu disparador, permanecendo na rua com as crianças cuja imagem nos lega.[89]

89 Embora saibamos que esta imagem foi realizada a partir de um negativo de vidro, o que poderia nos trazer informações importantes sobre o tempo de exposição da imagem e as especificidades da relação do corpo-a-corpo do fotógrafo com os fotografados, dados também pelo formato da câmera, gostaríamos aqui de chamar atenção para o meio-fio e o que ele aciona: outra relação estabelecida entre o corpo da criança, de pose resignada, cabisbaixa, e o chão (se fossemos aproximá-la da imagem "17"). Nessa conexão entre o corpo da criança e o meio-fio, evoca-se imagens da pobreza e do abandono. Nesse sentido, recordamos de um trecho da importante etnografia de Milito e Silva (1995), em que os etnógrafos cotejam suas observações feitas na década de 1990 com as histórias narradas por Hamann, nos anos 1940. Os etnógrafos, então, dizem: "Hoje a pobreza se mostra insolente. O menino de rua, mesmo quando pedinte, se apresenta *arrogante* e coberto de uma autoridade que o permite ser *desagradável* com quem o ajuda. A narrativa de 1942 enfatiza uma pobreza

[19] Autoria Desconhecida. Acervo FAMS.

envergonhada em incomodar as pessoas, agradecida por qualquer migalha, resignada ante as humilhações impostas e, portanto, vitoriosa moralmente frente aos infortúnios da vida" (Milito & Silva, op. cit: 114, grifos nossos). Sublinhamos esse comentário para que seja possível verificar como os imaginários, julgamentos e as apreensões sobre os meninos nas ruas e, especialmente, os "meninos de rua", puderam ser vistos de diferentes formas, em diferentes tempos, não sendo excludentes as visões. Nosso intuito é observar essa presença atentando para a mesma como resistências.

Mais uma nota, esta ocupando maior espaço, com o título "A perversidade de um chauffeur", seguida do bigode "Um menor, duas vezes pizado pelo automóvel, morreu na Santa Casa":

> Muitas e muitas vezes se têm falado no perigo a que se acham expostos os menores que vagueiam pelas ruas, correndo atraz das carroças, pulando nos estribos dos bondes, ou entregues, ainda, a mil outras peraltices e perigos, desses que enchem as ruas, fazendo victimas diariamente.
> Hontem, pouco depois de 18 horas, verificou-se um horrivel desastre, do qual foi victima um menor, que, com outros, brincava perto de sua casa, junto a um automóvel que lá se achava estacionado.
> No facto de hontem, no emtanto, desaparece a peraltice daquele menor – que tem morte horrível – para dar logar a perversidade do motorista do aludido auto, o qual, do dizer de uma testemunho, por duas vezes passou, como seu vehiculo, sobre o frágil corpo da victima.
> [...]
> Na rua Alexandre Rodrigues, em frente ao numero 36, estava estacionado o auto da chapa 29, do qual era motorista Joaquim de Carvalho.
> Junto a este auto brincavam varios menores, entre eles o de nome Armando de Sousa Castro, de 8 annos, com domicilio á rua Visconde de Embaré, 36. O motorista, ponto do auto em movimento, deu, com violência, marcha para traz, colhendo aquele menor, que ficou sob uma das rodas do vehiculo, e, com outra manobra feita pelo seu chauffeur, passou, novamente sobre o corpo do infeliz pequeno.
> Este, em estado desesperador, foi removido para a Santa Casa, onde veio a falecer momentos depois de dar entrada naquele hospital.
> O chauffeur, praticado o crime, fugiu, sendo preso, porém, quando deixava seu automóvel na garage, sendo, então, conduzido para a Central e ali recolhido ao xadrez.
> Do facto tomou conhecimento o sr. Major José Evangelista de Almeida, sub-delegado, tendo, com consentimento desta autoridade, sido retirado da Santa Casa o cadáver da victima, a pedido da família desta. Sobre o facto, na Central, está aberto inquerito. (A Tribuna. Anno XXXIV, n. 159, 2 de setembro de 1927, s/p)

Tais notas se repetem com regularidade, semanalmente, o que tomamos como indicação sobre o modo como o jornal opera como um agente de regulação dos comportamentos, expondo um cotidiano sob constante risco e projetando banalidades cujas proporções se espetacularizam ao ganharem as páginas do impresso – furto de queijo, pedrada, mordida de cão, queimadura em casa, briga entre "menores" ou acidente de trabalho.[90] À nossa leitura, essa agência midiática se explicita como uma espécie de pedagogia de caráter moralizante, a formar e informar os leitores sobre comportamentos adequados e esperados na cidade.[91] As notas são dispostas no jornal com regularidade diária, porém sem paginação definida, agrupadas pelo que se identifica como "assuntos cotidianos". Aquelas que têm crianças como personagens-protagonistas noticiam mormente ferimentos no trabalho e outros causados durante brincadeiras domésticas ou na rua, bem como atropelamentos, fugas e desavenças entre "menores". Algumas notas que encontramos, mais diretamente ligadas à área limítrofe do cais, anunciam meninos perdidos e "fugidos", ganhando espaços da cidade com sua mobilidade a cruzar fronteiras municipais e descer a serra (vindo de Poa, por exemplo),

> Menor que foge
> Á noite, hontem, foi apprehendido pela policia, sendo conduzido á Central, o menor Antonio Lopes, que fugiu da casa de sua família, em S. Paulo. (A Tribuna, ano XXXIV, 4 de setembro de 1927, s/p)

90 Até o momento consultamos apenas números dos anos 1926 e 1927. Jornais de São Paulo consultados também indicam diversos acidentes envolvendo crianças, sendo muitíssimo comum a evasão dos motoristas na prestação de socorro.

91 Não perdendo de vista a restrição ao acesso à palavra escrita e impressa no período, olhamos para o jornal pensando que ali se apresenta uma perspectiva de organização da sociedade. Por realizarmos neste texto um vai-e-vem de imagens, fazendo dialogar diferentes temporalidades, consideramos a distinção entre tal "perspectiva de organização da sociedade" criada pelo jornal no começo do século e aquilo que José Luiz Braga chamaria, contemporaneamente, por "mediatização como processo interacional de referência", ao referir-se ao modo como as mídias (como a televisão ou a internet) operam como "principais direcionadores na construção da realidade social" (2006).

Menores fujões
Um deles, fugido de Campinas, foi preso em Santos
Da casa de seus paes, em Campinas, fugiram, ha dias, os menores Carlos Pacheco, Wilson Costa Rivera e Renato Suriani, ficando estes dois em São Paulo e vindo aquelle para Santos, onde, hontem, foi capturado.
Carlos, que tem 14 annos, sendo levado á presença da autoridade, na Central, ali foi entregue a um irmão, que o reconduziu para Campinas. (A Tribuna, ano XXXII, n. 297, 23 de janeiro de 1926, p. 6)

Menores fujões
Foram presos, hontem, nesta cidade, os menores Waldemar Cortiço e João Cortiço, que se achavam foragidos da casa da família.
Ambos foram recolhidos á cadeia, devendo hoje seguir para São Paulo, afim de serem entregues á familia. (A Tribuna. Anno XXXIV, n. 173, 22 de setembro de 1927. p. 9)

Fugiu da casa da família
Da casa de seus paes, em S. Paulo, fugiu, há dias, o menor Manoel Nascimento, vindo para esta cidade. Hontem, quando este menor vagava, no caes, foi detido pela policia, que o mandará, hoje, para a capital. (A Tribuna, ano XXXIV, 1 de setembro de 1927, p. 5)

Enquanto alguns se acidentam em casa ou nos arredores de seu domicílio (aparecem ali sobretudo os mais novos), outros meninos atravessam distâncias maiores, perambulam, alcançam trechos mais distantes da cidade, ultrapassando suas fronteiras, chegando a subir e descer a Serra do Mar. É curioso que os títulos das notas se repitam número a número do jornal, sendo muito comuns "Menores fujões" e "Menores traquinas", dando a ver uma espécie de classificação a abarcar meninas e meninos de diferentes pertencimentos sociais cujo comportamento deveria ganhar a atenção de seus responsáveis e das autoridades locais. No dia 22 de setembro de 1927, por exemplo, há três notas encadeadas com os respectivos títulos: "Menores fujões", "Menor traquina" e "O fogareiro virou" (A Tribuna, Anno

XXXIV, n. 173, 22 de setembro de 1927. p. 9). O termo "fujão" faz reverberar os anúncios de escravizados fugidos, presentificando os referenciais escravocratas de origem colonial que convivem com a cidade 'republicana' em busca de afirmar-se moderna.

[20]

Sophia Pretzel Waldheim. Acervo Fams.

1.8. 14 anos

O dia 16 de março de 2018 era uma sexta-feira e eu estava a caminho do Banco do Brasil, na rua Quinze de Novembro, no centro de Santos. Sentado no meio-fio próximo à rua Augusto Severo estava Rafael, que me perguntou: "Você gosta de jujuba?", com uma caixa de bala sobre o colo, e me disse o preço: 1 real cada. Conversando um pouco ali com ele, puxei conversa sobre os saltos nas costas da Alfândega. Disse que estava fazendo uma pesquisa sobre brincar nas cidades. Ele estranhou o "brincar" – "eu não brinco mais. Que brincar? agora só quero saber de ganhar o meu dinheiro", disse, com uma entonação exclamativa, estranhando o verbo ligado aos mais novos. E então me contou que "tem um guardinha lá agora. Ninguém mais tá pulando lá... Os guardinhas prendem se for maior de 14 anos. Levaram dois meninos. Agora só brinco lá na quadrinha, que tem perto do Mercado". [o Mercado Municipal, na Vila Nova]

Encontrei-o mais duas vezes: no dia 19 de março de 2018, no Paquetá, entrando numa casa ou oficina, e, depois, no dia 6 de junho do mesmo ano, atrás da Prefeitura. Neste dia, 6, ele estava com uma caixa de engraxate. A presença da caixa destoava na paisagem. Como um objeto de antiquário, a caixa de madeira que remontava às caixas centenárias de engraxates, assistia à passagem de um tênis adidas, enquanto uma mulher passava conectada ao seu dispositivo móvel.

1.9. Nas alturas dos trapiches, na velocidade dos modais

Em 1934, Marcel Mauss apresentava à Sociedade de Psicologia francesa uma comunicação que receberia o título de "As técnicas do corpo" (1974). Neste texto, Mauss menciona diversas técnicas corporais comuns a seu tempo (mas não só), algumas das quais puderam ser notadas a partir da acuidade de suas

próprias experiências, como quando foi soldado durante a primeira guerra mundial. Assim, menciona, por exemplo, as diferenças entre o marchar de franceses e ingleses, cujas especificidades criavam ritmos e propiciavam vantagens a uns ou outros em determinadas circunstâncias; o dormir em pé em lugar da notória e comum posição horizontal, indicando também habilidades asseguradas por certas técnicas do sono; o sentar de cócoras como técnica de descanso; ou mesmo técnicas de mergulho obsoletas, como a que envolvia os nadadores no costume de engolir a água e cuspi-la ,"como espécies de barcos a vapor" (Ibidem: 402), indicando certas variações geracionais gímnicas. Sobre este último costume, Mauss nos diz que, embora "estúpido", conforme sua própria qualificação, tal gesto tornou-se pregnante ao seu nado, não conseguindo desembaraçar-se de tal técnica corporal ao longo de sua vida.

Nesse pequeno texto, temos uma espécie de repertório de gestos e técnicas corporais de diversas culturas, tempos e contextos, envolvendo homens e mulheres, meninos e meninas, de modo a sinalizar que os âmbitos tidos como mais "naturais", como o dormir, o alimentar-se, o reproduzir, o parir, o andar, etc, envolvem hábitos marcados pela educação. Mauss chega a dizer que "tudo em nós é imposto":

> Tudo em nós é imposto. Estou a conferir convosco; vedes isso em minha postura sentada e em minha voz, e me escutais sentados e em silêncio. Temos um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não. Assim atribuiremos valores diferentes ao fato de olhar fixamente: símbolo de cortesia no exército, de descortesia na vida corrente. (Ibidem: 408)

Ao atribuir um forte papel à educação no aprendizado e na continuidade das técnicas corporais, Marcel Mauss também nos faz entrever que a existência de técnicas e sua manutenção enquanto "ato tradicional eficaz" se ligam tanto a certas relações intergeracionais quanto, poderíamos acrescentar, a certas dinâmicas de poder que fazem algumas técnicas preva-

lecerem em relação a outras, naturalizando-se e tornando-se patentes às experiências corporais hegemônicas. Nesse sentido, por exemplo, poderíamos mencionar, junto com Mary del Priore (2012: 239), as técnicas que envolvem a alimentação de bebês. A historiadora menciona que, nas primeiras décadas do século XIX, a passagem da amamentação para a alimentação semissólida operava-se, pelas mães de tradições africanas, com muito cuidado, envolvendo uma técnica de pré-digestão em que os alimentos eram embebidos na saliva materna antes de passarem à boca das crianças, onde chegavam mais próximos de uma consistência pastosa. Viajantes como Ernet Abel, cita ainda a historiadora, "escandalizavam-se" com mulheres escravizadas que alimentavam seus filhos de tal maneira, significando aos mesmos falta de higiene.

Faço essa deriva com o intento de refletir, ao olhar para as imagens compositórias dessa pesquisa, sobre os modos como certos meninos e meninas, ao fazerem suas incursões em territórios da cidade não destinados à presença de crianças, dão a ver certas técnicas corporais que envolvem lidar com velocidades, suspensões, equilíbrios, permanências e outros atos que confrontam expectativas comportamentais, ideais e sentimentais envolvidas na construção social da infância, mormente aquelas que presumem o corpo frágil, obediente ou previsível dos mais novos. Além da confrontação com os ideais, podem envolver, ademais, a reimaginação de certos espaços e equipamentos públicos, dando a ver outras possibilidades do estar espacial-temporalmente nos espaços da cidade.

[21]

Sophia Pretzel Waldheim. Acervo FAMS.

1.10. Repetição, aparições efêmeras?

> Probablemente se necesite outro paso distinto, otra epistemologia para hacer frente a estas manifestaciones irrepetibles e inopinadas que son la fiesta, la creación artística, los sueños, la práctica de lo imaginário que es el juego.
>
> Duvignaud (1982: 16)

[22]

Matheus Tagé

Na fotografia de Matheus Tagé publicada no Diário do Litoral[92], desta vez em 2014, podemos ver novamente jovens mergulhando no chafariz que foi o disparador de nossas reflexões. Os braços suspensos no ar do menino à direta conquistam a altura para o derradeiro mergulho, enquanto os outros se olham

92 Diário do Litoral. Edição nº 5124, ano XIV, terça-feira, 22 de outubro de 2013. Acompanhada da seguinte legenda: "Calor de primavera – grupo de garotos se refresca em fonte em frente à Alfândega, na tarde quente de ontem, no Centro de Santos. Termômetros chegaram a marcar 37º".

sorrindo, possivelmente em dia mais movimentado na região – tendo em vista a quantidade de carros estacionados na proximidade e a data anunciada pelo jornal, uma segunda-feira.

A coragem e o divertimento como valores ligados aos "gestos convocados para diferentes provocações" (cf. Saura, Meirelles & Eckschimidt, 2016) fazem com que o espaço ganhe "valores de expansão": "Desde que um espaço seja um valor – e haverá valor maior que a intimidade? – ele crescerá. O espaço valorizado é um verbo; em nós ou fora de nós a grandeza nunca é um 'objeto'" (s/d: 150). A recorrência de imagens de crianças e jovens ocupando o chafariz dá indícios dessa grandeza e da suspensão festiva que a sua ocupação instaura no chamamento da água ao corpo.

O caso é similar ao dos mergulhos nas águas do estuário, que podemos ver novamente na imagem de Luiz Torres[93], do mesmo ano de 2013 – distando cerca de um mês em relação à precedente.

[23]

Luiz Torres

93 Diário do Litoral. Edição nº 5099, ano XIV, sexta-feira, 27 de setembro de 2013. Com a legenda: "Crianças se refrescam no canal do estuário, ontem à tarde". Ambas as imagens anteriores foram publicadas na seção "Imagem do dia".

Observamos uma recorrência que acontece intermitentemente, a despeito das regras estabelecidas para a ocupação do espaço. Ao passo que recorrem, essas aparições são da ordem do irrepetível, posto que guardam na singularidade do brincar seu acontecimento momentâneo e fugaz. Possuem pouca visibilidade na contextura urbana e insurgem pelas frestas, mostrando-se reatualizadas quando olhamos para imagens de diferentes tempos em que sobretudo meninos negros ocupam a região. Se o brincar é um fenômeno humano universal, humanizador e criador dos espaços, nos caberia pensar por quê especificamente são sobretudo os corpos de crianças negras que vemos atravessar os perigos, se embrenhar em certos espaços não destinados à sua presença, por vezes subvertendo o precário pelo lúdico. Indagamos sobre essa experiência singular de cidade, marcada por constrangimentos materiais e históricos. Ao mesmo tempo, vemos aí uma vitalidade específica capaz de, nesse brincar, humanizar e criar lugares que são negados aos citadinos quando poderiam também guardar "reservas de entusiasmo" e imaginação de outros usos possíveis, outras águas: "as dificuldades do cotidiano, as vicissitudes trazidas pela sociedade global são simbolicamente anuladas por regras que só aquele grupo conhece bem – as regras de um jogo" (Sodré, 2002: 138-9).

Ao afirmarmos a potência lúdica de certas incursões, não buscamos substituir estereótipos negativos (tais quais comentávamos anteriormente ao mencionar o que chamávamos por "espectros da carência, da delinquência e do abandono") por outro positivo, como "mecanismo de controlar imagens" (Collins recupera os termos de King e Gilkes quando fala sobre a representação das mulheres negras, 2016: 103). Chama-se a atenção para as *repercussões* geradas pelas mesmas e para o fato de que, nos espaços tidos hegemonicamente como impróprios, pode resistir uma espécie de topofilia: um valor humano dos lugares ocupados, proibidos por forças adversas, mas também investidos de afeto.

1.11 Políticas públicas e poéticas públicas: uma "fonte luminosa para crianças"

Em dezembro de 2019 foi inaugurada uma fonte luminosa na Ponta da Praia, voltada ao lazer de crianças. Em uma área próxima ao início da faixa de areia onde há maior circulação de banhistas e frequentadores da orla, entre os canais 6 e 7, a fonte passou a funcionar com os seus jatos verticais de água, aleatoriamente disparados ao mesmo tempo em que luzes coloridas acendem desde a sua base. A fonte fica em uma região privilegiada em equipamentos públicos e espaços devotados às crianças: não dista muito do parque Rebouças, ao qual nos referimos no item 2 deste escrito, além de de outras pequenas praças e da fonte do Sapo, entre os canais 6 e 5, onde crianças de gerações (sobretudo as de classe média) a circundam com seus patinetes, patins, skates, bicicletas e outros brinquedos. Sua construção faz parte de um conjunto maior de intervenções urbanísticas no bairro através do projeto "Nova Ponta da Praia", descrito como "a maior parceria entre o poder público e o setor privado da história de Santos".[94] Na página oficial da prefeitura, no dia 7 de janeiro de 2020, informava-se o horário de funcionamento da "fonte interativa"[95] e, ainda de acordo com o site, os intervalos na programação da fonte

> são necessários para que o sistema seja recomposto com segurança, garantindo a qualidade da água.
>
> Para atender à demanda, a fonte dispõe de um tanque subterrâneo com capacidade de 20 mil litros. Toda a água (não potável) é tratada com cloro e sistema de raios ultravioleta para eliminação de microrganismos.[96]

94 https://www.santos.sp.gov.br/hotsite/nova-ponta-da-praia, último acesso em 18.06.2020.
95 de quarta à segunda-feira, das 9h às 10h30; 16h às 17h; 17h30 às 18h30; 19h às 20h; 20h30 às 21h30 e das 22h às 23h. https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/fonte-interativa-na-orla-de--santos-tem-horarios-definidos-de-funcionamento, último acesso em 18.06.2020.
96 Idem, ibidem.

A existência da "fonte interativa" nos chama a atenção por estar em área cujas possibilidade de lazer e fruição, sobretudo no contato com a água, estão asseguradas pela proximidade com o mar aberto. Esta proximidade, contudo, não parece ter tirado o interesse das crianças pelo equipamento/brinquedo: nas imagens coletadas no site da prefeitura e naquelas decorrentes de algumas observações feitas durante o mês de fevereiro de 2020, se vê as crianças apropriando-se e usufruindo da fonte, correndo atrás dos jatos d´água em busca de ativá-los, buscando compreender sua lógica de abertura e fechamento, jogando com a força da água, sentindo-a brotar do chão simplesmente paradas ou experimentando o corpo e o encontro de corpos em contato com essa materialidade.

A existência de tal equipamento/brinquedo em área privilegiada da cidade contrasta com as possibilidades do espaço disponíveis nas imediações do centro histórico, como no bairro Paquetá, na área central, e se replica em outros espaços sem atenção às especificidades locais, como no caso da zona Noroeste, de que falaremos adiante. A presença de meninos e meninas nestes trechos da cidade, contudo, pode nos indicar a necessidade de um olhar para os usos dos espaços por crianças como uma importante pista para as políticas públicas para infâncias, além de para a sua descentralização das áreas tidas como "mais nobres" da cidade. Apontamos para a necessidade de políticas públicas que sejam construídas com diferentes crianças na observação de suas incursões, daquilo que demonstram *precisar* ao brincar. Seguimos com Ferreira-Santos e Almeida (2019), quando dizem que

> Ao lado das tradicionais políticas públicas, aqui o predomínio do anthropos, isto é, da noção de pessoa, nos direciona às poéticas públicas. Caberia reformular o papel do Estado, de pai autoritário, líder patriarcal e provedor quase "divino" (...) a elemento democrático de criação, manutenção e conservação de espaços públicos, para que as poéticas públicas possam exercitar as alternativas mais adequadas às realidades comunitárias. Cabe ao Estado garantir os espaços, mas não determinar o que será realizado nos espaços públicos e sociais. (2019: 11)

Compreendemos que as políticas públicas deveriam atinar para uma participação democrática em que as dinâmicas de criação, desde um cotidiano vivencial, fossem consideradas e valorizadas. Pensar as políticas públicas não voltadas para a determinação dos usos dos espaços, mas para a garantia dos lugares "para que as poéticas públicas possam exercitar as alternativas mais adequadas às realidades comunitárias" (como anteriormente citado) torna-se importante não apenas para a qualificação de espaços ocupados na cidade, mas para "uma maior experiência dos mecanismos de participação democrática" (Idem, ibidem) que se liguem à própria democraticidade do viver urbano.

Hoje torna-se patente o favorecimento de recursos voltados a crianças no "balneário" em detrimento da escuta de meninas e meninos em suas implicações urbanas em outros espaços da cidade, notadamente no eixo centro histórico-Zona Noroeste ou os Morros. Cabe registrar que a fonte instalada, apropriada por diferentes crianças, nos mostra também a capacidade dos espaços públicos "qualificados" convocarem à brincadeira, ativando e produzindo brincares – mesmo que em espaços privilegiados, presentes nos cartões postais.

Vale ressaltar, ademais, que foi inaugurada posteriormente outra fonte luminosa, desta vez na Zona Noroeste da cidade, mais precisamente no Jardim Botânico, local referencial do lazer no bairro Bom Retiro. No Jardim Botânico a fonte ganha a especificidade de estar dentro de um equipamento público, diferindo do tipo de relação estabelecida com um entorno anteriormente não destinado à finalidade estrita do brincar (embora fortemente vinculado ao lazer). Pode-se dizer que a presença da fonte no espaço livre e aberto transformara o próprio espaço dando maior visibilidade pública ao brincar. Seria possível afirmar que se concentra no Jardim Botânico os

equipamentos projetados e em melhor estado de conservação destinados às crianças na Zona Noroeste, sendo separado do seu entorno por um obstáculo murado. Nesse sentido, pensamos que a presença da fonte apresenta especificidades quanto à capacidade de mediação e formação de novos espaços públicos que enalteçam o brincar, restringindo-o ao espaço murado do Jardim Botânico.

Com efeito, as fontes e chafarizes nos levam a uma iconografia peculiar das infâncias urbanas e sua relação com as águas, não apenas no Brasil – embora aqui ganhe dimensões simbólicas específicas. Suas apropriações por crianças e jovens nos levam a uma deriva ou devaneio que abre espaços para imaginar outras possibilidades de fruição dos espaços da cidade.

[24]

Juliana Siqueira

2. SEGUNDO PERCURSO

> El caminante en el laberinto, quedándose con el mundo e respondiendo a sus llamados, avanzando donde otros estuvieran antes, puede seguir yendo, sin comienzo ni fin, lanzándose dentro del flujo de las cosas. (...) El precio de la presencia es la vulnerabilidade (...)
>
> Tim Ingold (2018B: 193)

> ... o mundo é uma 'floresta de indícios' onde se dissimula um real cuja busca o [a] alimenta. O [A] pesquisador [a] é o homem [a mulher] do labirinto em busca de um improvável centro.
>
> David Le Breton (2016: 13)

2.1. Deslocamentos

Se até agora buscávamos nos aproximar de certas poéticas espaciais e práticas brincantes a partir de um gesto que nos levou a indagar sobre as ocupações e apropriações de crianças num trecho específico da cidade, em diferentes momentos históricos, nos deslocamos agora para outro ponto de Santos. Do centro à zona noroeste, tomamos um ônibus no terminal e nos implicamos de diferentes maneiras nesse território: encontrando crianças de diferentes idades, observando como se engajam onde vivem com o seu brincar; conversando com meninos e meninas; indo a outros arquivos em busca de imagens que pudessem nos indiciar os modos de sua ocupação em diferentes tempos nessa área, conhecida por sua periferização que corta a cidade como um apartheid ambiental (cf. Maricato 1996: 57; Fix, 2007: 17), opondo leste a noroeste do município. Diferentemente de nossa primeira prática do olhar, dada no centro histórico a partir de "apercebenças" provocadas pelo nosso vagar "desendereçado" (Simões, 2008), encontros pontuais e imagens, desta vez também partimos intencionalmente em busca de conversar com meninos e meninas que nos fizeram pensar nas dinâmicas da cidade e na presença do brincar a céu aberto. Esse movimento foi simultâneo à busca por imagens, primeiramente aquelas que retratavam meninos e meninas nadando na maré do rio dos Bugres e nos canais próximos à Vila Gilda.

Num primeiro momento, quando recorremos à lupa, pudemos localizar nas imagens do centro histórico a presença de meninas e meninos em diferentes tempos – enredando-as textualmente e nos implicando em uma deriva para pensar tais presenças. Este movimento, anacrônico, não deixou de considerar que os espaços-tempos nos quais as fotografias insurgem possuem também sua historicidade – muito embora não fosse o nosso objetivo buscar uma espécie de reconstituição ou conformar uma pesquisa histórica, mas realizar uma articulação a partir da convocação aberta pelas imagens.[97] Este gesto com as imagens orientou um percurso de estudo e se encaminhou no sentido de uma espécie de "montagem invertida"[98]. Ao nos dirigirmos para a Zona Noroeste e, mais especificamente, para as imediações do rio dos Bugres e do Morro do Ilhéu, fomos impelidas a buscar por fotografias no acervo do jornal A Tribuna, encontrando imagens realizadas entre o final dos anos 1970 e 2000. São imagens de outro tipo (sobretudo retratos em médio plano, planos gerais e grandes planos gerais) e período, que focalizam as ações de meninos e meninas em situações imprevistas, por assim orientarmos nossa busca. Vinculam-se mormen-

97 "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo". Benjamin (1985: 224)

98 Em cinema se diz que a montagem é invertida quando rompe com a cronologia, fazendo uso de flashbacks e flashforwards.

te a matérias que abarcam questões como enchentes, poluição, abandono e outros aspectos problemáticos ou negativos costumeiramente associados à região e a seus bairros.

Os problemas identificados hoje nesta parte da cidade estão intimamente ligados ao processo histórico de sua formação, marcado pela industrialização da Baixada Santista e pelas insuficientes políticas públicas interessadas no atendimento de demandas locais, sobretudo habitacionais. A Zona Noroeste de Santos tem sua formação e loteamento no final da primeira metade do século XX, embora pudéssemos remontar, como marcos de sua ocupação, à construção do Matadouro da cidade, inaugurado em 1916, ou, recuando bem mais no tempo, à construção do Engenho dos Erasmos no século XVI – hoje monumento nacional e Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. De acordo com alguns estudos que consultamos (Gomes & Ghoubar, s/d; Fabiano & Muniz, 2010), o processo de ocupação e urbanização da Zona Noroeste santista se intensifica desde os anos 1950, quando migrantes oriundos principalmente da região nordeste do país são atraídos pelo pólo industrial que crescia na região de Santos-Cubatão.[99] César Augusto da Silva (2014) chama a atenção para o fato de que "no primeiro zoneamento de uso do solo da cidade, trazido pelo Código de Obras de 1945, toda a orla da cidade já era classificada como Zona Residencial, refletindo sua relativamente densa ocupação. Nesse momento a Zona Noroeste ainda era considerada como uma área rural." (2014: 97-8)

99 Conforme Morell et al (2015: 128): "O município de Santos e, mais tarde, o de Cubatão aglutinaram, historicamente, os setores dinamizadores da economia do território com o Porto de Santos e o Complexo industrial de Cubatão seguindo a lógica dos fundamentos econômicos instituídos a partir dos anos 1950, no País. A partir desse período, há uma oferta de postos de trabalho na construção física da planta industrial, e a ampliação das atividades portuárias concomitante à expansão da rede modal de transporte, nesses municípios, impulsionou migração importante em busca de trabalho e renda. Esses novos trabalhadores, muitos provenientes de comunidades rurais, que vieram contribuir para a solução de necessidades de um mercado emergente, construíram suas precárias moradias em terrenos situados em áreas não urbanizadas, não valorizadas pelo mercado imobiliário formal, áreas formadas nas periferias e morros centrais da área peninsular de Santos e nas encostas da Serra do mar, em Cubatão."

[25]

Anésio Borges

De acordo com pesquisa realizada por Rejane Maria Martins Buch e Andréa de Paula e Silva Coutinho (1994)[100],

> as migrações que se intensificaram no final dos anos 50 são reflexo da disparidade entre as áreas rurais e as urbanas: o desenvolvimento de uma se opera em detrimento de outras. (...) A Baixada Santista a partir da década de 50 vai sofrer profundas modificações no plano econômico, político, social e cultural. Ocorre a ampliação da hidrelétrica Henry Borden em Cubatão, com a construção de sua unidade subterrânea: a cidade de Cubatão se prepara para receber o pólo industrial. Inaugurou-se a Rodovia Anchieta, facilitando a comunicação terrestre entre Planalto e Litoral, pois há algum tempo o Caminho do Mar ou Serra Velha encontrava-se saturado. A cidade de Santos enfrentou novo clico de expansão, caracterizado pela atividade do turismo, que logo desfaz o perfil da Orla da Praia, ocupada pelas casas dos antigos barões do café, que vão ceder seu espaço para os edifícios de apartamentos. A construção civil, [a] atividade portuária que neste momento volta-se para a exportação de bananas e o pólo industrial de Cubatão servirão como atrativo para a fixação na região, de fluxos migratórios, uma vez que a oferta de empregos era bastante generosa. O contingente populacional que busca emprego e moradia na Baixada Santista se fixará nas regiões de periferia dos centros urbanos, uma vez que a renda dessas famílias é baixa, não permitindo que residissem em áreas providas de infra-estrutura e equipamentos públicos. (...) O contingente migratório também se fixa nos morros, no bairro do Paquetá e Vila Nova, além dos bairros da Zona Noroeste, que em pouco tempo transformam-se nos mais populosos da cidade. (Ibidem: 2)

Hoje composta por 14 bairros (Alemoa, Areia Branca, Bom Retiro, Caneleira, Castelo, Chico de Paula, Ilhéu Alto, Pi-

100 O material encontra-se na pasta temática intitulada "Bairro da Vila Gilda", do acervo da FAMS. Trata-se de trabalho organizado pela Secretaria do Meio Ambiente, no qual se vê a data de 1994 e a seguinte identificação na capa: "Educação ambiental – Dique do rio dos Bugres. Módulo III. Processo de ocupação do Dique".

ratininga, Rádio Clube, Saboó, Santa Maria, São Jorge, São Manoel e Vila Haddad) e com população estimada em 100 mil pessoas (Mendes et al, 2014), na zona Noroeste localiza-se o Ilhéu Alto e o Rádio Clube, cujas ruas procuramos percorrer com o intuito de nos indagar sobre a intensa e constante presença de meninos (sobretudo) e meninas nesse território. Esses bairros, embora vizinhos, possuem características muito diferentes. Em nossas caminhadas no Rádio Clube, seguimos pela Vila Gilda, de onde percorremos o Caminho da Capela, passamos pelo Caminho São José e Caminho São Sebastião, cruzando a Vila Telma e alcançando o Mangue Seco – caminhos que dão acesso às palafitas, considerados pertencentes aos bairros limítrofes, como o Rádio Clube, Bom Retiro e Castelo. Ao conhecer crianças moradoras do Ilhéu Alto, constantemente descemos de lá, com elas, até o Mangue Seco, pelas trilhas do morro.

O Ilhéu Alto, que antes fazia parte do Bom Retiro, passou a ganhar estatuto de bairro com a lei de uso do solo de 2011, e é habitado por famílias que vivem em um conjunto popular construído pela CDHU desde o final dos anos 1990.[101] Já o Rádio Clube tem características muito diferentes. É o bairro mais populoso da zona noroeste e possui áreas de extrema vulnerabilidade, como é o caso da Vila Gilda (onde estão os Caminhos anteriormente mencionados), áreas de favelas sobre palafitas em que é notável a presença do tráfico. Se no Ilhéu Alto percorremos principalmente o trecho da quadra do conjunto habitacional até as chamadas (pelas crianças) Lagoinhas, no sopé do morro (onde fica o Mangue Seco), percorremos também outros

101 Conforme nos esclarece uma matéria de 2011, "o novo núcleo santista começou a ser formado há pouco mais de 20 anos. Em 1990, cerca de 300 pessoas *invadiram* [sic] uma área particular de 149 mil metros quadrados no topo do Morro do Ilhéu. O movimento tinha por objetivo reivindicar áreas para moradias populares. A ação funcionou e oito anos depois a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) inaugurava os primeiros dos 504 apartamentos do local." Grifo nosso. Cf. http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b96.htm Último acesso em 15.09.2020. É importante dizer que em nossas pesquisas no arquivo do jornal A Tribuna, encontramos diversas imagens que retratavam movimentos de luta por moradia na Zona Noroeste, incluindo fotografias em que as crianças são protagonistas.

trechos da Vila Gilda, onde observamos e conversamos durante seis meses[102] com meninos e meninas, fosse mergulhando em certo trecho da maré, ao qual chamam por Prainha ou Marruquinho, fosse brincando nas adjacências dos Caminhos. Os Caminhos, a quadra do Morro do Ilhéu, as Lagoinhas do Mangue Seco, a Prainha e o Areião foram os lugares preferenciais onde observamos, interagimos e conhecemos crianças cujo brincar trouxe novas interrogações ao nosso estudo. Seria possível dizer que passamos de um falar de longe (marcado pelas buscas nos arquivos e pelas observações não participantes geradoras das fotografias inicialmente apresentadas) a um estudo que buscou um "falar próximo" (cf. a perspectiva de Trinh Mihn-ha em Grunvald, s/d), deslocando paulatinamente um conhecer-sobre para um conhecer-com-o-grupo (Santos, 2020: 227).

A presença constante de grupos de meninos (principalmente) e meninas nos espaços livres dos bairros chamou-nos a atenção e nos levou a uma aproximação das/dos mesmas/mesmos a partir de nossa presença reiterada, de uma a três vezes por semana, durante seis meses. Descendo do ônibus ora na Praça Jerônimo La Terza, ora na Avenida Vereador Álvaro Guimarães, adentramos a Vila Gilda em nossas caminhadas até chegar aos pontos mencionados. A partir da nossa presença nesses espaços foi possível travar contato com diferentes crianças, buscando depreender como suas práticas brincantes produzem os lugares, práticas estas que envolvem não apenas o brincar não dirigido por adultos, mas também jogos que envolvem a organização por e a participação de adultos em relação às regras, como o caso dos jogos de futebol no Morro do Ilhéu Alto, onde há a presença de um treinador para um time organizado, o Dínamo. Priorizamos, contudo, em nossas observações e conversas, as práticas brincantes que, acontecendo sem supervisão adulta, desdobram poéticas espaciais não dirigidas.

102 Dezembro de 2019, janeiro, agosto, setembro, outubro, novembro de 2020.

Buscamos, assim, levantar alguns elementos para a reflexão sobre a relação entre práticas brincantes e poéticas espaciais.

Esse olhar para as práticas brincantes nos levou novamente à produção e à procura por imagens que nos permitissem a depuração do olhar para suas presenças nessas áreas, pensando sua aparição e apercebenças em diferentes tempos. Em estudo anteriormente mencionado, Buch e Coutinho (1994) coletam diversos depoimentos de moradores do Dique Vila Gilda, que contam suas histórias de vida no local desde pelo menos a década de 1960, recuperando a própria história das obras de construção dos diques e canais na região, que remontam ao ano de 1946 prolongando-se pela década de 1950, protagonizado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento em parceria com a Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista). Os Diques do Rio dos Bugres, vale frisar, visavam a "implantação de atividades agrícolas próprias de solo úmido e para conter as cheias provocadas pelo Rio dos Bugres que inundavam os bairros das imediações"[103]. Dentre os depoimentos citados no estudo, há também a escuta de algumas crianças. Pedimos a paciência do/a leitor/a para transcrever esse excerto, rico para acessar práticas brincantes de meninas e meninos no contexto do estudo realizado pelas autoras:

> Sandra e William, com cerca de 9 anos respectivamente, são moradores do Caminho São Sebastião.
> Numa de nossas primeiras visitas ao Dique os encontramos brincando de "amarelinha".
> No entanto, não se tratava de um tipo comum do jogo, mas uma variação à qual Sandra chamou de "rasteirinha": você joga a pedrinha no chão, daí você vai chutando a pedrinha pelas casas (são dez, ao todo) – ganha quem chegar até a última casa que é o céu, sem colocar a outra perna no chão, pulando de casa em casa.
> Ao que tudo indica, a rasteirinha é bastante popular entre as crianças, pois logo que Sandra começou a praticá-la foi cercada por outras crianças (quase todas da mesma idade). A amarelinha, incrustada no chão de terra batida, permanece em frente à Rádio do Dique, sempre pronta para distrair a criançada do Caminho São Sebastião.
> Um pouco mais adiante, numa outra tarde ensolarada e bastante quente, encontramos um grupo de crianças mergulhando no canal. Não havia nenhuma preocupação com a água suja. Todos se divertiam muito, com um pedaço de prancha de isopor e uma bola de futebol.
> Aliás, a cor da água para essas crianças, é marrom, em seu universo, as margens do canal, são local para se brincar com caranguejinhos e descansar após o banho. A sujeira apenas outros olhos a enxergam.
> Essas crianças nasceram nas palafitas, frequentam e brincam de esconder nos becos e nem se dão conta da precariedade das "passarelas" que dão acesso às casas que estão dentro da "maré". Izidinha nos contou que quando tinha 3 anos, estava brincando e caiu na maré: "não morri, não fiquei doente, só fiquei com medo".
> Há pouco tempo, duas crianças (de 2 e três anos respectivamente), caíram no rio do Bugre, ambas não sobreviveram.
> Algumas aprendem a lidar com as canoas, saem para pescar com seus pais, pescam ali próximo. Elas presenciam a agonia do mangue, que dia a dia cede lugar para o lixão do Sambaiatuba e para novas palafitas, na margem oposta do Rio do Bugre. (Ibidem: 8)

Nas considerações finais do estudo citado, encontra-se uma fotografia que retrata uma menina sobre as palafitas. A publicação à qual tenho acesso é uma cópia xerox de má qualidade, mas é possível ver que, no retrato vertical, uma menina em primeiro plano fita a câmera. Neste enquadramento, se vê um trecho do beco se estender ao fundo, e os barracos laterais. No estudo, essa imagem é acompanhada da seguinte legenda: "A falta de espaço para o lazer – as crianças convivem com o perigo, *mas nem por isso*, deixam de sonhar" (grifo nosso). Na sentença, a escassez, a falta de espaço para o lazer e a convivência com o perigo são postas em relação de tensão com a própria

103 Educação Ambiental – Dique do Rio dos Bugres. Módulo I: aspectos geográficos e ambientais. Prefeitura Municipal de Santos: Secretaria do Meio Ambiente, DPRN, 1994.

capacidade sonhadora das crianças, tensão deduzida da expressão "nem por isso as crianças deixam de sonhar". Poderíamos dizer que a frase faz oposição a um determinismo segundo o qual uma vida marcada pela precariedade extrema estaria condicionada e restringida em seu sonhar.

Mas se entendermos que o sonho é justamente a dimensão do que movimenta o humano pelos caminhos da imaginação, cria imagens e cria o mundo lançando-nos ao futuro das coisas possíveis e de nós, se entendermos que "a imaginação tenta um futuro; ela é um fator de imprudência que nos afasta das pesadas estabilidades", não seria justamente pelo sonhar que afirmaríamos nossa não-subsunção à positividade do espaço, transformando-o constantemente em espaço vivido com "todas as parcialidades da imaginação"? (Bachelard, s/d :18) Se o sonho humaniza o espaço e se as crianças, ao brincarem, situam-se no sonho, fica-nos a pergunta: que lugar é esse que a criança nos apresenta ao brincar?

[26]

Alberto Marques

2.2. Ponto final: praça Jerônimo La Terza

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.

Frei Betto

Para chegar ao Rádio Clube, tomo um segundo ônibus no terminal de Santos, ao lado da rodoviária. Desta vez, saio do canal 7. Da orla ao centro e do centro à Zona Noroeste, a paisagem vai mudando consideravalmente, sobretudo depois da passagem pelos morros. Passa-se dos jardins lineares à pouca arborização, da iluminação pública planejada aos tênis pendurados em cabos de alta tensão. Alcança-se uma cidade marcada pelas baixas construções, casas populares, comércio centrado em algumas vias e uma circulação de pedestres que por vezes pode avançar pela rua, dada a baixa velocidade dos carros. O ônibus passa por um dos pontos turísticos da cidade, o Jardim Botânico Chico Mendes, no Bom Retiro, antes de estacionar no bairro destino, vizinho, o Rádio Clube.

O ponto final, onde desço, fica na praça Jerônimo La Terza, praça circular rodeada por ônibus, que conta com quadra de futebol, parquinho, bancos e mesas de concreto que um dia quiseram acolher jogos de pingue-pongue. Em termos de sua conservação, a praça não se encontra em bom estado, e a quadra tem as cestas de basquete quebradas, com vãos abertos no gradio que a circunda – mostrando-nos as passagens conquistadas para nela adentrar. A arborização é quase inexistente.

Essa chegada ficaria marcada por um dia de andanças, 6 de fevereiro de 2020, quando as mesas de pingue-pongue eram subvertidas por outro uso: as meninas brincavam ali do que chamam de "pega-pega alto". A brincadeira consiste em estar sobre as mesas, com uma pegadora posicionada entre elas, na altura do chão.

[27]

Juliana Siqueira

As meninas saltam de uma a outra superfície, tomando cuidado para não serem pegas. Para que escapem, precisam se articular nos saltos, iludindo a pegadora de sua passagem, distraindo-a de uma à outra saltadora para atingir a mesa oposta. Nesse dia, conversei rapidamente com um grupo de oito meninas, entre cinco e treze anos, que me apresentaram à brincadeira. Estavam todas juntas sobre as mesas de pingue-pongue, conversando. Atrás delas, na quadra, apenas meninos jogavam bola. Perguntei a elas se alguém brincava no rio, ali próximo. Uma delas, das mais novas, disse que sim. Rapidamente fomos surpreendidas pela expressão de uma das meninas maiores: – Você mergulha ali?

Exclamou a pergunta com um tom de repreensão, deixando a pequena um pouco constrangida.

2.3. Na maré

Dessa vez não estou sozinha. Encontro com um amigo, que me acompanha em uma caminhada pelas imediações da Vila Gilda. Nosso ponto de encontro é o Arte no Dique.[104] Embora não conheçamos os becos, sabemos da grande extensão das palafitas. Dali, de frente para a outra margem do rio, avistamos o município vizinho, São Vicente, paisagem também marcada pelos barracos. Não podemos dimensionar essa extensão com os próprios olhos, sequer a vista do Morro do Ilhéu assim permite. No caminho São Sebastião, vemos crianças brincando de pipa; com objetos não estruturados, pedra e linha; com água, dentro de uma pequena bacia em frente à porta de casa; bola; bicicleta... Uma menina, de patins, tem num pé um roller, no outro, um quatro rodas tradicional. Equilibra-se, e vai. Tomamos uma rua estreita e curta, em frente a uma pequena praça, por onde há um campinho em que meninos pequenos jogam futebol, até chegar ao ponto mais acessível da maré. Ali, algumas embarcações estão estacionadas. Este seria o meu lugar de encontro com um grupo de crianças, parte delas moradoras próximas à essa área limítrofe entre o Caminho São Sebastião e a Vila Telma, por elas chamada de Prainha ou, mais comumente, Marruquinho.[105]

Na tarde de 29 de janeiro de 2020 há ali um grupo de quatro meninos. Além de seus próprios corpos, eles dispõem de alguns instrumentos: um pedaço de isopor, um pedaço de outro material flutuante (com aparência da parte dianteira de uma prancha de surfe) e um pedaço de madeira, que lhe serve como remo. Os barcos estacionados funcionam como plataforma para saltos ou como local de pausa e observação. Um dos meninos, fotografado em primeiro plano (aqui não apresentado), olha diretamente para a câmera e dedica-se mais à remada

104 Sobre as ações do Instituto Arte no Dique, cf. o trabalho de Toledo (2007).
105 Segundo nos explicam as crianças, este é o nome da pessoa que "abriu o areião", dando nome também ao lugar. Frequentamos ali nos meses de janeiro de 2020 e de agosto a novembro deste mesmo ano, em encontros semanais.

sobre um pedaço de isopor. Desde o fora-de-campo da imagem, é sabido que o menino sorri um sorriso tímido, mas demonstra satisfação ao ser convidado a sair na foto, quando perguntado sobre a possibilidade de ser registrado com seu remo, pela câmera. Ele pausa um pouco mais o seu movimento, pousando diante do celular. Ficamos ali, conversando com os pescadores, que comentam pegar tainhas, enquanto observo os garotos em seus pulos, mergulhos e remadas.

Embora as imagens que dali fizemos não apresentem contrastes formais, se olhadas com mais minúcia, a presença nos meninos no rio pode ser contrastada pelo último plano, em que construções precárias aparecem, margeadas por dejetos e entulhos. Constatar que pessoas moram a essa distância das águas implica-nos em considerar as condições de vida que ali se encontram para todas/os, moradoras/es, animais, o próprio rio. O gesto das crianças, contudo, nessa habitação tradicional das águas, atualiza em nós imagens de outros rios e de infâncias caiçaras em uma relação vital com essa matéria. Esta foi a primeira das muitas vezes em que vimos meninos nadando na maré, em intimidade com o rio.

[28]

Juliana Siqueira

Como anteriormente dito, é sabido que essa área passou a ser ocupada nos idos dos anos 1950, momento em que o pólo industrial da região começa a crescer, atingindo maiores recursos nos anos 1970, sobretudo com o crescimento da indústria na cidade de Cubatão. Com a construção de um dique no Rio dos Bugres, famílias migrantes (Toledo, 2007: 78) passam a se instalar na região, começando uma ocupação que tomaria grandes proporções: por fontes de informação diversas, temos conhecimento de que apenas na região da Vila Gilda moram atualmente mais de 6 mil famílias – o que contribui para tornar o Rádio Clube o bairro mais populoso de Santos (Fabiano & Muniz, 2010). Esse dado, contudo, carece de precisão. Recolhemos números dos anos 1980 que afirmavam haver ali cerca de 20 mil pessoas vivendo sobre as palafitas.[106] Hoje, no site do Projeto Arte no Dique, lemos: "O Dique da Vila Gilda, à margem do Rio Bugre, reúne mais de 22 mil pessoas vivendo sobre o mangue: são quase 3,5 mil famílias que se aglomeram em barracos, distribuídos em uma área de mais de quatro quilômetros de extensão"[107].

Durante nossa pesquisa buscamos por informações sobre a população residente no Dique da Vila Gilda em diversos órgãos e seções municipais. Primeiramente recorremos ao IBGE, cujo último censo se realizou em 2010. Também buscamos por dados na Cohab (Companhia de Habitação da Baixada Santista), Sub-prefeitura da Zona Noroeste, Secor (Secretaria de Comunicação e Resultados), Sedurb (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) e Cogesuas (Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social), nesta ordem, por encaminhamento de um a outro setor, sem que fosse possível obter informações mais atualizadas. A dificuldade em acessar dados a partir de órgãos competentes indica, ao nosso ver, certo ocul-

106 A Tribuna, ano LXXXIX, n. 301, Santos, quinta-feira, 20 de janeiro de 1983, p. 1.
107 https://www.artenodique.com.br/instituto-artenodique. Último acesso em 18.05.2021.

tamento à alarmante questão habitacional da região, tornando aquele espaço insondável ou não representável.[108]

Os dados do IBGE, aos quais tivemos acesso pelo SIDRA (Sistema IBGE de recuperação automática), podem ser vistos ao final desse material, na sistematização em anexo. Por esses índices, somando-se a população moradora do Caminho da União, Caminho da Capela, Caminho São Sebastião, Caminho São José, Vila Telma e Mangue Seco, chega-se ao número de 13,605 moradores. Outras informações relevantes para nossa compreensão das questões habitacionais e sanitárias da região puderam ser obtidas através da pesquisa de Andrea Gomes, realizada no final dos anos 1990, e também pela pesquisa de Valéria Diniz Toledo, finalizada em 2006. Esta recupera os dados do Grupo de Pesquisas Urbanas e Sociais (GRUPUS) da Universidade Católica de Santos, que produziu o estudo "O Grão do Trigo – mapa da exclusão/inclusão da Região Metropolitana da Baixada Santista", datado de 2004. Toledo também se utiliza de dados de 2006 do SIGGeo (Sistema de Informação Geológica Georeferenciada), empresa então contratada pela Cohab-Santos para execução do levantamento populacional das áreas periféricas da cidade.

A Vila Gilda é mencionada como a maior favela sobre palafitas do Brasil. Alguns a referem como a maior da América Latina. Enquanto tal, tem na precariedade da habitação e de saneamento seus problemas estruturais mais graves. Dejetos são muitas vezes descartados diretamente na maré, trazendo grandes implicações para a saúde de todo um ecossistema do qual as/os moradoras/es são parte.[109] Embora tais comentários não sejam desconhecidos, o reiteramos para então abrir outras possibilidades para o olhar para a presença de meninas e meninos nas águas da região, que nas imagens resta.

108 As buscas antecederam as eleições municipais de 2020.

109 No anexo, destacamos os locais do Dique em que há maior registro de despejo de dejetos humanos diretamente na maré, segundo o censo de 2010. No Caminho São Sebastião, onde está o Marruquinho, do total de 1264 domicílios contabilizados, 1095 lançam os dejetos no rio.

Nos anos 1980, mais precisamente no dia 20 de janeiro de 1983[110], 36 anos antes da data da foto anterior, pôde-se ver seis fotografias acompanhando uma matéria do jornal A Tribuna. Em cinco delas aparecem crianças, e, dentre as cinco, em quatro são elas as protagonistas das imagens. Em uma delas, o rosto de duas crianças emerge das águas e conseguimos ver que a criança mais atrás abre a boca – afirmação que nos diz pouco, pois a qualidade da imagem, no jornal, não permite melhor visualização, mas convida à suposição de sua expressão nessas águas diante da câmera – enquanto a outra, num plano mais próximo do espectador, olha diretamente para o fotógrafo, dando indícios de seu olhar a atravessar a imagem, que nos alcança. As águas se movimentam nessa presença em circunferências que se formam a partir dos corpos submersos. Atrás delas, se vê uma vegetação à margem do rio, assim como algumas casas com algum recuo do mesmo – construções simples, com telhados de cerâmica. Ao centro, um varal carrega roupas brancas, legando à imagem maior intimidade na retratação de vizinhança com o espaço doméstico, apresentado na íntima relação com as águas. Indica-se, ademais, a proximidade com a outra margem do rio, de onde o fotógrafo aciona o disparador.

Dentre as imagens da matéria há um retrato em primeiro plano e ângulo fechado, no qual se vê cinco meninos sem camiseta. A ausência do vestuário nos remete às palavras de Conceição Evaristo, quando diz, em um de seus contos: "Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos" (2016). Por estarem sem camiseta, podemos supor aí certa disposição sensorial com o espaço aberto, num dia de calor. Parcialmente despidos, na intimidade com o espaço livre, os corpos magros aparecem sorridentes, próximos uns dos outros, olhando diretamente para quem os fotografa. Nessa dis-

110 A Tribuna, ano LXXXIX, n. 301, Santos, quinta-feira, 20 de janeiro de 1983, pp. 1, 12-13.

posição dos fotografados, na relação menos distanciada com o fotógrafo, estabelece-se uma responsividade com os fotografados: seus olhares fitam a câmera sorrindo, permitindo que se tornem imagem.

A relação de responsividade e mútuo contato aproximativo revelados entre fotógrafo e fotografados desde o retrato de capa do jornal, em plano médio, é contrastada pela chamada da mesma primeira página do periódico, com as seguintes palavras "Problema é o que não falta no Rádio Clube". No miolo, as outras imagens são seguidas da legenda:

> Criança é o que mais se vê na favela de Vila Gilda, em Santos. E como a garotada não tem onde brincar, transforma as águas podres do canal do Rio dos Bugre [sic] num lugar de muita diversão. Os meninos nem se importam de beber da água que exala um forte mau cheiro: parecem acostumados a isso. Em meio às brincadeiras, esquecem a barriga que ronca de fome e a falta dos pais, que saem para trabalhar." (A Tribuna, ibidem: 13)

Seguindo tanto as matérias jornalísticas organizadas pela FAMS[111] quanto o acervo fotográfico de A Tribuna consultado em suas cópias de contato organizadas em pastas temáticas[112], é possível dizer que a Zona Noroeste de Santos foi constantemente enfeixada como área problemática, enquadrada a partir da favelização, carência, criminalidade, enchentes, poluição e outros aspectos que, sob a forma por vezes de denúncia, passou a compor um *estigma territorial*.[113] Essa dimensão do estigma pode ser desdobrada a partir dos versos que acompanham os tambores das crianças no Arte no Dique, e que cantam: "Nem me conhece/ mas quer me julgar/ porque venho de lá/ de maré/ da Vila Gilda...".

As palavras que acompanham as imagens tensionam a auto-mise-en-scène das/os retratadas/os, quando esta dá a ver, na relação mediada pela câmera, um momento de reunião alegre cuja cena lega poucos elementos visuais relacionáveis com os constrangimentos decorrentes da condição em que a própria reunião se dá. O enquadramento do ato de brincar ou reunir-se, nessa relação com o texto, torna-se objeto-imagem de um modo de comoção estranho à relação estabelecida entre/com os próprios fotografados. No que tange à tensão entre texto e auto-mise-en-scène, poderíamos assim dizer, na esteira de Butler que "a prova visual e a interpretação discursiva atuam uma contra a outra" (2019: 122), haja vista também as emoções inferíveis em jogo na cena, por um lado, e a recepção da imagem verbo-visual, direcionada pelo jornal. O compromisso de denúncia, observado não apenas nesta matéria, parece convocar certa comoção que, estranha à ação das crianças na cena retratada, torna a sua reunião pelo brincar secundária ou piedosa diante do contexto de penúria enfatizado pelas palavras.

Judith Bulter nos ajuda a pensar nessas formas de convocação da comoção na confluência da imagem com o texto, fazendo-nos pensar que a condição vulnerável e a resistência se imbricam e, nesse sentido, cabe-nos restaurar o segundo termo às imagens aqui resgatadas, apontando como certas práticas brincantes articulam resistência (em lugar de denotar "carência"). Retomaremos esse ponto no tópico "Vida boa, vida ruim".

2.4. Contrastes

Ao escrever sobre infância e brincadeiras de crianças que vivem na favela sobre palafitas de Novo Alagados, em Salvador, José Eduardo Ferreira Santos afirma que lá viver "é aprender des-

111 Pasta temática com recortes de jornais, organizada pela FAMS.
112 Arquivo localizado junto à hemeroteca do Jornal.
113 Este é um termo de Wacquant (2001) tributário a Goffman (1988 [1963]), que Aline Rezende (2017: 23) recupera em seu importante trabalho com crianças da Vila Gilda. Wacquant se refere aos guetos norte-americanos e à periferia urbana francesa, ou seja, à marginalização naquilo que chamou por sociedades avançadas. Ainda assim, consideramos que o termo é apropriável no contexto de que tratamos.

de cedo a conciliar contrastes de vida e morte, beleza e perigo. Aprende-se a conviver com tiroteios, com as quedas das velhas palafitas, com o medo da polícia, enfim, com a violência e o risco de não chegar vivo ao dia seguinte" (2003: 110-1). Por ter vivido também em Novo Alagados, o autor complementa: "Ainda assim a infância que tive está cheia de belezas, e mais que isso, ela mosta-se plena da força do desenvolvimento, do encontro e das descobertas que a mesma infância promove (...)". E continua: "A infância era uma aventura, com seus riscos, perigos e descobertas. Estávamos nas ruas e os lugares eram muitos para se brincar: campinho, maré, as pontes para correr, a sede da associação de moradores, o parque São Bartolomeu com suas cachoeiras, e a rua, nosso lugar mais constante" (Ibidem: 111).

As palavras de José Santos vão ao encontro de nossas observações: os lugares de descobertas e aventura certamente são muitos nas imediações dos caminhos São José ou São Sebastião. Seguindo em direção ao Mangue Seco, há de se observar não apenas a maré, mas os laguinhos que se formaram após as chuvas, nos buracos abertos com as obras da "Nova Entrada de Santos". Estas obras ligaram a via Anchieta ao porto e consistiram na construção de uma ponte sobre o rio São Jorge, desenhando a av. Beira Rio e dragando o canal à frente do Mangue Seco. A dragagem trouxe grandes impactos para os moradores das palafitas, uma vez que provocou o cedimento das casas e de postes de energia, colocando em risco de incêndio a área que já passou por tragédias do tipo, incluindo aí o episódio no qual barracos pegaram fogo em agosto de 2019.[114] É nos buracos que se formaram após as obras de dragagem, os quais após as chuvas formaram os laguinhos ou lagoinhas, que as crianças de diferentes trechos dos Caminhos e do Ilhéu Alto se reúnem para os seus mergulhos, conversas, risadas e zombarias.

114 O descontentamento dos moradores com essa obra foi expresso por manifestações que apontavam para o impacto das mudanças no Mangue Seco. Cf. http://ontonrtv.blogspot.com/2019/04/obra-do-projeto-nova-entrada-de-santos.html Último acesso em 17.11.2020.

[29] Juliana Siqueira

Essas lagoinhas são frequentadas principalmente por meninos e, entre o começo de setembro e dezembro de 2020, durante esses quatro meses, não encontramos com meninas por ali – exceto Ana Carolina, que joga no time de futebol do Ilhéu Alto, mas, mesmo presente, não entrou na água.[115] Os grupos de meninos são por vezes numerosos, chegando até quinze. Muitos chegam correndo, tiram a roupa pelo caminho e saltam de cueca. Outros, chegam com suas bermudas de tactel. Na maioria das vezes que pude acompanhá-los; alguns me chamando: "tia! Olha isso!", mostrando orgulhosos seus saltos, as brincadeiras que envolviam saltar, mergulhar e boiar eram as mais comuns. Descendo do Morro do Ilhéu pela trilha que dá no Mangue Seco, à direita, na lagoinha mais escondida, os meninos guardam vários pedaços grandes de isopor, os quais utilizam como bóias. Também foi construído um balanço com corda e pneu, amarrando-o na árvore para articularem o balançar que antecede alguns saltos.

115 Nota do dia 7.09.2020.

Em meio a essa paisagem degradada ou arruinada, há os relatos dos animais. Os bichos aparecem em diferentes locais dos trajetos das crianças, nessas áreas que revelam uma intensa "história de perturbação do meio-ambiente" (Tsing, 2018: 370). São muito citados pelas meninas e meninos com os quais conversamos: "saguis", "lagartos" e pequenos "camaleões". Na maré, Cabuloso (9 anos) afirma que existem: carapeba, robalo, peixe agulha, tainha, caranguejo, marisco, maria mulata...[116] Roberto (9 anos) menciona camarão.[117] No sopé do morro do Ilhéu, cobra já se viu. No Ilhéu Alto chama a atenção os dois pavões no terreno imediato à quadra; na subida do morro, as galinhas e; na descida pela trilha, já no sentido do Mangue Seco, no pátio dos caminhões, um cavalo branco. É bravo, e as crianças avisam: "Levanta os braços para passar! Senão ele dá coice!"[118]Levantamos, agradecidos pelo conselho. Há também os bichos misteriosos, como um que "pica o pé" nas águas de uma das lagoinhas, ao redor da qual ficam estacionados os caminhões que transportam mercadorias do cais.[119]

2.5. Subindo o morro: breve descrição de algumas brincadeiras do Ilhéu Alto

Nas imediações do Mangue Seco está o Morro do Ilhéu. De cima, se vê parcialmente a extensão do rio dos Bugres e do rio São Jorge, e as palafitas que avançam sobre eles. A estrutura habitacional do Morro marca com efeito a paisagem e assegura que as necessidades básicas dos moradores sejam atendidas.

116 Conversa no dia 02.10.2020.
117 Conversa no dia 10.09.2020.
118 Recomendação do grupo de cinco meninos do Ilhéu Alto, com os quais desci o morro pela trilha em direção às lagoinhas no dia 27.09.2020.
119 Conversa com grupo de seis meninos no Caminho São José, no "52" ou Areião, no dia 16.11.2020.

A população originalmente destinada à ocupação da área do Morro foi também um dia moradora de favela (sobretudo da Vila dos Criadores).[120] Há, hoje, uma evidente diferença na paisagem entre essas duas áreas limítrofes, o que se reflete na vivência das crianças locais.

Quando conversamos com crianças da Vila Gilda, algumas falaram do Morro do Ilhéu como um lugar de interesse, destacando suas trilhas. No dia 2.10.2020, Ana mostrava um grande corte em sua perna, já com pontos, fruto de um acidente enquanto descia o morro. Não deixava de sublinhar o quanto lá era legal. Embora o tráfico esteja a pleno funcionamento nos arredores do Morro, as crianças parecem desfrutar ali de um ambiente mais seguro das batidas policiais que acirram tensões, percorrendo livremente os espaços comuns internos aos edifícios, bem como as ruas de maior circulação. Enquanto nos Caminhos pudemos conversar com diferentes crianças ao longo dos meses que lá frequentamos, sem prévia combinação, no Morro do Ilhéu encontrávamos na maior parte das vezes grupos de meninos que se tornaram conhecidos. Trocamos telefone e conhecemos alguns de seus familiares, o que possibilitou uma interlocução mais estendida, por vezes combinada. A fotografia aí se tornou uma importante mediadora, pois ao me verem com a câmera tiveram seu interesse despertado de imediato. Assim, se aproximaram do equipamento e o utilizaram todas as vezes que fui visitá-los. A cada ida, retornava com suas imagens reveladas para que as tivessem em mãos e pude, aos

120 É importante mencionar a existência de moradias populares na própria Vila Gilda, construídas em áreas próximas às palafitas, decorrente da implementação de mecanismos legais, em 1992, com a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Os anos 1988-1996 foram importantes para a política habitacional da região, destacando-se a amplitude e os modos de realização do projeto Vida Nova no Dique, que integrou a população na construção das casas em regime de mutirão. Tratando do período da gestão de David Capistrano, Mateus nos apresenta os dados referentes ao projeto habitacional voltado à Vila Gilda: "Até dezembro de 1996, 558 famílias haviam sido beneficiadas. Destas, 307 com moradias construídas, 243 em casas consolidadas (moradias de alvenaria pré-existentes que passaram a contar com água encanada, luz elétrica e rede coletora de esgoto, além de regularização fundiária), e oito com unidades comerciais." (2017: 99).

poucos, apresentá-los à obturação e ao diafragma da câmera, incentivando-os a torná-la mais íntima.

Nesse processo, sabendo de minha pesquisa, os meninos (mais uma vez, em sua maioria), relatavam as suas brincadeiras e seus lugares do brincar. No dia 29.11.2020, Bryan disse: "tia, hoje você vai escrever muito". Foi quando me contaram sobre os diferentes tipos de pega-pega e brincadeiras de grupo. Logo de começo, já me chamaram a atenção para a diferença entre o **Pique-esconde** e o **Esconde-esconde**. Segundo as crianças, "o esconde-esconde é uma mistura do pega-pega com o pique-esconde"[121]. Enquanto no esconde-esconde há um pegador que vai em busca das crianças escondidas, devendo, ao encontrá-las, correr para o pique e "bater" o nome, por exemplo: "1, 2, 3 Lucas!"; no esconde-esconde deve-se pegar a pessoa, mas, se não conseguir pegar, a pessoa deverá bater seu próprio nome no poste (por exemplo, como um lugar de partida) para se "salvar".

As crianças destacaram que há muitos tipos de **Pega-pega**. Citaremos apenas alguns, descritos por Bryan, Lucas e Hélio em nosso encontro no dia 29.11.2020: Pega-pega **Bruxa**; Pega-pega **Estrela**; Pega-pega **Gelo**; Pega-pega **Vela**; Pega-pega **Fruta**; Pega-pega **Espelho**, Pega-pega **Mercado**.

No **Pega-pega Mercado**, se a pessoa for pega, deve ficar parada até que o pegador fale o nome de um produto (vendido no mercado). Quem foi pego, deve imitar o produto. Caso imite direito, pode voltar a correr.

No **Pega-pega Fruta**, o pegador vai em busca da pessoa. Se antes de ser pega, a pessoa abaixar rapidamente e falar, alto, o nome de uma fruta, ela não poderá ser pega. Quem se safou, pode levantar quando bem entender.

No **Pega-pega Espelho** quando a pessoa te pega, você precisa fazer uma pose. Se outro brincante imitar a sua pose diante de você, pode-se continuar a correr.

121 Conversa no dia 29.11.2020.

No **Pega-pega Bruxa** uma pessoa pegadora falará diante de quem pegou: "árvore", "pedra" ou "estrela". Caso a pessoa que foi pega escute "árvore" por parte do pegador, deverá ficar parada com os braços para cima. Para ser "salva" por outro brincante, deverá receber um abraço. Caso o pegador fale "pedra" deverá ficar imóvel, agachado. Para ser salvo, algum brincante precisará saltar por cima dele. E em caso de "estrela" quem foi pego deverá se posicionar com os braços e pernas abertos. Para ser salvo, algum brincante precisará passar por baixo de suas pernas.

No **Pega-pega Vela**, a pessoa que pega alguém o deixa imobilizado com as mãos em oração. Quem não foi pego, pode salvar quem foi, assoprando a mão do parceiro para que volte a correr.

No **Pega-pega Gelo**, quem é pego deve ficar imobilizado até que o pegador pegue todos e todos fiquem paralisados.

Outras brincadeiras foram citadas, as quais prosseguimos com uma breve descrição feita pelos mesmos meninos:

Chuta-lata: Dois chinelos são posicionados em V para que a bola fique ali repousada, no meio. Tem várias pessoas jogando e apenas um pegador, que escolhe uma pessoa para chutar a bola. A pessoa escolhida chuta a bola longe e o pegador vai busca-la "lá no final", voltando de costas para posicionar novamente a bola entre os chinelos. Enquanto isso, todos foram se esconder. O pegador vai em busca da pessoa que chutou a bola. Se o pegador achar, "bate" o nome dela na bola. Se alguém, no entanto, conseguir chegar antes na bola e bater seu próprio nome, poderá chutá-la novamente, fazendo com o que o pegador volte a buscá-la, devendo este devolvê-la ao mesmo ponto dos chinelos, de costas...

"Sete caco": Se houver quatro jogadores, vão dois pra um lado e dois para outro. Faz-se duas linhas com chinelo, separando os grupos. No meio das linhas, sete cacos (pedaços de tijolos) são posicionados como uma torre. Em relação aos cacos, as linhas são marcadas vinte passos pra frente e vinte pra trás. O grupo que começa precisa acertar a pilha de cacos

com a bola, derrubando-os, mas não deve ultrapassar de 4 cacos caídos. Quando um do grupo acerta os cacos corretamente, deve correr, pois um membro do outro "time" pegará a bola para acertar o adversário, ao modo da queimada. Se este não for acertado, um caco volta para pilha. Assim, concorrem três objetivos: acertar/derrubar a quantidade certa de cacos com a bola, queimar adversários e devolver os cacos à pilha.

Há também outras brincadeiras menos detalhadas pelos meninos, como pipa, bolinha de gude, card e paredão. No caso do jogo eletrônico Among Us, as crianças também o adaptam à brincadeira face-a-face. Ao serem perguntados sobre se as meninas brincavam das brincadeiras descritas, os meninos disseram, com o desvelamento de sua percepção, que elas preferem ficar "mexendo no celular, no whatsapp, instagram ou tik tok".

2.6. Machucar-se, emocionar-se

Na Prainha ou Marruquinho, não levei muitos dias para tirar do caminho vidros e madeiras com pregos, silenciosa e discretamente. Os machucados ali são constantes, mas me vigiava para não precipitar alertas de cuidado a todo tempo, quando muito do conhecimento sobre os riscos já estava marcado na própria pele das crianças. Pela experiência do machucar-se muitos parecem ter aprendido sobre onde ir e como ir, desenvolvendo técnicas de salto, esquiva, equilíbrio e observando a experiência de uns e outros. Nesses meses em que estivemos juntos na Vila Gilda, a relação com o corpo e com os machucados poucas vezes encontrou o choro, embora, claro, acontecesse. Foi assim no dia 12.09.2020.

Quando cheguei, como em outros dias, a música estava alta e ouvia-se Mc Cebezinho:

... depois do acontecido, vi que a motoca é bem louca mas em cima dela não corre perigo. Na minha favela, os draque tá que tá, é cada foguetão, vários navão, que os menino tá. A potência da nave é cabulosa, o repu da bichuda é tenebrosa, atrai as bandida mais gostosa nessa aventura perigosa. E numa dessa, vou falar o que aconteceu, fuga no meio da favela, bagulho sinistro que ocorreu. Mas o menor do gueto faleceu, dispensou a garota e pro meio da viela ele correu".[122]

Ao som de Cebezinho, cerca de 15 meninos e meninas brincavam, tinham entre 6 e 15 anos. A movimentação estava maior nos barcos e umas e outras embarcações eram deslocadas, até que foi levado à maré um engate. Foi quando Vanessa (11 anos) saiu da água e, na saída, machucou a canela em um dos barcos, onde havia um prego. Gabriela (13 anos), que assim havia se apresentado a mim embora os outros a chamassem por Caio, a repreendeu, dizendo brava e em voz alta, quando viu a amiga chorar: "imagine se eu chorasse a cada machucado", dentre outros comentários. Quando Vanessa seguiu para o fundo do barraco para lavar a sua perna, Gabriela foi atrás, repreendendo-a ainda e fazendo provocações até que, lá no fundo, a irmã de Vanessa foi defendê-la. Assim começou uma briga de puxões de cabelo, palavrões e pontapés. Uma adulta saiu do barraco para apartar, e, depois, a menina mais velha, de 15 anos, exclamou para Gabriela: "você é homem, Caio!", apontando para sua suposta força desproporcional em relação à outra menina, confrontando sua identidade de gênero. Depois do ocorrido, todos se acalmaram e a menina machucada já não chorava, apenas sua irmã, assustada, que havia a defendido. Encontrei Gabriela dias depois, ela dichavava maconha acompanhada de duas amigas mais velhas no caminho São Sebastião.

Após o desentendimento ocorrido, as crianças seguiram pulando e nadando, embora em menor número. Algumas

122 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=lUnHxTBilXc. Último acesso em 23.11.2020.

se afastavam mais da margem, principalmente as meninas maiores. Elas me chamavam e acenavam para que eu visse seus mergulhos. Uma garça, sob a palafita, estava ali parada como se observasse junto. Não muito longe dali, urubus. Este era meu sexto encontro com esse grupo e já havia contado, àquelas e àqueles com quem conversei, sobre o fato de estar fazendo uma pesquisa sobre o brincar, o que parecia levá-los a uma performance peculiar: "ó o que eu faço, tia!".

Pouco tempo depois, no dia 16, assim que cheguei, a primeira coisa que fizeram foi me mostrar o dedo de Carlos (10 anos). O dedo estava muito inchado, possuía uma água escura sob a pele, feito bolha, apresentando cor amarela-esverdeada. O machucado teria aparecido depois que ele entrou na maré. Nesse mesmo dia, com os cuidados da mãe, a bolha foi removida, restando apenas a pele exposta. Dias depois, no 24.09, seu irmão, Ricardo, de 6 anos, disse achar que não entraria mais na maré, pois o dedo de Carlos não apresentava melhoras na cicatrização e receava que acontecesse também algo com ele. Relatos de outras crianças, como os ouvidos no mês de setembro, mencionavam que, à primeira vez tendo entrado na maré, tiveram vômito e diarreia. Frisava-se: "apenas na primeira vez". Depois do ocorrido, semanas se passaram sem que esse grupo mergulhasse por ali. Parte deste, moradores do barraco imediato a esse trecho da maré, se mudou para Praia Grande, diminuindo também o fluxo de crianças conhecidas por mim que frequentavam a Prainha e interrompendo, assim, meu contato que se tornava cada vez mais próximo.

O acontecimento inicialmente mencionado, envolvendo Vanessa e Gabriela, pode levar-nos à indagação sobre a relação que ali se estabeleceu entre o machucar-se e o emocionar-se – este entendido aqui na simplicidade do choro. Aproveitamos a ocasião para uma digressão que, dado o nosso engajamento circunstancial, não visa encerrar as relações ali entretecidas, mas apontar para a implicação ética do emocionar-se, relevando aí a situação vivida pelas crianças com

as quais convivi nesse curto tempo, situação que costumeiramente envolve o risco corporal e a possibilidade constante do machucar-se. No livro de Didi-Huberman intitulado "Emoção! Que emoção?" (2016), o autor nos diz algo que, assim citado, pode parecer óbvio: "quem se emociona também se expõe. Expõe-se, portanto, aos outros e todos os outros recolhem, por assim dizer – bem ou mal, conforme o caso – a emoção de cada um" (Ibidem: 30). A dimensão ética da acolhida ou da repulsa do emocionar-se traz também a intimidade de cada um nas reminiscências de machucados pretéritos. Histórias e modos de lidar com a dor, na imediatez corporal de sua superação.

Embora estivéssemos a falar de uma circunstância em que houve dor corporal, antecedida pela própria ação do choro, chamou-nos a atenção a reação de Gabriela no sentido de uma forma contraditória de expressão de cuidado. Se, num primeiro momento, sua atitude pudesse ser interpretada como pouco solidária com a dor da amiga, sua negação ao choro da outra se embasava na constatação da realidade dos riscos corporais, sabida por quem brinca na maré. "Chorar a cada machucado? Imagine!". Nesse aprender a lidar com as adversidades e com a dor, vemos as dificuldades enfrentadas no cotidiano pelas crianças que, desde cedo, necessitam construir suas resistências lúdicas e corporais, que dizem respeito à própria manutenção de uma vida que pode não ser sofrida, conformando aí uma relação afirmativa com o próprio corpo, inclusive quando este adoece.

2.7. Observar, ser observada

Quais são as possibilidades do encontro e do conhecimento mútuo da realidade citadina entre alguém que sai de São Paulo ou da Ponta da Praia no sentido da Vila Gilda, do Mangue Seco ou do Ilhéu Alto, e vice-versa? Essa circulação, como uma deriva, sem ponto certo de chegada ou um alguém específico

a encontrar, se dá de forma simétrica? Ao chegar nesses espaços, o que faz com que o corpo carregue marcas de distinção, levando aqueles que vivem em diferentes bairros, sobretudo os que mais contrastam, a reconhecer que dali não são? "Tia, você é artista? Olha a sua roupa!"; "Tia, por que você usa máscara? Nunca vi seu rosto. Tira, aqui não tem covid", "Que tipo de música você gosta? (...) Olha, a tia é rockeira!" Certamente, nesse observar recíproco, marca-se a diferença entre um interesse de compreender certa dimensão fenomenal da vivência das crianças e de suas práticas brincantes e poéticas espaciais e as possibilidades reais e dinâmicas desses encontros, que permitem não apenas conhecer e conhecer-se, mas, também, ser conhecida. "Tia, onde você mora?" Curiosamente, ao explicar o que eu ali fazia, a abertura à conversação de meninas e meninos foi grande, e algumas perguntas recorriam. "Onde você mora?" certamente era uma delas.

No Ilhéu Alto, depois de um dia movimentado em que pude estar na arquibancada, torcendo pelos meninos que conhecia, na final de um pequeno campeonato de futebol – do qual, vale salientar, participou uma única menina, Marcela –, fomos também aos laguinhos do Mangue Seco, atravessando a trilha que leva até este ponto. O percurso dos dias nas ruas era definido pelos encontros e desejos expressos no movimentar-se pelos lugares: embora minha vontade fosse predominantemente de ir aos laguinhos, por alguns dias as crianças que eu tinha mais intimidade queriam ficar apenas na quadra ou me apresentar aos espaços internos de convivência do conjunto habitacional onde vivem.

Mariano, que exerce um papel de agregador e treinador das crianças que se interessam pelo futebol, também contribuiu com a pesquisa em conversas várias. Neste dia, assim como em outros, o pavão que pertencia ao dono de um terreno imediato à quadra, veio nos visitar em cima do muro. A beleza da presença do animal, um tanto inesperada, contrastava com os difíceis relatos compartilhados pelos mais velhos. Relatos

como os de Mariano, que não deixou de salientar a presença do tráfico e a ocasional saída de meninos do Morro para ingressar neste universo.

No Dia das Crianças[123], fomos com a câmera para que fotografassem o evento, como de costume: por todo o tempo no Ilhéu Alto a câmera fotográfica foi uma grande mediadora, interessando as crianças que na maioria das vezes investiam em retratos, os quais eu revelava, devolvendo as imagens nos encontros subsequentes. Neste dia, houve distribuição de balas para às crianças do Ilhéu Alto, como tradicionalmente se faz por religiões de matrizes africanas, assim como um jogo de bola, seguido de uma corrida de sacos e um lanche compartilhado por todos. Já na Vila Gilda, houve aluguel de brinquedos como o famoso "futebol de sabão", agregando o comércio local na distribuição de lanches como pipoca, pão com salsicha e refrigerante, gratuitamente. Havia também corte de cabelo e sorteio de bicicletas, sem custos para os participantes. Desta vez, quem desempenhava a organização geral era a Sociedade Melhoramentos da Vila Gilda, da qual buscamos a mediação para adentrar nos becos mais próximos ao Caminho da Capela, sem obter sucesso. Teríamos nos feito entender em nosso propósito, ao buscar esta mediação? Após combinar encontros por três dias, compreendemos que seria necessário fazer outros movimentos.

De fato, a maior contribuição que obtivemos para a nossa circulação esteve ligada ao Instituto Arte no Dique. Em algumas situações, quando os adultos pareciam estranhar a minha presença nos espaços, eu me aproximava para contar da pesquisa e eles perguntavam "você é do Arte no Dique?". Ao responder que conhecia o projeto ou que tinha acabado de pas-

123 Vale mencionar que o Dia das Crianças é uma data que guarda historicamente relação com a assinatura do Código de Menores de 1927, dada no dia 12 de outubro, do qual tratamos um pouco no início de nossas discussões, destacando como o mesmo contribuiu para a discriminação da juventude pobre.

sar por lá, o diálogo se abria de imediato, normalmente acompanhado de algum comentário revelador da importância do Instituto, sobretudo durante a pandemia, com suas atividades remotas e apoio comunitário. Desde o contato iniciado em dezembro de 2019, houve diversas ocasiões em que conversei com o professor de percussão sobre a sua perspectiva da realidade das crianças com as quais trabalhava. Em um dia específico, me disse: "quer saber o que é lazer para essa meninada? Vá a um baile funk". Pouco depois, soubemos de um grande baile na Vila Gilda, o qual, segundo a imprensa local, teria reunido "milhares de pessoas".[124] Embora eu estivesse circulando na região em meio às fases amarela e laranja da pandemia, não estendi as observações às festas, que não pararam durante este período.

O corpo, os gestos, as roupas, a máscara, a música, o movimento do corpo, as conversas, pequenas declarações como "Quero também fazer isso, pesquisar brincadeiras!", revelavam certo estudo das crianças em relação à minha presença, estranha e familiar. Aos poucos, já passavam de bicicleta ou a pé me cumprimentando: "olha, a tia!", e sorriam. Essas experiências guardam qualidades que aproximam nosso estudo daquilo que Pétonnet (2008) chamou de "observação flutuante", uma observação desendereçada, em que os encontros propiciam, na sua necessidade de movimento, a conformação de um método. Conforme nos esclarece Simões, "a observação flottante, ao se deixar flutuar – ou, dito de outro modo, ao se mostrar desatenta ao conhecimento apriorístico –, se deixa conduzir pelo inesperado, pelo modo como as pessoas se apresentam num dado momento e determinado lugar da cidade – em um dado endereço, portanto –, cuja destinação de uso pode parecer insuspeitada." (Simões, 2008: s/p). E, ainda, a própria Pétonnet (2008):

124 Matéria veiculada no dia 19.10.2020, disponível em https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/10/19/milhares-de-pessoas-se-aglomeram-em-mega-baile-funk-no-litoral-de-sp.ghtml. Último acesso em 11.01.2021.

> O método utilizado é aquele que nós qualificamos de "observação flutuante" e ao qual nos dedicamos há algum tempo, ao longo dos trajetos parisienses impostos pelas atividades cotidianas ou pela necessidade de movimento que o sedentário experimenta. Ele consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la "flutuar" de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes. Não é preciso dizer que para obter de si mesmo esta disponibilidade de atenção é necessário se preservar da influência de pensadores contemporâneos, tal como J. Baudrillard, que denuncia os "citadinos separados e indiferentes", a "cidade-gueto", a "dessocialização", a "socialidade urbana abstrata". (Como uma socialidade pode ser abstrata?)

Ao longo dos percursos dessa pesquisa, nos aproximamos muitas vezes deste método, guiando-nos pelo inesperado, pelo encontro imponderável e pela surpresa que as caminhadas propiciavam. Se por vezes passamos no Arte no Dique em busca dos sons dos tambores e da presença de Mestre Kabeça, com quem conversamos sobre a situação das crianças residentes nas palafitas e sobre o seu importante trabalho como arte/educador, ao nos desencontrarmos, pudemos, de outra forma, circular pelos Caminhos e acabar em uma visita ao barraco de uma criança ou num reencontro com alguém na Prainha, a depender do dia. Afinal, quando as crianças que conhecíamos estariam nas Lagoinhas, na Prainha ou no Areião? Cada saída, uma deriva, na qual cruzamos com aquelas e aqueles que nos permitiram formar uma sensibilidade e uma aproximação específica neste trecho da cidade.

2.8. "Vida boa, vida ruim"

Dentre as imagens que nos cruzaram no acervo do jornal, algumas nos capturaram com uma interrogação recorrente. Uma delas é identificada com as palavras "Surf no asfalto" na pasta do arquivo intitulada "Enchentes". Não é a única em que podemos ver meninos brincando após a água subir ou se acumular depois de chuvas intensas. Embora não saibamos em qual rua os meninos se reuniram, seguimos a identificação que acompanha a imagem, indicando que a cena foi testemunhada na Zona Noroeste após chuvas intensas que acarretaram numa enchente, no dia 28 de março de 1991, registrada por Roberto Konda.

[30]

Mingo Duarte

[31]

Roberto Konda

Desta vez, sem realizar uma descrição mais detida, chamamos a atenção para estes corpos habilidosos que se equilibram em pedaços de madeira transformados em pranchas de surf ou sonrisal. Essas imagens, que evidenciam a falta de infraestrutura adequada ao mostrar-nos as ruas cheias d´água, poderiam intensificar, no contexto de sua publicação, um "fora do lugar" do corpo que brinca, dada a imediatez de uma catástrofe. A inventividade desse brincar irrompe no asfalto com a provocação da água e mobiliza o equilíbrio sobre portas ou pedaços velhos de madeira. Vemos aí uma tensão marcada por ao menos duas forças que, não sendo exatamente contrárias, antes implicadas, ainda assim contrastam: a do precário, que marca o contexto no qual se vê o volume de água se avizinhando de uma calçada ou a presença de pedaços de madeira improvisados para o equilíbrio, próximos a um pequeno barraco; e a da *astúcia*, revelada pela habilidade desses corpos em movimentos ascensionais e equilibrantes, numa espécie de interposição à intempérie e à adversidade. Para pensar melhor o que nessas imagens nos captura, procuramos a companhia de Judith Butler (2018, 2019).

Judith Butler resgata de Theodor Adorno a seguinte pergunta: "é possível ter uma vida boa em uma vida ruim?" A autora recupera a questão a partir dos termos da possibilidade e "dificuldade em perseguir para si mesmo uma boa vida, como si mesmo, no contexto de um mundo mais amplo, estruturado pela desigualdade, pela exploração e pelas formas de apagamento" (2018: 213). Percebe-se de antemão que a "vida boa", aqui, não pode ser lida como sinônimo de vida abastada ou materialmente privilegiada. Em um mundo marcado pela valorização do consumismo, há um descompasso entre o que chamamos por "vida boa" e os atuais termos do bem-estar econômico ou da segurança: "e isso fica mais claro quando os que afirmam viver uma vida boa o fazem lucrando com o trabalho dos outros, ou com base em um sistema econômico que reforça formas de desigualdade" (Ibidem: 214).

Para o nosso pequeno movimento, primeiro, faz-se necessário problematizar o que viria a ser uma "vida boa", uma vez que a questão posta por Adorno é recapitulada na perspectiva de Butler em termos éticos, fazendo pensar, na contemporaneidade, em constrangimentos socioeconômicos que impedem, a alguns, acessos a direitos fundamentais, capazes de garantir a sobrevivência como pré-requisito para uma vida vivível, levando-nos, então, à questão sobre o que é viver, e o que é a vida (Ibidem: 216). A partir da argumentação de Butler, somos impelidas a pensar na vulnerabilidade que marca a própria existência humana, uma vez que a finitude, a imprevisibilidade, a morte imponderável e a interdependência nos atravessam a todos, indistintamente. Nesse sentido, a precariedade seria de ordem ontológica, uma vez que somos "dependentes das relações sociais que estão fora de nós, dos outros, de instituições e de ambientes sustentados e sustentáveis, razão pela qual somos, nesse sentido, precários" (2019: 43). Nessa direção, a distinção entre precariedade e condição precária vem afirmar a "condição precária" como condição socialmente induzida de maximização da negação daquilo que nos sustenta e nos faz existir afirmativamente em nossa mútua dependência, de tudo aquilo que está "fora de nós" e que se nega como possibilidade de uma vida vivível e digna de ser "salvaguardada, protegida ou valorizada" (2018: 217).

A distribuição desigual das vulnerabilidades é a distinção fundamental que leva a pensar em uma vida tida como "ruim", contrastada à boa. Estaria, ainda, nesse estar no mundo marcado por uma condição precária a resistência como implicação imediata, num liame entre a mencionada condição vulnerável e a resistência mesma: "essas formas de persistência e resistência ainda acontecem na vida à sombra do público, ocasionalmente escapando e contestando os esquemas pelos quais são desvalorizados ao afirmar o seu valor coletivo" (Idem, ibidem).

As imagens dos meninos surfistas do asfalto insurgem para nós, no arquivo, dentro de uma pasta com várias outras

cópias de contato reunidas pela categoria "enchente". Numa especulação, nos perguntamos sobre a força dessa imagem-situação, que insurge diante do fotógrafo. Examinando a cópia de contato, vemos os meninos saltarem em meio a outras imagens dos que lutam para preservar os seus pertences – um brincar desconcertante diante ou ao lado da calamidade. Nas fotografias de Konda e de Mingo Duarte, feitas em diferentes tempos, somos implicados em ver as crianças na sua lida com as circunstâncias, na afirmação de uma vida vivível, no embate e na provocação da água, com os materiais disponíveis. Se a condição vulnerável ali se marca, em sua precariedade induzida, como não admirar, no sentido bachelardiano, uma prática brincante na qual se vê a resistência em ato, o trabalho sobre a materialidade em matéria de criação?

2.9. É perigoso brincar na rua?

Caminhando pelas ruas (os Caminhos), praças e campinhos, os espaços se mostravam predominantemente masculinos. De tarde, da Vila Gilda ao Mangue Seco, com maior ênfase na Vila Gilda, grupos de homens se reuniam conversando, tomando uma cerveja ou fumando um baseado. Em alguns trechos, via-se que os grupos dispunham de uma espécie de banquinha ou pequena mesa onde contavam dinheiro, movimentando a economia local do tráfico.[125] Ao que pudemos observar, essa presença, normalizada, não apresentava aos olhos das crianças qualquer risco ou receio.

125 Segundo Andrea Gomes, em sua pesquisa realizada no final dos anos 1990 e finalizada em 2000, "O tráfico de drogas também determina pontos ao longo de toda a favela, via becos e via rio, por meio de barcos, e na área do projeto [habitacional], em lugares de pouco movimento e pouco iluminação noturna. Para observadores externos, esses pontos são invisíveis, mas para os moradores do Dique esses pontos determinam comportamentos diferenciados no uso do espaço. O tráfico de drogas no Dique de Vila Gilda não chegou, ainda, ao ponto de estabelecer 'toque de recolher' ou marcar territórios privados, comum em algumas grandes favelas, mas é fato que

A predominância masculina, que ao longo das andanças pelos Caminhos e outros espaços livres públicos tornou-se um dado relevante, contrasta com a ocupação dos becos, "espaços urbanos abertos", conforme denominação indicada pela pesquisa de Andrea Ribeiro Gomes. Tal denominação permite uma maior compreensão do espaço dos becos, "uma vez que os espaços urbanos abertos são externos e públicos, quando admitem circulação por entre as casas e passagem de pedestres; e internos e privados, quando abrigam pertences da casa como bicicletas e vasos de plantas, e atividades de uso doméstico como a secagem de roupa e cuidados com as crianças." (Gomes, 2000: s/p). A pesquisadora, que fez contínuas incursões nesse território entre os anos 1998 e 1999, sublinha que

> foi constatado que os becos eram os principais estruturadores da malha de circulação e acesso da favela, surgindo à medida que a favela crescia. Além de estruturadores, forneciam a possibilidade dos encontros e da troca de informações, uma vez que eram espaços exíguos obrigatórios de passagem que não permitiam o anonimato. A par das atividades circular, encontrar e trocar informações acima mencionadas, os becos foram observados pela equipe técnica da Cohab-St [Companhia de Habitação da Baixada Santista] como extremamente facilitador das atividades de lavar roupa, esticar roupa e brincar, atividades essas predominantes de mulheres e crianças, principais usuários dos becos durante todo o dia. (Ibidem: s/p)

Voltaremos a este ponto no tópico seguinte, "Brincar nos becos". Por ora, seguiremos com uma caminhada no dia 4.11.2020 pela avenida Faria Lima, paralelamente ao Caminho São José, quando foi encontrado um grupo de 10 crianças, entre

o antigo beco 63 é o lugar mais perigoso e mais violento da favela por causa do tráfico de drogas. Observando a distribuição desse beco, concluímos ser este o mais propício para práticas ilícitas, uma vez que é o mais longo e o mais labiríntico de todos os becos da favela".

meninos e meninas. Elas contaram sobre algumas brincadeiras das quais gostavam: duas meninas mencionaram casinha, uns e outros falaram bola, bolinha de gude, pipa, pega-pega, jogos de celulares (tiktok, free fire, coin master, among us)[126] e spok. Spok é o nome de uma brincadeira que consiste em colocar pequenas sementes ou frutinhos (de mamona, por exemplo),

126 Seguem algumas descrições encontradas destes jogos:
"Free Fire é o derradeiro jogo de tiro de sobrevivência disponível no celular. Cada jogo de 10 minutos o coloca em uma ilha remota onde você enfrenta 49 outros jogadores, todos procurando sobreviver. Os jogadores escolhem livremente seu ponto de partida com o seu paraquedas e pretendem permanecer na zona de segurança pelo maior tempo possível. Dirija veículos para explorar o vasto mapa, esconda-se na selva ou torne-se invisível sob a grama ou fendas. Embosque, atire, sobreviva, há apenas um objetivo: sobreviver e atender ao chamado do dever." Tradução nossa. Disponível em https://sensortower.com/android/US/garena-international-i-private-limited/app/garena-free-fire-booyah-day/com.dts.freefireth/overview. Último acesso em 29.11.2020.
"TikTok é um aplicativo para fazer e compartilhar vídeos curtos. Os vídeos são verticais, não quadrados, como no Snapchat ou stories do Instagram, mas você navega pelos vídeos rolando para cima e para baixo, como um feed, não tocando ou deslizando de um lado para o outro.
Os criadores de vídeos têm todos os tipos de ferramentas à sua disposição: filtros como no Snapchat (e depois, todos os outros); a capacidade de pesquisar sons para pontuar seu vídeo. Os usuários também são fortemente encorajados a se envolver com outros usuários, por meio de vídeos de "resposta" ou por meio de "duetos" - os usuários podem duplicar vídeos e adicionar-se ao lado deles.
Hashtags desempenham um papel surpreendentemente grande no TikTok. (...) No TikTok, as hashtags realmente existem como um princípio organizacional real e funcional: não para notícias, ou mesmo realmente qualquer tendência em qualquer lugar que não seja o TikTok, mas para vários "desafios", ou piadas, ou formatos de repetição ou outras bolhas discerníveis de atividade." Disponível em https://www.nytimes.com/2019/03/10/style/what-is-tik-tok.html. Último acesso em 29.11.2020.
"Coin Master é um jogo que pode ser jogado sozinho, mas é mais agradável quando jogado com amigos. Os jogadores têm como objetivo coletar moedas e construir aldeias com itens que são comprados com essas moedas. Existem mais de 200 aldeias pelas quais os jogadores podem viajar no seu próprio ritmo e velocidade. Cada vila tem seu próprio tema único, como Floresta Mágica, Mansão Coin e Terra Steampunk, para citar alguns. Todas as aldeias são projetadas com cinco itens que atendem ao tema da aldeia e eles realmente ajudam a desenvolver a história e fazem o jogador sentir como se estivesse sendo levado para aquela área ou período de tempo. Esses cinco itens são geralmente um personagem, um animal de estimação, alguma forma de casa, um meio de transporte e algo natural. Existem cinco atualizações para cada item em cada aldeia, e todos eles são necessários para completar aquela aldeia e passar para a próxima. (...) Para obter moedas, você precisa jogar e esperar encontrar fortuna, e pode invadir outras aldeias para pegar suas moedas. O jogo fornece aos jogadores moedas e sacos de ouro, que podem ser usados em suas aldeias, mas os jogadores também podem ganhar martelos para ataques e escudos para proteger suas aldeias. e você pode invadir outras aldeias para pegar suas moedas." Disponível em https://www.ilounge.com/articles/coin-master-how-the-app-lives-up-to-its-name. Último acesso em 29.11.2020.

sal grosso, milho ou algum outro pequeno material mais rígido dentro de canos de PVC. Com o auxílio de uma bexiga presa ao cano, o material é arremessado diretamente no oponente. "Quando é de sal, dói!". Foi muito citada entre os meninos.

Ao me despedir desse grupo, uma menina me aconselhou: "tia, você viu a polícia? Toma cuidado onde você for, porque se eles atiram, pode pegar em você". O perigo representado pela polícia foi confirmado por diferentes crianças, em diferentes ocasiões. Quando perguntadas "é perigoso brincar na rua?", respondiam de pronto que "só quando vem polícia. Aqui é favela, né, tia?"[127] Dias depois, 22 de novembro, outro grupo de meninos mencionava a brincadeira de spok. Apontavam para um amigo, com cerca de 7 anos, dizendo que um dia, enquanto brincava de spok, "apareceu um polícia que pegou o cano e jogou longe". A presença desses policiais é frequentemente ligada à violência e ao perigo. No dia 2.10.2020, uma menina de 12 anos dizia que "sempre que aparecem, matam um". De acordo com seu relato, eles matam, principalmente, os garotos que trabalham no tráfico como "água", aqueles que avisam que "moiô" ao aparecerem policiais fazendo batidas pelas redondezas, principalmente os do BAEP (Batalhão de Ações Especiais de Polícia). São os mais jovens que fazem ali a linha de frente para avisar das batidas.

No dia 16.01.2021, chegou-me a notícia de que a polícia teria executado "meninos nadando na Vila Telma com tiros de fuzil"[128]. Segundo informações levantadas pela Folha Santista, os assassinatos teriam ocorrido como retaliação da morte de um soldado da Polícia Militar, encontrado em um cemitério clandestino "de uma facção criminosa" em área de mangue em

127 Conversa em 22.11.2020.

128 Matéria veiculada em https://www.folhasantista.com.br/baixadasantista/santos/policia-executa-meninos-nadando-na-vila-telma-com-tiros-de-fuzil-veja-videos/. Último acesso em 18.01.2021. Desdobramentos desta notícia, podem ser vistos em https://www.folhasantista.com.br/policia/emidio-do-pt-pede-afastamento-de-policiais-envolvidos-na-execucao-de-jovens-na-vila-telma/. Último acesso em 18.01.2021.

Cubatão. Posteriormente, noticiou-se que os jovens mortos na operação da BAEP, com cerca de vinte anos, foram mortos enquanto atravessavam o rio dos Bugres em um barco. Embora os vídeos feitos pelos moradores da Vila Telma mostrem que os tiros vêm apenas dos policiais, estes alegaram que respondiam a balas disparadas em sua direção. As perspectivas de pessoas da comunidade confrontam fortemente a versão dada pelos policiais e registrada em boletim de ocorrência.[129]

2.10. Brincar nos becos

Nos becos sobre as águas, por suas frestas, passagens improvisadas de madeira, a parte frontal dos barracos muitas vezes é ocupada com diferentes propósitos: como lugar de passagem, sim, mas também espaço onde se estende roupa, onde se para pra conversar, estaciona-se motos ou bicicletas, etc... e se brinca. Em nossas observações, marcadas pelos dias mais quentes, um dos becos que percorremos na Vila Telma no dia 2.10.2020, onde morava uma criança que conhecíamos, Roberto, estava ocupado pela brincadeira com água. Nas minhas notas, descrevo o percurso que fiz nesse dia, incluindo aí a incursão pelo beco de Roberto, contendo outras menções já referidas em nosso texto. De todo modo, a despeito de possíveis repetições, reproduzo essa anotação também na tentativa de explicitar como se davam minhas caminhadas ou derivas, sobretudo pelos Caminhos e alguns becos imediatos, encontrando, na maior parte das vezes ao acaso e sem prévia roteirização, os meninos e as meninas em suas aparições. Outras vezes, contudo, como atestam as palavras que seguem, buscava por sua presença:

129 Cf. https://folhasantista.com.br/policia/execucao-de-jovem-negro-comove-vila-telma-ele-nao-estava-armado-relata-testemunha/. Último acesso em 19.01.2021.

No Marruquinho não tinha ninguém, e a porta e janelas da casa dos meninos estavam fechadas. Dou uma volta e sigo na direção da Vila Telma, na expectativa silenciosa de encontrar Roberto. "Quem sabe?" No meio do caminho, vejo Vanessa, que está mancando e senta-se no meio-fio com seu aparelho celular. Cumprimento-a e ela diz que se machucou, mas não quer muito assunto. Depois, Gabriela me conta que ela teria sido atropelada. Pergunto à Vanessa se ela vai até a prainha, se viu Anarie, e ela me conta que ela e os irmãos e primos se mudaram para a casa da avó, em Praia Grande. Sigo o caminho, em direção ao beco do Roberto, e vejo a vó dele em frente ao bar, próximo. Ela me diz que ele está em casa e pergunta se sei onde fica. Digo que sim, apontando para o beco suposto, e ela confirma. Guardo na memória a localização, pois ele havia me levado lá uma vez, marcando-me o fato de ser no começo do campo maior de futebol da Vila Telma. É um beco estreito, as madeiras estão em mal estado, é escuro, porém curto, os fios dos gatos de energia elétrica se suspendem sobre a cabeça – desvio para não esbarrar nas roupas que secam nas laterais. Lá pergunto e me informam qual é a casa, ou barraco, como se referem, dele. Conheço então Débora, sua mãe, que conversa rapidamente comigo, me levando até Roberto. Ele está com mais algumas crianças, cerca de 8, brincando com água no início do beco. Eles e elas enchem as garrafas pet e jogam uns nos outros, dividindo-se entre duas torneiras, uma delas dentro de um tapume. Digo à Débora que conheci Roberto no Marruquinho e ela afirma que não gosta que ele vá lá, pois já morreram crianças ali: a areia ou lodo que se acumula no fundo do rio seria propício ao afogamento. Roberto me dá oi de longe e depois, por insistência de sua mãe, interrompe a brincadeira e se aproxima pra conversar um pouco. Não quero atrapalhar a animada brincadeira com a água. Fico ali apenas alguns minutos, puxo um papo, perguntando de outras crianças que conhecemos, etc. Um homem passa no beco e ameaça as crianças, com o intuito de proteger-se da água lançada: "se cair água em mim, vai levar [porrada?], porra". O irmão mais novo do Roberto, que acredito ter quatro anos e já havia me cumprimentado com um beijo na mão, responde: "quero ver, calálio [caralho]!" Ainda sem pronunciar o "r" acertadamente.

Sigo em direção ao Marruquinho de novo e durante o percurso vejo diversas crianças a brincar com a água: destacam-se aos meus olhos aquelas mergulhadas em tonéis. Está mesmo muito quente. Na Prainha/Marruquinho, converso com a mãe dos bebês (três) que vivem no barraco onde mais quatro crianças conhecidas, da mesma família, estavam temporariamente vivendo. Ela me diz onde Anarie, a mais velha, de 14, está. Vejo de longe o Richard, de bicicleta. Quando já tinha desistido de encontrar Anarie, ela mesma me chama. Está em um pequeno salão de cabeleireiro. Mangueira ligada, em frente a um tambor-tonel, estão ela, uma amiga, Ana, e a irmã, de 6 anos, cujo nome não me recordo, mas aparece nas fotos que fiz, para as quais posaram com entusiasmo. Ana tem pontos na coxa de uma das pernas, cutuca o machucado e diz que se machucou numa trilha do Morro do Ilhéu, destacando o quanto lá é legal. Anarie conta um pouco da dinâmica do tráfico na região e diz que faz tempo que não tem tiro. "Dizem que polícia é boa, mas quando eles vêm aqui fazem um estrago. Polícia e bandido é tudo gente, tudo igual, a diferença é que um é polícia, outro, bandido." Aponta para um lugar onde policiais ficaram entocados com suas armas. Diz que sempre que vêm, matam um. Alguns meninos avisam quando os "polícias" chegam. Os que avisam são chamados de "água", me conta.

No tambor em frente ao banco onde conversamos, as crianças (duas) entram, uma de cada vez. Uma delas é Richard, que já havia voltado de algum lugar onde fora com sua bicicleta. Ele torce para que o padrasto da Anarie saia antes da prisão, quando ela diz, no meio de nossa conversa, que sua pena pode ser reduzida. "Tomara", ele diz sorrindo. Ele me conta os tipos de animais que encontra na Prainha: tipos de peixes, mariscos, maria-mulata, etc. Fala do Mangue Seco, das lagoinhas. Quando digo que sentirei falta deles quando estiverem em Praia Grande, faz uma cara de surpresa, numa espécie de estranhamento.

A brincadeira com água, fosse com garrafas pet, imersão em tonéis, mangueiras nas saídas coletivas e improvisadas de água ou em pequenas piscinas de plástico em frente às casas (nas mais estruturadas, de alvenaria, com testada para os Cami-

nhos São José e São Sebastião) foi vista em algumas de nossas caminhadas em dias mais quentes.

Algo que muito ouvimos, mas não pudemos, em nossas observações – lacunares e e nos dias quentes –, confirmar, foi a sazonalidade das brincadeiras. Meninas, meninos e as/os mais velhas/os confirmaram em diferentes momentos da pesquisa que as brincadeiras tinham "época". No dia 27.08.2020, um adulto nos chamava a atenção para o fato de as brincadeiras terem "temporadas": a pipa e o peão, exemplificava, apareceriam de tempos em tempos, com certa regularidade. Não demorou muito tempo para que também ouvíssemos isso das crianças. No dia 10.09.2020, escrevo:

> Enquanto estou ao lado do Roberto, outros meninos se aproximam. Eles veem uma pipa do outro lado da margem do rio, no Jóquei, em São Vicente, e um deles comenta, com certo tom de deboche: "Os meninos estão soltando pipa! Nem é mais época!". Pergunto o que é isso de "época" da pipa. Eles dizem que tem época da pipa, época da bolinha de gude, do peão... Pergunto em qual época estamos, mas eles não chegam a um acordo entre si. Um fala peão, outro afirma ser, sim, a época da pipa...

Assim, embora a afirmação da sazonalidade das brincadeiras fosse corrente, as pessoas que nos cruzaram não sabiam precisar seu início ou seu fim. No dia 16.11.2020, nos deparamos com um grupo de meninos, 9, entre a avenida Faria Lima e o Caminho São José. Ao perguntarmos sobre "o que é isso de época das brincadeiras?", entraram em uma grande discussão, sem que chegassem a muitos acordos. Alguns mencionaram que de maio até julho era a época da pipa, época de vento. Bolinha de gude seria quando acaba a pipa. O peão apareceria mais em festa junina – fizeram questão de mencionar o quanto é legal quebrar os peões de plástico lançando neles os de madeira, bem como ver os peões girando em suas mãos. Para alguns, em julho, viria bolinha de gude. Tendo concentrado as brincadeiras da terra e do ar nesses meses, ficamos sem

saber exatamente sua "distribuição" ao longo do ano. Adultos também mencionaram um festival de pipas que aconteceria regularmente.

Nas imagens da sequência, da altura das crianças ou acima, ângulo horizontal lateral ou ângulo alto (plongée), Fernanda Luz em sua passagem pela Vila Gilda, em 2004, é capturada pela presença das crianças, captando algumas imagens de suas presenças nos becos. Nas fotografias, em preto e branco, traz à tona a presença de meninas e meninos por onde passou. A pequena sinuca, a pipa e as corridas marcam os objetos e ações que se inscrevem nas imagens em diferentes ângulos que nos permitem ver as características construtivas dos barracos, os fios de iluminação que se acumulam sobre as cabeças, o ambiente composto pelos corpos que muitas vezes se oferecem à câmera em sorrisos e olhares que instauram uma paridade entre fotografados e fotógrafa.

[32]

Fernanda Luz

[32]

Fernanda Luz

As imagens da pequena sinuca de Fernanda Luz ampliam a profusão de brincadeiras encontradas nos Caminhos e becos, com suas dinâmicas intergeracionais específicas. A sinuca ganha em sua miniaturização as mãos das crianças, que buscam encaçapar as bolinhas de gude com tocos de cabo de vassoura. A pipa empinada pela mão do menino mais velho é observada atentamente em seu voo pelos mais novos – o gestual destes na imagem indica um corpo parado, observador, enquanto o outro manuseia o "papagaio". Noutra fotografia, aqui não apresentada, com um enquadramento que faz a câmera girar em 45º, ainda podemos ver a pipa de fundo ao passo que surge um amontoado de madeiras destinado à troca do piso desse beco (ou pequeno largo, dado o espaçamento raro entre os barracos), podendo-se ver as estruturas abertas, aptas a receber nova cobertura.[130] Arnaldo Giaxa, em 1990, também registra o gestual do menino no beco, manuseando o carretel.

130 É sabido que tanto os barracos quanto o chão dos becos necessitam, de tempos em tempos, serem trocados e substituídos por novas madeiras, dados o uso e a ação da maré sobre a área construída.

[33]

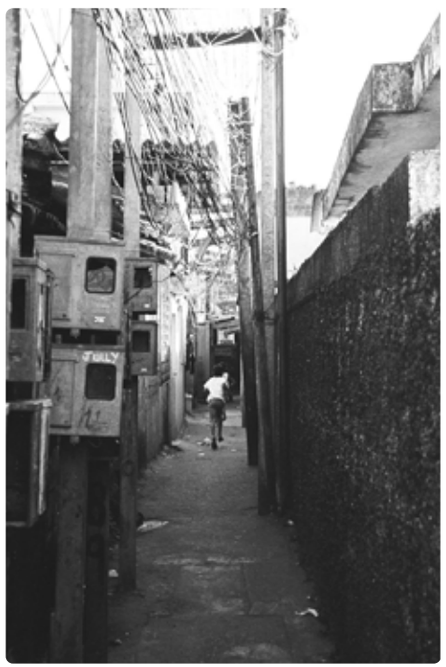
Fernanda Luz

[34]

Arnaldo Giaxa

Andrea Gomes (op. cit.) afirma a ampla circulação e permanência das crianças nos becos, enfatizando as dinâmicas das conversas e do brincar. Enfatiza a vigilância que elas exercem quando ingressam elementos estranhos nas vielas, indicando, a partir dessa espécie de controle da circulação daqueles que dali não são, uma diferença entre essas passagens e o espaço livre público, uma vez que nas vielas a rápida comunicação poderia causar maior obstáculo a quem passa pelas travessias. Nos becos percorridos em busca de alcançar os meninos enquanto correm, as imagens de Fernanda Luz exploram as verticalidades, dando a ver ou imaginar a extensão dos becos – de cimento, como é o caso daqueles próximos aos Caminhos, ou de madeira, os mais libirínticos. As crianças se lançam em suas corridas, como se os pés já previssem os vãos entre as tábuas. Em nossas conversas, ouvimos relatos de mães sobre o perigo de queda na maré devido à situação alarmante das madeiras que se desgastam.

[35]



Fernanda Luz

[35]

Fernanda Luz

PONTO DE CHEGADA

"Que se torna a imagem percebida quando a imaginação se apodera da imagem para torná-la o signo de um mundo?"

Bachelard (1988: 167)

"Frequentemente, nos encontramos portanto diante de um imenso e rizomático arquivo de imagens heterogêneas difícil de dominar, de organizar e de entender, precisamente porque seu labirinto é feito de intervalos e lacunas tanto como de coisas observáveis."

Didi-Huberman (2012: 212)

Realizando movimentos como 1- articular um percurso formativo sobre o tema das infâncias no espaço urbano, recuperando referências de nossa jornada de estudos; 2- buscar nos arquivos imagens de meninas e meninos nas áreas pesquisadas, em diferentes tempos; 3- observar suas práticas brincantes e poéticas espaciais em acontecimento, implicando-nos com diferentes métodos nesse contato – ora a observação distanciada, ora as observações desendereçadas, flutuantes e 4- articular imagens, textos e vivências na elaboração de uma escrita que buscasse as imagens em sua potência de "irradiar ondas de imaginação" (Bachelard, s/d: 1), sem negar o caráter indicial das fotografias, pudemos perscrutar um modo de responder às perguntas que fizemos: "Como as práticas brincantes e poéticas espaciais de meninas e meninos se inscrevem e produzem a cidade, marcando nossas apercebenças em territórios cuja "distribuição desigual das vulnerabilidades" (Butler, 2018; 2019) é patente?" Outra, ainda, se desdobra: "O que tais aparições e apercebenças podem nos ensinar sobre a experiência urbana, em uma escala mais ampla?"

Diz Bachelard: "a função poética é dar uma nova forma ao mundo que só existe poeticamente quando incessantemente reimaginado" (2019: 61). Nesse sentido, reimaginando a própria cidade a partir dos encontros com práticas brincantes nessas paisagens às vezes "arruinadas" (Tsing, 2018) em face de processos antrópicos diversos, fomos levadas do "espanto à admiração" (Bachelard, s/d) à medida que nos aproximávamos das crianças. Admiração transformada em questão: a presença desses corpos mudaria a paisagem apontando para possibilidades de vida e beleza? Nesses instantes de aparição dos meninos e meninas, para o olhar implicado com suas criações, o tempo do brincar suspende o espaço em suas lógicas pré-estabelecidas, abrindo-se a outras intensidades alegres. O espaço se modifica na duração da ação contemplada. Os meninos e meninas indicam que o espaço não é mercadoria nem se restringe a lugar de mera passagem. E onde se vê apenas penúria, os meninos e meninas mostram que o "apenas" não habita seus horizontes.

Na praça da República enxergam por onde se reunir e sabem ser atraídos pela água que refresca os dias quentes; percebem mais força na maré que no esgoto; no Marruquinho, num mergulho, a menina anuncia quando chega à superfície: "eu sou a sereia do mangue!" e não leva a sério quando o amigo debocha, sem conseguir abalar a pequena senhora das águas: "você é o caranguejo do mangue!"[131]

Ofensas à parte, o caranguejo é bicho que desperta a curiosidade: um menino, no caminho São José, exibe seu tesouro: uma pata laranja de caranguejo, grande. Abre e fecha. E diz que vai comer, mas, ao quebrar, deixa caída no chão.[132] Não muito distante dali, passou outro menino concentrado, carregando um baldinho.[133] Avisto de longe, estamos na direção um do outro, e fico só olhando: ele vem num passo lento, porque anda investigando dentro do pequeno balde. Quando nos cruzamos, pergunto, enxerida: "ei, licença, que que tem aí?" E ele diz: "um camaleão! Vou levar pra minha avó!". Os bichos que resistem à contaminação do rio dos Bugres são objeto de conhecimento e afeto das crianças. Os sentidos se voltam pro vivo, enquanto o olhar visitante se abisma no lixo.

Que impacto! Entrando no beco à altura da quadra de futebol da Vila Telma, abaixo a cabeça. Embora a distância dos fios pareça manter a cabeça à salvo, é muito estreito, nas laterais as roupas secam, e o corpo se curva para cruzar o espaço sem esbarrar em nada. A pandemia se arrasta desde fevereiro de 2020 e o distanciamento, dados esses pequenos espaços, é de difícil prática. A especificidade do período em que aconteceram nossas últimas caminhadas pela Zona Noroeste desdobra importantes discussões no contexto em que vivemos a experiência histórica marcadora da passagem para o século XXI[134]. Enquanto muito

131 03.09.2020.
132 04.11.2020.
133 24.10.2020.
134 Sobre o marco da pandemia do novo coronavírus como passagem de século, cf. o tópico "A pandemia e a presença do brincar no espaço livre público".

se fala sobre os efeitos do confinamento no cotidiano de meninas e meninos, observamos nos lugares percorridos uma circulação intensa dos mesmos (sobretudo) e mesmas, dadas também as impossibilidades de recolhimento e realização dos períodos de quarentena nas condições socioeconômicas (sobretudo habitacionais) testemunhadas. Sem dúvida, a complexidade dessa questão trará novas indagações aos trabalhos acadêmicos por vir e implicará na reflexão sobre diferentes sociabilidades de uma mesma geração que viveu a pandemia de covid-19.[135] A circulação e a relação entre pares e nos espaços livres públicos foram vividas de modo amplamente diverso nesse período, com forte marcador de classe nessas vivências.

Não é preciso ir longe para notar as diferenças sociais, ainda que elas sejam mais discrepantes quando comparados os bairros do leste aos do noroeste do município. Circulando no Rádio Clube, Bom Retiro ou Castelo e conversando com os moradores, se vê que existem segregações internas marcadas por diferentes qualidades de habitação em um mesmo território, bem como por valores atribuídos aos espaços de distinção social, algo que pode ser também depreendido da pesquisa de Thaís Machado, na fala de seus interlocutores (2017: 56, 71). Em dezembro de 2019, ao procurar a Sociedade Melhoramentos do Rádio Clube para conversar sobre a pesquisa, quando mencionei meu interesse em saber mais sobre o surgimento da Vila Gilda, a pessoa que me recebeu logo me informou: "lá é outra coisa. Aqui é Rádio Clube. Eles têm a Sociedade Melhoramentos de lá".[136]

135 Nos lembramos aqui da ocasião em que conversamos com uma mãe, no campinho próximo ao Marruquinho, na Vila Gilda. Ela acompanhava mais três crianças que jogavam bola, cuidando para que pudessem usufruir do campinho sem maiores disputas com outros pelo espaço. Enquanto conversávamos, contou-me que resistia à ideia das crianças retornarem à escola naquele contexto, sob o risco de contaminação, tendo em vista inclusive os problemas respiratórios regularmente apresentados por seus filhos (algo, aliás, muito comum entre as crianças que vivem nas palafitas). Todos circulavam sem máscara.
136 Cf. https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/comeb-conselho-municipal-de-entidades-de-bairros. Último acesso em 29.05.2021.

Embora essas segregações marquem o território, é interessante notar a existência de espaços nos quais acontece o amplo convívio entre crianças de diferentes pertencimentos, tais quais a praça Jerônimo La Terza, a praça Bruno Barbosa ou o Jardim Botânico. São lugares procurados por meninas e meninos, que os tornam ponto de encontro e de lazer com uma peculiar qualidade do "público", enquanto local onde a diferença e a intercomunicação acontecem em um ambiente infraestruturado. Os parquinhos e a quadra dessas praças foram recorrentemente citados e valorizados. Ainda assim, nota-se que as praças têm equipamentos quebrados, sem manutenção, possuem parca arborização ou áreas com sombra e a arquitetura e materiais não são expressivos da riqueza de interação à qual se prestam. Diferente é o caso do Jardim Botânico, cuja maior atenção dada pelo poder público é perceptível e a preservação de considerável área verde mobiliza as crianças em diferentes engajamentos. Conforme relatamos, para o caso do parquinho do Jardim, observa-se que os brinquedos são acompanhados de diferentes justificativas de intenção pedagógica que, descoladas das apropriações das crianças, certamente perdem em termos propositivos e indicam os caminhos da formação estética e lúdica dos próprios projetistas.

As crianças não deixam de brincar por onde quer que estejam, mas o desejo pelo espaço compartilhado e reconhecido socialmente como próprio ao brincar também foi expresso de diferentes modos em nossas conversas e na observação de seus deslocamentos. No contexto pré-eleitoral, em novembro de 2020, ao chegarmos ao "Areião", espaço de raro descampado num trecho que margeia o rio dos Bugres, nos deparamos com dois trabalhadores contratados pela prefeitura. Eles subiam uma mureta, em extensão retangular, dando forma a um campinho de futebol. A mureta agora impedia o livre fluxo, pois era preciso encontrar as passagens para adentrar o espaço, obstaculizando a visão e tornando o local mais compartimentado. A princípio, não recebeu reboco nem pintura, tampouco tratamento com grama no chão de areia. Depois, foi gradeado, com portão controlado, e, ao lado,

um pequeno parquinho com dois balanços, duas gangorras e um escorregador, em local também gradeado, foi instalado. Na ocasião, anterior à implantação do gradio, as crianças se divertiam andando sobre a mureta, equilibrando-se. Célia, de 7 anos, moradora de casa imediata à área, quando perguntada sobre o que havia achado do campinho, já expressava a expectativa de que ali fosse construído um parquinho com balanço e outros brinquedos. Meses depois, quando de fato o tímido parquinho passou a existir, tive a oportunidade de encontrá-la. Ela considerou a mudança positiva, embora quisesse maiores alturas e "outra areia, que não coçasse". Mães e avós com quem conversei comentaram sobre a necessidade de supervisão dos usos que os maiores fazem, pois estes por vezes giram as correntes dos balanços para adequá-los à sua altura, o que poderia, segundo as mesmas, danificar o equipamento. Quanto aos campinhos, são vários pelo bairro e, ao longo dos meses que por ali andamos, testemunhamos poucas meninas fazendo uso dos mesmos. Se os parques e campinhos podem ser vistos como "máquinas de produção de experiências comuns" (Stutzin, op. cit.), caberia pensar que tipo de experiência está sendo proposta às crianças e a quais crianças, também considerando questões de gênero que atravessam o reconhecimento e a ocupação dos espaços públicos.

O tema dos parques para crianças nos instiga pois é revelador de como o diálogo com diferentes infâncias têm sido limitado nas cidades, com pouca transformação dos espaços que carregam certa visibilidade e valorização do brincar. Experiências históricas de diferentes contextos, como aquelas citadas em "Em busca do espaço público sem muros e sem catracas", embora possam parecer muito díspares, nos incitam a imaginar outros diálogos possíveis com infâncias e esses espaços de formação, alimentados pelas práticas de outrora mas autorreflexivos e críticos em suas proposições.[137] O estudo de

137 Para uma expansão do tema dos parques a partir de projetos em diferentes países, destacamos a ampla pesquisa da curadora Gabriela Burkhalter, que disponibilizou importante material iconográfico em http://architekturfuerkinder.ch/ Último acesso em 16.05.2021.

projetos e inciativas de arquitetos, artistas e educadores que se voltaram para a criação de espaços desse gênero, mormente direcionados a crianças em situação precária sem acesso a serviços públicos de qualidade, deve considerar os modos como as incursões dos mais novos na cena pública foram percebidas e compreendidas em diferentes contextos. Essas percepções mobilizaram imaginários sobre a rua e a infância com aspectos por vezes moralizantes e conservadores que merecem maior atenção crítica e sensível para o favorecimento da participação e da valorização da presença de meninas e meninos na constituição da cidade em sua possível democraticidade cotidiana, com suas contribuições para a vivificação dos espaços livres públicos e intensidades de engajamento corporal que abrem perspectivas para os sentidos elementares de onde vivemos.

Acabamos por nos afastar de uma reflexão sobre os parques para nos deter nessa provocação aberta por imagens fotográficas e por nossas próprias incursões com meninas e meninos em certos lugares da cidade de Santos. Buscamos refletir sobre a persistência de seu brincar, observável em gestos, ações, lugares e situações, retratados por fotógrafas e fotógrafos em diferentes contextos, os quais nos legaram imagens de meninas e meninos em suas práticas brincantes e poéticas espaciais, como assim quisemos chamar. Essas aparições nas imagens podem mostrar-se ao espectador, aberto à imaginação desta latência, como *apercebença*: como algo que o "captura de passagem", persiste em si como imagem pulsante a reconfigurar os espaços-tempos de sua própria experiência a partir da experiência sensível do outro nos territórios do observado e do vivido.

Em "Imaginação e pesquisa: apontamentos e fugas a partir d´A poética do espaço", Wenceslao Machado de Oliveira Jr. nos convida a pensar "acerca da educação realizada pelas imagens e do processo de educação visual: encontrar persistências de outras imagens nas imagens sobre as quais nos debruçamos em nossas pesquisas; persistências não só pensadas como continuidades ou semelhanças, mas também como origens, no

sentido benjaminiano dado a esta palavra." (2008: 1239). A "origem" em Walter Benjamin, explica-nos Mauricio Lissovsky, "é, como numa tradução literal do alemão, uma fonte que permanece pulsando, insistindo, e graças à qual algo pode sustentar-se como existente. No momento que essa origem se enfraquece, desaparece junto com ela o vigor de uma certa experiência" (Lissovsky, 2008:26). A força das imagens que vinculam a presença das crianças mobiliza a experiência de quem as olha, mantendo pulsantes as intensidades de experimentação nos/dos lugares pelo brincar. Parece convocar ainda mais a duração do devaneio, uma vez que enreda a nós, seus espectadores, nessa memória-imaginação de uma presença do brincar que dura em nós no instante da imagem, alcançando-nos também em nossas imagens de infâncias.

Ao longo de nosso texto substituímos o termo "livre brincar" ou "brincar espontâneo" por "práticas brincantes", com o intuito de situar melhor o fato de, ao falar do brincar, nos referirmos a práticas marcadas por materialidades, condições e circunstâncias específicas que compõem o mundo de formação das crianças, implicando-as em elaborações e criações que ativam e criam os lugares de modo singular. Também gostaríamos de afastar as possibilidades de compreensão de um "eu-cidadão como independente e autônomo" que poderia resultar de "certas teorias liberais" (Aitken, 2019) – algo que não se relaciona necessariamente com os termos "livre" ou "espontâneo", mas que com eles suscita questionamentos. Quisemos pensar, pois, a dimensão criadora de um brincar implicado nas materialidades existenciais e sonhadoras, exercitado por meninas e meninos ao, simplesmente, se entregarem às práticas desinteressadas em que se estabelece ou restabelece uma relação de amizade com o mundo e com os outros, donde advém a força política do brincar. Assim nos diz Agamben: "a amizade é o compartilhamento que precede qualquer divisão, porque o que há para partilhar é o próprio fato de existir, a própria vida. E é essa partilha sem objeto, esse con-sentir original, que constitui a política" (2009: 92).

Acredita-se que os resultados mais importantes que essa pesquisa pôde obter ligou-se ao campo do visível sobre as práticas e poéticas de meninas e meninos que estão em lugares invisibilizados ou periféricos da cidade, cujas vidas e infâncias são tidas muitas vezes como "menos vivíveis" (Butler: 2018, 2019) em razão da precariedade (Idem, ibidem) das condições em que vivem ou da qualidade dos espaços em que brincam. Na busca por seus rastros em imagens, nos deparamos com fotografias que consistem em importante material para futuras investigações: na FAMS, imagens das primeiras décadas do século XX mostram crianças trabalhando e ocupando o espaço público de diferentes maneiras – tal é o caso daquelas que compõem o Álbum do Centenário, organizado por Sophia Pretzel. No acervo fotográfico de A Tribuna, fotografias da década de 1980 trazem à tona a participação de meninas e meninos em movimentos de luta por moradia na Zona Noroeste da cidade. No que tange à Vila Gilda, destacamos também o importante trabalho de Araquém Alcântara, publicado nos anos noventa e dedicado às crianças da Vila Gilda.

Tivemos a companhia de autores como Certeau, Butler, Bachelard, Didi-Huberman nos momentos de difícil apreensão das contradições com as quais nos deparávamos. Esses, claro, são apenas alguns nomes, e aqueles que tiveram paciência para percorrer este estudo, passo a passo, terão percebido que as imagens e as situações nos lançaram a referências bibliográficas as mais diversas, de autores e autoras cuja qualidade permitiu-nos adentrar em aspectos socioculturais ou históricos de relevância para a observação qualificada da presença de meninas e meninos pelos espaços livres públicos ou, como gostamos também de chamar na esteira de Tim Ingold, "a céu aberto". O termo de Ingold nos faz redimensionar que, embora vivamos em meio urbano, há uma natureza resistente e que oferece resistência e provocação em nossos engajamentos corporais, engajamentos estes que aos mais novos, recém-chegados ao mundo, insurgem como fabulosos, curiosos, sedutores ou,

simplesmente, de grande amplitude sensorial, sob o céu. Para esses que recém-chegam, "o mundo é intenso antes de ser complexo" (Bachelard, 1991: 193).

As contradições que mencionávamos anteriormente também dizem respeito ao fato de "sermos de fora", deslocando-nos, na maior parte das vezes, de São Paulo a Santos, e, assim, na companhia das crianças, simultaneamente as vermos ingressar em paisagens de inegável "ruína" ao passo que nos davam a ver inúmeras imagens de beleza em seu brincar. Seus gestos de solidariedade com os amigos e amigas, dividindo guloseimas, salgadinhos ou refrigerante; suas parcerias nas idas aos seus espaços topofílicos nos mostram uma infância vivida com vigor. Ao passo que mergulham nas águas escuras do estuário, da maré ou das lagoinhas do Mangue Seco, águas que carregam muitos anos de "história de perturbação humana" (Tsing, op. cit.), o risco de doença, implicado no contato com essas águas, espreita a saúde expressa pelo seu brincar, que lança um chamado a outras relações possíveis com o ambiente vivo.

Os riscos, por certo, são muitos. Na convivência com diferentes tipos de violência e violações, as crianças reconhecem o perigo na presença de policiais, sobretudo os da BAEP, que acirram a perseguição e a retaliação ligadas ao funcionamento do tráfico de drogas, sem que representem a garantia de direitos. Essa realidade perpassa as brincadeiras observadas, as conversas entre as crianças e sua relação com diferentes personagens que circulam pelas ruas, incluindo aí a própria pesquisadora. Compõe seus gestos e falares ao passo que vão descobrindo, nos limites desse território, suas possibilidades brincantes em suas práticas coletivas com companheiras e companheiros que não se reduzem a uma mesma faixa etária, aprendendo por onde caminhar com os de várias idades, acionando dinâmicas de cuidado e do conhecer da realidade local. No morro do Ilhéu, observamos os mais velhos, com cerca de 16 anos, na companhia dos mais novos circulando em lugares mais distantes, como o Jardim Botânico Chico Mendes, ou conversando constantemente, aos

finais de semana, na quadra do conjunto habitacional. O mesmo se dava em trechos da Vila Gilda, onde os mais velhos se implicavam nas brincadeiras, sem tanto censo de hierarquia quanto de corresponsabilidade pelos mais novos.

Esse fato tornou-se evidente em diversos momentos, como naquele em que Anarie, de 14 anos, estava responsável pelos cuidados de seus primos e sobrinhos mais novos, incluindo bebês entre 2 meses e 3 anos, e iniciou uma discussão, em alto tom, com as crianças que se banhavam na maré, cobrando delas que a ajudassem, uma vez que "sempre permitia que usassem o espaço de sua casa", inclusive lhes emprestando toalhas para que se secassem. Apesar disso, diante da necessidade da ajuda, ninguém havia atendido aos seus pedidos (o dia estava quente demais e a água, boa), demonstrando, segundo a mesma, ingratidão. Por fim, sem que as crianças molhadas debandassem de suas brincadeiras na água para vir ao encontro de Anarie, ofereci-me para embalar o neném por alguns minutos, até que sua mamadeira ficasse pronta. Ela imediatamente aceitou. As crianças, contudo, molhadas, ao saírem de seu banho, desejaram auxiliar, carregar o neném, sendo alertadas por mim que, por terem acabado de sair da maré, ao menos esperassem se secar antes de segurar tão pequena criança.[138]As dinâmicas de cuidado mereceriam certamente maior atenção, tanto entre as crianças quanto entre estas e os adultos, atinando para questões de gênero e de organização comunitária.

Ao longo da pesquisa, lançamo-nos nessa espécie de labirinto que é a cidade mesma (cf. Olgária Matos, 1992) e também nos labirintos que poderíamos chamar de "intelectuais" (cf. Pierre Quillet, 1977), pois no encontro com as imagens e nas caminhadas pela cidade foi-se dando um percurso de descobertas imprevistas que reconduziram o processo investigativo, levando-nos a escolher certos caminhos e, consequentemente, a redesenhar a pesquisa. No centro de Santos, em frente a Bolsa

138 10.09.2020

do Café no dia 30 de janeiro de 2019, conheci Caio, de 12 anos, e me deparei com um desses momentos de atalho. Ele vendia balas no local, e puxei conversa. Contou-me que só voltaria para casa, em Vicente de Carvalho, após vender toda a caixa de doces. Perguntei a ele se também costumava mergulhar no estuário, atrás da Alfândega, próximo à saída da balsa. "Lá no Seis Metros?", ele respondeu, buscando precisar melhor o local. Foi quando me explicou que se referia ao mesmo lugar, e que esse era o nome pelo qual ele e seus amigos chamavam o trecho, devido à profundidade da água. Ele confirmava a informação que Rafael havia me dado: os mergulhos estavam mais raros pois "guardinhas" os abordavam e podiam chamar a polícia. Caio, na sequência, me disse: "se você quiser ver um monte de menino nadando, você tem que ir na maré, lá na Prainha, do outro lado, em Vicente de Carvalho [distrito do Guarujá], onde eu moro".

Assim, através de Caio, eu tomava conhecimento da comunidade da Prainha, com pistas da relação de mais crianças com essas águas, bem como da circulação dos meninos mergulhadores. Também a partir daí me deparei com fotografias de Yan Boechat da comunidade de Conceiçãozinha, em que várias crianças mergulham na proximidade de barracos ou jogam bola na maré, de frente para os enormes navios que transportam mercadorias no porto de Santos.[139] São várias as favelas, de diferentes dimensões, ao longo e ao redor do porto, avançando pelo complexo estuarino. Enfrentam problemas que se assemelham, ligados às condições de moradia, falta de saneamento e constantes incêndios.[140] São várias as infâncias e crianças que se conectam pela maré, como são por elas chamadas essas águas do estuário que perfilam Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão.

139 O trabalho de Yan Boechat intitulado "Um navio estacionado na porta de casa" foi contemplado com o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog na categoria "internet", em 2012. Algumas das imagens podem ser vistas em https://medium.com/yanboechat/um-favela-dentro-do-maior--porto-da-america-latina-b7693673ec2f. Último acesso em 03.06.2021.

140 Cf. https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/02/10/familias-desabrigadas-apos-incendio-na-comunidade-prainha-recebem-doacoes-em-guaruja-sp.ghtml. Último acesso em 14.06.2021.

[36]

Yan Boechat

Não nos deslocamos para as margens de outras cidades. Mas é fato que a relação das crianças com estas águas extrapola os limites dos municípios. Amplia nossa compreensão do território e dos modos como se distribuem nele as vulnerabilidades. De outra forma, fazem-nos, em suas aparições pela cidade e pelas imagens, com que nos apercebamos de nossa própria experiência urbana afastada de uma imaginação material e dinâmica capaz de nos colocar em contato com as forças ativas do mundo a partir dessa relação corpo-a-corpo com as suas substâncias. Para o olhar que já naturalizou a ocupação do canal estuarino pelas atividades do cais, a presença das crianças aparece a princípio deslocada, inadequada, embora seja reveladora de usos originários ou primeiros desse trecho onde mar e rio se encontram.

As imagens fotográficas nos legam não apenas indícios dessas presenças infantis, mas nos implicam em novos percursos, em uma abertura investigativa que devém tanto de sua fenomenologia, considerando-se a sua formação enquanto ato (cf. Didi-Huberman, 2020: 165), quanto o próprio momento ético do olhar (Ibidem: 128) e aquilo que impulsionam a conhecer, a buscar e a sentir dada a sua natureza lacunar e as representações que mobilizam e dão a ver. Dessa forma, é importante observar como imagens que apresentam situações, personagens e contextos muito semelhantes podem gerar comoção e sentidos distintos quanto aos fenômenos com os quais se relacionam, provocando-nos à reflexão sobre como esses signos operam diferentemente em nossos processos de construção de conhecimento. Assim, reiteramos que a questão da indexicalidade das imagens deve ser considerada como fenômeno de significação (cf. Picado, 2020) e não de transparência.

Dois retratos de um cachorro e um menino sobre as palafitas da Vila Gilda podem ser exemplares para esta discussão. A primeira imagem, encontrada no acervo da FAMS, no fundo do Jornal da Orla e com autoria e data desconhecidas, coloca em cena um menino e um cachorro sobre as palafitas. O menino debruça-se no chão, deitado lateralmente sobre o

[37]

Autoria desconhecida. Fundo Jornal da Orla/FAMS

seu cotovelo direito, repousando o antebraço e mão do mesmo lado sobre a tábua de madeira que o sustenta. Ao seu lado, o cachorro debruça-se no chão, deitado, com a perna dianteira esquerda posicionada à frente, enquanto a outra mantém dobrada para trás, recolhida. Ambos fitam a câmera. Suas posições se espelham na disposição corporal que se repete e, nesse espelhamento, parecem inquirir ao fotógrafo e a nós, espectadores. A expressão de ambos é séria, como se de fato inquirissem: "o que veio olhar?". A tomada na vertical permite que vejamos o que está abaixo da superfície que ampara os corpos, com as estacas que sustentam a passarela, frágil, sobre a qual os dois personagens estão acomodados. Abaixo desse nível onde estão, entulhos se amontoam junto a pedaços de pau, onde se destaca uma garrafa.

[38]

Araquém Alcântara

O paralelismo que se estabelece pela pose entre o menino e o cão é o ponto crítico do observador. Diante da estrutura em que estão e da expressão que comunicam seriamente, o animal e o homem são dois pequenos mamíferos sobre a superfície precária que os separa do lixo com formas inseguras. O terceiro no extracampo, nós, os observadores, ou o fotógrafo, pelo olhar de ambos os retratados somos afastados para fora da cena.

Já na segunda imagem, de Araquém Alcântara, o menino senta-se lateralmente e para frente, com o apoio das suas mãos sobre a superfície de uma espuma, a qual faz a vez de assento. Dobrada sobre o chão de ripas de madeira, a espuma recebe o corpo do menino lhe permitindo alguma proteção do chão de madeira. Ao fundo, à esquerda do quadro, de costas e

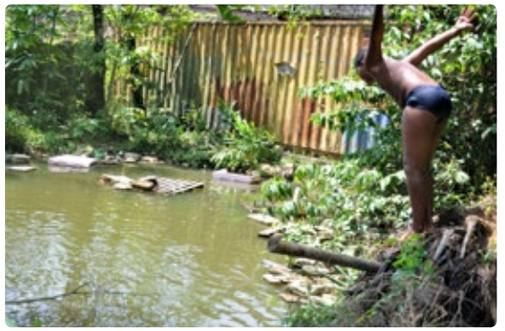
com o focinho de perfil, um filhote de cão olha de soslaio em direção imprecisa. O menino sorri mostrando os dentes e dirige seu olhar para a lateral esquerda do quadro. Desta vez, o espectador ou o fotógrafo parecem ser recebidos sem tanto estranhamento, como se estivessem implicados na cena de forma espontânea e coloquial, sem que sejam olhados diretamente. A profundidade de campo alcança o menino enquanto o que está à frente e atrás do mesmo, as tábuas do barraco ou o cão, insinua-se levemente desfocado nesse quadro em paisagem.

Seguindo as páginas do livro "Projeto Dique", do qual a fotografia [38] faz parte, nos deparamos com outra imagem em que o referido enquadramento se repete, preservando a distância entre fotógrafo e retratados, desta vez seis crianças se acomodam nesse mesmo lugar, acompanhadas do cãozinho, que agora repousa de frente e sentado sobre aquele mesmo acolchoado. As crianças parecem confortáveis na companhia umas das outras, algo que inferimos porque seus corpos se acomodam um ao lado do outro, todas sentadas, e as que vemos o rosto, sorriem. Uma delas, à esquerda, a única que olha diretamente para a câmera, segura uma colher e uma lata.

Embora nas duas fotografias exibidas a situação da tomada seja similar, na segunda a expressão das personagens retratadas, bem como o enquadramento que dá centralidade às figuras humana e animal, sem maior ênfase nos aspectos do ambiente, trazem menos contrastes e tensões entre os elementos constituintes da imagem. Os afetos que esta e a outra fotografia mobilizam, poderíamos dizer, se distinguem à medida em que se diferenciam a expressão e a disposição corporal dos retratados, bem como o enquadramento que permite ao espectador obter mais elementos indicadores das condições habitacionais críticas – embora em ambas estas sejam perceptíveis.

A consideração dos afetos mobilizados pelas fotografias e em jogo nas relações que promovem (entre espectador e imagem, espectador e retratados, fotógrafo e retratados e assim por diante), é significativa para que compreendamos a forma como as

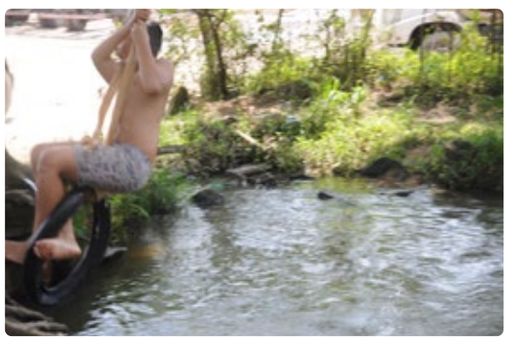
mesmas podem mobilizar ou modificar nosso estoque próprio de imagens (Cf. Favret-Saada, 2005 [1990]: 159). Através da aproximação de diferentes fotografias e textos, entre o vivido e o visto, "o que sei por outras vias" e "o que vejo aqui" (Didi-Huberman, 2020: 163), buscamos pela possibilidade de um conhecimento marcado pela afecção do brincar com o qual nos deparamos. A experiência de ser afetada desloca-nos e amplia o trabalho da imaginação quando a "mis en scène do outro [é acolhida] como uma dádiva ou um embaraço, uma aventura ou uma deriva, um devir, enfim, um afeto não-representado" (Guimarães, 2008: 269) capaz de nos levar a algo mais do que a observação, modificando o modo como nos implicamos com o mundo, mundo trilhado nesses percursos pela cidade, cidade inacabada e aberta às promessas que se anunciam pelo brincar insistente e resistente de meninas e meninos nos territórios do vivido.



[39]

Ryhan Jimmy

[40]



Kathleen Callegari da Silva

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete et al. "Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX". Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 1, 263-293, jan/jun. 2011.

ADORNO, Sérgio. "A experiência precoce da punição". In: MARTINS, José de Souza (coord.) *O massacre dos inocentes*: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

_____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. "Notas sobre o gesto". In: *Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 4, p. 9-14, jan. 2008. p. 9-14.

_____. "Por uma ontologia e por uma política do gesto". In: *Cadernos de leitura,* n. 76. Edições Chão da Feira, 2018. Disponível em http://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-76-por-uma-ontologia--e-uma-politica-do-gesto/ Último acesso em 12.07.2018.

_____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

AGIER, Michel. "Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro". In: *Mana*, Rio de Janeiro, vol.21, n.3, dez 2015. p. 483-498.

AGUILAR FILHO, Signey. *Educação, autoritarismo e eugenia*: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese de doutorado em Educação defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

AITKEN, Stuart C. *Jovens, direitos e territórios*: apagamento, política neoliberal e ética pós-infância. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

ALCÂNTARA, Araquém & ROMANINI, Vinicius. *Projeto Dique*. Santos: Cidade de Santos, 1993.

ÁLVAREZ, Marcos César. *A emergência do código de menores de 1927*: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. Dissertação de mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989.

ALVES, Alexandre. "A imprensa na cidade de Santos: 1849-1930". In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 39-62, dez. 2007.

ANDERSSON, Sven-Ingvar & HØYER, Steen. *C. Th. Sorensen landscape modernist*. Copenhagen: Arkitektens Forlar, The Danish Architectural Press, 2001.

ANTONCIC, Rodrigo Pérez de Arce. "Calle y playground: la domesticación del juego en el proyecto moderno". In: *Playgrounds: reinventar la plaza*. Madri: Museo Reina Sofia, Siruela, 2014.

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Fernando. "Praças de jogos para crianças – ensaio de higiene social". In: *Da Educação Física*. Obras Completas, v. 01. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, Militão de. *Santos e seus arrabaldes*. São Paulo: Magma Cultural, 2004.

ALVIM, Mariana Agostini de Villalba. *Parques infantis como centros de assistência social ao pré-escolar*. Rio de Janeiro: Escola Técnica de Serviço Social, 1941.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARIES, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos:* ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

_____. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *A poética do espaço.* Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca Ltda., s/d.

_____. *A terra e os devaneios do repouso*: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019.

_____. *A terra e os devaneios da vontade*: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

_____. *O direito de sonhar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
BAITELLO JR, Norval. "A sociedade das imagens em série e a cultura do eco". In: *Revista F@ro*: Revista Teórica del Departamento de Ciencias de la Comunicación, n. 1-2, 2005, p. 411-426. Disponível em http://web.upla.cl/revistafaro/n2/02_baitello.htm. Último acesso em 06/12/2017.
BARTHES, Roland. *Câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
_____. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1987.
BARTOLOMEU, Anna Karina. *De dentro da favela*: o fotógrafo, a máquina e o outro na cena. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
_____. "Do vestígio ao avesso da imagem". *Devires*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul-dez 2016, p. 90-107.
BAZIN, André. "Ontologia da imagem fotográfica". In: XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal/Embrafilme, 1983.
BENGTSSON, Arvid. *Ein Platz für Kinder*: Plädoyer für eine kindgemässe Umwelt. Wiesbaden und Berlin: Bauverlag GmbH, 1971.
BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
_____. "A Infância em Berlim por volta de 1900". In: Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas II*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994. pp. 73- 142.
_____. *A hora das crianças*. Rio de Janeiro: Nau, 2015.
_____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. *Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
BELTING, Hans. "Imagem, mídia e corpo: uma nova abordagem à iconologia". In: *Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da mídia*. São Paulo, julho/2016, n. 8, p. 32-60.
_____. *Antropología de la imagen*. Madrid: Katz, 2010.
BORGES, Jorge Luis. "O fio da fábula". In: *Obras completas*, vol. III. São Paulo: Globo, 1999.
BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra" In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.
BRAGA, José Luiz. "Mediatização como processo interacional de referência". In: *Animus* Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 5, n. 2, julho/dez, 2006, p. 9-35.
BRASIL, André. "Entre ver e não ver: o gesto do prestidigitador". In: GUIMARÃES, César; LEAL, Bruno; MENDONÇA, Carlos (org.). *Comunicação e experiência estética*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 88-102.
BROUGÈRE, Gilles. "A criança e a cultura lúdica". In: *Rev. Fac. Educ*. vol.24 n.2 São Paulo, julho/dez, 1998.
_____. "Lúdico e educação: novas perspectivas". In: *Linhas críticas.* Brasília, v. 8, n. 14, jan/jun 2002.
BUCH, Rejane Maria Martins & COUTINHO, Andréa de Paula e Silva. *Educação Ambiental – Dique Vila Gilda*. Módulo III. Processo de ocupação do Dique. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria do Meio Ambiente, 1994. (mimeo)
BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
_____. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa da assembleia, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
_____. *Relatar a si mesmo*: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
_____. *Traços humanos nas superfícies do mundo*. São Paulo: n-1, 2020. Disponível em https://www.n-1edicoes.org/textos/75, último acesso em 04.03.2021.
CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo: Editora 34, Edusp, 2011.
CAIAFA, Janice. "Comunicação e diferença nas cidades". In: *Lugar Comum* - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, nº 18, novembro 2002 -junho 2003.
CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da República*: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.
CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano*: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1* – Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.
COLLINS, Patricia Hill. "Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro". In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, janeiro/abril 2016.
COMOLLI, *Ver e poder*: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
CONINCK-SMITH, Ning de. *Natural play in natural surroundings: urban childhood and playground planning in Denmark, c. 1930 - 1950*. Disponível em http://static.sdu.dk/mediafiles/Files/Information_til/Studerende_ved_SDU/Din_uddannelse/Kultur_og_formidling/WorkingPapers/06_NaturalPlayInNaturalSurroundings%20pdf.pdf. Último acesso: 13.11.2016.
_____. & GUTMAN, Marta (ed). *History, space, and the material culture of children*. London: Rutgers University Press, 2008.
CORSARO, W. A. *Sociologia da infância*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
COWMAN, Krista. "Play streets: women, children and the problem of urban traffic, 1930–1970" In: *Social History*, 42:2, 2017, p. 233-256.
DALBEN, André. "Práticas educativas em uma natureza-jardim: a educação extra-escolar da cidade de São Paulo, seus parques infantis e colônias de férias (1930-1950)". In: Soares, Carmem Lúcia (org). *Uma educação pela natureza*: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana. p. 91-112. São Paulo: Autores Associados, 2016. P. 91-112.
_____. *Educação do corpo e vida ao ar livre*: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945). Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação Física, Unicamp, 2009.
DANAILOF, Kátia. *Crianças na trama urbana*: práticas corporais nos parques infantis de São Paulo nos anos 1930. Tese de doutoramento, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
DAMATTA, R. *A casa & a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
DENALD, Rosana; KLINK, Jeroen J. & SOUZA, Claudia de. "Habitação social e governança urbana colaborativa". In: CASTRO, Erika de & WOJCIECHOWSKI, Maciej J. (orgs). *Inclusão, colaboração e governança*: perspectivas brasileiras. Vancouver: The University of British Columbia; Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010. p. 257-270.
DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
_____. *Cuando las imágenes toman posición*. Madrid: Machado Libros, 2008.
_____. "Quando as imagens tocam o real". In: *Pós*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454/12311. Último acesso em 25.02.2021.
https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60/62. Acesso em: 08/01/2018.
_____. "Devolver uma imagem". In: ALLOA, Emmanuel (org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, pp. 205-225.
_____. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.
_____. *Imagens-ocasiões*. São Paulo: Fotô, 2018.
_____. *Aparências ou aparições*: o filósofo Georges Didi-Huberman comenta a exposição Levantes, em cartaz em São Paulo. 2017. Entrevista disponível em https://revistazum.com.br/entrevistas/entrevista-didi-huberman/ . Último acesso em 14.01.2021.
DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993.
DUVIGNAUD, Jean. *El juego del juego*. Santafé de Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997.
ELIADE, Mircea. *A provação do labirinto*: diálogos com Claude-Henri Rocquet. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
EVARISTO, Conceição. *Olhos d´água*. Rio de Janeiro: Pallas, Biblioteca Nacional, 2016.
FABIANO, Caio & MUNIZ, Suely. "Dique Vila Gilda: caminhos para a regularização". In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, Instituto de Planejamento Econômico e Social Ipea, n. 34, jan/jun, 2010. p. 231-239.
FARIA, Ana Lúcia Goulart de. "A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para uma pedagogia da educação infantil".

Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, dezembro, 1999.
_____. *Direito à infância:* Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1993.
_____. & SANTIAGO, Flávio. "Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso". In: *Educação e Fronteiras On-Line*,v.5, n.13, Dourados/MS, jan./abr 2015, p.72-85.
FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". In: *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005, p. 155-161. Disponível em https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376. Último acesso em 17.06.2021.
FEDERICI, Silvia. *Capitalismo, reprodução e quarentena*. São Paulo: n-1, 2020. Disponível em https://www.n-1edicoes.org/textos/92. Último acesso em 04.03.2021.
FERNANDES, Florestan. "As trocinhas do Bom Retiro". In: *Pro-Posições*, vol. 15, n. 1, 229-250, 2004.
FERNANDES, Natália. *Infância e direitos*: participação das crianças nos contextos de vida representações, práticas e poderes. Tese de doutorado. Universidade do Minho, 2005.
FERNANDES JUNIOR, Rubens; LIMA, Michael Robert Alves de; VALADARES, Paulo. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
FERREIRA, Andreza Carvalho. "Ensaio sobre a noção de pessoa escravizada: gestação de ingênuos, mães Escravas e filhos cativos no período do Ventre Livre". In: *Amazônica*, Revista de Antropolologia, 10 (1): 42 - 57, 2018.
FERREIRA-SANTOS, Marcos & ALMEIDA, Rogério de. *Antropolíticas da educação*. São Paulo: Feusp, 2019.
FIX, Mariana. *São Paulo cidade global*: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
FONTCUBERTA, Joan. *La câmara de pandora*: la fotografía después de la fotografia. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.
_____. *El beso de Judas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.
_____. "Vidência e evidência". In: *Imagens*, n. 7, maio/agosto 1996.
_____. *Estética Fotográfica*: uma selección de textos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.
FRANGELLA, Simone. *Corpos urbanos errantes*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.
_____. "Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas". *Cadernos Metrópole*, n. 13, pp. 199-228, 1º sem. 2005.
_____. "Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua". *Cad. Pagu*, n. 14, 2000.
_____. *Capitães do asfalto*: a itinerância como construtora de sociabilidade de meninas e meninos "de rua" em Campinas. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, 1996.
_____. "O menino e a rua: vozes urbanas". In: *Rua*, Campinas, n. 4, p. 173-178, 1998. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640635/8184. Último acesso em 05.03.2021.
FREHSE, Fraya. "Da desigualdade social no espaço público brasileiro". *Sociol. Antropol*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 129-158, abril, 2016a.
_____. "Em busca do tempo nas ruas e praças de São Paulo". In: *Ponto Urbe* Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, n. 18, 2016b.
_____. *Ô da rua*: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2004.
_____. "A rua no Brasil em questão (etnográfica)". *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 99-129, 2012-I, 2013.
_____. "Em busca do tempo nas ruas e praças de São Paulo". In: *Ponto Urbe* Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, n. 18, 2016b.
FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
_____. *Acção cultural para a libertação e outros escritos*. Lisboa: Moraes editores, 1977
FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.
FONSECA, João Pedro da. *O cinquentenário dos parques infantis de São Paulo: 1935-1985*. Revista da Faculdade de Educação, v. 11, n. 1-2, 1985, p. 135-148.

GITAHY, Maria Lucia. “Porto de Santos”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
GOBBI, Marcia Aparecida. *Desenhos de outrora, desenhos de agora: os desenhos de crianças pequenas no acervo Mário de Andrade*. Tese de doutoramento, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2004.
_____. “Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo”. In: *Crítica Educativa*. Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2016.
GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
GOMES, Andréa Ribeiro. *Habitação: muito mais que uma moradia*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
_____. *Espaços urbanos abertos*: análise de sua função social e doméstica. Estudo comparativo do Projeto de Urbanização com a Favela do Dique de Vila Gilda. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2000.
_____. & GOUBHAR, Khaled. *Uma experiência de projeto de intervenção em favela, com foco na sustentabilidade local*. 2004. Disponível em https://www.usp.br/nutau/CD/76.pdf Último acesso em 15.12.2020.
GOMES, Christianne L. & ELIZALDE, Rodrigo. *Horizontes latino-americanos do lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
GREGORI, Maria. *Viração*: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
_____. “Os meninos de rua e a viração”. In: Pedroza, A. & Schwarz (org). *Histórias da Infância*. São Paulo: Masp, Ipsis Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 90-96.
GRUNVALD, Vitor. *Falar de perto*: por uma antropologia fílmica inapropriada. Actas del III Congreso Latinoamericano de Antropolog ía (ALA), Santigo, Chile, 2012.
GUIMARÃES, César. “Vidas ordinárias, afetos comuns: o espaço urbano e seus personagens no filme documentário”. In: Margato, Izabel & Gomes, Renato Cordeiro (org.). *Espécies de espaço*: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 259-276.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
_____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
HIRSCHFELD, Lawrence A. “Por que os antropólogos não gostam de crianças?” In: *Latitude*, Universidade Federal de Alagoas, Vol. 10, nº 2, pp. 171-216, 2016.
HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto*: a Cia Docas de Santos (1888-1914). São Paulo: Hucitec, 1996.
HOUSSAYE, Jean (org). *Quinze pedagogos: textos selecionados*. Petrópolis: De Petrus ET Alii, 2013.
HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Perspectiva: São Paulo, 1999.
HURTWOOD, Lady Allen of. “¿Por qué no utilizar así nuestras zonas bombardeadas?” In: Pineda, Mercedes. Playgrounds. In: BORJA-VILLEL, Manuel (ed.). *Playgrounds*: reinventar la plaza. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2014.
IBRAHIM, Carla Jacques. *As retratistas de uma época: fotógrafas de São Paulo na primeira metade do século XX*. Dissertação de mestrado em Multimeios do Instituto de Artes da Unicamp, Campinas, 2005.
INGOLD, Tim. *Estar vivo*: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2018a.
_____. *La vida de las líneas*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2018b.
_____. "O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção". In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 21, n. 44, jul/dez 2015, p. 21-36.
JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920*. Tese de doutorado em História defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.
JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.
KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. *Uma Cidade não é um Parque*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 04 jun. 2005.

KOHAN, Walter. “A infância da educação: o conceito devir-criança”. In: Kohan, Walter Omar (org.). *Lugares da infância*: filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
_____. “Visões de filosofia: infância”. In: *Alea*, Rio de Janeiro, vol. 17/2, jul-dez 2015, p. 216-226.
KOSCHELNY, Tatiana. *O brincar administrado*: deterioração da experiência do brincar na infância. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio fotográfico*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
KOZLOVSKY, Roy. “Adventure playground and postwar reconstruction”. In: CONINCK-SMITH, Ning de & GUTMAN, Marta (ed). *History, space, and the material culture of children*. London: Rutgers University Press, 2007.
KRAUSS, Rosalind. *O fotográfico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.
KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
_____. *Do tempo*. São Paulo: n-1, 2020. Disponível em https://www.n-1edicoes.org/textos/71. Último acesso em 04/03/2020.
KUHLMANN JR, Moysés. “Parque Infantil: a singularidade e seus componentes”. In: *Educar em Revista*, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 223-244, set./out. 2019.
LANSKY, Samy. *Na cidade, com crianças*: uma etno-grafia especializada. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, fevereiro de 2012.
LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição* – Santos: 1870-1913. São Paulo, Santos: Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
LAPOUJADE, David. *Potências do tempo*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
LEAL, Bruno & GUIMARÃES, César. “Experiência estética e experiência mediada”. In: *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-14, julho/dezembro 2008.
LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016.
LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
LEITE, Ciro Carvalho Becker. *Das fronteiras do internacional às cidades (in)visíveis: crianças e o espaço-tempo urbano em Machuca e Pixote*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.
LEITE, Ligia Costa. *A magia dos invencíveis*: os meninos de rua na escola Tia Ciata. Petrópolis: Vozes, 1991.
_____. *A razão dos invencíveis*: meninos de rua, o rompimento da ordem (1554- 1994). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPUB, 1998.
LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. “A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016.
LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.
_____. “A criança e a percepção do espaço”. In: *Cadernos de pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, no 31, 1979.
LISSOVSKY, Maurício. *A máquina de esperar*: origem e estética da fotografia moderna. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
LÔBO, Maurício Nunes. *Imagens em Circulação*: os cartões-postais produzidos na cidade de Santos pelo fotógrafo José Marques Pereira no início do século XX. Dissertação de mestrado em História, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.
LOPES, Jader Janer Moreira. “As crianças, suas infâncias e suas histórias: mas por onde andam suas geografias?” In: *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-44, set 2008/fev 2009.
_____. “Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infância”. In: *Contexto e Educação*. Editora Unijuí, Ijuí, ano 23, n. 79, jan/jun 2008.
MACHADO, Marina Marcondes. *Poética do brincar*. São Paulo: Loyola, 1998.
MACHADO, Thaís Fabiana Faria. *Territórios, sociabilidades e jovens da Zona Noroeste de Santos-SP*: significados e experiências em contextos de violência urbana. Dissertação de mestrado em Ciências pelo Pro-

grama Interdisciplinar de Ciências da Saúde da Unifesp, 2017.
MAIA, Joana Fonseca. *Brincar na rua*: desenhar (n)o espaço público. Dissertação de mestrado em Arquitetura realizada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2012.
MARCHI, Rita de Cássia. *Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais*: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a "não-criança" no Brasil. Tese de Doutorado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.
MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1999.
MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia no capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.
MARTINS, José de Souza (coord.). *O massacre dos inocentes*: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.
_____. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.
MATEUS, Douglas Predo. *Assentamentos urbanos sustentáveis:* contribuições internacionais e nacionais pela busca do direito fundamental à moradia digna no município de Santos. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental Internacional da Universidade Católica de Santos, 2017.
MATOS, Maria Izilda Santos de. "Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho". *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXX, n. 2, p. 9-26, dezembro 2004.
MATOS, Olgária. "Memória e história em Walter Benjamin". In: Cunha, Maria Clementina Pereira (org). *O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
MATTOSO, Kátia de Queirós. "O Filho Da Escrava: Em Torno Da Lei Do Ventre Livre". In: *Revista Brasileira de História*, V.8 Nº16, p37-55, São Paulo, 1988.
MAUSS, Marcel. "As técnicas corporais". In: *Sociologia e Antropologia*, vol II. São Paulo: Edusp, 1974.
MATURANA, Humberto R. & VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar*: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.
MBEMBE, Achille. *O direito universal à respiração*. São Paulo: n-1. Disponível em https://www.n-1edicoes.org/textos/53. Último acesso em 04.03.2021.
MERLEAU-PONTY, Maurice. "A linguagem indireta e as vozes do silêncio". In: *O olho e o espírito.* São Paulo: Cosac Naify, 2013.
MIGLIORIN, Cezar & PIPANO, Isaac. *Cinema de brincar*. Belo Horizonte: Relicário, 2019.
MILITO, Claudia & SILVA, Hélio. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro: Editora Relume & Dumará, 1994.
MIRANDA, Danilo Santos de (org.). *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica*. Campinas: Papirus, 1996.
MIRANDA, Nicanor. "A criança no campo e a criança na cidade". In: *A harmonia entre o corpo e o espírito: ensaios de educação física*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
_____. Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.
_____. *O significado de um Parque Infantil em Santo Amaro*. São Paulo: Tipografia das Flores, 1938.
MONDZAIN, Marie-José. *A imagem pode matar?* Lisboa: Passagens, 2009.
MORELL, Maria Graciela González de; BRANDÃO, Marinez Villela Macedo & SANTOS, André Rocha (ed.). *Baixada Santista*: transformações na ordem. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2015.
MOTT, Maria Lúcia de Barros. "A criança escrava na literatura de viagens". Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 31, p. 57-98, dez. 1979.
MOURA, Esmeralda. "Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha". *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo , v. 19, n. 37, p. 85-102, Set. 1999.
_____. "A história sem as crianças e as crianças sem história: por que o trabalho infantil?" In: Vários (orgs). *La historia de las infancias en América Latina*. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018.

MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
NASCIMENTO, Andréa Zemp Santana do. *A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2009.
NELSON, Ernesto. *Las plazas de juego para niños*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de Coni Hermanos, 1913.
NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania.* São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.
NOGUEIRA, Renato. "O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva". In: *Momento*: diálogos em educação, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr., 2019.
OLIVEIRA, Walter Ferreira de. "Educação social de rua: bases histórias, políticas, pedagógicas". In: *Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos*. 2007, vol.14, n.1, p. 135-158.
PASSETTI, Edson. "Crianças carentes e políticas públicas". In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
PEREIRA, Maria Amélia & CARVALHO, Ana Maria. "Brincar, é preciso". In: Carvalho, A. M. A.; Magalhães, C. M. C.; Pontes, F. A. R.; Bichara, I. D. (ed.). *Brincadeira e cultura:* viajando pelo Brasil que brinca - brincadeiras de todos os tempos. v. 2. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
PÉTONNET, Colette. "Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense". In: *Antropolítica*, n. 25, 2008, p. 99-111.
PICADO, Benjamim. "Sobre/pelo/contra o dispositivo: revisitando a arché da fotografia". In: Matrizes. 4/2, 2011, p. 165-181.
_____. "Olhar testemunhal e representação da ação na fotografia". In: *E-compós*, v. 3, p. 1-29, 2005.
_____. "O fantasma da teoria: o que significa 'ver-através' de fotografias?" In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 53, 2020, p. 168-187.
PIRES, Flávia. "O que as crianças podem fazer pela antropologia?" In: *Horizontes antropológicos*, vol.16, no 34. Porto Alegre, julho/dez, 2010. p. 137-157.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
_____. "A criança negra no Brasil". In JACÓ-VILELA & SATO (orgs). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. Disponível em http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf. Último acesso em 05.03.2021.
QUEIROGA, Eugênio Fernandes. "Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.
QUILLET, Pierre. *Introdução ao pensamento de Bachelard*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
QUINTO JR, Luiz de Pinedo Quinto Jr. "Nova legislação urbana e os velhos fantasmas". In: *Estudos avançados*, São Paulo, v. 47, n. 17, 2003.
QVORTRUP, J. "Sociology of Childhood: Conceptual Liberation of Children". In: MOURITSEN, F.; QVORTRUP, J. (Eds.) *Childhood and Children's Culture*. Odense: Odense University Press, 2002. p. 43-78.
RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
RAMOS, Claudia Monteiro da Rocha. *A escravidão, a educação da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871)*. Dissertação defendida junto ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2008.
RAMOS, Fernão Pessoa. *Bazin espectador e a intensidade na circunstância da tomada*. 1998. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/ramos-fernao-pessoa-bazin.pdf. Último acesso em 05.03.2021.
RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
_____. *Uma boa oportunidade?* São Paulo: n-1, 2020. Disponível em https://www.n-1edicoes.org/textos/72. Último acesso em 04/03/2021.
RADTKE, Uwe. *Kinderspielplätze: Gestaltung, Betreuung und Erwartungen der Kinder*. Marburg: Tectum Verlag, 2002.
REZENDE, Aline da Silva Borges. *Entre o olhar da pobreza e o som da ostentação*: o consumo das narrativas midiáticas do funk ostentação

por crianças em contextos de vulnerabilidade social. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da ESPM, São Paulo, 2017.
RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
RIZZINI, Irene. *O século perdido*: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2007.
RUCOVSKY, Martin de Mauro. "Como produzir sentido a partir da precariedade? Bios-precário e vida sensível" In: *Bakhtiniana*, São Paulo, 15 (3): 34-56, jul./set. 2020
SANTOS, André Augusto de Oliveira. *'Vai graxa ou samba, senhor?'*: a música dos engraxantes paulistanos entre 1920 e 1950. Dissertação de mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.
SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
SANTOS, José Eduardo Ferreira. "Brincando na maré: infância e brincadeiras em Novos Alagados". In: Carvalho, Ana Maria Almeida; Magalhães, Celina; Pontes, Fernando & Bichara, Ilka Dias (orgs). *Brincadeira e cultura*: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 109-125.
SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. "Criança e criminalidade no início do século". In: Priore, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 210-230.
SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2013.
_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006.
SANTOS, Regina (org). *Olhos e asas*: realidade nos eixos. Brasilia, Editora UnB, 2001.
SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.
_____. "A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos". In: Teodora & Garanhani, (org). *Sociologia da Infância e a Formação de Professores*. Curitiba: Champagnat Editora, 2013.
_____. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. 2003, mimeo. Disponível em http://www.andreaserpauff.com.br/arquivos/disciplinas/brinquedosebrincadeiras/4.pdf, last acess on 02.03.2020.
_____. *Sociologia da infância*: correntes e confluências. 2008. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/simposios/sociologiainfancia/T1%20Sociologia%20da%20Inf%E2ncia%20Correntes%20e%20Conflu%EAncias.pdf. Último acesso em 04.03.2021.
SAURA, Soraia Chung. *O brincar na quarentena*. Podcast da Faculdade de Educação Física da USP, EEFE cast, 24 de abril de 2020. Episódio veiculado em https://bit.ly/2LbNED9, último acesso em 25.08.2021.
SILVA, César Augusto da. *Em busca da resiliência?*: urbanização, ambiente e riscos em Santos (SP). Tese de Doutorado em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
SILVA, Roberto da. *A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação de liberdade*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2001.
SIMMEL, Georg. "A Metrópole e a vida mental". In: Velho, O. G.(coord.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.
SIMÕES, Soraya Silveira. "Observação flutuante: uma observação "desendereçada" (comentários a respeito da obra de Colette Pétonnet, especialmente ao método de trabalho de campo)" In: *Antropolítica*. Niterói, n. 25, p. 193-196, 2. sem. 2008.
SIQUEIRA, Juliana Salles de. "Sonhar a cidade na imaginação e presença de infâncias: intervenção urbana e relação intergeracional na criação do espaço comum". In: Nascimento, Maria Leticia & Gobbi, Marcia Aparecida (orgs.). *Infâncias sul-americanas: crianças nas cidades, política e participação*. São Paulo: FEUSP, 2017. p. 144-157.
SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.
SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
STRECK, Danilo; REDIN, Euclides & ZITKOSKI, Jaime (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
STUTZIN, Nicolás. "Políticas del playground: los espacios del juego de Robert Moses y Aldo van Eyck". In: *ARQ,* n. 91, dezembro, Santiago, 2015.
TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso & MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. "Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 381-400, maio-agosto de 2016.
TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A não-infância*: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900). Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
TOLEDO, Valéria Diniz. *Inclusão social e arte na educação não-formal:* a experiência do Instituto Arte no Dique. Dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Católica de Santos, 2007.
TONUCCI, Francesco. *A cidade das crianças*. Lisboa: Faktoria K de Livros, 2019.
TRACHSEL, Alfred & LEDERMANN, Alfred (org). *Spielplatz und Gemeinschaftszentrum*. Stuttgart: Verlag Gerd Hatje, 1959.
TSING, Anna Lowenhaupt. "Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos)". In: *Cadernos do Lepaarq*, v. XV, n.30., p. 366-382, Jul-Dez. 2018.
UEMORI, Adriana. "Projeto Cidade das Crianças: vozes infantis da/na/para cidade". In: *Anais do II Congresso Regional do Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância*. Prefeitura de Jundiaí, 2020. Disponível em https://educacao.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/ANAIS-CONGRESSO.pdf#page=6. Último acesso em 04.03.2021.
WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.
WARD, Colin. *The child in the city*. New York: Penguin, 1979.
VAN EYCK, Aldo. *The playgrounds and the city*. Amsterdam: Stedelijk Museum, 2002.

VEIGA, Cyntia Greive & FARIA FILHO, Luciano. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *O asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade – acompanhando uma trajetória (1908 -1931)*. Novas Edições Acadêmicas, 2012.
VOGEL, A. & SANTOS, C. N. (coord). *Quando a rua vira casa*. São Paulo, Projeto, 1985.

ANEXOS

INFORMAÇÕES LEVANTADAS PELO CENSO 2010 REFERENTES
ÀS ÁREAS QUE COMPÕEM O DIQUE VILA GILDA

Subdivisões do Dique Vila Gilda		Vila Telma II	Caminho São Sebastião		Caminho São José	Caminho da Capela	Mangue Seco	Caminho da União
Dados/Tabelas do SIDRA: Tabela 3381								
População residente total		973	4.434		3.770	1.972	580	1.876
Mulheres		483	2.318		2.003	1.063	300	916
Homens		490	2.116		1.767	909	280	960
Dados/Tabelas do SIDRA: Tabela 3380								
Domicílios		251	1.264		1.082	589	165	479
Dados/Tabelas do SIDRA: Tabela 3382								
FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	total:	251	1.264		1.081	589	164	479
	rede geral de distribuição de água:	251	1.262		1.076	587	162	476
	carro-pipa:	–	1		–	–	–	–
	rio, açude, lago ou igarapé:	–	–		–	1	1	–
	poço ou nascente na propriedade:	–	–		–	–	–	3
	outra:	–	1		5	1	1	–
Dados/Tabelas do SIDRA: Tabela 3383								
TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	total:	–	1.264		1.081	589	164	479
	rede de esgoto geral ou pluvial:	159	169		442	157	30	16
	fossa séptica:	5	–		4	–	–	–
	fossa rudimentar:	–	–		1	–	–	–
	vala:	36	–		1	–	–	–
	rio, lago ou mar:	–	1.095		625	429	134	463
	não tinham banheiro ou sanitário:	–	–		3	3	–	–
	outro ripo:	–	–		5	–	–	–

>> continua

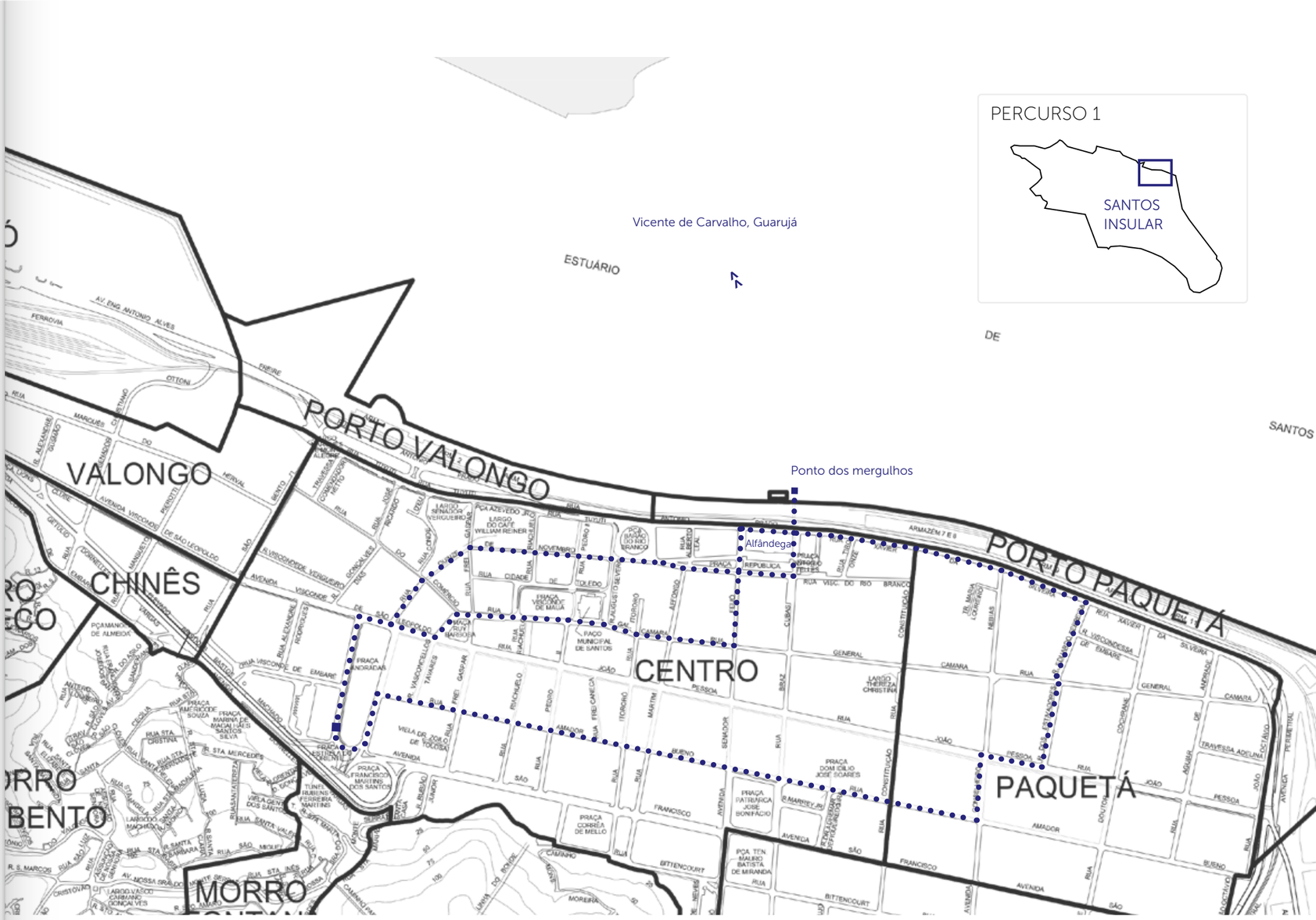
Subdivisões do Dique Vila Gilda		Vila Telma II	Caminho São Sebastião		Caminho São José	Caminho da Capela	Mangue Seco	Caminho da União
Tabela 3384								
DESTINO DO LIXO	total:	251	1.264		1.081	589	164	479
	coletado:	–	1.253		1.075	589	153	465
	coletado diretamente por serviço de limpeza:	250	474		842	558	24	462
	coletado em caçamba de serviço de limpeza:	–	779		233	31	129	3
	coletado em caçamba:	1	–		–	–	–	–
	queimado:	–	–		–	–	–	1
	jogado em rio, lago ou mar:	–	11		6	–	11	13
Tabela 3385								
EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA	total:	251	1.264		1.081	589	164	479
	tinham:	251	1.264		1.081	589	164	479
	tinham de companhia distribui-dora:	249	1.264		1.062	589	107	411
	com medidor de uso exclusivo:	163	557		527	225	47	340
	com medidor de uso comum a mais de um domicílio:	72	289		149	34	16	71
	sem medidor:	14	418		386	330	44	
	tinham de outra fonte:	2	–		19	–	57	68

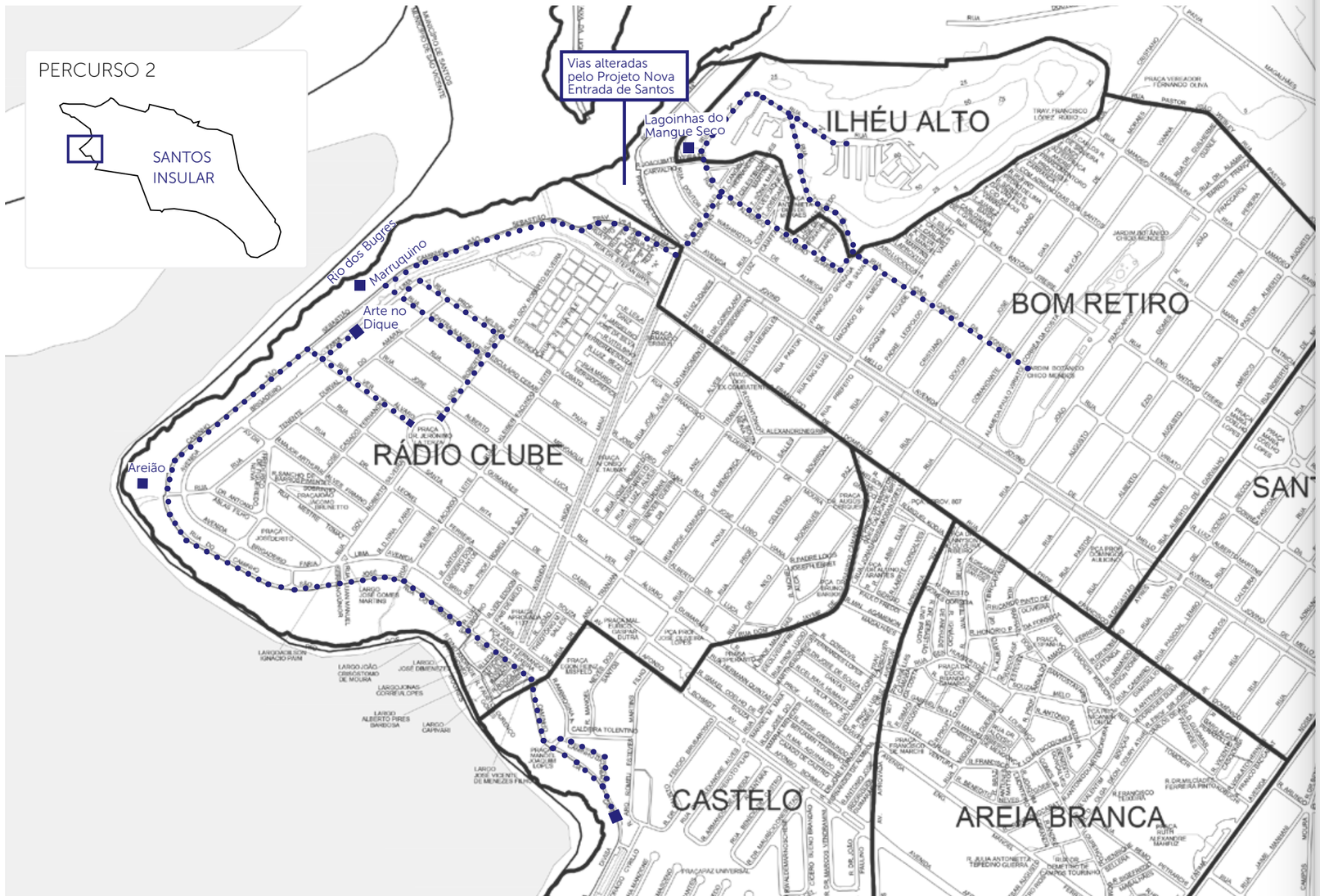
Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/ Último acesso em 19.06.2021.

MAPA DA CIDADE DE SANTOS

Principais trechos percorridos a pé

Disponível em https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conteudo/luos_anexo_i-abairramento.pdf Último acesso em 19.06.2021.




PERCURSO 2
SANTOS INSULAR
Vias alteradas pelo Projeto Nova Entrada de Santos
Lagoinhas do Mangue Seco
ILHÉU ALTO
BOM RETIRO
RÁDIO CLUBE
CASTELO
AREIA BRANCA
Rio dos Bugres
Marruquino
Arte no Dique
Areião

MAERSK SEALAND